



ALCANCES **DA HISTÓRIA** **COMPREENDER E TRANSFORMAR**

DE 17 A 21 DE MAIO DE 2021

CADERNO **DE RESUMOS**

**IX Encontro de Pesquisa
em História da UFMG**

IX
EPHIS UFMG
2021
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Adriana Cristina Souza de Jesus, Ana Gabriela Resende e Silva, Ana Ianeles, Andrezza Alves Velloso, Anna Karolina Vilela Siqueira, Camila Rossi, Elvis de Almeida Diana, Estela Gontijo da Cruz, Júlia Kern Castro, Kíssila Valadares Souza, Marcelo Alves de Paula Lima, Mateus Freitas Ribeiro Frizzone, Paula Alves Melo dos Santos Pacheco, Pollyanna Rodrigues Alves Chaves, Roberta Ornelas Oliveira (Org.)

CADERNO DE RESUMOS

IX EPHIS – UFMG

Alcances da História: compreender e transformar

1ª Edição

ISBN: 978-65-86989-07-6



Belo Horizonte

2021

IX Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Organização:

Adriana Cristina Souza de Jesus
Ana Gabriela Resende e Silva
Ana Ianeles
Andrezza Alves Velloso
Anna Karolina Vilela Siqueira
Camila Rossi
Elvis de Almeida Diana
Estela Gontijo da Cruz
Júlia Kern Castro
Kíssila Valadares Souza
Marcelo Alves de Paula Lima
Mateus Freitas Ribeiro Frizzone
Paula Alves Melo dos Santos Pacheco
Pollyanna Rodrigues Alves Chaves
Roberta Ornelas Oliveira

Diagramação:

Andrezza Alves Velloso

Designer:

Tiago Teixeira Castanha

Capa:

Tiago Teixeira Castanha

Observação:

A adequação técnico-linguística dos resumos dos Simpósios Temáticos, Comunicações Livres e Minicursos é de responsabilidade dos autores.

21-65432 IX Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS (9ª: 2021: Belo Horizonte, MG).

Alcances da História: compreender e transformar. Caderno de Resumos. / 9. Encontro de Pesquisa em História, Belo Horizonte, MG, 17 a 21 de maio de 2021 [livro eletrônico]. / Organizadores: Adriana Cristina Souza de Jesus et al. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. 390 p. PDF.

ISBN: 978-65-86989-07-6

1. Caderno de Resumos. 2. Encontro. 3. EPHIS 2021. 4. História. 5. UFMG.

I. JESUS, Adriana Cristina Souza. II. SILVA, Ana Gabriela Resende e. III. IANELES, Ana. IV. VELLOSO, Andrezza Alves. V. SIQUEIRA, Anna Karolina Vilela. VI. ROSSI, Camila. VII. DIANA, Elvis de Almeida. VIII. CRUZ, Estela Gontijo da. IX. CASTRO, Júlia Kern. X. SOUZA, Kíssila Valadares. XI. LIMA, Marcelo Alves de Paula. XII. FRIZZONE, Mateus Freitas Ribeiro. XIII. PACHECO, Paula Alves Melo dos Santos. XIV. CHAVES, Pollyanna Rodrigues Alves. XV. OLIVEIRA, Roberta Ornelas.

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG

Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais

Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais

Alessandro Fernandes Moreira

Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Vice-Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Thais Porlan de Oliveira

Chefe do Departamento de História

Magno Moraes Mello

Coordenador do Colegiado de Graduação

Luiz Duarte Haele Arnaut

Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação

Rafael Scopacasa

Realização:

Comissão Organizadora IX Ephis

Corpo Discente do Curso de História – UFMG

Apoio:

CAHIS	Núcleo de História Oral
Centro de Estudos Mineiros	Oficina de Paleografia
Centro de Estudos sobre a Presença Africana no Mundo Moderno	Programa de Pós-Graduação em História
Departamento de História	Projeto Brasiliana
Doity	Projeto República
FAFICH	Scientia
Laboratório de História do Tempo Presente	Temporalidades
	Varia Historia

COMISSÃO ORGANIZADORA

Adriana Cristina Souza de Jesus
Ana Gabriela Resende e Silva
Ana Ianeles
Andrezza Alves Velloso
Anna Karolina Vilela Siqueira
Camila Rossi
Elvis de Almeida Diana
Estela Gontijo da Cruz
Júlia Kern Castro
Kíssila Valadares Souza
Marcelo Alves de Paula Lima
Mateus Freitas Ribeiro Frizzone
Paula Alves Melo dos Santos Pacheco
Pollyanna Rodrigues Alves Chaves
Roberta Ornelas Oliveira

MONITORAS E MONITORES

Ana Laura de Moraes Uba e Barbosa
Anna Luiza Lobo Urzedo
Christian Mascarenhas
Clara Duarte Lara
Edson de Andrade Araújo
José Alciran Fernandes Oliveira Junior
Júlia Soledade Caldas Saud Rodriguez
Laura Alves Guimarães
Letícia Aquino de Castro Pimenta
Luana Sarto Gomes
Maria Clara Gonçalves Martins
Maria Clara Lopes Abdo
Petunia Galvão Bezerra
Rafael de Azevedo Silva
Rian Silva da Cruz
Rodrigo da Silva Lucena
Yasmim Fernandes Melgaço

09

APRESENTAÇÃO

11

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

344

COMUNICAÇÕES LIVRES

359

MINICURSOS

Apresentação:

Em 2019, ao pensarmos sobre o tema em torno do qual o IX EPHIS se organizaria, nos perguntávamos: O que ou quem a História poderia (e deveria) alcançar hoje em dia? Como seria possível a História ultrapassar os muros da universidade em que ela é pensada e escrita? Quais outras possibilidades, meios e lugares nos e pelos quais os historiadores poderiam ser lidos e ouvidos para além dos círculos puramente acadêmicos? Qual seria a inter-relação (e/ou retroalimentação) entre a escrita da História, as identidades coletivas e a ampliação do espaço público? Quais as mediações possíveis ao historiador nessa empreitada? Essas questões levavam-nos a pensar sobre os caminhos da História e da sociedade em que vivemos, pois, inevitavelmente, remetemo-nos às formas que o conhecimento histórico chegou, chega, ou deveria chegar a públicos mais amplos. Nos perguntávamos sobre quais seriam os limites do relativismo histórico e até que ponto certos revisionismos, muitas vezes feitos “às avessas” e de forma imprudente, podem/poderiam comprometer o conhecimento histórico/historiográfico e as sociabilidades de forma mais ampla.

Tendo essas questões em mente, nós, da comissão do IX EPHIS, escolhemos como tema para a IX edição os “Alcances da História: compreender e transformar”.

A pandemia chegou e no caso brasileiro trouxe, a reboque do atual governo, uma gestão desastrosa da mesma. Diante desse cenário a questão dos alcances da história foi recolocada, agora com novos contornos. Os alcances do próprio evento tiveram que ser repensados. A necessidade de isolamento social e a falta de perspectivas de uma campanha massiva de vacinação fizeram com que tivéssemos que mudar a modalidade de realização do evento. Projetávamos um EPHIS presencial, caloroso e repleto de trocas que estão para além das salas onde acontecem os Simpósios e as Comunicações, como sempre aconteceu. Não deixa de ser uma ironia: na edição em que o tema do evento são os alcances, tivemos que lidar de maneira muito concreta com os limites à realização do mesmo e com os limites mais amplos e duros do contexto brasileiro atual. Adiado por duas vezes, foi finalmente decidido que o evento ocorreria – e ocorrerá - de forma remota entre 17 e 21 de maio de 2021.

A identidade visual dessa edição, elaborada ainda no começo de 2020, busca trazer uma reflexão acerca do lugar que a História e nós, historiadores, podemos e devemos ocupar no tecido social. O círculo do conhecimento, forma geométrica perfeita: o conhecimento fechado em si mesmo, sem espaço para arestas. De fora dele, toda uma miríade de possibilidades, experiências e existências. Àquela altura, refletíamos: Enquanto o círculo continuar girando em torno de si mesmo, essas outras experiências continuarão apartadas. Enquanto ele não for mais permeável, muito restará de fora. Mas que forma ele assume se deixa-se permear? Ou se estica-se? Segue círculo? Até onde a História pode ir? Até onde a História deve ir? Qual o lugar do historiador nessa história?

Também essa questão foi realocada diante da pandemia. Em meio a uma crise sanitária sem precedentes, vimos reverberarem posturas negacionistas e discursos anticientíficos que possuem raízes antigas, mas que ganharam força no atual cenário. Descredibilizada, apartada e desvalorizada, a ciência perde parte de sua potência. Torna-se, portanto, ainda mais latente e explícita a necessidade de refletirmos sobre o seu lugar, o seu papel e suas formas no mundo em que vivemos. E engana-se quem considera ser relevante fazer essa reflexão fitando apenas o horizonte das ditas “ciências duras”. Tão importante quanto é olhar para essa questão a partir da perspectiva das humanidades, que auxiliam-nos na compreensão de contextos e construções em torno das quais certas experiências organizam-se e desenvolvem-se.

Como historiadores, seguimos nos perguntando: Até onde a História pode ir? Até onde a História deve ir? Qual o lugar do historiador nessa história?

Vamos pensar juntos sobre isso?

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ST 1 – Novos horizontes para a América Latina: produção cultural, memórias subterrâneas e a violência nos séculos XIX e XX.

Ana Carolina Balbino

Doutoranda em História
UNICAMP
carol.andreuzzi@gmail.com

Mariana Adami

Mestranda em História
UNICAMP
mariana.adami@yahoo.com.br

Juliana da Silva Sabatinelli

Mestranda em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
ju.sabatinelli@gmail.com

Proposta do Simpósio

A presente proposta visa a criar um espaço de discussão sobre a história das Américas, buscando traçar novas perspectivas para os estudos latino-americanos nos campos da cultura, sociedade e política. Considerando que os debates mais canônicos no período em questão versam sobre os nacionalismos, a construção de uma identidade latina, a produção dos heróis e mitos, as utopias e projetos revolucionários, as repressões governamentais - entre outros -, ao tratarmos de “novos horizontes”, o objetivo é viabilizar a interlocução entre trabalhos que dialoguem com as novas tendências de pesquisa, contribuindo assim para a ampliação e renovação da historiografia através da apresentação outras agências, temáticas e abordagens. Serão bem-vindas comunicações que apresentem trajetórias e produções de sujeitos e grupos subalternos atuantes na esfera pública por meio da arte, das letras e/ou da militância, ou que versem sobre o uso da violência nos processos históricos latino-americanos, entendendo a importância de desnaturalizar o conceito, geralmente atrelado a trajetória do subcontinente. Nesse sentido, a proposta abrange estudos dedicados a explorar a história de mulheres, indígenas, negros, “redes intelectuais insurgentes” e outros personagens marginalizados, além do uso de conceitos que contribuam para um debate ampliado acerca do tema proposto (como nação, violência, coerção). Igualmente desejáveis são as pesquisas que abordem as lutas populares (camponesa, feminista, de direitos humanos) e as “memórias subterrâneas”, como a do exílio político, a diferenciação de gênero e classe na repressão, o machismo na militância de esquerda, os movimentos apartidários, entre outras temáticas fundamentais para entendimento do período em questão. Por fim, se incentivam apresentações partidas de abordagens inovadoras que contribuam para repensar e transformar as análises históricas latino-americanas, abandonando as perspectivas nacionais e estabelecendo conexões entre

grupos e Estados. Acredita-se, assim, que trabalhos de história global, transnacional, bem como os interdisciplinares e as questões pós e decoloniais poderão contribuir e enriquecer o debate.

Jorge Luís Borges: Um Bibliotecário da história intelectual da América Latina

Danilo Souza Ferreira

Resumo: Esta comunicação se propõe a analisar a relação entre escrita biográfica e a estética do delito, que compreendemos a partir das reflexões de Josefina Ludmer na obra *O Corpo do Delito* como instrumento conceitual que não se submete a regimes binários; Estado e legislação, mas sim permite evidenciar a relação entre sujeito e vivências dentro dos corpos do estado (LUDMER,2002,p.9) , presentes nas obras do escritor francês Marcel Schwob e do escritor argentino Jorge Luís Borges, especialmente por meio do gênero das *Vidas Imaginárias* que foi definido por Borges como um método proposto por Marcel Schowb , sendo o qual o autor busca personagens reais , a partir da documentação histórica e escreve sobre eles narrativas ficcionais, onde buscaremos evidenciar a relação de influência da obra de Marcel Schwob nos escritos de Jorge Luís Borges, pois o segundo faz referência ao primeiro em uma passagem de sua obra: “Schwob inventou um método curioso. Os protagonistas são reais; os fatos podem ser fabulosos e não raramente fantásticos. O sabor peculiar deste trabalho está nessa oscilação” (BORGES, 1997, p. 10). Ambos os autores compartilham da percepção de que a literatura seria como um exercício estético que busca representar as ações humanas, incluindo, nessas ações, os delitos e, posteriormente, a infâmia. Nesse processo de representação ocorre, para ambos os autores, a singularização dos indivíduos e esse movimento de singularização é compreendido, por Borges e por Schowb, como uma reação a outras formas de narrativização, como as construções feitas pelos historiadores nos séculos XVIII e XIX das grandes narrativas nacionais e teleológicas. Para compreendermos esse movimento, buscaremos analisar as obras *Vidas Imaginárias*, de Marcel Schwob, e *História Universal da Infâmia*, de Jorge Luís Borges. Em ambas as obras evidenciaremos como a escrita literária permite um reflexo das sociedades nas quais os dois autores estão inseridos, isto é, na França e na Argentina do final do século XIX e início do século XX.

Palavras-chave: Jorge Luis Borges, Delito, Argentina, intelectualidade

A Literatura que disputa a História: a aposta narrativa de Elena Poniatowska

Kíssila Valadares

Resumo: O presente trabalho busca articular a discussão do conceito de testimonio e suas categorias, com as relações entre a memória, as narrativas construídas, e a violência estatal a partir da obra *La Noche de Tlatelolco* de Elena Poniatowska. Três anos depois do massacre, em 1971, a jornalista e escritora Elena Poniatowska publicou a obra *La noche de Tlatelolco*. A obra é constituída por um vasto conjunto de relatos sobre o massacre de 02 de outubro de 1968, incluindo de estudantes e seus pais, parte de discursos institucionais, cantos entoados pelos manifestantes nas ruas e uma série de fotos e depoimentos. Dessa forma, Elena Poniatowska não busca criar um bloco homogêneo do movimento estudantil, e sim, apresentar a pluralidade dos atores que o compunham, bem como uma disputa contra hegemônica à construída pelo governo mexicano. O livro pertence a categoria do conceito de Testimonio, que segundo Márcio Seligmann-Silva, foi desenvolvido a partir dos anos 1960 na América Latina e passa-se da função testimonial da literatura para um novo gênero literário, onde há uma convergência entre política e literatura. O testimonio existe no contexto de uma contra-história, da denúncia e da busca de justiça. A verdade e a utilidade são, portanto, fundamentais na concepção de testimonio. Nesse sentido, o livro se apresenta como um contraponto, uma outra visão do massacre de Tlatelolco. A partir dessa categorização, alguns questionamentos fazem-se necessários: papel relevante do testimonio para a história da América Latina, justamente ao compreender as especificidades, como a presença de um mediador devido as taxas de analfabetismo, a correlação de forças políticas e violência estatal, e principalmente, a necessidade de contrapor a história oficial, considerando outros atores e sujeitos que constituem as sociedades latino-americanas. O apelo do testimonio a verdade possui um peso político, de algo que supera uma falta. O testimonio passa a ter uma função documental. Se propõe, portanto, a ser um complemento para a ausência de informações acerca das violências

norte-americanos. O testimonio se configura assim, como a visão do terceiro, do colonizado ou do que Spivak chamará de subalterno em sua antropologia do Sul global.

Palavras-chave: Testimonio, América Latina, La Noche de Tlatelolco

Em nome da ordem: violência governamental em regimes democráticos na obra de Elena Garro (1957-1991)

Mariana Adami

Resumo: A historiografia sobre o século XX mexicano tradicionalmente contempla, com diversos vieses de abordagem, o grande marco político nacional do período: a Revolução Mexicana. Pensar as mobilizações sociais e instituições políticas derivadas do processo revolucionário tem sido uma das preocupações centrais dos historiadores, desde a organização do Estado pós-revolucionário. No entanto, são mais raros os estudos que tratam da segunda metade do século e, aqueles que o fazem, geralmente se atêm aos desdobramentos do Massacre de Tlatelolco (1968), símbolo do autoritarismo do Partido Revolucionário Institucional (PRI), à frente do governo desde os anos 1920. Recentemente, teve início um esforço dos historiadores em compreender melhor o fechamento do regime pós-revolucionário, sua atuação e manutenção à frente das instituições – em tese – democráticas do poder mexicano. Assim, estudiosos das últimas décadas passaram a se dedicar ao estudo da construção dos mecanismos e jogos políticos entre a institucionalização da Revolução e o trágico evento na Plaza de las Tres Culturas. Temas como a ascensão do conservadorismo e o avanço da violência, bem como o debate público sobre a governança, fomentado por intelectuais e líderes de movimentos civis, entraram para a agenda das pesquisas em História. Utilizando-se de fontes privilegiadas para o acesso às discussões, como os jornais e a ficção, as investigações procuram interseccionar produção cultural, política e vozes ocultadas da historiografia mais consolidada. Alinhando-se a esta tendência, a presente proposta de comunicação visa a explorar a obra da escritora e jornalista Elena Garro (1916-1998), com especial enfoque na novela *Y Matarazo no llamo...*, escrita entre 1957 e 1960, mas publicada somente em 1991. A partir do romance, que trata de uma impactante greve ferroviária em 1959, pretende-se analisar e discutir as narrativas sobre a violência estatal em um regime democrático, bem como as formas de organização e luta civis, em

contextos de restrição de direitos e de construção do medo como política de Estado. Além disso, o trabalho retoma o fundamental debate sobre os usos e possibilidades da ficção no estudo e renovação da História, uma vez que se trata de um espaço criativo, de liberdade argumentativa e, portanto, da emergência de novas vozes.

Palavras-chave: Elena Garro, México Contemporâneo, violência estatal, História e Literatura

Do desejo de liberdade à submissão em Cuba: as Unidades Militares de Ajuda à Produção (UMAPs) como um produto da institucionalização política do governo revolucionário (1965-1968)

Roberta Ornelas Oliveira

Resumo: Na presente comunicação, analisaremos as práticas e os reflexos da institucionalização política e revolucionária em Cuba, na década de 1960. Buscaremos entender as restrições políticas, sociais e culturais a cargo da legitimação da administração estatal, para, assim, compreendermos os limites da ação revolucionária diante da liberdade. É por meio desse debate que trataremos sobre a dinâmica de repressão dentro da Ilha, materializada, principalmente, nas Unidades Militares de Apoio à Produção (UMAPs) – campos de trabalho forçado, em vigência entre 1965 e 1968, para indivíduos não alinhados com os eixos da Revolução Cubana. A partir dessa discussão, dimensionaremos o funcionamento dessas Unidades e trataremos sobre os seus principais alvos, com o objetivo de obtermos resultados sobre a extensão do silêncio político, do ostracismo e do exílio dos cubanos. Utilizaremos como fonte documental algumas literaturas de testemunhos, entre elas, produzidas por Alberto Gonzalez Munoz (2012), José Caballero Blanco (2013) e Raimundo García Franco (2017), além de alguns números da Revista Temas (2008).

Palavras-chave: Cuba, repressão, UMAPs

A Nação branca e a população negra: as intelectualidades afro-uruguaias e o racismo científico no começo do século XX.

Jessica Gonçalves Santomauro

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo analisar a reação das intelectualidades afro-uruguaias da primeira metade do século XX contra o discurso de hierarquização racial, ainda muito presente na sociedade uruguaia naquele período, e que dividia a humanidade em “raças” distintas, sendo uma supostamente superior ou inferior às outras. Para isso, serão utilizadas publicações periódicas produzidas pela comunidade afrodescendente, especialmente a revista *Nuestra Raza*, produzida entre os anos de 1933 e 1948, que fez da luta contra a discriminação racial a sua principal bandeira. Naquele período, o Uruguai construía sua imagem como um país branco, ignorando e marginalizando todas as contribuições e participações da população negra da história nacional. Pretende-se demonstrar como o “racismo científico” influenciou nessa construção, e de que forma parte da intelectualidade negra do país respondia a ele. As “doutrinas das raças”, surgidas entre os séculos XVIII e XIX, na Europa Ocidental, tiveram grande influência na América Latina em um momento muito delicado de sua história: o período de consolidação das identidades nacionais. De acordo com essas teorias, a América – com exceção dos Estados Unidos e Canadá – parecia fadada à barbárie e a anarquia, e sua formação racial, composta por números significativos de afrodescendentes, indígenas e mestiços, era a grande responsável. Para tentar se livrar desse destino, cada nação buscou modificar sua composição racial “branqueando” suas histórias, culturas e políticas, além de estimular imigrações de determinados países europeus na tentativa de “melhorar” a população. Esse desejo de “branqueamento” permeou o imaginário uruguaio nas comemorações do mítico Centenário da Nação realizadas entre as décadas de 1920 e 1930, momento crucial para a formação dos modelos de nação e cidadania que podem ser vistos até hoje no país (CAETANO, 2010), em que ocorreram grandes disputas acerca das narrativas do passado. É nesse período que vemos surgir, e ressurgir, diversos jornais e revistas publicados por e para comunidade afrodescendente, na tentativa de se posicionar e encontrar o seu lugar na

identidade nacional, bem como defender que todos, independente de sua cor, são iguais.

Palavras-chave: intelectualidades negras; racismo científico; Uruguai

Escavidão de fronteira, um olhar a partir do Texas no longo século XIX

Karen Souza da Silva

Resumo: Ao entender que em espaços fronteiriços é mais perceptível constatar formas híbridas de escavidão, a comunicação busca apresentar a especificidade da escavidão negra na fronteira Norte do México, divisa com os Estados Unidos, precisamente o Texas, para entender de que modo o capitalismo global se consolida em finais do século XIX, apesar de sua emergência já no início do período. Capitalismo ancorado em diferentes formas de trabalho compulsório e em marcos regulatórios nem sempre bem definidos. Lugares em que a indefinição possibilita a coexistência entre o legal e o ilegal; entre a escavidão negra legal no Texas e ilegal no México. Embora o processo de abolição da escavidão negra no México republicano tenha induzido os movimentos pela Independência do Texas escravista, 18orger18-a-lo de um quadro mais amplo de disputas interimperiais e de redefinição da ordem econômica mundial é como criar a máquina do tempo para, em looping, o presente visitar. Independência das Treze Colônias, revoluções francesa e haitiana, Guerras Napoleônicas, ascensão e queda do poder britânico, surgimento do poder americano. Em cena, atores estatais que se revezam como protagonistas de uma história que adquire significação pelo grito silencioso dos coadjuvantes, pela ação invisível das coxias que torna visível, ainda quando intransponível, bifurcações labirínticas borgeneanas. O longo século XIX deve ser entendido como um período em que a região disputada por comanches (índios), hispano-mexicanos (ibéricos) e norte-americanos (anglo-saxões) é a própria definição de fronteira como “lugar” de conflitos e de indefinições responsáveis por forjar o arcabouço regulatório de sociedades ainda em construção. Relações que se tornam mais evidentes quando recorremos à instrumentalização de uma história comparada

transnacional capaz de ressaltar como os conflitos bélicos entre mexicanos e norte-americanos (Batalha de San Jacinto e Guerra México-EUA) iluminam o entendimento sobre o marco regulatório que possibilita ora a manutenção ora a abolição da escravidão, acirrando e reconfigurando acordos (internos e externos) anteriormente pactuados. Regulações relacionadas não apenas ao uso da mão de obra, mas à tributação sobre o uso e posse da terra; às especificidades de trocas comerciais; à própria jurisdição estatal cujos interesses políticos e econômicos dos atores envolvidos são evidenciados por disputas que envolvem micro e macrodecisões intrinsecamente relacionadas.

Palavras-chave: Escravidão, fronteira, capitalismo, México-Texas-EUA

Conexões periféricas no pensamento de José Carlos Mariátegui: América Latina e “Oriente” nos anos 1920

Karina de Oliveira Oyakawa

Resumo: O objeto dessa comunicação é a produção intelectual do socialista peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) acerca dos países à margem do centro capitalista, compreendendo o período de crise do Ocidente após a Primeira Guerra Mundial. Para a historiografia latino-americana, nos anos 1920, sobre os quais nos deteremos, ocorreu uma maior aproximação entre os países periféricos devido principalmente a três fatores: o Imperialismo, a Revolução Russa e a Primeira Guerra Mundial, que contribuíram para a criação de propostas compartilhadas em torno de lutas pela transformação social. Esses acontecimentos do início do século XX manifestaram-se na cultura por meio da obra e da ação política de diversos grupos e intelectuais, favorecendo o desenvolvimento do pensamento latino-americano. Afastando seus olhares da Europa e dos Estados Unidos esses sujeitos buscaram novas referências para pensar a nação, proporcionando, ainda, maior densidade à discussão sobre a identidade latino-americana e o lugar que o subcontinente ocupava no arranjo mundial. Como um atento crítico, Mariátegui formulava interpretações desse panorama, inserindo o Peru e a crise

da ordem oligárquica em suas proposições regionais (latino-americanas) ou globais. De forma a conjugar a revolução mundial com a revolução no Peru e integrar, de maneira original, o indígena e sua cultura no processo de transformação. A trajetória intelectual do socialista contém uma série de ensaios e notas dedicados ao comentário e à análise internacional, incluindo Ásia, África e América Latina. Assim, uma das faces de seu pensamento resulta do exame da situação dos países periféricos no pós-guerra e das possíveis conexões, em termos de circulação de ideias, existentes entre eles nesse período, particularmente no decênio em questão. Tendo como premissa a dialética entre o seu internacionalismo e suas preocupações com o nacional, nossa intenção será analisar como Mariátegui tratava da América Latina e dos outros continentes mencionados, procurando compreender como a aproximação de contextos culturais diferentes contribuiu para a sua obra. De forma ampla, entendemos que o estudo da produção desse intelectual pode propiciar uma maior apreensão do ordenamento mundial pela margem do capitalismo (do que se concebia como periferia econômica e cultural), sobretudo por meio do debate das ideias e propostas político-ideológicas surgidas nesses países face à dominação.

Palavras-chave: Anos 1920, crise do Ocidente, José Carlos Mariátegui, marxismo, Oriente, pensamento latino-americano

Forjando Patria: a atuação de Manuel Gamio na criação da Dirección de Antropología e na consolidação do indigenismo institucional mexicano

Nathália Alves Louzada Boaventura

Resumo: Essa apresentação centra-se em analisar a atuação do antropólogo e arqueólogo Manuel Gamio na institucionalização do indigenismo mexicano através da criação da Dirección de Antropología (1917-1924). A instituição científica idealizada e dirigida pelo intelectual converteu as populações indígenas em objeto de interesse e tinha como objetivo o desenvolvimento de um inventário histórico e contemporâneo dos diversos grupos que compunham o país. Compreendendo a sua criação como um

projeto político de aliança entre uma intelectualidade e o Estado, que durante a Revolução iniciada em 1910 passaram a se preocupar com os elementos constitutivos da nação a ser projetada, pretendemos discutir os modos pelos quais se operou uma ressignificação de um passado indígena no imaginário mexicano e como a antropologia tornou-se um instrumento fundamental para a construção e consolidação de um projeto nacional. Sendo um dos principais movimentos intelectuais e políticos do século XX na América Latina, o indigenismo exerceu um importante papel no debate ideológico que permeou políticas públicas no país e sua retórica foi muitas vezes incorporada ao discurso nacional vinculando-se ao contexto de (re)construção das identidades. Manuel Gamio teve papel fundamental nesse processo, associando-se aos governos e consagrando-se como um dos principais ideólogos do indigenismo e do nacionalismo mexicano.

Palavras-chave: Indigenismo, Manuel Gamio, identidade nacional, antropologia, Revolução Mexicana

A morte atribui valor a uma obra de arte?: a trajetória de Hevecus e as mudanças no processo valorativo de sua produção artística

Bianca Guimarães Ferreira

Resumo: Nascido em Divinópolis – MG, Hércules Veloso Cordeiro (1952-1987), mais conhecido como Hevecus, foi um pintor autodidata, que deixou um vasto legado de obras espalhado pela cidade, com amigos e admiradores. Ficou conhecido por perambular pelas ruas comercializando seus trabalhos em bares e praças, muitas vezes trocando-os por bebidas e cigarros. Conviveu com importantes nomes do cenário cultural de Divinópolis, dos quais podemos citar Adélia Prado e Heraldo Alvim. Participou de diversas mostras artísticas, despertando a atenção de críticos e especialistas regionais. Homossexual, muitas de suas obras apresentam a 21orge21-amer como principal temática e suas opções estéticas, aparentam questionar ou incitar um debate acerca da sexualidade e suas diversas facetas. No período de sua produção, décadas de

1970 e 1980, surgiram os primeiros casos de HIV no país, fazendo com que a sociedade de uma cidade interiorana e conservadora, tratasse com aversão os comportamentos que expunham práticas sexuais consideradas “anormais”. Além disso, o pintor passou a causar incômodo, devido seu comportamento boêmio e polêmico, sendo que em 1986, é internado na Clínica São Bento Menni, para se recuperar da dependência alcóolica. Todos os eventos supracitados, influenciaram no processo valorativo de seu trabalho. Dessa forma, nosso objetivo é observar a trajetória do artista e sua produção, investigando a importância que a imagem pessoal de Hevecus exerceu na recepção de suas obras. Também pretendemos discutir a utilização de elementos visuais, como forma de dizer não-ditos sociais. Para isso, a metodologia empregada, baseia-se na análise do documentário e encarte “Hevecus: um artista solar” de 2012, que traz algumas obras e entrevistas com apreciadores e colecionadores de Hevecus. Discutiremos sobre a importância que esse material exerce na construção de uma memória do artista e atua nas dinâmicas do processo valorativo de sua produção artística. Até o momento, foi possível verificar que, a relação entre o impacto causado pelas obras de Heveus e a receptividade divinopolitana, foi um dos vários motivos que levaram o pintor à marginalização social e conseqüentemente a desvalorização artística. Todavia, cerca de trinta anos após a sua morte, um grupo de amigos, que ocupavam posições de prestígio na cidade, elaboraram inúmeras ações de valorização e memória do artista, fazendo com que hoje, Hevecus seja lembrado com admiração e respeito.

Palavras-chave: Hevecus, Divinópolis, Sociedade, Valor

As brigadas muralistas chilenas na campanha eleitoral de 1970

Clara Duarte Lara

Resumo: Este trabalho pretende contribuir para o diálogo entre a história intelectual e os estudos da cultura visual, a partir da análise da atuação das Brigadas Muralistas chilenas durante a campanha eleitoral de 1970. Para tanto, levaremos em conta as problemáticas de produção, circulação, recepção, apropriação e outras mediações

institucionais das intervenções no espaço público realizadas por esses grupos. Nesse sentido, a atenção à materialidade das obras e a compreensão das mesmas como elementos ativos dentro das relações sociais será crucial para explorar os murais em sua historicidade e compreender os projetos políticos aos quais eles se articularam. A questão do suporte se torna particularmente relevante, tendo em vista as escolhas e motivos que levaram essas organizações a optarem por uma produção artística de caráter público e efêmero. As Brigadas Muralistas foram grupos constituídos por artistas, mas principalmente por jovens militantes e voluntários que trabalharam em prol da campanha do candidato da Unidad Popular (UP), Salvador Allende. As duas organizações que mais se destacaram nesse contexto foram a Brigada Ramona Parra (BRP) e a Brigada Elmo Catalán (BEC). Ambas se organizaram como Brigadas propriamente ditas, a partir da demanda de seus respectivos partidos em criar uma propaganda política para o candidato em questão. Seus murais manifestavam o projeto político do partido, procurando conscientizar os receptores. Um atributo muito usado foi a exaltação do povo chileno, principalmente os trabalhadores, afirmando que eles iriam trazer o futuro do Chile. Esta comunicação procura explorar essas questões a partir de uma análise aprofundada de uma das obras produzidas no contexto da campanha eleitoral. O mural em pauta foi realizado em 1970, nos muros exteriores ao hospital Barros Luco, na cidade de Santiago. A autoria não é definida. A diversidade das temáticas e a extensão do trabalho permitem conjecturar que a obra foi executada por diferentes organizações muralistas, incluindo a BRP. A obra em questão é feita de vários blocos diferentes, em que a maioria exibe as expectativas para o novo governo, como por exemplo que o cobre seja do povo chileno, que haja trabalho para todos, que a terra seja de quem trabalha para ela, que os únicos privilegiados sejam as crianças, entre outros murais.

Palavras-chave: História intelectual, Cultura Intelectual, Brigadas muralistas, Chile, Unidad Popular

Interpretações sobre o futurismo italiano no Brasil, Argentina e Uruguai entre 1909 e 1926

Helaine Nolasco Queiroz

Resumo: Minha participação no VI EPHIS visa apresentar a proposta de pesquisa na área da História das Américas que pretendo desenvolver no pós-doutorado. A pesquisa pretende analisar o impacto do movimento futurista no Brasil, Argentina e Uruguai desde o lançamento do “Manifesto Futurista” até a primeira viagem de seu criador, o escritor italiano Filippo Tommaso Marinetti, a esses países, em 1926. A imprensa dos três países notícia ações e publicações de futuristas e, especialmente, de Marinetti desde que esse lança o “Manifesto Futurista”, em 1909. A partir daí, o termo futurismo assume distintas interpretações junto à imprensa e à intelectualidade latino-americanas, sendo associado à arte moderna, às vezes, incompreensível e indigna de ser levada a sério e, outras vezes, uma estética legitimamente ajustada aos tempos modernos. Também remete à noção de um futuro repleto de novidades tecnológicas e científicas, como o avião, o telefone e o automóvel. Quando Marinetti chega à América, em 1926, seu envolvimento com o fascismo italiano já é bastante claro, o que gera críticas diversas sobre a presença do mesmo no continente. A imprensa e a intelectualidade dos três países se dividem entre a exaltação do futurismo enquanto movimento artístico e sua condenação (e, às vezes, glorificação) enquanto doutrina apoiadora de um regime autoritário. O trabalho proposto se trata de uma pesquisa comparada entre Brasil, Argentina e Uruguai, método que, além de mostrar semelhanças e diferenças entre objetos de estudo – livros, autores, revistas, contextos, países, sociedades –, proporciona a análise de interconexões entre esses países. Busca-se analisar as razões pelas quais Marinetti viaja ao Brasil, Argentina e Uruguai em 1926 e o impacto de sua visita na produção intelectual dos três países, tanto em termos estéticos quanto políticos. Procuramos perceber como determinadas vanguardas se afastam ou se aproximam do futurismo, considerando-o uma escola ultrapassada ou estrangeira, a qual não se deve copiar ou como uma estética adequada ao tempo presente. No que diz respeito ao campo político, buscamos perceber como as características políticas e/ou intelectuais específicas do Brasil, Argentina e Uruguai

permitem que o envolvimento de Marinetti com o fascismo seja exaltado ou criticado em cada desses países.

Palavras-chave: Futurismo, Marinetti, Vanguardas Latino-Americanas

A Guerra do Paraguai tem rosto de mulher

Paola Micotti

Resumo: A Guerra do Paraguai, evento histórico que fez parte do processo de construção e consolidação dos Estados nacionais dos países envolvidos no conflito, fora também tema importante para a arte brasileira do século XIX. Dentre as pinturas sobre a guerra, Batalha de Campo Grande (1871), produzida por Pedro Américo, nos traz algumas reflexões. Realizada em 1871, a pintura relembra a batalha ocorrida dois anos antes, no dia 16 de agosto de 1869. A obra tem em seu centro a figura de Conde d'Eu, Comandante-em-Chefe das forças Aliadas, puxando seu cavalo branco em movimento de proteção, sendo acobertado por outros membros do exército. Abaixo do comandante, um soldado paraguaio, sendo caracterizado pela ausência de uniformes e pela exposição corporal ao ataque. Na margem inferior da tela, notam-se outros soldados paraguaios que se encontram caídos e marcados por tonalidades escurecidas, com a feição que nos remetem aos traços indígenas. Representados de forma selvagem, os paraguaios são retratados como despreparados para o combate armado, fadados à derrota perante as forças militares que compunham o Exército Brasileiro. A pintura nos chama atenção, não somente por se tratar do último grande conflito da guerra, mas principalmente pela composição das forças armadas dos vencidos. Composta por figuras masculinas, nas forças paraguaias e brasileiras, a obra nos inquieta pela ausência das mulheres paraguaias. O Exército Paraguaio, já muito reduzido após quatro anos de guerra, contava com a participação majoritária de mulheres, bem como, de crianças, durante o conflito de Campo Grande. Entretanto, não é possível visualizar tais sujeitos na obra de Américo. Em contraposição à ausência no quadro, as mulheres paraguaias eram maioria da população do país antes, durante e depois da guerra. Desse modo,

buscaremos historiar as escolhas de Américo, e contrapor sua pintura com outras fontes sobre a Batalha do Campo Grande. Sendo inerente a necessidade do cruzamento de fontes, utilizamos também periódicos brasileiros contemporâneos à guerra, buscando contrapor as imagens e narrativas construídas sobre as mulheres paraguaias. Desse modo, buscaremos discutir de que forma a categoria de gênero se fez presente na construção do “outro” e no próprio projeto de identidade brasileira, bem como debater os silenciamentos presentes na pintura e na historiografia.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai, Gênero, Mulheres, Pedro Américo

A justiça protagoniza a memória do horror: a construção de discursos sobre a ditadura militar argentina na justiça espanhola

Ana Carolina Balbino

Resumo: Essa comunicação visa debater o papel da justiça na construção de memórias dos casos de violações de direitos humanos. A partir do julgamento aberto em Madri contra os repressores argentinos, pretende-se debater como os tribunais concedem um caráter de verdade a certos discursos e memórias, permitindo que determinados atores político-sociais ganhem maior espaço para expor suas histórias e construir memórias do período repressivo.

Palavras-chave: ditadura militar argentina, justiça, memória

O corpo desaparecido: a temática da desapareição forçada na obra de Doris Salcedo

Barbara Manguiera do Nascimento

Resumo: Este trabalho propõe pensar como as artes visuais utilizam de estratégias estéticas para abordar o tema da desapareição forçada em contextos de violência política. Como estudo de caso, propomos analisar essa questão na obra da artista

colombiana Doris Salcedo, entendendo que além de tocar em uma questão sensível da história de seu país, perpassadas por décadas de um violento conflito armado, a artista também se insere em um campo de disputa pública pela memória de tais eventos. Mais do que referenciar a violência, a relação que propõe entre arte, memória e história também se apresenta como uma forma de resistência ao esquecimento forçado e tentativas de apagamento da história colombiana. Diversos artistas 27orge27-americanos referenciam os desaparecidos políticos em suas obras, o que faz dessa temática uma forte característica da arte contemporânea do nosso continente. As estratégias estéticas apresentadas por estes se configuram em uma forma de ressignificar as histórias de violência e de criar alternativas às narrativas de estigmatização e resignação. Nessa perspectiva, muitas obras estão ligadas aos vestígios materiais das mortes e desaparecimentos, como podemos observar em algumas obras de Salcedo. A temática dos desaparecidos é central nas discussões que envolvem a história recente colombiana, visto que segundo dados do Registro Único de Víctimas e do Centro Nacional de Memória Histórica, pelo menos desde 1985 são registrados mais de 25.000 casos de desaparecimentos forçados causadas pelo conflito armado, número superior à soma das ditaduras do cone sul. Desta forma, ao trabalhar com a questão de forma pública em suas obras de arte, Salcedo toca questões sensíveis e dilemas que não dizem respeito apenas ao universo da arte, mas também das discussões sobre memória e história do tempo presente.

Palavras-chave: arte contemporânea, conflito armado colombiano, desaparecimento forçado, Doris Salcedo.

Lesbianidade e ditadura militar na América Latina: uma análise dos casos brasileiro e chileno

Julia Aleksandra Martucci Kumpera

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as violências perpetradas pelas ditaduras latino-americanas contra as lésbicas, especialmente nos casos brasileiro e

chileno. De acordo com Norma Mogrovejo (2000), a história do ativismo lésbico na América Latina está intrinsecamente conectada ao contexto político regional. Neste sentido, entendemos a emergência dos grupos lésbico-feministas e sua atuação como parte das estratégias formuladas para fazer frente à repressão. Para a análise proposta, analisaremos ações realizadas pelos grupos Ayunquelén (Chile) e GALF (Brasil) frente à violência e repressão contra as lésbicas. Buscamos compreender uma faceta do autoritarismo dos governos militares: suas políticas sexuais e seu caráter heteronormativo, cujas consequências nas vidas de lésbicas foi a perseguição policial, a censura e a internação psiquiátrica. Propomos, na esteira dessas reflexões, a pertinência do conceito de “nação heterossexual” (Ochy Curiel, 2014) para compreender o aspecto moralizante-saneador das ditaduras em consonância com seus projetos políticos nacionais.

Palavras-chave: lésbicas, ditadura militar, América Latina, políticas sexuais, movimento lésbico

ST 2 – História das ciências e da saúde em perspectiva: saberes práticos e circulação

José Roberto Silvestre Saiol

Doutorando em História
Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz
josersaiol@gmail.com

Avohanne Isabelle Costa de Araújo

Doutoranda em História
Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz
avohanneu@yahoo.com.br

Jorge Tibilletti de Lara

Mestrando em História
Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz
29orge.tibilletti@gmail.com

Paulo Ítalo Moreira

Doutorando em História
Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz
paulomitato@gmail.com

Proposta do Simpósio

O presente simpósio tem como objetivo principal estabelecer um espaço de debates e intercâmbios acadêmicos com pesquisadores oriundos de diferentes instituições que, em suas pesquisas, privilegiem temas, objetos de estudo, debates e metodologias de trabalho caros ao campo da história das ciências, da saúde e da tecnologia em diferentes temporalidades. Nas últimas décadas, o interesse pela dimensão histórica de saberes e práticas médico-científicas ajudou a consolidar um campo de pesquisas que vem despertando cada vez mais interesse no interior da produção historiográfica brasileira. Acompanhando as tendências da historiografia internacional, uma das características centrais da disciplina de história das ciências – que abarca também estudos sobre história da saúde, das doenças e da tecnologia – é a interdisciplinaridade dos trabalhos produzidos na área. Este novo fôlego esteve associado à renovação historiográfica pela qual vem passando o campo pelo menos desde a década de 1960, com trabalhos seminais que inauguraram novas perspectivas teóricas e metodológicas, e ampliaram o escopo das pesquisas, privilegiando a agência de diferentes atores socio-históricos e as dinâmicas complexas entre ciência, sociedade, cultura e política. Todavia, essa expansão do campo não veio acompanhada da ampliação dos espaços de debate voltados para o acolhimento destas pesquisas, o que se traduz na ausência frequente de simpósios temáticos e grupos de trabalho dedicados a promover o encontro de pesquisadores

interessados em dialogar nesta área. Nesse sentido, serão bem vindos neste simpósio temático trabalhos que abordem a constituição histórica de enunciados, saberes e práticas médico-científicas, estudos sobre intercâmbios, circulação e comunicação do conhecimento científico, trajetórias intelectuais ou institucionais e pesquisas dedicadas ao exame da constituição de campos disciplinares. O simpósio acolherá também trabalhos que tematizem as expedições científicas ou que possuam objetos de análise ligados ao campo da história ambiental e dos estudos sobre o antropoceno. Interessam ainda pesquisas dedicadas à história das doenças e dos cuidados em saúde, sobretudo aquelas cujas análises levem em consideração marcadores sociais, de raça e gênero. Finalmente, serão recebidos trabalhos que problematizam as relações entre ciência, saúde e projetos de desenvolvimento, modelos assistenciais, e os desafios contemporâneos da ciência frente aos diferentes negacionismos que emergem com força cada vez maior no mundo contemporâneo.

Cuidar do Corpo Feminino No Portugal Setecentista

Ana Luiza Mendes Verissimo

Resumo: O saber médico português passou por inúmeras mudanças ao longo do século XVIII, faceando desde questões institucionais – relacionadas aos cursos médicos universitários ofertados em Portugal –, revisões na legislação sobre quem poderia obrar pela saúde dos corpos e mesmo de aspectos de ordem doutrinária, com o questionamento da até então unívoca teoria hipocrático-galênica. Nesse contexto, as incumbências com o corpo feminino, sobretudo no partejo, representam uma importante área de reflexão, até então pouco vislumbrada em obras de língua vernácula. A partir dos escritos de médicos, cirurgiões e letrados que atuaram em Portugal e publicaram, em língua portuguesa, suas observações sobre os corpos doentes suas formas de curá-los – a exemplo de João Curvo Semedo, Francisco da Fonseca Henriques, Bernardo Pereira, Jacob Castro Sarmiento, Antônio Nunes Ribeiro Sanches e Luís Antônio Verney –, a presente proposta visa investigar como o cuidado com a saúde do corpo feminino fora pensado e levado a cabo em Portugal.

Palavras-chave: História da saúde, medicina lusitana, gênero

**As Irmandades em Minas Gerais: trajetória da Irmandade Nossa Senhora das Mercês
– Santa Casa de Montes Claros**

Carla Cristina Barbosa

Resumo: Discutimos, neste trabalho, as irmandades em Minas Gerais com viés na Irmandade Nossa Senhora das Mercês- Santa Casa de Montes Claros. Neste estudo, abordamos na perspectiva comparativa, as diversas irmandades de Minas Gerais sua atuação e papel na implantação das Santas Casas, instituições assistenciais, disseminadas no século XVIII e XIX. A irmandade Nossa Senhora das Mercês, configura-se como uma das principais instituições de saúde de Minas Gerais, criada em 1871, por meio da lei nº 1776 do Governo da Província de Minas Gerais. Destacamos o papel do Dr. Carlos Versiani e do Cônego Antônio Gonçalves Chaves para implantação da Irmandade Nossa Senhora das Mercês da Santa Casa de Montes Claros, que em 1878, através do ato do Dom João Antônio dos Santos, Bispo de Diamantina, a Santa Casa foi acolhida, canonicamente pela Igreja Católica. Assim, verificamos como se deu a implantação e a transformação da Irmandade das Mercês na região, bem como, compreender o papel da Congregação do Sagrado Coração de Maria de Berllar- Bélgica, dentro do contexto histórico, social, cultural e a atuação das irmãs que vieram trabalhar na Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros- MG em 1907. As irmãs da Congregação tiveram participação imprescindível na saúde e educação da região. O trabalho aborda uma análise das irmandades em Minas Gerais tentando compreender sua organização, formação social e assistencialismo, posto que, a Irmandade Nossa Senhora das Mercês tinha caráter de caridade. A trajetória do trabalho fundamenta-se em três camadas de estudos: historiográfica, social e epistemológica. A historiográfica se desenvolve a partir da reflexão sobre a história da saúde do norte de Minas Gerais. Analisamos o tecido social através do papel das Irmandades em Minas Gerais e seu caráter assistencialista e a análise epistemológica, buscamos entender a Irmandade Nossa Senhora das Mercês- Santa Casa de Montes Claros a partir da rede conceitual da história oral, os depoimentos, documentos e jornais utilizados na pesquisa.

Palavras-chave: História da Ciência, Saúde, Irmandades, Santas Casas, Santa Casa de Montes Claros

Alimentação de “má qualidade que mais vale prescindir dela”: gêneros alimentícios e saúde na Cidade do Natal, segunda metade do século XIX

Avohanne Isabelle Costa de Araújo

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir sobre as condições dos gêneros alimentícios que eram vendidos no mercado público da Cidade do Natal. O foco está em entender o funcionamento da sua fiscalização, tendo como agentes a Inspeção de Saúde Pública, a Câmara Municipal e como as decisões destas instâncias maiores incidia nos hábitos da população com os alimentos e sua comercialização. A alimentação é enfatizada, porque na segunda metade do século XIX, a mesma virou atenção das autoridades provinciais, médicas e camarárias como um problema de saúde pública, principalmente em virtude da seca de 1877 e, com ela, o aparecimento de doenças como varíola e beribéri, esta última ocasionada pela deficiência nutricional da vitamina B no organismo. É neste momento também que passamos a conhecer melhor os consumidores destes alimentos. São homens e mulheres que pescavam os peixes às margens do Rio Potengi e os chamados retirantes da seca que aparecem na documentação governamental, os últimos como os responsáveis pela desordem e saques no comércio da Ribeira e Cidade Alta. Ou seja, são nestas tensões que estes homens e mulheres simples são representados por essa elite e que as relações de poder frente a um conhecimento técnico-científico de médicos e autoridades provinciais são percebidas, numa discussão voltada para o que era considerado salubre, saudável e de como os alimentos deveriam ser tratados e vendidos deslegitimando outras formas de se relacionar com o espaço como o fato de não expor as carnes verdes nas principais vias públicas da cidade. Os estudos que realizei demonstram que as péssimas condições dos alimentos estão relacionadas a dificuldade na sua fiscalização e na insalubridade de espaços como matadouro, mercado público e no modo como eram manuseados e armazenados. Em tempos de estiagem, a escassez destes gêneros alimentícios, sua má qualidade e carestia contribuíam para que a população desenvolvesse doenças cujo

motivo estava relacionado a deficiência nutricional ocasionada pelos problemas acima mencionados. Portanto, entender a saúde pública pelo viés da alimentação nos permite conhecer o cotidiano e os hábitos populares no período dos oitocentos.

Palavras-chave: Século XIX, Cidade do Natal, Saúde Pública, Doenças, alimentação

História, Ciência e Saúde: a assistência aos leprosos no Lazareto de São Cristóvão – Rio de Janeiro (1915-1946)

Tarcísio Pereira Bastos

Resumo: Esta comunicação tem o objetivo de refletir a respeito das práticas assistenciais oferecidas no Lazareto de São Cristóvão, outrora denominado como Hospital dos Lázaros do Rio de Janeiro e Hospital Frei Antônio. Fundado no século XVIII e administrado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, o hospital tinha a missão de acolher e socorrer os enfermos contaminados com lepra/hanseníase, prestando-lhes assistência médica, hospitalar e medicamentosa. Em sua história, a instituição funcionou como leprosário, hospital especializado, laboratório de leprologia, centro de pesquisas e sede de órgãos sanitários. O recorte cronológico se refere ao início da gestão de Mário da Silva Nazareth como provedor da Irmandade da Candelária (1915-1923), bem como, ao ano de criação da Comissão de Profilaxia da Lepra, em 1915, na cidade do Rio de Janeiro; e à instalação do Instituto de Leprologia, do Serviço Nacional de Lepra, do Departamento Nacional de Saúde, nas dependências do Lazareto, em 1946. Nesta proposta, tem-se como embasamento teórico: Assistência pública e privada no Rio de Janeiro: história e estatística (ASSISTÊNCIA, 1922); História da lepra no Brasil: período republicano (SOUZA-ARAÚJO, 1956); Entre ideias e ações: lepra, medicina e políticas públicas de saúde no Brasil (COSTA, 2007); Excluir, isolar e conviver: um estudo sobre a lepra e a hanseníase no Brasil (CURI, 2010); Lepra, medicina e políticas de saúde no Brasil (CABRAL, 2013); “Aqui renasce a esperança”: o tombamento do Hospital Frei Antônio (BASTOS, 2018); e Patrimônio cultural & acervos da saúde: o tombamento do Hospital Frei Antônio (BASTOS, 2019). A metodologia adotada se concentrou na análise de relatórios, estatutos, regulamentos, cronologias, registros e trechos de referências

bibliográficas. Tal acervo é proveniente do Arquivo Francisco Batista Marques Pinheiro (AFBMP), do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ). Almeja-se contribuir para os estudos no campo da História das Ciências e da Saúde, História da Assistência Médica e Hospitalar, História das Doenças, História Fluminense, Políticas de Saúde e Profilaxia da Lepra/Hanseníase.

Palavras-chave: História da Saúde, História das Doenças, Lepra, Hospital Frei Antônio, Rio de Janeiro

As incomensuráveis riquezas e belezas naturais do nosso sertão: O Piauí na Exposição Nacional de 1908

Laila Pedrosa da Silva

Resumo: Este trabalho propõe uma investigação a respeito da participação do Piauí na Exposição Nacional de 1908, realizada em comemoração ao primeiro centenário da abertura dos portos as nações amigas. O objetivo é entender a importância que a mostra teve entre as elites locais para alcançar seus anseios políticos e econômicos. Pressupomos que a Exposição Nacional de 1908 foi oportuna para divulgação das potencialidades econômicas daquele estado que se via na fronteira do progresso. O evento que visava celebrar o desenvolvimento do país, realizando um “inventário do Brasil para os próprios brasileiros” (PEREIRA, 2010, p.7), representou a concretização de projetos políticos que se iniciaram na segunda metade do século XIX, e abriu um conjunto de expectativas àquele estado localizado nos sertões brasileiros. Uma série de interesses estava postos, tais como os relacionados à exploração dos seus recursos naturais, à autonomia dos seus governadores e à integração da região aos costumes cosmopolitas. Os discursos das elites piauienses giravam sempre em torno da modernização do território, na medida em que almejavam superar a imagem de atraso e isolamento que se tornou marca registrada daquela região desde suas primeiras representações. No entanto, é perceptível como tal imagem se constituiu como ferramenta para efetivação de interesses econômicos, considerando que o Piauí não era

tão isolado como se desejava destacar, pois desde o século XIX comercializava com vários estados e, inclusive, com outros países. Além disso, a extração da borracha de maniçoba, da cera de carnaúba e do coco babaçu abriu portas para comercialização nacional e internacional. Assim, mais do que um projeto nacional que visava expandir as fronteiras e explorar as riquezas do Brasil Central, o discurso de integração no Piauí passou constantemente a atender demandas regionais, enquanto as exposições tornaram-se vitrines para evidenciar sua diversidade produtiva, atrair investimentos e dinamizar a economia.

Palavras-chave: Exposição, Piauí, Integração

Ciência, natureza e expedições: a História da Exploração da Carnaúba sob perspectiva transnacional

Paulo Italo Moreira

Resumo: O objetivo dessa comunicação é apresentar uma possibilidade teórico-metodológica de análise para a história da exploração da palmeira carnaúba no nordeste do Brasil, principalmente sobre os usos econômicos dessa planta a partir da iniciativa de companhias estrangeiras, como a norte-americana SC Johnson & Son. A empresa realizou uma expedição em 1935 com destino aos estados do Ceará, Bahia, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. O grupo, formado por dois botânicos, um químico - o presidente da empresa – assessores, piloto e copiloto, partiu de Wisconsin com os objetivos de mapear e estudar as áreas de ocorrência da palmeira Carnaúba, fazer levantamentos sobre a produção e extração da cera desta planta, e adquirir fazendas experimentais para prospecções a posteriori. Após o fim da expedição, a companhia retornou ao Ceará para iniciar as suas atividades de estudo, pesquisa e cultivo da carnaúba para a produção de cera em escala industrial nos campos de estação experimental da empresa. A carnaúba, propriamente a sua cera, percorre vários países, e assume um papel central na história dessa empresa. Nesse processo, evidencia-se também a importância da química e da botânica - entendidas aqui como “commercial sciences” - para a pesquisa e exploração. A partir dos elementos

apontados, notamos a possibilidade do entendimento da carnaúba nas discussões referentes à História Global/Transnacional das Ciências, principalmente ao compreendermos a carnaúba como uma commodity. Cada vez mais os estudos sob a perspectiva da História Global e Transnacional vem ganhando espaço como forma de abordagem teórico-metodológica para a História e, em particular, para a História das Ciências. Privilegia-se a circulação de conhecimento, notadamente o movimento de ideias, pessoas, instrumentos, plantas, animais etc., e a percepção das mudanças de escala entre o local e o global na análise dos processos históricos. Nesse sentido, os estudos que têm com objeto as commodities adequam-se a essas discussões, e a proposta, portanto, é compreender a carnaúba nesses termos.

Palavras-chave: Ciência, Natureza, Commodity, Nordeste, Expedições

Os caminhos agroecológicos no Rio de Janeiro do século XX: uma perspectiva histórica

Paula Fortini Moreira

Resumo: Nessa pesquisa foi analisada a história da produção e consumo de produtos orgânicos no Rio de Janeiro a partir da insatisfação de um grupo de pessoas com o consumo de insumos agrícolas advindos da chamada agricultura convencional, que seria aquela realizada nos padrões da Revolução Verde. Por meio da História Oral, foi realizado um estudo de caso do Sítio São Cosme e Damião que produz e comercializa alimentos orgânicos na cidade de Petrópolis e Rio de Janeiro. Nos fins da década de 1970, um grupo de pessoas com ideologias ecológicas se reuniu por um sentimento comum: a insatisfação de uma política nacional que intensificou o uso de agroquímicos presentes na produção dos alimentos. Diante disso, decidiram unir forças e mobilizaram a produção de alimentos orgânicos na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, visando propiciar um consumo mais natural e sustentável à população da cidade. Na década seguinte uma rede de consumidores orgânicos se formou e fortaleceu o comércio alternativo do Rio de Janeiro, em consonância com a composição de

produtores orgânicos. A partir de 1994 criou-se a primeira feira orgânica como fruto dessa mobilização em prol da agricultura alternativa. A feira surgiu após muita luta e resistência à agricultura convencional e permaneceu por muito tempo funcionando à margem do sistema estabelecido, como forma de incitar a conscientização de um consumo sem agrotóxico e de alternativa ao consumidor que se opõe à hegemonia da produção de uma agricultura convencional ou que opta por uma alimentação de melhor qualidade. O Sítio São Cosme e Damião é um exemplo de produtor de orgânicos que comercializa nas feiras do Rio de Janeiro e representa muito bem a resistência à cultura agroquímica e seus efeitos, bem como os caminhos da agroecologia na cidade. A pesquisa se desenvolveu a partir de: leituras bibliográficas, jornais publicados no período, atas da associação de produtores e entrevistas com os idealizadores das feiras orgânicas e o produtor rural do Sítio São Cosme e Damião. Esta é uma perspectiva histórica do caminho agroecológico no Rio de Janeiro na qual compreendemos a importância da produção e conscientização do consumo de legumes, hortaliças e frutas orgânicas, e como essa rede em expansão se enquadra como resistência à hegemonia alimentar dos agrossistemas que funcionam nos moldes da agricultura convencional, no qual trazem tantos malefícios para a saúde e para o meio ambiente.

Palavras-chave: História Ambiental; produção orgânica; agroecologia

Ciência e Guerra Fria no Brasil: pesquisa biomédica, medicina nuclear e o surgimento da radiobiologia (1949-1985)

Jorge Tibilletti de Lara

Resumo: No fim do ano de 1953, o presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, lançou o programa Átomos para a Paz. O momento era de aumento da quantidade de testes de armas nucleares e de uma intensa polarização política, e o programa norte-americano surgiu como estratégia de defesa e de política externa do país. De acordo com Krige (2006), o programa elevou cientistas e políticos a um outro patamar. Na década de 1940, já estava em curso a distribuição, às “nações amigas”, de radioisótopos

para uso em pesquisa biomédica. Para Mateos e Suárez-Díaz, a América Latina era o alvo ideal para o programa de Eisenhower, que tinha como objetivos principais “criar aliados políticos, aliviar os medos da energia atômica mortal, promover atitudes receptivas em relação às tecnologias nucleares, controlar e evitar o desenvolvimento de armas nucleares fora dos Estados Unidos e abrir ou redirecionar mercados para a nova indústria nuclear” (2016, p. 1). O Brasil, juntamente da Argentina e do México, pertencia ao grupo de países de maior atenção do programa. De acordo com as autoras, o desenvolvimento dos estudos da energia atômica para fins pacíficos foi reinterpretado de diferentes formas na América Latina. O programa culminou em distintos resultados em cada país, de acordo com as expectativas políticas, econômicas e científicas dos atores envolvidos. “Proporcionou, portanto, uma oportunidade para criar elites científicas e infraestruturas locais” (Ibidem, p. 2). Esta pesquisa tem como principal objetivo estudar a constituição da radiobiologia no Brasil, por meio dos programas de pesquisa, disciplinas, convênios internacionais, instituições, circulação de cientistas, radioisótopos, técnicas e da diplomacia no contexto da Guerra Fria e suas discussões sobre o problema atômico. Nesse sentido, tenho como problemática entender como agendas de pesquisa das ciências da vida envolvidas com as compreensões e aplicações dos radioisótopos articularam-se com os projetos e programas nucleares brasileiros e norte-americanos ligados ao conflito global da Guerra Fria. Como, num contexto de preponderância da física no debate público sobre a questão nuclear, as ciências da vida consolidaram agendas de pesquisa, aparatos institucionais e carreiras científicas reconhecidas internacionalmente?

Palavras-chave: Ciência, Guerra Fria, Medicina Nuclear, Radiobiologia

A história pelo olhar dos geneticistas: o Projeto Genográfico e as concepções de história nas páginas da National Geographic Magazine.

Paula Alves Melo dos Santos Pacheco

Resumo: A busca pelas raízes profundas da população humana tem sido tema efervescente nos últimos anos. Foi motivado por essa busca ao passado remoto da

humanidade que surgiu, em 2005, o Projeto Genográfico, um esforço empenhado pela National Geographic Society, durante o período de 2005 à 2015. O projeto tinha como intuito recontar a história da dispersão humana pelo planeta, a partir da coleta de amostras biológicas de populações nativas ao redor de todo o globo terrestre, partindo da ideia de que essas populações nativas armazenam em si informações valiosas sobre o passado profundo da humanidade. A presente pesquisa direciona o seu olhar para as revistas associadas a National Geographic Society: a National Geographic Magazine e a National Geographic Brasil. Pretende-se analisar a mobilização de determinadas concepções e narrativas de história feitas pelos pesquisadores, sobretudo nos discursos do geneticista de populações Spencer Wells. Wells foi idealizador do Projeto Genográfico, que tinha como um dos propósitos construir interpretações dos dados biológicos e elaborar narrativas sobre o passado profundo da humanidade. Os discursos transmitidos pela revista direcionam para a ideia de uma “história do todo”, onde o projeto pretenderia dar conta de narrar a história da dispersão humana, pensando os indivíduos para além de suas fronteiras contemporâneas. As representações de populações nativas ao redor do globo são o norte desta pesquisa, seja nas imagens ou nos discursos. Nas representações essas populações são imaginadas como detentores de um “valor biológico” diferente do resto das populações urbanizadas, uma vez que carregariam certa “pureza” no DNA, se aproximando biologicamente de seus ancestrais mais remotos. O uso de termos como “ancestralidade profunda”, “passado remoto”, “origem”, “valor biológico”, entre outros, são termos chave para a análise das concepções de história mobilizadas.

Palavras-chave: national geographic, revista, concepções de história, representações, dna

Do Rio de Janeiro para Minas Gerais: a dengue visita Belo Horizonte (1986)

Huener Silva Gonçalves

Resumo: Consolidada como objeto da História no século XXI, a doença revela aspectos sociais, culturais e da produção do conhecimento das sociedades humanas, ao longo do

tempo e espaço, que poderiam passar despercebidos a uma análise histórica mais tradicional. Entre as temáticas de destaque da História da Saúde e das Doenças estão as epidemias. Oriundo da Medicina e da Epidemiologia, o conceito de epidemia contribuiu para a análise narrativa histórica, tendo como expoente a “dramaturgia das epidemias” de Charles E. Rosenberg (1992), e para a produção de histórias locais, possibilitando compará-las, até global de uma doença. Trabalhos com foco nas epidemias de Gripe Espanhola, Febre Amarela, entre outras doenças no Brasil, tornaram-se referências para aqueles que tenham como escopo de pesquisa os agravos que afetam a saúde da população brasileira na atualidade, destacando-se, entre eles, a dengue. Transmitida pelo mosquito *Aedes Aegypt*, a dengue foi identificada clinicamente e laboratorialmente, pela primeira vez no Brasil, em 1982, em uma epidemia em Boa Vista, Roraima, quando foram isolados os vírus DEN-1 e DEN-4. Em abril de 1986, casos de dengue clássica, causados pelo primeiro tipo de vírus, foram relatados em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Em pouco tempo, a doença alcançou várias cidades do estado, culminando em uma epidemia de grandes proporções na capital fluminense, que marcou o início da propagação territorial da doença no país. Por sua vez, breves análises dessa epidemia em trabalhos de Jaime L. Benchimol (2001) e Dilene R. Nascimento et al (2010), aprofundadas por Carlos Henrique A. Paiva et al (2016) e Jorge T. Lara (2019), alçaram a dengue como objeto de pesquisa para a História da Saúde e das Doenças. Ademais, para além do epicentro, e considerando a propagação da informação e a melhoria dos sistemas de transporte de humanos e não-humanos, torna-se importante estudar os impactos dessa epidemia em outras localidades brasileiras. Portanto, partindo dessa constatação e dos apontamentos feitos, este trabalho tem como importante contribuição traçar o cenário dos impactos dessa epidemia em Belo Horizonte, Minas Gerais, a partir da análise de notícias circulantes nos periódicos locais Estado de Minas e Diário de Minas. Em diálogo com a “dramaturgia das epidemias”, a análise terá como objetivos identificar a representação social construída em torno da doença e as políticas públicas de tratamento de casos suspeitos, bloqueio da epidemia e prevenção à doença.

Palavras-chave: Dengue, Epidemia, Belo Horizonte, História da Saúde e das Doenças.

Os animais da França Equinocial entre franceses e portugueses

Rebeca Capozzi

Resumo: Essa comunicação de pesquisa tem por objetivo principal analisar os desenhos dos animais contidos na obra História dos animais e das árvores do Maranhão (1967). Essa obra contém desenhos das plantas e dos animais do Maranhão. Pode-se contabilizar cerca de 100 desenhos de animais nela, dentre eles os peixes, os pássaros e os animais terrestres. Esses desenhos foram atribuídos ao frade português Cristóvão de Lisboa, religioso que foi enviado ao Maranhão na segunda década do século XVII para de lá extinguir qualquer resquício da presença dos franceses no território (PAPAVERO; TEIXEIRA, FIGUEIREDO 1999). Entretanto, compactuo com a tese de que esses desenhos foram feitos por Charles des Vaux, militar francês que fez parte da missão de colonização francesa no Maranhão entre 1612 e 1615, mais conhecida como França Equinocial (PAPAVERO; TEIXEIRA, FIGUEIREDO 1999). Des Vaux já havia viajado ao Maranhão e adjacências anteriormente, em uma expedição organizada por Daniel de la Touche, Senhor de Ravardière (1570-1631). Essa expedição foi estruturada mediante o intuito desses franceses de explorarem os recursos naturais da região e estabelecerem alianças com os nativos desse território, especialmente os tupinambá. Dessa maneira, o então Rei da França, Henrique IV (1553-1610), poderia estudar as reais possibilidades da implantação de uma nova colônia francesa nesse local. Ao longo dessa viagem, Ravardière retorna a França deixando des Vaux e outros navegantes no local para onde viajaram, aprendendo a língua dos nativos e explorando ainda mais os recursos ambientais do Maranhão. Depois de alguns meses, des Vaux retorna à França com boas novas sobre o território estudado e os ânimos renovados em relação ao estabelecimento de uma nova colônia nesse território (PROVENÇAL; MARIZ, 2007; TAVAREZ, 2014). A análise dessas imagens será mediada por uma discussão sobre história e imagem. Com esse exercício, busco compreender alguns aspectos das imagens

analisadas, como por exemplo: as imagens criam e repetem modelos de representação da natureza? De que maneira os hábitos e comportamentos dos animais são representados nesses desenhos? O que eles podem revelar sobre a importância que esses aspectos tinham para a observação e percepção sensorial da natureza? Como o tema da circulação pode ser analisado por meio dessas imagens?

Palavras-chave: Animais, França Equinocial, Imagens, Charles des Vaux

J.-J. Grandville e o papel das imagens na promoção das ciências

José Roberto Silvestre Saiol

Resumo: O trabalho discute o papel das imagens na promoção da ciência durante a primeira metade do século XIX através de um estudo de caso. Trata-se da produção gráfica do ilustrador e caricaturista francês J.-J. Grandville (1803-1847), que se destacou como um dos mais importantes colaboradores da imprensa satírica sob a Monarquia de Julho. O interesse do público e da crítica especializada pela produção do artista deveu-se, em grande medida, à articulação estabelecida por ele em seus desenhos entre imagens científicas e satíricas, na chave da tradição fisiognômica. Mesclando soluções plásticas originais e fantásticas ao rigor dos estudos sobre ilustração científica, suas charges garantiram a ele notoriedade e sucesso na imprensa ilustrada. Em colaboração com diversas publicações, Grandville tematizava os costumes, a política e a cultura, a partir de uma estratégia que ajudou a popularizar: a transferência de critérios de classificação originalmente aplicados à fauna ou à flora para categorias sociais com fins satíricos. Sua obra, como se espera poder demonstrar, foi fortemente influenciada pela produção científica de sua época, da qual o artista tomava conhecimento por meio de seus estudos e de sua rede de sociabilidade, que envolvia literatos, homens de ciência, artistas, etc. A própria conjuntura no século XIX favorecia essas interfaces, na medida em que as fronteiras entre um campo científico profissionalizado e as demais esferas da vida social ainda não estavam tão bem definidas. Com isso, o trabalho procura avançar um debate ainda pouco frequentado pelos historiadores das ciências acerca das dimensões estéticas implicadas na produção dos enunciados científicos. Argumenta-se,

a partir da análise das fontes, que o papel das imagens na promoção da ciência extrapola o de adereço meramente ilustrativo, sempre circunscrito à condição de comentário dos textos. Em Grandville, essa relação tradicional e hierárquica que se constitui no decorrer de séculos se desestabiliza, na medida em que seus experimentos gráficos e suas aspirações sócio-profissionais o conduzem no sentido da exploração de todo o potencial de comunicação da imagem. Se compreendidos como meio através do qual o artista se coloca no mundo, tais desenhos denotam um regime de visualidade fundado, simultaneamente, numa cosmovisão e numa forma de compreender e organizar o mundo em volta, que se constituem a partir de sistemas classificatórios herdados da tradição da história e da filosofia natural.

Palavras-chave: Ilustração científica, sátira gráfica, divulgação científica

Alinhando-se ao projeto Saquarema: uma breve discussão sobre o lugar das instituições de ciência no Brasil imperial (1830-1860)

Millena Souza Farias

Resumo: Este trabalho se propõe a realizar um balanço historiográfico a fim de montar um quadro das instituições de ciência que incorporavam as bases da estrutura imperial no panorama da política “Saquarema”. Os homens de ciência envolvidos nesse processo estavam empenhados em alinhá-las ao projeto de “expansão para dentro”, ou seja, a agenda Saquarema de reafirmação, ordenação, controle e administração das diferentes regiões que compunham o território imperial. Para tanto, pretendemos realizar uma discussão em duas instâncias. A primeira é relativa à estruturação desse Estado imperial. Para isto, nos baseamos em dois trabalhos: primeiramente, a obra *O tempo Saquarema* de Ilmar Mattos (1987), a qual demarca um quadro interpretativo (teórico-metodológico) sobre a construção do Império do Brasil ao longo do século XIX. O chamado tempo Saquarema está balizado (embora não rigidamente) entre o final da década de 1830 até meados de 1860. Em seguida, temos o trabalho de Nilton Araújo, *Pioneirismo e Hegemonia: a Construção da Agronomia como Campo Científico na Bahia*

(1832-1911) (2010). Este último, propõe a noção de “laboratório saquarema”, a qual nos servirá de aporte para embasar o segundo momento deste trabalho. Na segunda etapa, relacionaremos a formação da estrutura saquarema com as discussões que tratam da criação e do aparelhamento de instituições de ciência neste período. Para elencar algumas delas, temos a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) (1827), o Imperial Observatório do Rio de Janeiro (1827), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (1838), a Instituto Politécnico Brasileiro (1862), bem como os Imperiais Institutos de Agricultura (1859-1861). Utilizaremos como fontes os primeiros estatutos, a fim de realizar uma análise comparativa dos objetivos projetados para cada instituição. Com isso, buscamos discutir o modo como a agenda Saquarema visava reforçar o papel de suas instituições, sobretudo daquelas que poderiam atender melhor aos seus interesses de manutenção do controle político. Deste modo, em meio à crise que atualmente assola as instituições de ciência e tecnologia deste país, compreendemos que a historiografia da ciência pode (e deve) contribuir para repensar as trajetórias e o lugar imprescindível destes centros de ensino e pesquisa no Brasil. Rediscutir as formas de criação, organização e atuação das instituições imperiais, pode nos indicar um caminho para pensarmos o lugar que a ciência ocupa em nossa sociedade.

Palavras-chave: tempo saquarema, instituições, laboratório saquarema

O espiritismo como doença mental nos prontuários de internação do Hospício Nacional de Alienados. (1890-1930)

Naillivy Carvalho da Silva

Resumo: O Trabalho tem como objetivo analisar o modo como os fenômenos e cultos espíritas foram enquadrados pelos médicos-psiquiatras no Hospício Nacional de Alienados (HNA) entre os anos de 1890 a 1930, buscando apreender os diferentes diagnósticos e práticas clínicas produzidas e atribuídas aos “frequentadores do espiritismo” que foram protagonistas de diversos prontuários de internação da Instituição. A partir da compreensão de doença como uma construção histórica e social

de uma determinada época, buscamos compreender como foram construídas as concepções relativas aos diagnósticos dados a esse grupo de pessoas, por meio da análise das fichas e dossiês de internação do HNA, além de teses e periódicos médicos que teciam elaborações sobre o espiritismo como doença mental. Considerando-se o cenário intelectual de discussões sobre os destinos do Brasil recém republicano, no qual se discutia a viabilidade e o caráter de uma nação em construção; e o lugar do hospício e do saber psiquiátrico que paulatinamente se consolidava como um espaço que agregava as principais estratégias de controle da população de acordo com os padrões de civilidade imaginados para o país, procuramos compreender como se deu o processo de conformação do espiritismo como doença mental defendido por uma grande parcela da psiquiatria brasileira e como se desenvolveu a prática institucional do HNA acerca dos indivíduos que participavam de cultos mediúnicos. Procuramos assim, identificar e explicar quais as categorias, tradições de saber e pensamento foram mobilizadas para possibilitar a formulação do discurso psiquiátrico acerca do espiritismo. A importância desse estudo consiste na tentativa de compreender as narrativas de poder inscritas nessas fontes, no modo como foram dados e construídos esses diagnósticos e práticas clínicas, possibilitando uma maior compreensão sobre a história dos saberes psiquiátricos no Brasil e, por conseguinte, da própria conformação da sociedade brasileira na primeira República. Visto que o espaço do HNA possuía uma grande relevância no cenário científico nacional, assim como era um ambiente de importante interação com a sociedade.

Palavras-chave: Espiritismo, doença mental, psiquiatria, República, Hospício Nacional de Alienados.

História das drogas no Brasil: O discurso médico-legista em meados do século XX

Luiza Lima Dias

Resumo: Nesta comunicação, discutirei parte de meu pré-projeto de mestrado já aprovado para o ano de 2020 na UFMG. Com este trabalho, pretendo estudar os

discursos de médicos-legistas durante parte do século XX acerca das substâncias denominadas “tóxicas”, mais especificamente aquelas consideradas causadoras do problema da chamada “toxicomania”. O que norteia a questão central deste trabalho é a percepção de que há um uso da retórica da moralidade sobre os “tóxicos” e “toxicômanos”. Interessa-me entender quais foram os argumentos mobilizados para definir tais conceitos e de que maneiras as leis proibicionistas sobre drogas no país afetaram e foram afetadas pelo discurso médico-científico do período. Assim, procuro me atentar às relações sociais e de poder que estão necessariamente imbricadas no saber científico, não obstante a suposição de que a ciência seria um local neutro de produção. O termo “toxicomania” adquiriu diferentes significados e conotações ao longo do tempo, mas, de maneira geral, designa o hábito de uso de tóxicos em níveis elevados, associado ao vício. Há uma grande diversidade de matérias que poderiam ser enquadradas na categoria “tóxico”, mas o objeto desta proposta são exclusivamente aquelas substâncias associadas às “toxicomanias”. Acredito que seja pertinente, portanto, problematizar o próprio conceito de “droga”, uma vez que diferentes denominações têm sido utilizadas ao longo da história para se referir a um conjunto de substâncias muito variadas entre si, tanto na sua composição química quanto nos usos e aplicações práticas. Para realizar essa discussão, analisarei livros de medicina legal - à luz de alguns decretos oficiais - publicados entre 1932 e 1964, décadas em que foram delineadas algumas das principais leis brasileiras que serviram de base para decretos futuros sobre entorpecentes. Inserindo-se no campo da história das ciências, este trabalho procura ainda dialogar com estudos da história da medicina e da história das ciências da saúde para situar historicamente as discussões sobre substâncias psicoativas e seus usuários no contexto nacional e internacional. Não obstante o recente crescimento do tema das drogas dentro das humanidades, trata-se de um objeto que ainda carece de mais trabalhos historiográficos. Assim, almejo contribuir para um campo de estudos ainda em crescimento, mas que tem grande importância no debate atual sobre drogas e as consequências de seus abusos.

Palavras-chave: História das drogas, medicina legal, toxicomania

Passando a bola: da proibição a regulamentação da maconha no Brasil

Saulo Carneiro Pereira dos Santos

Resumo: A *Cannabis sp* – popularmente conhecida como maconha – tem uma relação quase intrínseca com a história da humanidade. É considerada uma das plantas cujo manejo é dos mais antigos que se tem registro, tendo disseminado-se pelas mais diversas regiões do mundo. Suas propriedades e usos são variados, foi empregada tanto como matéria prima na fabricação de cordas, tecidos e fibras, como utilizada de forma recreativa e medicinal. Esses usos atravessaram séculos, aclimataram-se e difundiram-se por diversas culturas e civilizações do planeta. A relação do ser humano com a *Cannabis* perdura até os dias atuais, tendo acompanhado nossa história desde o período neolítico. Por estar presente em tantos períodos históricos, foi reverenciada em alguns momentos, e criminalizada e defenestrada em outros. O presente trabalho busca compreender algumas relações discursivas sobre a *Cannabis* que se desenvolveram no Brasil a partir do século XX. Nosso escopo, mais especificamente, busca compreender como certos discursos médico-científico, jurídico e político foram moldados pelos hábitos vigentes no Brasil, como exemplo, podemos citar o discurso científico do médico Rodrigues Dória, que alegava que seriam os negros os responsáveis por inocular o mal da maconha no país. Para além deste recorte histórico, buscamos também analisar como tais discursos mantinham, ou não, interfaces com o racismo científico vigente em algumas escolas de Medicina e Direito do país, e como isto pode ter sido um fator preponderante no estabelecimento das políticas de proibição, que poderiam não visar a proibição de uma planta, mas o estabelecimento do controle social de um determinado grupo étnico, tomando como referencial teórico transversal de todo o trabalho o conceito de coletivo de pensamento de Ludwik Fleck. Esperamos que tais estudos, nos proporcionem melhor entendimento de como se deu o processo de proibição da maconha no Brasil, e nos forneça subsídios históricos para analisar como o referido processo se relaciona com a atual legislação, em especial a Lei 11.343/2006, que criou o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e suas recentes alterações. Diante dessa discussão, analisaremos como o processo de regulamentação

da maconha tem caminhado, e como alguns dos atuais discursos médico-científico, jurídico e político se relacionam historicamente com os discursos proibicionistas do início do século XX.

Palavras-chave: Maconha, Discurso Médico, Proibição, Regulamentação, Fleck.

Considerações para uma história do criacionismo no Brasil

Henrique Rodrigues Caldeira

Resumo: A presença do tema do criacionismo na esfera pública brasileira parece ter crescido substancialmente nos últimos anos, tanto na forma de projetos de lei, de discursos de figuras de destacado poder político e de difusão ampliada através das novas mídias sociais. Muitos trabalhos acadêmicos têm se dedicado a estudá-lo na formação atual de professores e alunos no Brasil. Há também vasta bibliografia sobre o tema no contexto norte-americano. Muito pouco, contudo, se investigou acerca de seu desenvolvimento histórico no Brasil: como o criacionismo se inseriu no Brasil; como se organizou enquanto movimento político, religioso ou científico; como foi recebido inicialmente pelos coletivos de cientistas e pela imprensa; qual sua relação – direta e indireta – com fenômenos semelhantes de outros países? Além disso, é necessário definir melhor o objeto: afinal, do que se está falando quando se fala em “criacionismo”? Nesta apresentação, pretendo abordar alguns pontos fundamentais para a construção de uma história do criacionismo no Brasil e oferecer preliminarmente alguns resultados oriundos de pesquisas já produzidas em torno do tema e de minha própria pesquisa atual de doutorado.

Palavras-chave: criacionismo, história da evolução, percepção pública da ciência

Visitas guiadas no centro de memória da escola de enfermagem: experiência de aproximação com a história e identidade profissional

Mayra Raquel Fantinati dos Reis

Fernanda Alves dos Santos Carregal

Fernanda Batista Oliveira Santos

Resumo: Introdução: O Centro de Memória da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais detém um rico e significativo patrimônio que pertence a História da Enfermagem mineira e brasileira sendo um espaço de valorização e preservação da memória. Atividades extensionistas vinculadas ao Centro de Memória são importantes estratégias para conhecimento da história e valorização da profissão. Objetivo: Relatar a experiência de participação nas atividades do projeto extensionista: "Visita Guiada: O CEMENF de portas abertas" do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. Método: Relato de experiência vivenciada por bolsista de extensão durante o período de Janeiro a Dezembro de 2019. Resultados: A visita guiada no CEMENF tornou-se um projeto de extensão da Escola de Enfermagem da UFMG em Janeiro de 2019 e contabilizou em 1 ano de atuação mais de 1500 visitantes. As visitas ocorrem mediante um agendamento prévio, no qual alguns dados são coletados dos solicitantes que irão auxiliar no planejamento dos bolsistas na elaboração da visita e também na construção de um banco de dados que apoia outras atividades de extensão promovidas pelo Projeto como educação permanente de professores de história da enfermagem, também encabeçadas por esta equipe. As visitas são conduzidas por estudantes de graduação em enfermagem e de pós-graduação, vinculados ao programa de extensão da UFMG, e as atividades ocorrem sob a supervisão direta e indireta da Coordenadora do Projeto. O público-alvo são graduandos em enfermagem de instituições públicas e privadas, enfermeiros e técnicos de enfermagem interessados na história da enfermagem. As visitas ocorrem em dois momentos distintos: num primeiro, os visitantes são convidados a uma palestra que lhes permite a discussão do processo de profissionalização da enfermagem mineira e brasileira e, posteriormente, conhecem o espaço museográfico com a observação dos objetos remetentes a evolução dos instrumentos de trabalho e da própria história da Escola, o que vem sinalizando um adensamento da configuração de identidade de todos os envolvidos. Considerações Finais: O contato do acadêmico de enfermagem com projetos de extensão com esta característica de trabalho o aproxima de competências

necessárias para a sua formação profissional como autonomia e protagonismo e também possibilita cumprir com a máxima extensionista: a devolutiva desse espaço para a sociedade.

Palavras-chave: História da enfermagem, Educação profissional, Enfermagem

ST 3 - Pesquisa e Ensino de História: percursos investigativos e desafios contemporâneos

Cláudia Sapag Ricci
Doutora em História
ricci.clau@gmail.com

Artur Nogueira Santos e Costa
Doutorando em História
Universidade de Brasília
artur-costa@hotmail.com

Proposta do Simpósio

O Simpósio Temático Pesquisa e Ensino de História: percursos investigativos e desafios contemporâneos está sintonizado com a consolidação, ao longo das últimas décadas, no Brasil, do Ensino de História como campo e como objeto de pesquisas realizadas especialmente nas áreas de História e de Educação, com temas e abordagens múltiplas. Além disso, a urgência de manter ativas as discussões sobre o ensino de história parte de nossas experiências sociais no presente, como cidadãos/cidadãs, professores/as, licenciandos/as, diante das disputas em torno de qual História deve ser ensinada ou, mesmo, dos significados e limites de ser professor/a dessa disciplina. Nesse sentido, o ST procura dialogar com tema geral do evento, “Alcances da História: compreender e transformar”, partindo do princípio de que a educação básica é um espaço de histórias dissidentes, alternativas, questionadoras, que amplia as esferas de produção e circulação do conhecimento histórico. Dessa forma, visamos constituir um fórum de debates e de interlocuções entre pesquisadores/as e interessados/as em problematizar percursos investigativos e/ou experiências pedagógicas que tenham como foco o ensino de história, em suas muitas nuances. A proposta é reunir trabalhos oriundos de pesquisas tecidas em diferentes níveis formativos (graduação, mestrado, doutorado), ou reflexões desenvolvidas no interior de programas e projetos de formação docente como o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), a Residência Docente ou a Residência Pedagógica. Além disso, se abre para professores/as da educação básica que queiram dialogar sobre suas práticas de ensino e/ou relatar experiências construídas no âmbito da escola pública. Desse modo, portanto, o Simpósio Temático situa, como horizonte de interesses, eixos gerais e abertos, tais como: ensino de história/escola pública; currículos; práticas de ensino; educação, história e movimentos sociais; educação, ensino de história e lutas pela democracia; educação e diversidade/diferença; processos de ensino e de aprendizagem; políticas públicas para a educação; livros didáticos e conhecimento; formação docente.

Os museus e o Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos: práticas e experiências

Aline Pereira Lopes

Resumo: Este trabalho integra um conjunto de atividades pedagógicas desenvolvidas no Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos 2º segmento (PROEF 2), do Centro Pedagógico da UFMG. Nosso ponto de partida foram os estudos a respeito do ensino de história e também de avaliações e debates acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Motivados por esses estudos, desenvolvemos um trabalho com a questão da Memória junto aos estudantes das turmas Iniciais atendidos no projeto. Ao longo das discussões sobre os usos da memória e as formas como o conceito era trabalhado no Ensino Básico, selecionamos a visita aos museus e exposições históricas como uma das principais ferramentas para ensino de História. Nesse sentido, o projeto desenvolvido teve como objetivo tornar acessível as discussões permitidas a partir do contato com as fontes musealizadas, debatendo as funções dos museus, das fontes históricas e também da construção das memórias coletivas e individuais. O trabalho se desenvolveu a partir do levantamento dos museus que estavam presentes em plataformas virtuais e da relação com os temas trabalhados em sala. Assim, as aulas de história foram divididas de forma que, após o estudo expositivo do conteúdo em sala, os alunos dos anos Iniciais da EJA pudessem utilizar os Laboratórios do Centro Pedagógico da UFMG para acessar os museus. As atividades desenvolvidas possibilitaram que os alunos pudessem coletar informações, observar e interpretar fontes históricas, bem como desenvolver trabalhos em grupo e debater conceitos importantes como memória, fontes históricas, tempo histórico e patrimônio cultural e material.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Ensino de História, Museus

A Escola e o Museu: análise de uma visita mediada pelo educativo do Museu Mineiro em Belo Horizonte

Álison Valentim de Freitas

Camila Valentoni Guelfi

Resumo: Esta pesquisa teve como finalidade fazer um estudo sobre as visitas mediadas pelo Educativo do Museu Mineiro em Belo Horizonte. Entre os usuários mais assíduos, constatou-se que alunos de escolas públicas e particulares de ensino fundamental são os que mais frequentam o Museu. Este público visita o espaço acompanhado de suas respectivas escolas, entretanto, o mesmo não acontece de forma espontânea. O seguinte trabalho propõe-se a analisar o resultado e o aprendizado de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Sítio do Pica-pau Amarelo de Conselheiro Lafaiete/Minas Geral, a partir de uma visita ao Museu Mineiro proporcionada pelas ações do setor educativo da instituição. O professor possui uma importante participação no que diz respeito à mediação do conhecimento demonstrado no ambiente escolar quando este se relaciona com a experiência no Museu. Esse papel é de suma importância para que os estudantes despertem interesse ao fazer a visita presencial ao Museu. É a partir da relação do educador/mediador, do professor de uma instituição específica de ensino com os alunos e das implicações que esta relação tem com a experiência e o aprendizado de uma turma de escola em uma visita mediada ao Museu Mineiro, que baseamos esta pesquisa e as análises de dados presentes neste trabalho. O público de museus brasileiro, na maioria dos casos, é composto majoritariamente por alunos da rede pública e particular de ensino. Principalmente tendo em vista o projeto Circuito de Museus do qual participa a Rede Municipal de Belo Horizonte. O projeto prevê que os alunos da Rede visitem museus com a escola em que estão matriculados ao menos três vezes ao ano, com o intuito de assegurar o desenvolvimento de habilidades de articulação de ideias, apreciação estética e interpretação dos significados contidos em objetos, fotografias, documentos textuais, filmes. Os alunos tendem a associar a experiência da visita à instituição, não somente como um momento de lazer, mas, também, como uma maneira de aprender informalmente e se entreter. A pesquisa realiza uma análise da visita e da atuação dos mediadores e dos professores, a fim de redigir críticas construtivas a respeito do papel destes dois atores e, de maneira mais geral, da Escola e do Museu, na experiência museal que podem proporcionar a esta e a outras turmas de alunos.

Palavras-chave: Museu Mineiro, Setor educativo, Mediação, Ensino

Educação Patrimonial em Contagem: o Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História”

Francilene Ramos Lourenço Soares

Resumo: Esse trabalho é parte integrante de uma pesquisa de mestrado, e tem por objetivo discutir a Educação Patrimonial de forma mais geral e apresentar o Programa de Educação Patrimonial na cidade de Contagem. Com um percurso de mais de quinze anos, uma das propostas do programa é contar a história de Contagem por meio do Patrimônio Cultural da cidade. Nesse período, o programa também produziu alguns materiais didáticos voltados para a Educação Patrimonial. Na tentativa de problematizar a Educação Patrimonial não como uma metodologia, mas como um campo de práticas e ações educativas diversas, adotei como metodologia a pesquisa bibliográfica. Concluí que a Educação Patrimonial é uma importante ferramenta para a preservação do Patrimônio, mas ela não deve ser só para o patrimônio, ela também precisa ser pelo patrimônio.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Contagem, Programa de Educação Patrimonial

História: escola, bairro e cidade. Propostas e proposições para a educação básica.

Tamyris Cristina de Castro

Resumo: Para esta comunicação a proposta é apresentar o trabalho realizado na Escola Estadual Segismundo Pereira, situada na cidade de Uberlândia, pela equipe do subprojeto interdisciplinar - PIBID/UFU-, cujo eixo principal girava em torno da temática “História: escola, bairro e cidade”, a partir deste tema a equipe buscou apreender a escola como um espaço construído e constituído a partir das diferentes relações dos diversos sujeitos que a compõe. Dentro desta proposta um dos eixos e trabalhos apresentados, “Projeto Repensar”, buscava trazer uma reflexão para além da sala de aula de temas que fazem parte do cotidiano escolar, tais como movimentos sociais,

bullying, entre outros. O projeto foi desenvolvido em diferentes etapas e metodologias, teve início na sala de aula com a escolha do tema e foi finalizado em uma discussão nas redes sociais através da página criada para o mesmo. O uso da tecnologia (redes sociais) auxiliou na aproximação dos alunos para com os temas escolhidos e em uma maior participação dos mesmos e nos proporcionou fugir do ensino tradicionalista, pautado no uso do livro didático, muitas vezes responsável por aumentar a distância já estabelecida entre o ensino de história e a realidade de uma escola.

Palavras-chave: práticas, saberes, escolares, história, propostas

Projetos educativos e publicações relacionadas à aplicação da Lei 10.639/03: panorama das produções sobre os Colégios de Aplicação vinculados a UFJF, UFU, UFV, UFRN, UFPA e UFPE

Ivangilda Bispo dos Santos

Tânia Aretuza Ambrizi

Resumo: Na última década várias pesquisas se debruçaram a identificar os desafios, as ausências e os avanços no processo de introdução da lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história africana e cultura afro-brasileira no currículo das instituições de ensino fundamental e médio. Com o intuito de somar com tais iniciativas, analisou-se panoramicamente as produções educativas promovidas entre 2003 e 2018 de seis escolas federais: o Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Escola de Educação Básica (ESEBA) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o Colégio Universitário (COLUNI) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), o Núcleo de Educação da Infância (NEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A presente análise contempla projetos de ensino, pesquisa e extensão registrados nos currículos de docentes disponíveis na Plataforma Lattes, nos sites oficiais das escolas, em documentos institucionais disponíveis materialmente, assim como compreende publicações sobre a

temática africana e afro-brasileira em periódicos ligados aos colégios de aplicação mencionados. Tal pesquisa está vinculada a um levantamento de nível nacional proposto no projeto Educação para as relações étnico-raciais e a implementação da lei 10.639/03 nos Colégios de Aplicação do Brasil: o estado do conhecimento a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, derivado do projeto Ciclo Permanente de Estudos e Debates sobre Educação Básica, vinculado ao Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional da Universidade Federal de Minas Gerais (CP/EBAP/UFMG). Entre os resultados, podemos mencionar que: os projetos educativos e as publicações que contemplam afro-brasileiros e africanos aumentou consideravelmente após a promulgação da Lei 10.639/03; há um número pequeno de ações que abarcam exclusivamente os africanos ou os africanos e afro-brasileiros de forma conjunta; iniciativas individuais estão prevalecendo em relação a um esforço institucional e coletivo para aplicar efetivamente a lei 10.639 e suas Diretrizes (2004).

Palavras-chave: Lei 10.639, Colégios de Aplicação, Ensino, Pesquisa, Extensão

“Quem sou eu na História”: o papel histórico feminino no imaginário de uma turma de estudantes do Ensino Fundamental.

Alice Schmitz Toldo

Resumo: O presente trabalho trata de uma reflexão realizada pela autora a partir de um exercício de imaginação realizado com alunos integrantes do Projeto Amora do Colégio de Aplicação da UFRGS. O exercício, intitulado Quem Sou eu na História? convidava os alunos a imaginarem uma volta ao passado como um membro de qualquer sociedade da história humana, para que tomassem alguma atitude inventada que pudesse mudar o mundo de hoje. A partir dos escritos produzidos pelos alunos, foi possível perceber um contraste entre o número de personagens masculinos e femininos criados, bem como em relação ao papel que esses homens e mulheres imaginados desempenharam para mudar o curso da história. Esta pesquisa, então, analisa essas discrepâncias como

fonte e as relaciona com teorias sobre relações de gênero, em especial sobre a construção dos papéis de gênero em nossa sociedade e como isto opera em nosso imaginário. A pesquisa é fundada a partir da utilização da fabulação histórica como método de ensino-aprendizagem. Entre as principais conclusões, está o fato de que, em liberdade para imaginar, os alunos optaram em sua maioria por reproduzir (conscientemente ou não) os papéis de gênero estabelecidos pela sociedade patriarcal contemporânea, ao passo que uma minoria decidiu romper radicalmente com esses. Essa questão pode nos elucidar os modos em que as relações de gênero operam tanto dentro do ambiente escolar quanto em relação ao processo de aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: ensino, aprendizagem, gênero, fabulação

O ensino de história no sistema socioeducativo: desafios e perspectivas.

Andréa Sannazzaro Ribeiro

Simone Ribeiro Duarte

Resumo: O Ensino de História para alunos privados de liberdade, em contexto de medida socioeducativa, apresenta uma série de desafios. Dado o contexto subjetivo de adolescentes excluídos socialmente, a própria experiência temporal apresentada em sala de aula se mostra diversa. A partir da vivência das autoras como professoras no sistema socioeducativo o presente trabalho busca refletir sobre possibilidades de novas abordagens do ensino de história, bem como a formação da consciência histórica, para educandos que tem em suas vivências diárias, maneiras peculiares de experimentarem o tempo. Liberdade, política, economia, guerra, são algumas das categorias no qual no presente trabalho pretendemos articular para uma reflexão urgente nos modos de se ensinar história para adolescentes que precisam reconhecer seu lugar no mundo e resignifica-lo.

Palavras-chave: Ensino de história

Extensões possíveis: os alcances da monitoria do curso de História no Ensino Básico

Roberta Ornelas Oliveira

Frederico Bethônico Monteiro

Petrus Albino de Oliveira

Resumo: Este trabalho busca apresentar as atividades desenvolvidas no Programa de Monitoria das Disciplinas de Análise da Prática de Ensino/Estágios Supervisionado do curso de Licenciatura em História, promovido pela Pró-Reitoria de Graduação da UFMG. Pretende-se compartilhar essa experiência de modo a favorecer a avaliação, a circulação e a promoção de outras políticas institucionais de formação de professores na UFMG. Com objetivo de entender de forma mais próxima e aprofundada como se constituem os processos da aprendizagem professor-aluno, a presente comunicação também debaterá sobre recursos educacionais e enfoque temático específicos, executados a partir de fontes variadas (fotográficas, cinematográficas, musicais, periódicos ou com o apoio dos arquivos escolares). A finalidade se dará como forma de explorar metodologias do Ensino de História na Educação Básica e, principalmente, para compreender os alcances e as ressignificações do conhecimento produzido na Universidade no Ensino Primário e Secundário. Por fim, será utilizado como aparato metodológico a análise do Estágio Supervisionado do curso de História da UFMG, no ano de 2019, que totalizou o envolvimento de 190 estudantes e 28 escolas da Educação Básica, situadas em Belo Horizonte e região.

Palavras-chave: Ensino de História, Educação Básica, Projeto de Extensão

Do ‘Brasil Colônia’ à América Portuguesa: no que consiste, e porque se insiste na necessidade de uma transposição didática dos avanços historiográficos para os bancos escolares

Antonio Carlos Figueiredo Costa

Resumo: A comunicação coloca em questão o uso dos contributos da renovação historiográfica em curso nas últimas décadas, disponibilizando os seus avanços e

conquistas para a história escolar. O que se espera é debater e realçar alguns enviesamentos da lavra de historiadores brasileiros e estrangeiros que possam vir a contribuir para superar recorrentes visões presentes no discurso histórico acerca do passado colonial ainda estampadas em livros didáticos escolares. A pretensão é munir professores, sobretudo generalistas, dos contributos oferecidos pelos novos temas e novas abordagens da historiografia mais recente, quanto pela implementação nas aulas de história de uma didática proposta pelo historiador alemão Jörn Rüsen. A pretensão é investir na exploração de uma relação dialética entre a cultura histórica e a consciência histórica, permitindo aos alunos do ensino básico, devidamente orientados por seus professores, a realizar a indeclinável travessia entre o passado e o futuro, o que consiste em mediar no presente, não somente os recursos da formação compensatória da tradição, mas também o concurso que deve ocorrer através de uma narrativa histórica mais consistente que lhe permita reelaborar experiências do passado da sociedade na qual vive, e consolidar sua identidade histórica. Para a pretendida apresentação inovadora devemos cuidar, no entanto, para que se faça sem ufanismos, e para a qual prescrevemos o roteiro da formação das identidades, da seleção de conteúdos indispensáveis, da crítica com base teórica, e da desmistificação e uso adequado de certos conceitos históricos, transhistóricos e categorias de análise, atentando para aqueles que Jörn Rüsen denominou por “idéias de segunda ordem em História”, entendido como os conceitos em torno da natureza da história, que seriam a explicação, a objetividade, a evidência, a narrativa, e que são por sua vez, subjacentes à interpretação dos chamados conceitos substantivos, tais como os de ditadura, revolução ou democracia. É a partir de uma nova base conceitual que passamos a discutir, e ultrapassar noções tais como o “sentido da colonização brasileira”, “o sistema colonial”, o “pacto colonial”, ou as “ideias nativistas”, passando a apresentar mazombos, negros e índios enquanto sujeitos de agenciamento, tanto nas câmaras municipais, quanto nos movimentos políticos de sublevação que revelaram ser latente o pensamento republicano, quanto demonstram que a fase monárquica não foi uma inevitabilidade histórica.

Palavras-chave: Renovação Historiográfica, Ensino de História, Consciência Histórica, Cultura Escolar

Guerra Fria em quadrinhos: a utilização de fontes em sala de aula

Ana Caroline Nogueira da Silva

Resumo: Existem diversas discussões a respeito de novas possibilidades metodológicas e teóricas no âmbito do ensino de história, dentre as quais, a utilização de fontes como recurso didático. As justificativas para tal são as mais variadas, no entanto, tomaremos como ponto de partida um relação muito simples entre o ensinar e o aprender, para além dos sentidos e usos dos saberes históricos nos ambientes escolares, incitar um debate sobre uma atualização nas condições docentes, do ensino, e do nosso papel enquanto mediadores de conhecimentos. A presente proposta tem como base prática e teórica uma experiência do ano de 2019, na disciplina de Análise Prática em História/ estágio em História II, onde desenvolvi, em parceria com um colega de classe, o estudante Lucas Carvalho Soares de Paula, um trabalho dentro da temática de “História e Literatura”, com turmas de 9º anos da escola Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais. Como ideia fulcral da aula, a análise, a partir de um estudo e uma discussão comparativa, do contexto em que a Guerra Fria se inseriu, tendo em vista as representações e as criações de três quadrinhos da Marvel: O Quarteto Fantástico (1961), O Incrível Hulk (1962) e O Homem de Ferro (1963), com diferentes abordagens interligadas. Esse plano de aula tinha como objetivo didático, o desenvolvimento do senso crítico dos alunos com relação às representações históricas, e mesmo suas autonomias enquanto estudantes da disciplina de história, não numa transformação destes em aprendizes de historiadores, mas sim, um refletir sobre o passado e as interseccionalidades das temporalidades a partir de um objeto palpável. Considero que transformar um subjetivo em um objetivo, levando em consideração os processos psíquicos de ensino-aprendizagem, tornou-se imprescindível para tornar estes conhecimentos apreensíveis pelos alunos que possuímos hoje, dada a nossa própria realidade social. Os efeitos obtidos com os usos de fontes em sala de aula evidenciaram que, de fato nossos estudantes são outros, e que em meio às diversas tecnologias que temos dispostas e ao relativo fácil alcance de conteúdos históricos, é preciso inovar, entonar e construir ativamente um senso crítico profundo, num objetivo de apreensão efetiva e reflexiva de um conhecimento significativo.

Palavras-Chave: Quadrinhos, fontes, Guerra Fria, ensino, História

Interpretando a Educação em "Klaus": uma animação sobre proibicionismos

Andrezza Alves Velloso

Thiago Lima Pereira

Resumo: A premiada animação espanhola Klaus, distribuída mundialmente pela Netflix, é um conto moderno de Natal. Segundo a história, Jesper é um acomodado que vive da fortuna da família e sempre consegue fugir dos trabalhos que o pai, responsável pelo serviço de correios local, lhe designa. Por fim, o jovem é castigado e mandado para a longínqua Smeerensburg, no Círculo Ártico, para trabalhar como o carteiro local na empresa do pai. Preso em uma cidade gélida onde os nativos (extremamente mal-humorados) estão em constante conflito, Jesper percebe que precisará descobrir uma forma de fazer com que as pessoas troquem correspondências para que ele consiga voltar para casa. O desafio se revela maior: a inimizade entre as duas famílias mais influentes na cidade fez com que até mesmo a escola fosse abandonada - dessa forma, as crianças não teriam qualquer tipo de contato com aquilo que fosse desaprovado por suas respectivas famílias. Dessa forma, o filme apresenta como Jesper e a antiga professora de Smeerensburg, srta. Alva, se unem a um velho artesão de brinquedos para transformar a realidade das crianças locais através da educação e empatia. O presente projeto busca analisar as possibilidades de utilização do longa-metragem como metodologia para educação de crianças e adolescentes. O conflito entre as duas famílias, o isolamento das crianças e a proibição de acesso à um espaço educacional que seja plural e questionador torna-se um mecanismo interessante para compreender como o Extremismo (político) pode ameaçar a Educação ao controlar o que as crianças devem ter acesso, originando iniciativas como o "Escola Sem Partido". Ao mesmo tempo, a figura do artesão Klaus nos permite filosofar sobre o surgimento de certas práticas culturais e como estas podem se revelar como interessante instrumento no processo educacional.

Palavras-chave: Educação, Escola sem Partido, Cinema, História

A História em Corpos Interpretativos

Felipe Araújo de Melo

Resumo: A seguinte pesquisa se originou a partir das intervenções aplicadas por meio do projeto de extensão "Processos de Formação Docente: ações de ensino-aprendizagem em história", realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Maria Moraes e Silva em Ananindeua/PA. O projeto consistiu em ministrar aulas de reforço da disciplina história para as turmas utilizando novos recursos como material audiovisual, fontes históricas, dança e teatro. O trabalho aqui abordado é fruto da utilização das artes cênicas para o ensino de história. Nas atividades foram desenvolvidas uma peça de teatro e uma coreografia que abordavam respectivamente os temas de Grandes Navegações e Revolução Industrial. Com o intuito de captar a opinião dos alunos-intérpretes foram recolhidos relatos dos mesmos. O trabalho ao longo de sua constituição levantou uma série de questões como a cultura escolar e a prática do professor. Neste ponto, entender o espaço onde as artes cênicas seriam usadas foi muito importante, pois os controles sobre o corpo na escola delimitam como ensinar e aprender. A dança e o teatro por se fazerem no/com corpo quebram modelos tradicionais de ensino, possibilitando uma nova forma de entender a história e desenvolver o conhecimento crítico. A formação docente também foi alvo de indagações. O professor está apto a utilizar esse recurso? O cuidado com o corpo do aluno é primordial e requer um conhecimento sobre seu funcionamento e as partes que lhe constituem. Este ponto levou o bolsista a entrar no curso da área das artes. Entendendo a necessidade deste conhecimento, foi ministrada a oficina denominada "Ensino de história e artes cênicas: estratégias metodológicas", com base nos processos criativos mencionados anteriormente e do curso técnico do bolsista. A oficina apontou caminhos de criação coreográfica no ensino de história. Esta pesquisa também aborda questões voltadas para o debate de relações étnico-raciais. Através da dança de matrizes africanas e indígenas pode-se entrar em contato com a cultura do outro e assim pensar uma educação multicultural.

Palavras-chave: Ensino de História, Artes Cênicas, Formação Docente, Relações Étnico-Raciais

O saber histórico escolar em tempos de crise: Um panorama da cultura histórica da comunidade discente do CEFET-MG.

Isis Pimentel de Castro

Resumo: O movimento anti-intelectual cresceu em todo o mundo nos últimos anos em função das novas formas de difusão da informação trazidas com as tecnologias digitais, o ressurgimento do discurso fascista e da política econômica neoliberal aliada ao discurso conservador. O impacto da disseminação do anti-intelectualismo termina por conformar negativamente a visão do grande público sobre a ciência como sistema de conhecimento, seus intelectuais e seu ambiente de produção – as instituições de ensino e pesquisa. As consequências diretas mais nefastas da suspeição sobre o conhecimento científico estão refletidas no aumento do número de casos de sarampo no país, que culminou com a perda do certificado de erradicação da doença. Essa nova realidade está claramente atrelada ao crescimento do movimento anti-vacina. Outro exemplo das ramificações do discurso anti-intelectual é o aumento dos adeptos do terraplanismo, contudo, convém chamar atenção aos ataques à outra área de conhecimento científico – a História e o Ensino de História. Em um momento que todas as narrativas são niveladas como legítimas, sejam elas avalizadas eticamente e cientificamente ou não, a disciplina História torna-se lugar por excelência de disputa não só de uma narrativa sobre o passado, mas, sobretudo, de um projeto de futuro. As críticas ao caráter científico do conhecimento histórico podem não ser uma novidade, porém, no atual cenário, a compreensão superficial do debate sobre o papel da subjetividade e da interpretação na escrita da História encontra-se a serviço da fabulação de uma narrativa sem comprometimento com o método e a tradição historiográfica. Nesse sentido, o ensino de História também se torna alvo de críticas não só por parte dos atores da política nacional, mas também da imprensa, dos estudantes, da comunidade acadêmica e até mesmo dos movimentos sociais. O ensino de História e seus materiais didáticos são recorrentemente acusados, respectivamente de: partidários, enfadonhos, em

descompasso com a produção acadêmica e, inclusive, de veículos do apagamento da história das minorias. Este trabalho pretende entender as apropriações e os usos do passado nesse contexto e remontar uma comunidade de sentidos construída em torno das aulas de história, do livro didático e da história massiva, assim como perceber como às críticas a disciplina são apreendidas pela comunidade discente do ensino técnico integrado do CEFET-MG por meio da análise de questionários aplicados durante o ano de 2019.

Palavras-chave: Ensino de História Cultura Histórica Política e Educação

Professores de História e a formação democrática na contemporaneidade

Bianca Vanderlei Guedes

Resumo: Em tempos de revisionismo histórico, o governo do atual presidente faz-nos rememorar as intempéries vividas no período ditatorial de 1964. A memória frágil criada deste período traz consigo reflexos nas dinâmicas sociais da contemporaneidade brasileira. Um destes sintomas é a fragilidade pelo qual o conceito Democracia é observado na nossa sociedade, uma vez que a corrupção, o baixo nível de participação popular nas criações de políticas públicas e a pouca transparência afetam drasticamente o Estado Democrático de Direito. Na Educação este sintoma é ainda mais preocupante, visto que em um retrospecto do período ditatorial mencionado, as instituições escolares foram fortes instrumentos de alienação de massas, onde o objetivo era criar uma mentalidade que legitimava o sistema de governo implantado e que, por sua vez, atendesse às demandas mercantis por mão-de-obra. Conceitos como democracia, diversidade, liberdade de expressão e algumas obras consideradas de cunho comunista foram marginalizadas nas escolas - principalmente no final da década de 60, depois do AI-5, e, subsequentemente, na década de 70 quando a repressão e a violência foram institucionalizadas. Na contemporaneidade, o panorama parece repetir-se. Projetos políticos que atacam a formação docente - como o “Futura-se” - e fragilizam a função social do espaço escolar - como a Escola Sem Partido (EsP) - mapeiam as estratégias políticas desenhadas pelo governo para a Educação brasileira. O Ensino de História

encontra ainda maiores desafios dentro deste panorama, pois como disciplina “problematizadora” tem por objetivo levar o seu interlocutor a questionar o seu presente a partir da narrativa histórica. Portanto, para construirmos uma consciência da experiência democrática na contemporaneidade no espaço escolar através do Ensino de História enquanto um campo de saber científico, a presente apresentação tem por objetivo analisar como a formação do professor de História, sua entrada no campo de trabalho em conjunto a sua experiência social (DUBET, 1994) influência na sua mediação da formação democrática dos sujeitos/alunos no espaço escolar.

Palavras-chave: Ensino de História, Formação docente, Democracia, Escola Sem Partido

Narrativas de professoras de história: perspectivas de interpretação de experiências docentes

Artur Nogueira Santos e Costa

Resumo: Proponho, nesta comunicação, explorar os significados instituídos por professoras de história para a docência, a escola pública e o currículo de história – pensados como dimensões mutuamente constitutivas. Para isso, analiso um conjunto de entrevistas que realizei, em pesquisa desenvolvida entre 2015 e 2017, a fim de discutir como essas profissionais construíram suas práticas, em que se referenciam, o que selecionaram como mais relevante para ser ensinado em história, que relações estabeleceram com os materiais didáticos e quais expectativas explicitaram em relação à profissão e ao ensino. Parto dos referenciais da história oral como procedimento investigativo, aqui entendida como espaço em que os sujeitos articulam suas memórias e constroem interpretações sobre suas ações, expressando desejos, expectativas, posicionamentos, antagonismos, que se forjam em operações de seleção e exclusão sempre referenciadas no presente. Trata-se, também, de uma escolha política centrada no esforço de ouvir e de valorizar o protagonismo docente na conformação dos sentidos do ensino de história.

Palavras-chave: História Oral. Professor de História. Experiência Docente. Ensino de História.

ST 4 - A Nova História Política: tendências

Lucas Soares Chnaiderman

Doutorando em História
Universidade de São Paulo
lucas.chnaiderman@usp.br

Bruno Santos Sobrinho

Doutorando em História
Universidade de São Paulo
bruno.sobrinho@usp.br

Proposta do Simpósio

Desde a década de 80, o ressurgimento da história política na França, com destaque para o grupo reunido ao redor de René Rémond, ganhou força institucional. O repúdio que a história dos Annales desenvolveu para o que denominavam como uma história “*événementielle*” – associada à história positivista da nação e dos grandes líderes – foi rompido a partir de novas reflexões sobre a esfera política. Ao mesmo tempo, buscava-se também apresentar uma alternativa ao viés marxista, em que o enfoque das dinâmicas sociais pautava-se pelas relações econômicas e do mundo do trabalho. Com a contribuição da ciência política, da estatística, da linguística e da psicologia, novos ramos do mundo político foram colocados em evidência. Dessa vez, o estudo da área não apenas era autonomizado, como também estabeleciam-se novas relações com os demais aspectos sociais. A influência das outras áreas das humanidades foi decisiva na renovação da história política, principalmente a partir do questionamento da ideia de poder, apresentando novas definições que não mais se filiavam ao viés marxista ou à idealização oitocentista. As reflexões de Bourdieu e Foucault romperam com a concepção tradicional e permitiram a redefinição das fronteiras do político. Junto ao questionamento teórico, a nova história política também acompanhou a renovação de fontes e métodos da historiografia, utilizando-se tanto da geografia eleitoral e estudos estatísticos, como também de novos trabalhos sobre a análise do discurso, ganhando força o estudo de teorias políticas, imprensa e intelectuais. Por fim, a área que provavelmente mais ganhou força nessa renovação historiográfica foi a cultura política, antes quase inexistente, e que faz a história política compartilhar da efervescência da história cultural. O crescimento dos estudos de cultura política vem acompanhado da revalorização do indivíduo e do acontecimento, numa matriz nova em comparação ao positivismo. Os estudos sobre discurso, novas reflexões sobre a dimensão do poder e sua dinâmica, indagações sobre partidos e eleições, relações com a imprensa tornam a história da política uma das historiografias que mais se renova atualmente. Além disso, as constantes crises políticas do final do século XX e início do XXI, com o redimensionamento do Estado e quebra das tradições, levaram a uma ampliação da política, ao ponto de dificultar o estabelecimento de sua fronteira, na prática e na teoria. Destarte, o estudo da história política tem sido cada vez mais usado para o

questionamento e reinvenção das identidades coletivas, atualizando o próprio sentido político da historiografia. Se sínteses historiográficas sobre a nova história política são comuns na França e na Inglaterra, o mesmo não pode ser dito do Brasil. Nesse sentido, este simpósio temático visa efetuar um balanço da atual produção acadêmica nacional de história política, contribuindo, dessa forma, com o aumento dos debates e o estabelecimento de conexões entre os pesquisadores.

Mães que trabalham: A Era Vargas as representações e a ambiguidade da proteção às mulheres trabalhadoras e à maternidade

Antônio Vinícius Santos Pinho

Resumo: A pesquisa busca examinar as visões sobre a presença da mulher no mundo do trabalho em diferentes cenários políticos: diante da formulação da constituição de 1934, que marca um período de liberdade política e de discussões sobre o trabalho, seja ela masculino ou feminino, e do Estado Novo 1937-45, período autoritário e de discussões sobre o trabalho limitadas aos conselhos técnicos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A pesquisa tem como foco as representações dos principais atores sociais da época: Igreja, Imprensa e Estado. O pesquisador busca entender como os agentes do Estado enxergavam e lidaram com a presença da mulher no mundo do trabalho, quais as ações tomadas pelo governo diante das necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras e das reivindicações de parlamentares feministas, dentro do espaço tido como democrático e como essas ações e discursos se desenvolvem no período autoritário. Por meio da imprensa e das publicações oficiais, como o BMTIC e a revista Cultura Política, o Estado evidencia as suas representações e principais ações diante da regulamentação do trabalho, masculino ou feminino. Cabe ao pesquisador inventariar as publicações oficiais evidenciando o comportamento dos atores do Estado em cenários políticos distintos. Pois, em cada momento do governo Vargas, as questões trabalhistas são tratadas a fim de resolver conflitos internos aos governos e conflitos entre governo e sociedade. A partir de 1934, os discursos oficiais “concedem” à mulher solteira a condição de trabalhadora em respectivos postos de trabalho considerados adequados ao trabalho feminino, por outro lado, a mulher casada e com filhos, deveria se ausentar das atividades laborais para atender-se aos afazeres do lar. O Estado por

vezes, em suas publicações, utiliza-se de uma retórica maternista, isto é, que elege a domesticidade como a condição primordial da mulher para defender a ausência da mulher no mundo do trabalho. Embora a presença da mulher no mundo do trabalho seja anterior aos anos 1930, o fator que mais aumentou a presença feminina no mercado de trabalho brasileiro foi considerável baixa de postos de trabalho masculino e a crise econômica, que desde 1929 afetou o país. As principais fontes utilizadas na pesquisa são: O BMTIC, os jornais A Manhã e A Noite, o Parque industrial de Patrícia Galvão e entrevistas de ex operárias, as duas últimas são utilizadas a fim de preencher as lacunas dos discursos oficiais sobre o cotidiano das trabalhadoras.

Estado Novo, Mulheres, Trabalho, trabalhadoras, representações, direitos

Palavras-chave: Estado Novo, Mulheres, Trabalho, trabalhadoras, representações, direitos

Bipartidarismo em Janaúba: o sertão no contexto político da Ditadura Militar

Genilda Rosana da Silva

Resumo: No período da Ditadura Militar Brasileira o Bipartidarismo foi criado no intuito de legitimar a política vigente. Embora o novo regime tenha permitido um partido de oposição, essa atuação seria limitada aos mandos dos militares. Em Janaúba, cidade localizada no Norte de Minas Gerais, as ações dos partidos políticos foram marcadas por contendas acirradas pelo poder. Esses grupos, que no cenário nacional era reconhecido como Arena e MDB, em Janaúba foram denominados de Fariseus e Timbós. Essas coligações políticas a nível local se organizaram dentro da estrutura estabelecida pelo governo militar. Contudo, notamos as peculiaridades que se despontaram nessa disputa. Nesse caso, mantendo as características dos grupos que pleiteariam o poder na cidade. Mesmo com distinções sociais e econômicas, até na questão das alianças, consideradas uma aliada importante nesse tipo de litígio, que é apoio do partido, ambos grupos se organizaram dentro de um projeto político, onde podem demonstrar seus próprios interesses. As querelas existiam, e é importante que reflitamos sobre a abrangência das mesmas. Seriam elas restritas as lutas pelo poder local? E em um segundo plano, ambos os partidos comungam dos ideais dos militares? Ou é possível

constar um movimento de oposição em relação a Ditadura Militar, por parte Timbós (MDB)? Nesse sentido, surge a proposta da presente pesquisa que objetiva analisar como ocorreu a atuação do Bipartidarismo em Janaúba, e a relevância ou não, dessa política local auxiliando a manutenção da Ditadura. A perspectiva teórica que fundamenta essa pesquisa é com base no campo conceitual da Nova História Política. Autor como René Rémond, por exemplo, nos ajudam a entender a finalidade e as motivações dos partidos políticos que é a conquista e a manutenção do poder. Para este estudo específico, uma vez que o mesmo foi desmembrado da minha dissertação de mestrado, em fase de desenvolvimento, destacamos como metodologia a pesquisa e a análise de dados obtidos no Jornal O Gorutuba. O periódico em questão é utilizado como fonte de pesquisa, considerando que o mesmo era a única imprensa escrita semanal que circulava nesse município, no período. Embora, essas informações devam ser analisadas considerando os meandros e as intencionalidades típicas dos periódicos, aos quais o pesquisador deve estar atento. Nas páginas desse jornal identificamos um amplo acervo de subsídios que retratam a atuação política desse período da história de Janaúba e do Brasil.

Palavras-chave: Bipartidarismo, Política, Janaúba, Ditadura

Vestígios da imigração japonesa no jornal A Manhã - 1935

Isabele de Melo Ferreira

Resumo: O Brasil possui a maior comunidade japonesa fora do Japão, possuindo mais de 1,6 milhões de japoneses e descendentes e por isso, é fácil supor que a assimilação desses imigrantes não sofreu muitos impedimentos no país. Entretanto no século XIX, o Brasil foi influenciado por teorias raciais que imputavam na raça o sucesso da nação. Logo, a imigração almejada era a de europeus que promoveriam o embranquecimento dessa população. Os obstáculos para a imigração japonesa somente desapareceram no início do século XX, porém, ainda havia certa oposição. Por exemplo, nos jornais da época, como o A Manhã de 1935. Este se diferenciou já que possuía um forte teor político pela associação direta com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), necessitando

de uma leitura atenta do seu discurso político e do contexto em que estes estavam inseridos. O A Manhã tinha o enfoque na defesa do trabalhador nacional, na defesa do território e contra o imperialismo, sendo estes três fatores essenciais em sua argumentação. Nas reportagens, é possível ler manchetes como “A Ofensiva Nipônica contra Brasil” e “Os japonezes estão nos custando 13 contos por dia”, que ressaltam a visão de ameaça e de inconveniência desses imigrantes. Além disso, o jornal acusou o governo Vargas de cumplicidade com esse imperialismo, afinal, o governo permitiu a instalação destes indivíduos em condições supostamente melhores que a dos brasileiros e se manteve reticente aos avisos dados pelo jornal. O A Manhã também associou o imperialismo japonês com um grande opositor da ANL: o integralismo. O jornal uniu este com o imperialismo em reportagens, por exemplo, “Um escarneo atirado a face dos brasileiros! – os chefes do integralismo, Plínio Salgado, Gustavo Barroso Madeiras & Cia, querem entregar, de mãos atadas, o Brasil aos japonezes!” Diante dessas conexões apresentadas pelo jornal, é preciso analisar suas intenções considerando o contexto político da época. A ANL tinha interesse em homogeneizar seus opositores, para isso, criou um único inimigo nacional a ser combatido como forma de unir a nação ao seu lado, com a ajuda do jornal A Manhã. Enfim, é necessário entender essa criação do imaginário do imigrante japonês, como forma de rastrear os interesses do jornal e as dificuldades da aceitação da imigração japonesa em questão de raça e preconceito.

Palavras-chave: imigração japonesa, Governo Vargas, ANL

“Todos são iguais perante a lei?”: revista prisma e a segurança pública na constituição 1988

Pollyanna Rodrigues Alves Chaves

Resumo: Em 1988 foi criada a Revista Prisma, publicada e divulgada pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), entre os anos de 1988 a 2015. Esse periódico tinha como objetivo difundir artigos a uma determinada elite com o intuito de

que todos pudessem conhecer a revista e a associação. Em suas primeiras edições trazia artigos e reportagens sobre o papel que os Delegados deveriam adotar com as mudanças políticas e sociais que estavam acontecendo no país. Entre essas, podemos destacar a troca de paradigma da Segurança Nacional para a Segurança Pública, que aconteceu com a promulgação da Constituição de 1988. No capítulo dedicado à segurança, a Carta afirma que é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos a Segurança Pública (FREIRE, 2009). Importante destacarmos que quando falamos em Segurança Nacional a violência é vista como um inimigo dos interesses nacionais, já a violência na Segurança Pública é vista como uma ameaça a integridade das pessoas e ao patrimônio. Diante dessa nova concepção de Segurança Pública, procuraremos analisar, em nossa apresentação, como os Delegados de Polícia Federal, assimilaram esta mudança.

Palavras-chave: Revista; Delegados de Polícia, Segurança Pública, Constituição

Entre a tribuna e o púlpito: a atuação parlamentar da Igreja Universal (1988-1998)

Samuel Antunes de Sousa

Resumo: Um dos principais grupos que têm crescido no Brasil nos últimos 30 anos são os evangélicos. Esta ascensão tem sua origem nos anos de 1980 e caracteriza-se pela participação de igrejas evangélicas na cena pública brasileira, através de passeatas, aglomerações e em programações de rádio e de televisão. A articulação destes grupos foi se intensificando no ambiente político, na medida em que igrejas como a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus passaram a apoiar candidatos à partir de 1986 no processo de redemocratização do país. Na escrita da Constituinte ambas indicaram políticos e na primeira eleição presidencial pós-redemocratização, declararam apoio à Fernando Collor de Mello. A participação política evangélica aumentou nos anos de 1990 e a confluência de pautas como família, propriedade privada, nacionalismo e religião, trouxe a políticos de diferentes vertentes cristãs uma união parlamentar em prol de agendas em comum - sendo o início da Bancada Evangélica, que no ano de 2003 ganharia corpo e forma. Este presente trabalho busca

analisar as articulações de políticos da Igreja Universal do Reino de Deus na Câmara dos Deputados ao longo dos anos de 1990. Chamados pela Universal de candidatos oficiais, estes políticos traziam em seus discursos parlamentares questões que envolviam diretamente suas instituições religiosas. Desta forma, pretende-se refletir se a participação política dos grupos evangélicos no Parlamento desenvolveu uma nova cultura política no país ou se estes políticos apenas adaptaram-se às práticas vigentes no Congresso Brasileiro. Além disso, esse trabalho busca refletir sobre o processo da Constituinte de 1988 e do estabelecimento da democracia liberal brasileira em contraste com os limites do Estado Laico. Buscaremos pensar se o estabelecimento do processo de redemocratização do país favoreceu o crescimento evangélico e até que ponto as lideranças evangélicas utilizaram as Instituições democrático-liberais em prol de seus interesses.

Palavras-chave: Evangélicos; Democracia; IURD

“A Alemanha Acima de Tudo”: O Nacionalismo como Ferramenta do Imperialismo Alemão (1900-1914)

Bruno Pimenta Starling

Resumo: O objetivo deste trabalho é mostrar como a Alemanha, entre os anos de 1900 e 1914, utilizou o nacionalismo como forma de viabilizar sua política externa. Segundo Eric Hobsbawn, o nacionalismo é um fenômeno moderno, que atingiu seu ápice na virada do século XIX para o XX, momento em que ganha tons mais radicais e extremistas. É precisamente neste período que o Império Alemão, liderado pelo kaiser Guilherme II, utiliza o nacionalismo como ferramenta de Estado para obter o apoio popular para a implementação de uma política externa ambiciosa e imperialista, conhecida por *Weltpolitik*. De acordo com Jeffrey Taliaferro, a construção de identidades é crucial para a formação de uma nação coesa, que perceba que seus anseios são atendidos pelo Estado. Por meio do controle de ideologias como o nacionalismo, o Estado, de maneira geral, consegue instrumentalizá-las no sentido de extrair e mobilizar recursos sociais e transformá-los em poder material e de apoio à execução das políticas estatais, dentre

as quais a política externa. Por meio de estratégias voltadas para o controle do nacionalismo e sua implementação como uma política de Estado, a Alemanha se apoia no esforço de identificar os interesses do povo como interesses do Estado, transmutando-os em “interesses nacionais” a fim de obter apoio popular e recursos sociais, políticos e econômicos para execução da Weltpolitik. Essa era uma ideia imposta de cima para baixo, do Estado para a sociedade, por meio da instrumentalização de diversos recursos e atividades, como a educação e a exaltação do militarismo, de tal maneira que houvesse a sensação de unidade e coesão nacional entre os alemães. Desta forma, o nacionalismo, já importante elemento de unificação dos Estados germânicos, em 1871, ganha contornos raciais e xenofóbicos com a chegada do século XX, muito influenciado por teorias higienistas e pseudocientíficas como o darwinismo social. Não obstante, esta será uma das ideologias exploradas por Guilherme II e seus principais assessores com o intuito de obter, nas palavras de Bernhard von Bulow, secretário alemão de Relações Exteriores, um “lugar ao sol” na corrida imperialista.

Palavras-chave: Alemanha. Nacionalismo. Weltpolitik. Imperialismo

As classificações políticas na modernidade: o caso de José María Blanco White

Lucas Soares Chnaiderman

Resumo: Entre 1808 e 1814, a Monarquia espanhola esteve envolvida numa grave crise, iniciada pelo sequestro do rei Fernando VII por Napoleão, tendo como complementos a contestação às estruturas do Antigo Regime e a desintegração do Império Atlântico. Com a invasão francesa, uma parcela significativa do povo espanhol resistiu aos conquistadores, tanto nos setores mais populares quanto entre ilustrados, de diferentes procedências: clero, nobreza, pequenos funcionários governamentais ou mesmo uma diminuta burguesia comercial e industrial. Esta resistência, em parceria com os aliados ingleses, conseguiu manter algum tipo de governo na Espanha durante toda a ocupação francesa, sendo responsável não apenas pela organização das tropas governamentais, como também pela elaboração de um novo sistema político, plasmado na influente Constituição de Cádiz de 1812, símbolo maior do primeiro liberalismo hispânico. A partir

de 1808, com a crise de autoridade que veio da ausência do rei, a imprensa proliferou na Espanha livre. Um dos periódicos mais influentes do período foi o *Semanario Patriótico*, de viés revolucionário e a partir de 1810 identificado como um guia liberal. Fundado pelo poeta Manuel Quintana em 1808, teve como um de seus redatores o padre José María Blanco, de família nobre de ascendência irlandesa. Com a tomada de Sevilha pelos franceses, Blanco emigrou a Londres, nunca mais retornando à Espanha. Na capital inglesa não apenas retomou o nome familiar de White, como também passou por profundos conflitos internos, de ordem política e religiosa. Normalmente associado ao liberalismo ou então ao “liberalismo moderado”, o intuito dessa apresentação é discutir a validade do termo na análise do importante periódico político do autor, o *Español*, publicado entre 1810 e 1814. A proposta é não apenas historicizar o sentido de liberal, porém compreender as diferentes correntes políticas que estavam se formando no mundo atlântico a partir, principalmente, da Revolução Francesa, que tiveram em Blanco White uma amostra ímpar, por misturar uma formação religiosa espanhola com o convívio em uma tertúlia de inspiração revolucionária e grande dose de leituras francesas. De maneira única, foi abalado pelo convívio com a política inglesa, com destaque para os Whigs de Lord Holland, os textos de Edmund Burke e a religião anglicana de William Paley. Conclui-se que a definição de um campo político como liberal fazia-se na luta e o termo é muitas vezes usado de forma anacrônica.

Palavras-chave: Liberalismo, Cortes de Cádiz, Espanha, Inglaterra

As bases teóricas do socialismo democrático que embasaram as resoluções oficiais do PT: da pré-fundação ao V Encontro Nacional (1979-1987)

Maurílio barreto de Araújo

Silvio Zanin da Silva Lisboa

Resumo: O presente trabalho pretende discutir o arcabouço teórico que embasou o conceito de “Socialismo Democrático” dentro das resoluções do PT. A apresentação se iniciará com uma breve identificação do conceito de socialismo e outros similares (como o de sociedade “sem padrões”) dentro das resoluções do PT no período estabelecido (1979-1987). Sendo assim, a documentação analisada abrangerá desde os documentos

constituídos ainda na fase anterior à fundação até às resoluções produzidas no seu V Encontro em Brasília, em 1987. Os documentos da pré-fundação abordados, todos eles de 1979, serão (pela ordem): a “tese de Santo André-Lins” (aprovada no IX Congresso Estadual dos Metalúrgicos em Lins) a “Carta de Princípios”, a “Declaração Política” e a “Plataforma Política”. Em seguida serão debatidos os três documentos aprovados em assembleia e encaminhados pela comissão provisória junto ao TSE para a obtenção do registro provisório, sendo esses o “Manifesto”, o “Programa” e o “Estatuto” do partido. E finalmente, serão debatidas algumas das resoluções selecionadas dos seus Encontros, aprovadas já com o partido formalmente constituído, abrangendo o 1º (1981), 2º (1982), 3º (1984), o Extraordinário (1985), 4º (1986) e o já citado 5º Encontro (1987). Neste último, será abordado o “Programa Democrático-Popular”, documento que servirá de base para o programa da Frente Brasil Popular para as eleições presidenciais do Lula em 1989 e que, segundo vários pesquisadores do PT (incluindo o Professor da USP Lincoln Secco) foi o documento aprovado em toda a história do PT que mais avançou na formulação teórica daquilo que seria o programa socialista do partido. Paralelo a análise desses documentos naquilo que abrange o tema do socialismo, serão apresentadas algumas das formulações teóricas que embasaram o conceito do socialismo democrático no PT. Entre essas teses, destacaremos a “teoria da democracia como valor estratégico”, de Carlos Nelson Coutinho; a tese sobre o “antipopulismo”, de Francisco Weffort; as teses sobre a constituição de conselhos populares, de José Álvaro Moisés e Éder Sader; e as “teorias pós-modernas” sobre o PT, encabeçadas por Marilena Chauí e Emir Sader, nas publicações da “Revista Desvios” durante a década de 80. A partir do cruzamento entre as resoluções aprovadas pelo PT (naquilo que diz respeito ao tema do socialismo) e as referências teóricas que as embasaram, será apresentado um quadro teórico do programa estratégico do “Socialismo Democrático” petista.

Palavras-chave: Socialismo Democrático, Socialismo, Partido dos Trabalhadores, Teoria Socialista, Resoluções do PT

Projetos de futuro, tradições do passado: a prática prudencial na reforma da constituição de 1824 (1831-1834)

Resumo: Em 1831, logo após a abdicação de Dom Pedro I, começaram na Câmara dos Deputados as discussões sobre as reformas constitucionais que culminariam no Ato Adicional de 1834. Tendo como tema as mudanças na forma da representação política, especificamente no que dizia respeito ao problema do poder político e administrativo provincial, acreditamos que os principais debates foram guiados por uma prática prudencial. Nosso interesse é analisar os quatro anos de debates parlamentares para pensar as questões fundamentais que os legisladores experimentaram. A primeira que verificamos é: como conciliar as circunstâncias com os melhores rumos para a jovem nação? Essa questão expressa a sensação de instabilidade que a experiência moderna representava, pois havia a necessidade de mudança e de adequação às novas formas de agir politicamente e socialmente. Era preciso adequar-se aos tempos, pois a forma de governo presente não representava a nação. As mudanças deveriam ocorrer de acordo com as circunstâncias, para que entrassem nos melhores rumos, “na marcha do progresso”. Assim, como deixar “ideias antiquadas” e focar apenas no que é de alguma forma inovador sem, contudo, atropelar os anseios da população? Outra questão era a “quantidade de história” até o momento: como conduzir uma nação onde se considera não haver “muita história”, carecendo de exemplos próprios? Ideia associada ao passado colonial, que produzia uma história atrelada a Portugal, mostrava-se dissonante com os propósitos de progresso que se esperava acompanhar. Há também o fato de não se reconhecer um passado distante, com longa linha cronológica – como Grécia com sua história antiga, ou Inglaterra com sua história medieval. A concepção de tempo é retratada como instável, em movimento, convulso, trêmulo. O que nos leva a outro problema: como ser um bom governante em “tempos em que tudo treme”? Nas questões que foram lançadas durante a reforma constitucional, nos debates entre os legisladores, em suas decisões havia, contudo, uma discussão que sobressaía às outras: como fazer as mudanças na Carta Magna se valendo da prudência? Ao tratar sobre a mudança em meio às circunstâncias – necessidade de progresso, falta de exemplos históricos próprios e instabilidade temporal –, guiar-se com prudência estava acima de tudo. Assim, frente a esses discursos políticos, acreditamos que a prática prudencial foi responsável por guiar a discussão sobre a reforma e sobre a construção da nação.

Palavras-chave: Prudência, reforma constitucional, período regencial brasileiro

Aproximações entre a História Política e do Pensamento Econômico no estudo sobre os atores do liberalismo no Brasil na segunda metade do século XX

Camila Barbosa Monção Miranda

Resumo: A proposta de trabalho apresentada é parte das considerações iniciais do projeto de pesquisa de doutorado que tem como objetivo responder a seguinte pergunta: tendo em vista que “liberalismo” é um conceito de múltiplos significados, o que significa, no Brasil da segunda metade do século XX, ser liberal? Esta pergunta surgiu no momento em que foi verificada uma presença considerável de sujeitos que hoje têm suas memórias recuperadas e reforçadas como liberais, mas que apoiaram o golpe de 1964 e/ou trabalharam nos governos ditatoriais. Percebe-se no tempo presente um aumento significativo da disseminação de princípios liberais. Interessa-me, contudo, compreender as raízes, o ponto de partida, do neoliberalismo e do ultraliberalismo brasileiro, os quais acredito estarem diretamente relacionados com as ações pontuais dos atores liberais dos anos 1960 e início de 1990. Esses sujeitos e instituições são constantemente lembrados e ressignificados, mostrando que a memória e as práticas mais recentes do movimento liberal no Brasil tem estreita ligação com o liberalismo praticado nos anos de instabilidade política e da ditadura militar. A proposta de pesquisa alinha-se a chamada Nova História Política e tem o conceito de “cultura política” como elemento fundamental para compreender as práticas, ideias e impactos dos atores do liberalismo brasileiro no contexto nacional. Dessa forma, quando proponho discutir as ações dos atores do liberalismo no contexto nacional brasileiro das décadas de 1960 a 1990 com o objetivo de delinear uma possível cultura política liberal própria ao Brasil, é fundamental que as análises historiográficas desenvolvidas não fiquem restritas apenas ao campo do político. É necessário demonstrar o intercâmbio entre o político, o econômico e o cultural. Pois, se os liberais se manifestam em todas as instâncias sociais, essas manifestações, se estudadas separadamente, levarão a conclusões fragmentadas. Almejo buscar uma história que vise a totalidade dos

fenômenos, sem compartimentações, mas sim com interseções que contribuam para uma visão histórica mais abrangente: político e econômico e cultural. Afinal, como coloca Eric Hobsbawm em “Sobre História” (2013), nem a política, nem a economia pura são capazes de, sozinhas, abarcar as complexidades históricas das sociedades.

Palavras-chave: cultura política; imprensa; liberalismo; pensamento econômico

Um intelectual no Principado (Séc I d. C.): Uma análise da trajetória de Plutarco de Queroneia à luz do papel dos intelectuais

Francisco Rocha Silva

Resumo: Este trabalho propõe uma análise sobre a atuação política do autor grego Plutarco de Queroneia que viveu sob a égide do governo Romano (séc. I d.C.). Entendemos Plutarco como um homem do universo político por trazer em seus escritos um vasto arcabouço de representações de líderes ideais para o seu tempo. Em nossa interpretação, Plutarco exercia uma relativa autonomia frente à ordem vigente do mundo social a qual estava inserido e por isso seu papel extrapola a dimensão de um intermediador cultural, se apresentando como um poderoso porta-voz de anseios políticos. Baseados nessa hipótese é que pretendemos vislumbrar a capacidade de influência e articulação do personagem no campo político de sua época a partir da operacionalização do conceito clássico de Intelectuais contido em Norberto Bobbio. Nesta comunicação ressaltamos que daremos enfoque para o conjunto de biografias escritas pelo autor beócio, conhecidas como Vidas Paralelas, em específico a fonte de nossa pesquisa, a obra: Vida de Alexandre. A justificativa de seleção documental reside no fato de que em nossa concepção Plutarco utilizou-se da figura de Alexandre para propor um modelo de “líder ideal” para a conjuntura política de sua época, a saber, o Principado Romano.

Palavras-chave: Principado, Intelectual, Plutarco

Emancipação política feminina: a ruptura da esfera privada

Resumo: Os primeiros escritos sobre a emancipação feminina, popularmente conhecida como "polêmica das mulheres", datam do século XVII, mas foi somente no século XVIII e, em especial, com o advento da Revolução Francesa que o tema começou a ser mais amplamente debatido. A natureza feminina até então voltada para a vida doméstica e familiar passava a ser questionada, bem como sua inferioridade intelectual, física e moral. Contra escritos filosóficos, como o de Rousseau e Diderot, surgiam vozes que reivindicavam o alargamento de direitos femininos como a educação e a participação política. Vozes como a de Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft colocavam em xeque a igualdade, universalidade e impessoalidade política, trazendo a tona a urgência de mudar a condição de vida de mulheres, restritas somente à esfera privada. Vemos que a divisão entre esfera pública e privada atua diretamente entre as desigualdades de gênero que se estenderam pelo século XIX e XX. Seja na prática política, nas instituições ou nas leis, a garantia de liberdade e autonomia para as mulheres dependia da politização de aspectos que eram caracterizados como restritos à esfera privada. Exemplos como violência doméstica ou caso ainda mais simples, como acesso à educação, muitas vezes ficavam estritamente ligados à vontade do pai ou marido, isto é, do tutor legal. Assim, embora pudesse haver algum tipo de jurisdição sobre o assunto, dificilmente se intervia no âmbito privado a ponto de fazer valer os direitos dessas mulheres. Assim, abordar-se-á o pensamento de homens e mulheres que, mesmo estando inseridos num contexto no qual a sociedade delimita funções sociais e organiza hierarquias, ousaram questionar o status quo e protestar pela emancipação feminina. Longe de uma visão idílica feminina, vemos ali a coragem para expor a vulnerabilidade, a assimetria de direitos e deveres, bem como a diferença de expectativas sociais e pessoais.

Palavras-chave: emancipação, política, mulheres

ST 5 - História da Educação: memórias e narrativas instituições fontes e ensino de História

Simone dos Santos Borges

Mestranda em Educação
Universidade Federal da Bahia
simoneucsal@hotmail.com

Saoara Barbosa Costa Sotero

Mestranda Profissional em História
Universidade do Estado da Bahia
saoarahistoria@gmail.com

Proposta do Simpósio

Em tempos de alteridades e ataques sistemáticos as instituições, a educação, a ciência e as memórias coletivas de nosso passado histórico, bem como, diante da onda conservadora que assola o país e das tentativas de silenciamento ao ensino público, laico e democrático, através de projetos como o “escola sem partido”, contingenciamento das verbas e financiamentos à educação, propomos um Simpósio Temático (ST) que auxilie o debate sobre os caminhos de pesquisa e as potencialidades dos campos da História da Educação e do Ensino de História no Brasil. Os campos de pesquisa em questão vêm a cada dia ganhando espaço nas discussões acadêmicas, mesmo ainda sendo tratados como campos marginais, muito tem sido produzido. De acordo com Fonseca (2008, p. 61), são objetos desses campos a “história da leitura e dos impressos, sobretudo os escolares, a história da profissão docente, os processos de escolarização, a cultura escolar e as práticas educativas e pedagógicas”. Por isso, propomos um ST em que os interessados no tema e os pesquisadores do campo, possam expor seus trabalhos a busca de novos olhares, possibilidades de pesquisa, fontes, e de divulgar o que tem sido produzido pelos pesquisadores do campo, promovendo uma integração destes pesquisadores na consolidação dos campos de pesquisa em História da Educação e Ensino de História, bem como no combate ao autoritarismo vigente que perpassa a educação e o ensino das ciências humanas na atualidade. A vontade de promover um debate com tal envergadura, se fez necessário, por percebermos em nossas leituras as muitas lacunas historiográficas para pensarmos os campos em questão nos seus diferentes aspectos, das proposições didáticas à formação e trajetória de professores e alunos, perpassando pela legislação e institucionalização da educação e das escolas, e do ensino de história, bem como das narrativas e memórias de professores e estudantes em seus processos de ensinar e aprender. Diante da justificativa apresentada para o ST, e de sua importância para auxiliar na promoção da discussão central do IX EPHIS, intentamos dialogar com professores da educação básica sobre suas experiências no ensino de história, assim como estudantes da graduação e pós-graduação e demais pesquisadores interessados no campo para dialogarmos e refletirmos a partir de uma

perspectiva teórico-metodológica os conceitos pertinentes a História da Educação e ao Ensino de História.

Armanda Álvaro Alberto: uma mulher entre homens – no Campo Educacional -, uma mulher entre mulheres – no Movimento Feminista -, uma intelectual fantasma – na Historiografia.

Kelly Morato

Resumo: Concebida no final dos oitocentos e mantida ao longo do século XX, a ideia da figura feminina vocacionada a educar a infância se fez muito presente no imaginário republicano brasileiro. As mesmas mulheres que outrora não possuíam o direito a educação e ao ensino, em uma mudança de perspectiva, não menos excludente e problemática, ligadas as questões de gênero, figuravam como as agentes ideias para o exercício do magistério. Os homens, em contrapartida, ao deixarem as salas de aulas, ascenderam aos cargos e questões administrativas relativas a educação. E mais do que isso, figuraram como os principais articuladores de um projeto educacional para o país ao longo do século XX. Ao pensarmos nomes ou mesmo ao analisarmos documentos que marcaram as disputas em torno dos projetos educacionais para o país - como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 - ou mesmo os nomes encarregados de ocupar os Ministérios ligados à Educação, a historiografia pouco nos apresenta nomes de mulheres. Não porque elas não existiram. Situado entre os campos da História Intelectual, História da Educação, História da Historiografia e Estudos de Gênero, o trabalho tem como objeto o estudo do itinerário intelectual de Armanda Álvaro Alberto entre 1919 e 1937. A partir da análise de suas produções e ações no campo intelectual, que perpassam também o campo político social, pretendemos compreender o seu itinerário, com a finalidade de entender sua atuação dentro do cenário educacional. Além disso, objetivamos compreender como se estabeleceram suas redes de sociabilidade e de que maneira sua atuação e suas discussões abrangeram também aspectos referentes ao feminismo. A historiografia produzida sobre o período, em muitos casos, desconsiderou a atuação da intelectual. Em outros momentos, não a

entendeu sob tal alcunha, não colocando-a ao lado dos intelectuais importantes do período, a intitulado apenas como “educadora”, apesar de sua vasta produção e atuação. Pretendemos apontar as contradições dadas entre a feminização do magistério, a sub-representação feminina em órgãos oficiais e a atuação pioneira de Armanda Álvaro Alberto; como também seu posterior apagamento na historiografia da educação.

Palavras-chave: História da Educação, História dos Intelectuais, Estudos de Gênero

O respeito à criança e ao seu direito à educação no discurso de Manoel Bomfim

Bruna de Oliveira Fonseca

Resumo: Manoel Bomfim nasceu no ano de 1868 em Aracaju, mas viveu a maior parte de sua vida na cidade do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1932. Filho de comerciantes enriquecidos e donos de engenho, Bomfim se dedicou aos estudos em Medicina iniciado na Bahia e concluído no Rio de Janeiro. Atuando em diversos cargos e funções ligados a instrução pública e mesmo quando circulava em outros espaços, como a câmara dos deputados, as redações de periódicos e nos salões, Manoel Bomfim tinha a educação como inspiração. Para o educador Manoel Bomfim a criança, por sua condição de dependência física, psíquica e moral, não poderia ser considerada um sujeito de deveres, contudo era dotado de direitos e destaca dois deles que deveriam ser respeitados: o de ser criança e de ter seu futuro assegurado. Segundo Bomfim, para que a criança tinha o direito de ser, e de vir a ser, era necessário educá-la considerando as particularidades do seu estágio de desenvolvimento e visando formar o adulto capaz de atuar no mundo. Partindo desta premissa e destacando a condição tutelada da criança Manoel Bomfim ponderava sobre o papel da família e do Estado na garantia dos direitos da criança, sobretudo a educação. O presente trabalho visa compreender como Manoel Bomfim pensava a educação enquanto um direito da criança na relação entre infância, família e Estado. Em diversos momentos de sua vida profissional, Bomfim se dedicou ao tema dos direitos da infância, mas pra este trabalho foram selecionados três textos, um

discurso realizado no congresso XXXX e dois artigos publicados em periódicos intitulados “O dever de educar” (1921) e “O valor positivo da educação” (1919). A fim de alcançar o objetivo recorreu-se a História Intelectual como norteadora teórico-metodológica. Manoel Bomfim pode ser considerado um intelectual, pois ao longo da vida do sergipano, destaca-se sua transição entre o produtor de ideias, pensador engajado e o pertencente aos espaços de poder. O referencial teórico-metodológico mobilizado nesta pesquisa parte das contribuições de Oscar Terán apresentadas em *Para leer el Facundo*. De modo didático, o autor apresenta chaves de leitura para *Facundo* (passível de generalização a outras obras), analisando como cada parte do texto de *Facundo* (título, subtítulo, epígrafe, introdução e o conteúdo do texto) bem como o contexto (contexto de produção, sociabilidade/geração e recepção) contribuem para um entendimento mais alargado da obra.

Palavras-chave: Manoel Bomfim, educação, direito.

FACE Educa: como a educação popular se insere dentro dos muros da universidade e a dimensão do espaço no ensino de História

Ana Caroline Nogueira da Silva

Resumo: O Cursinho Popular Face Educa partiu de uma iniciativa discente, e surgiu como ideia no final de 2018, no entanto, só foi oficializado e institucionalizado em maio de 2019, dentro da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Quando falamos de educação social, uma iniciativa dessa magnitude, mesmo em toda a sua subjetividade, é por si só empoderadora, principalmente no que tange a ocupação de um espaço socialmente restrito ao perfil desses estudantes aos quais o projeto se destina. Esta proposta parte de um trabalho desenvolvido dentro do cursinho, na área de História do Brasil, onde realizamos uma excursão com os alunos para o Teatro do CCBB em Belo Horizonte, que estava com a peça “Leopoldina: Independência e Morte” de Marcos Damigo em cartaz. A partir daí desenvolvemos um trabalho reflexivo por meio de rodas de conversas, com debates e questionamentos sobre o ensino de

história através da arte, rememoração, trajetórias e a vivência dos lugares, partindo para um levantar de consciências sobre o caráter político e social da cidade enquanto espaço coletivo e desigual. A dimensão do espaço é um ponto chave na relação entre os usos e os sentidos da história enquanto ciência do tempo, sedimentando a união da educação formal e não-formal, tendo em vista, o papel político da ocupação de determinados territórios e a necessidade de uma comparação intercultural no processo de construção do conhecimento, enquanto saber próximo aos indivíduos e suas coletividades, em outras palavras, tornar as realidades aproximadas e intrínsecas as temporalidades. A História possui uma capacidade inerente aos seus conteúdos, ela se propõe a incitar consciências, identidades e uma noção mais aprofundada e constitutiva de senso crítico. A ideia fundamental do Cursinho Popular Face Educa é tornar possível o acesso a indivíduos em situações de vulnerabilidade social e econômica, ao ensino superior. No entanto, a iniciativa vai muito além, pois, ao trazerem estes para um espaço no qual eles nunca considerariam estar, mesmo que na condição de estudantes de um cursinho, é de fato uma ação política de proporções imensuráveis, que possibilitam, subjetivamente a criação de uma identidade empoderada, de uma consciência sobre um coletivo, que, objetivamente, abre portas para uma mudança social.

Palavras-chave: História, Educação Popular, Ensino, Espaço

Rocha Pombo: a solidariedade entre populações como projeto de escrita da história e educação para a formação da nação (1900-1924).

Felipe Augusto Souza

Resumo: Esta pesquisa pretende analisar as obras didáticas “Compendio de História das Américas” (1900), “História do Brasil: com muitos mapas históricos e figuras explicativas” (1918) e “História do Brasil (curso superior)” (1924), do autor brasileiro Jose Francisco da Rocha Pombo. Ambos os livros foram escritos para implementação nas escolas com vistas à formação da nacionalidade, já que era grande a importância dada à educação e aos livros didáticos. O principal objetivo é o de analisar e compreender,

nas obras de Rocha Pombo, o sentido que o autor conferia à categoria solidariedade, assim como o teor político do conceito no contexto do significado de sua escrita da história e da educação em suas obras. Pretendemos abordar como a solidariedade despontava como ponto importante visando à formação da nacionalidade e de projetos modernistas de nações americanas. Nossa intenção interrogar qual papel cabe à educação e à história na obra de Rocha Pombo, buscar perceber as nuances de suas concepções e o sentido conferido ao conceito de “solidariedade”. A comparação entre os manuais didáticos em questão também é importante para entender as mudanças de posicionamento e de percepção do autor sobre a história e a educação. Pensamos com este trabalho que as concepções sobre história, nação e educação de Rocha Pombo podem ser compreendidas por meio da análise do conceito de solidariedade e que essa categoria é peça chave para o entendimento e construção de seu pensamento. Dessa forma, a exclusão de Rocha Pombo dos círculos mais consolidados da historiografia brasileira do século XX, ou a menor produção sobre o autor em tempos atuais são aspectos relevantes para a discussão de suas ideias. A análise das concepções do autor pode contribuir para um melhor entendimento do contexto de sua produção e dos projetos em disputas naquela conjuntura.

Palavras-chave: Livros Didáticos, Rocha Pombo, Solidariedade, Conceito, História dos Conceitos

Memórias escolares: registros sobre o conteúdo de Brasil contemporâneo no final do século XX em Minas Gerais

Raquel Silveira Martins

Resumo: “Nosso presente, anda mesmo, cheio de passado” (SCHWARCZ, 2019, p.24) e pairam dúvidas sobre a efervescência de discursos de ódio que tomam as redes e ruas no Brasil, exaltando especialmente o período da Ditadura Militar. Teriam os jovens desse país, em especial aqueles na faixa dos 30 anos, estudado na escola sobre esse período? Como se deu a construção dessa memória histórica? Esse trabalho visa pontuar os registros de professores de História de uma escola pública de Minas Gerais no contexto

das reformas de 1990, em relação ao conteúdo curricular que abrangeria os anos de 1964-1985. Para tanto, buscar-se-ão as reflexões de Mateus Pereira (2015) sobre a memória não-inscrita desse período, de Schwarcz (2019) sobre o autoritarismo no Brasil e de Ricoer (2007) sobre o abuso do esquecimento. Tendo como fonte diários de classe das aulas de História no período de 1996 a 2004, o artigo assinala como as mudanças curriculares desse período estão no bojo das reformas de estado. A análise das fontes permitiu vislumbrar a música como parte essencial do ensino de História do período da Ditadura Militar. Por fim, o artigo aponta algumas lacunas dessas fontes, em especial relativas à construção da memória histórica no período.

Palavras-chave: memória histórica; memória escolar; Ditadura Militar

Memória e identidades na produção do conhecimento histórico: uma experiência com estudantes da EJA no Município de Feira de Santana-BA

Simone dos Santos Borges

Resumo: Pensar os saberes existentes na relação ensino-aprendizagem é algo constante na prática de qualquer professor(a), sobretudo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma vez que para fomentar uma aprendizagem significativa é preciso trazer em primeiro plano memórias afetivas, as quais constroem identidades de sujeitos ao mesmo tempo protagonistas da História. Diante dessa compreensão a narrativa apresentada para este trabalho, é uma descrição das atividades executadas a partir do planejamento trimestral no ano letivo de 2019, do ensino de História da EJA numa escola pública do município de Feira de Santana-BA, a qual teve como tema gerador o título “a viagem dos alimentos”, nessa unidade temática a professora que descreve está narrativa busca refletir sobre suas práticas pedagógicas, desenvolvidas em suas turmas da Etapa IV (correspondente ao 6º e 7º ano do ensino Fundamental II) na produção de um livro de receitas, tendo como conteúdo histórico a vida indígena, a chegada dos europeus no Brasil, a contribuição dos povos de matriz africana em nossa formação histórico-social traçando uma linha do tempo até nossa composição social atual, perpassado por memórias de família, infância, coletivas e individuais, e por conseguinte

da história do Brasil, Bahia e da cidade. Experiência que trouxe a esses estudantes outras formas de compreender como ocorre a construção do saber histórico e perceber-se enquanto atores ativos na produção da materialidade e da realidade social que nos envolve e identifica enquanto país. Porém, como toda experiência de vida, tivemos conflitos no percurso formativo e na escrita do livro de receitas, a tarefa de escrever se tornou obstáculo, tendo em vista a melhor relação desses indivíduos com a tradição oral, com a qual tentaremos um diálogo racionalizando a experiência desta narrativa tendo como suporte teórico-metodológico a História Cultural baseada em autores como Chartier, Thompson e Comaroff, numa tentativa de fomentar e compreender diferentes maneiras e performances pedagógicas no ensinar e aprender História.

Palavras-chave: Memória, Identidade, Narrativas, Práticas Pedagógicas, Ensino de História

As fontes documentais e os processos de subjetivação nos discursos do Jornal Folha De Viçosa (1963-1973)

Thayná Luana Borges

Resumo: O presente trabalho tem por intuito apresentar os resultados da análise dos processos de subjetivação nos discursos do Jornal Folha de Viçosa (1963-1973), bem como da Folha de Imprensa enquanto documento essencial para a pesquisa histórica em educação. Nesse sentido, o objetivo central da presente pesquisa é o de analisar a imprensa enquanto fonte documental para pesquisas correlatas à área de educação. Especificamente, pretende-se identificar a origem, a organização e o funcionamento deste Jornal; conhecer os principais sujeitos envolvidos em sua criação e redação; analisar as mudanças, permanências, avanços e retrocessos deste Jornal no período em tela; averiguar os possíveis processos de subjetivação envolvidos na respectiva Folha de Imprensa, com base no conceito de dispositivo de Michel de Foucault (1987). A fim de atender ao propósito do presente estudo foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, também definida como um estudo de caso com abordagem qualitativa e historiográfica. Para tanto, em consonância com os objetivos, reafirma-se a necessidade

de utilizar como recurso de pesquisa os periódicos de imprensa, já que o estudo sobre a educação pela imprensa possui um importante papel para a compreensão de processos educacionais existentes em uma determinada época e localidade, permitindo assim a busca de novas formas de se compreender a educação pela utilização de outras fontes de informação. A partir dessa investigação pode-se identificar que a folha de imprensa é envolta de processos de subjetivação dos quais influenciam os discursos presentes nas respectivas edições, não é algo comum ter um jornal para o povo (a serviço do povo) que retrata apenas a educação de uma elite, é intencional, estamos tratando de relações intencionais de poder, da força de dispositivos que controlam.

Palavras-chave: Fontes documentais, Subjetivação, Imprensa

"Fontes históricas e suas aplicações em sala de aula: resgate da história e memória da escola estadual professor morais"

Bianca Rezende Godói

Igor Marques Mesquita Alcântara

Túlio Marinho Moreira

Resumo: Trabalhar a Memória, suas mudanças e permanências, é um dos ofícios do Historiador. A Memória está ligada ao imaginário, sendo também uma construção coletiva. Muitos Historiadores realizam debates sobre questões ligadas à História e à Memória, e como esta última pode ser abordada em sala de aula pelo professor, utilizando-se de diferentes fontes históricas que podem contribuir para este processo de formação de mentalidades. O presente artigo tem como objetivo avaliar algumas abordagens sobre o uso da Memória nas Escolas e como o emprego das fontes históricas podem auxiliar neste processo. Pretende-se também relatar os frutos do Projeto realizado na Escola Estadual Professor Morais pelo Programa Residência Pedagógica (CAPES), onde os autores contribuíram para a construção de um Laboratório de Ciências Humanas na Escola, que teve como intuito resgatar a Memória e a História da Escola através de fontes e documentos da Instituição. Questionamentos como “Qual a relação entre a História e a Memória?” e “As fontes históricas podem ser utilizadas de maneira

frutífera nas Escolas?” nortearão o artigo, que buscará respostas na bibliográfica especializada acerca do tema, tais como BARROS (2009), LE GOFF (1996) e CAIMI (2008).

Palavras-chave: História. Memória, Fontes históricas, Espaço escolar

ST 6 - Indígenas camponeses e quilombolas: caminhos para os (des)encontros com novas e outras narrativas

George Leonardo Seabra Coelho

Doutor em História
george.coelho@hotmail.com

Thálita Maria Francisco da Silva

Doutoranda em Educação em Ciências e Matemática
Universidade Federal de Goiás
thaty_go@hotmail.com

Proposta do Simpósio

Neste simpósio pretendemos discutir questões epistemológicas e dar vozes às narrativas silenciadas pelas relações de poder advindas da colonização europeia. Pelo menos até a década de 1970, historiadores tenderam a analisar as relações do pós-contato colonial como o encontro no qual os colonizadores teriam imposto sua cultura, organização social aos “dominados”, sobretudo, índios e negros escravizados, que tentavam manter, sem sucesso, o seu modo de viver. Portanto, era a história do choque entre mundos opostos, no qual seria enviesada a crônica da destruição, de submissão à “razão civilizatória”. Por muito tempo estas disciplinas produziram o silêncio dos diversos atores e apagaram suas trajetórias históricas. Desse modo, parecia-lhe ainda muito arraigada na historiografia brasileira a afirmação de meados do século XIX, de que os índios, quilombolas e camponeses não tinham História. Contudo, a década de 1980 foi palco de uma reorientação de pressupostos teóricos e metodológicos que correspondiam com a própria luta dos movimentos sociais no Brasil, o que provocou reconfigurações decisivas na pesquisa histórica, principalmente, através da exploração de novos arquivos e documentos. Com essas novas abordagens acerca do protagonismo dos “esquecidos da história”, enquanto sujeitos históricos, as temáticas sobre índios, escravos e escravidão, quilombolas, comunidades camponesas, mulheres, pobres,

dentre outras, vem deixando o lugar marginal que ocuparam na historiografia brasileira. Nesse sentido, a presente proposta temática almeja ser um espaço para apresentação de pesquisas novas e em andamento, fomentando o debate sobre perspectivas conceituais, metodológicas e dialógicas que colaborem no entendimento dessas comunidades na História do Brasil. Para melhor direcionar o trabalho a ser desenvolvido nesse simpósio, priorizamos, além de pesquisas voltadas para a temática indígena, campesina e quilombola, também estudos que se dediquem aos movimentos migratórios decorrentes de perseguições religiosas e étnicas, políticas ou econômicas, em contextos e temporalidades amplas.

**A rede dos invisíveis: colaborações de indígenas e escravos em expedições
naturalistas no Brasil do século XIX**

Anderson Pereira Antunes

Resumo: A sociabilidade é uma característica do trabalho de campo nas expedições de História Natural. Ao longo do século XIX, diversos naturalistas estrangeiros visitaram o Brasil com o objetivo de estudar a natureza local e formar coleções científicas para museus e colecionadores, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. No entanto, o sucesso dessas expedições, especialmente com a coleta de espécimes e a navegação pelo interior do país, geralmente dependia da articulação de uma diversificada rede de colaboradores locais. Em uma análise de algumas das expedições que percorreram o Brasil na segunda metade do século XIX, como a expedição liderada por Louis Agassiz e as passagens de Henry Bates e Alfred Wallace pela Amazônia, encontramos referências constantes ao apoio cedido pela população local. Se, por um lado, estas contribuições eram geralmente silenciadas e tornadas invisíveis na comunicação entre pares, como nos artigos onde divulgavam suas observações, por outro, estão amplamente presentes nas páginas dos livros e diários de viagem. Agassiz, por exemplo, chamou os indígenas brasileiros de “botânicos e zoólogos práticos”, enquanto Wallace aprendeu com eles a distinguir as diferentes espécies de palmeiras encontradas na região Amazônica. Bates, por sua vez, relatou que a única

maneira de conseguir alcançar os objetivos científicos de sua expedição era aprendendo a viver como os habitantes mais humildes do país. Essas informações, contudo, se perdem na tradução da literatura de viagem para a comunicação científica formal. Estas diferenças narrativas no relato de uma mesma experiência podem ser atribuídas tanto às convenções da escrita científica, que priorizam valores como neutralidade, impessoalidade e objetividade, quanto às assimetrias das relações entre os naturalistas e os seus colaboradores. Desta forma, analisar os livros e diários de viagem atentando para as interações entre os naturalistas e a população local é uma forma de melhor compreender a sociabilidade do trabalho naturalista de campo, identificar as redes de relações que tornavam possíveis as expedições e destacar as contribuições de escravos e indígenas ao trabalho dos naturalistas que visitaram o país. Neste trabalho, analiso especificamente as contribuições desta “rede de invisíveis” em algumas das expedições científicas que estiveram na Amazônia Oitocentista e resalto a importância da contribuição de escravos e indígenas para o trabalho científico de Agassiz, Bates e Wallace.

Palavras-chave: História da Ciência, Amazônia, Século XIX, Naturalistas Viajantes, Circulação de Conhecimento

Quilombo Carrapatos de Tabatinga e a Guarda de Moçambique de São Benedito: Fé e Resistência

Anna Caroline Oliveira Teixeira Vertelo

Resumo: Em Minas Gerais as comemorações do Reinado/Congado/Reisado são celebradas em grande parte do estado, além de possuírem caráter popular. As festas homenageiam São Benedito, Santa Efigênia, Nossa Senhora das Mercês e Nossa Senhora do Rosário. A Comunidade Quilombola Carrapatos de Tabatinga, está localizada no município de Bom Despacho, no centro-oeste de Minas Gerais, e é um quilombo urbano que foi certificado pela Fundação Palmares em dezembro de 2005. O quilombo possui diversas guardas de reinado, e optamos por analisar a relação da Guarda Moçambique São Benedito que anualmente participa dos festejos na cidade. O Reinado constitui um

patrimônio da cultura afro-brasileira, que se caracteriza não como uma assimilação da cultura do outro, que imposta como forma de domínio, mas como uma nova composição de símbolos e representações, que configuram a identidade negra. O intuito deste trabalho é explorar as memórias da escravidão e da liberdade, ritualizadas e cantadas nas festas do Reinado, que foi institucionalizada dentro do calendário religioso e turístico da cidade, e através das narrativas da Guarda de Moçambique, e das memórias de seus moradores é possível contar a história apropriada por seus atores e evidenciada nas práticas, aprendizagens e identidades revividas cotidianamente. A família e a comunidade possuem um papel significativo pois viabilizam a transmissão dos principais elementos do reinado entre as gerações. Deste modo, o estudo da relação do quilombo com a festa nos permitiu perceber que o 'ser quilombola' na Comunidade Carrapatos de Tabatinga passa pela ação política e pela religiosidade, que para eles são intrínsecos, carregando nas contas do Rosário a fé e a resistência quilombola.

Palavras-chave: Congado, Oralidade, Quilombo, Reinado, Religiosidade

Sobre o Ensino de Histórias Indígenas no Brasil: Desafios e especificidades.

Isaias dos Anjos Borja

Resumo: A Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 alterou a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, estabelecendo dentre as diretrizes e bases para a educação básica nacional a obrigatoriedade de conteúdo referente à história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo oficial. A alteração que a Lei sofreu em 2003 significou a inclusão apenas do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas do país. Este trabalho tem por objetivo discutir, ainda que brevemente, sobre o conteúdo referente ao estudo de Histórias Indígenas presente nos cursos de História das universidades públicas do Brasil, tendo em vista a exigência da Lei de 2008 e a consequente demanda por historiadores e professores com conhecimento na área. Desse modo, além de uma exposição de dados sobre os cursos de formação superior em

História, propõe-se discutir sobre as especificidades deste campo de estudos no Brasil e alguns desafios que o envolvem na atualidade.

Palavras-chave: História Indígena, ensino de História, Pluralidade

O Trabalho e a sindicalização rural em Diamantina/MG 1970-1985

Túlio Henrique Pinheiro

Edneila Rodrigues Chaves

Alan Faber do Nascimento

Resumo: O presente trabalho aborda sobre os trabalhadores rurais e o sindicalismo em Diamantina entre os anos de 1970 a 1985. O objetivo da pesquisa é compreender os impactos que o sindicalismo rural ocasionou no espaço rural diamantinense e nas dinâmicas de trabalho no campo, isso para o período estudado. O século XX é marcado por uma mudança substancial no espaço rural brasileiro. Com a industrialização e urbanização crescente, os ideais de desenvolvimento e progresso acabaram por marginalizar ainda mais o campo. Nesse trabalho, focalizaremos os pequenos trabalhadores rurais interioranos a Diamantina/MG. A hipótese de pesquisa parte do princípio de que existe um impacto significativo com a chegada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, ocorrido na década de 1970, isso, pois, a instituição dá início as atividades em um período em que o campo só era pensado enquanto ferramenta para o progresso, enquanto que, os trabalhadores rurais de pequenas propriedades eram excluídos desse processo. Além disso, nessa mesma época, os trabalhadores rurais ainda não possuíam nenhum direito social estabelecido, estando em situações de vida precárias. Em consonância a isso, os ideais de progresso acabavam por expulsar os camponeses de suas terras, e em outras regiões forjar uma migração urbana como solução. O Sindicato de trabalhadores rurais surge em meio a essa realidade e mesmo assumindo um protagonismo limitado, garante direitos assistencialistas, previdenciários e de apoio ao pequeno trabalhador rural, que partindo dessas novas garantias, ainda desconhecidas por grande maioria na região, ocasionou mudanças profundas nos modos de vida desses trabalhadores, servindo, inclusive, de

um freio ao êxodo rural crescente. A metodologia utilizada no desenvolvimento desse trabalho parte, principalmente, do uso de fontes orais, produzidas a partir da História Oral, realizadas com segmentos de trabalhadores rurais sindicalizados. Também está sendo realizada pesquisa bibliográfica em materiais que abordam o assunto sindicalismo rural e assistencialismo. Além disso, está sendo realizada pesquisa documental nos arquivos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina/MG.

Palavras-chave: Rurais, Sindicato, Assistencialismo, aposentadoria, social

ST 7 - A história empenhada na cultura intelectual: produções trajetórias e disputas pelos domínios do passado

Hugo Mateus Gonçalves Rocha

Doutorando em História
Universidade Federal de Ouro Preto
hugogrocha@hotmail.com

Cleber Araújo Cabral

Doutor em Estudos Literários
clabrac1980@gmail.com

Thiago Lenine Tito Tolentino

Doutor em História
thiagolenine@ufu.br

Proposta do Simpósio

Presente em oito das nove edições do EPHIS, o ST “Cultura Intelectual” propõe, para o IX EPHIS, debater sobre as diferentes formas pelas quais os intelectuais de ontem e de hoje buscaram (e ainda buscam) atuar e refletir acerca das representações do passado em contextos regionais, continentais ou globais. Tendo por base a temática proposta pela comissão organizadora do IX EPHIS, perguntamos: de que modo podemos, hoje, refletir sobre a pluralidade da atuação dos intelectuais na sociedade e na cultura? Como os distintos campos do conhecimento (como a historiografia e os demais campos da pesquisa acadêmica) e as artes podem (ou, no limite, deveriam) reagir a um momento crítico de negação da ciência, no qual “movimentos terraplanistas” ou “anti-vacinas” atestam suas certezas, ao passo que passados ditatoriais, regimes de exceção ou o a escravização negra são relativizados? Há algum caminho para tais impasses ou aqueles que formam opiniões estariam condenados a se contentarem com os debates entre as paredes das universidades, centros de pesquisa e demais ambientes de produção do conhecimento? Partindo de tais questões, consideramos a importância de refletirmos sobre temas como: o alcance e os limites da chamada “história pública”; as possibilidades abertas à historiografia em uma sociedade que experimenta um processo de aceleração da produção de conhecimento; a negação da ciência ou a intensificação da intolerância étnica, religiosa e cultural, aspecto que contraria os anseios de parte da comunidade global. A fim de propor um espaço de debates abrangente, afirmamos o compromisso do Simpósio Temático de considerar a diversidade de modos de atuação dos intelectuais espalhados em diversas formas de produção de conhecimento – artes gráficas, literárias, pictóricas, musicais, teatrais, filmográficas, dentre outras.

Consumindo o historicismo através dos Almanques Anuais (1830-1870):

Historiografias populares e distância histórica II

Floriza Beatriz de Sena Paula

Resumo: No âmbito da história da historiografia este projeto pretende mapear a emergência de novas historicidades no que geralmente é abordado como historiografias populares. Ao nos concentrarmos na imprensa periódica, em particular na imprensa periódica de apelo cultural, científico-profissional e de variedades, pretendemos mapear a experiência da história disponível para camadas mais amplas da população. Partimos da hipótese que a expansão dessa imprensa de variedade, seja no Brasil ou no contexto britânico, encontra no passado um dos seus principais temas, apontando para uma maior disponibilidade social de tecnologias de historicização (imagens, metáforas, conceitos e narrativas) e modulação da distância histórica. A expansão do "desejo por história", em particular pela história nacional, mas não apenas, é uma das razões dessas transformações, mas é também um fenômeno que precisa ser desnaturalizado. Deslocar o foco para as publicações periódicas pode nos dar uma visão mais precisa de como se produziu a realidade enquanto "nacional", "moderna" e "histórica", uma tríade de categorias que reunida nos oferece uma boa definição do historicismo enquanto fenômeno social amplo. Além de evidenciar as trocas entre os dois contextos, esse procedimento permitirá colocar a prova as hipóteses dessa pesquisa e distinguir mais claramente o que pode ser atribuído à conjuntura local e o que deve ser destacado como tendência transnacional e estruturante da época moderna. Nesta etapa o projeto estará concentrado na análise das narrativas históricas e gestão do tempo presente nos Almanques Anuais publicados no Brasil entre 1830 e 1870. Nota: Projeto de Iniciação Científica elaborado juntamente ao Professor Doutor Valdei Lopes de Araújo.

Palavras-chave: Modernidade. Historiografias populares, História da Historiografia

Editora Alfa-Omega e suas publicações na década de 1970.

Gustavo Orsolon de Souza

Resumo: A ideia é apresentar no IX Encontro de Pesquisa em História (EPHIS-UFMG) o trabalho que venho realizando no doutorado e que tem como temática a história da editora paulista Alfa-Omega. A editora Alfa-Omega foi criada pelo casal Fernando Mangarielo e Claudete Machado Mangarielo, no ano de 1973. Seu catálogo inicial foi marcado por títulos e autores que tinham engajamento político e/ou algum vínculo com o meio acadêmico, principalmente com a Universidade de São Paulo-USP. A proposta principal do projeto é analisar a história da editora, relacionando sua produção literária com o período de abertura política durante o regime militar, no final da década de 1970 e alvorecer da década de 1980. Entre as obras editadas naquele momento pela editora, uma coleção, em especial, intitulada História Imediata, ganhará atenção pormenorizada na pesquisa. A coleção foi publicada no final da década de 1970, em formato de revista, abordando temas polêmicos para o momento como, por exemplo, a Guerrilha do Araguaia, a greve ocorrida no ABC paulista, o assassinato da menina Araceli e a volta da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Palavras-chave: Editora Alfa-Omega, História Intelectual, Produção Literária

Apropriações intelectuais em momentos oportunos: aspectos da fortuna crítica da obra de Alberto Torres

João Paulo de Souza Favoretti

Resumo: O objetivo deste trabalho é discorrer acerca do modo como determinados autores, devidamente localizados nos seus espaços e tempos, se apropriaram do pensamento de Alberto Martins de Seixas Torres (1865-1917), no decorrer da História do Brasil Republicano, estabelecendo a relação entre tais apropriações e o contexto social e político específico de cada um dos sujeitos elencados para esta discussão. A principal ferramenta de análise teórica é o lugar social, segundo Michel de Certeau, em sua concepção de que a escrita de um indivíduo é fortemente influenciada pelo contexto social, político e cultural em que está inserido. Assim, analisar as diferentes interpretações da obra deste autor por outros indivíduos é uma tarefa de suma

importância para compreender como Torres forneceu bases para que em momentos posteriores ao contexto em que esteve inserido, autores e autoras se apropriassem de seu pensamento. Para tanto, serão analisadas obras dos principais intérpretes de Alberto Torres, englobando as publicações desde a década de 1930 até 1990. Para desdobrar esta tarefa utilizo o conceito de autoritarismo, a fim de compreender o contexto da década de 1930 e a atuação de Oliveira Vianna no governo Vargas (1930-1945), a qual se mostra relevante para examinar a relação com o pensamento político de Torres. Já os termos nacionalismo e cultura política permitem examinar as leituras de autores do final da década de 1960 até o início da década de 1980, diante da influência dos Governos Militares sobre o ambiente político brasileiro. Por fim, recorro ao conceito conservadorismo para entender essa manifestação no pensamento de Alberto Torres, o qual permite investigar suas diferentes apropriações, tanto no contexto de regimes autoritários, quanto no período pós-redemocratização (1985-1990), até a atualidade, considerando a revisitação empreendida por diferentes pesquisadoras e pesquisadores com o intuito de responder a questionamentos de seus momentos ou acompanhando as tendências historiográficas.

Palavras-chave: Historiografia, Biografia Intelectual, Alberto Torres, Brasil Republicano

Pedro Sinzig e a encruzilhada do Entreguerras

Liszt Vianna Neto

Resumo: O período entreguerras se configurou como um contexto conturbado na República Alemã de Weimar. Seus ecos alcançaram as Américas, se estendendo à comunidade teuto-carioca. A trajetória do frei franciscano Petrus Sinzig é representativa da encruzilhada na qual muitos emigrados e exilados alemães se encontraram no Brasil: enredados por uma teia política, propagandística e repressiva entre o Kaiser, o Führer, e Vargas. Ainda que a Primeira e a Segunda Guerra guardem semelhanças quanto a seu impacto sobre a comunidade teuto-brasileira, as posições de Sinzig variaram amplamente no período: passando de um entusiasta da causa germânica a uma voz contra o nazismo. Alceu Amoroso Lima, por exemplo, tornou-se um desafeto

peçoal de Sinzig durante a Primeira Guerra por seu "kaiserismo", sendo Sinzig posteriormente por ele louvado como agente importante contra o "hitlerismo". Integrando o movimento internacional "Freies Deutschland", as colunas de Sinzig no Jornal do Brasil dão testemunho de seu serviço à comunidade alemã - assim como sua obra "Nazismo sem máscara", sob o pseudônimo de João Bauer Reis. Por seu engajamento, Sinzig foi monitorado pela inteligência nazista no Brasil, teve uma obra censurada na Alemanha e até recebeu ameaças de morte no Rio de Janeiro. Seu antifascismo, no entanto, é apenas uma faceta de suas posições políticas propagadas por obras: como o manifesto antibolschevismo de "Tempestade - O Bolschevismo por dentro", o antissemitismo de "Em plena guerra", entre outras. Como depreende-se de seu engajamento, a grande cruzada pessoal de Sinzig foi sua defesa de uma imprensa católica. Para tanto, Sinzig possuía a sua disposição a Editora Vozes de Teresópolis, pela qual publicou, dirigiu e editou um grande número de obras. Seu objetivo maior, no entanto, nunca foi alcançado: conceber um jornal diário católico no Brasil. Paulatinamente seus esforços se voltaram para a música orquestral, tendo na fundação da Pro Arte um meio de levar seus projetos adiante. Junto a Theodor Heuberg, um jovem marchand de Munique, e Maria Amélia Resende Martins, pianista da sociedade campineira e neta de Barão Geraldo, a Pro Arte colocou Sinzig novamente em uma posição delicada - entre a manutenção das atividades da associação e o compromisso com a atividade de propaganda quinta-colunista alemã. Falecendo em 1952, as obras e a trajetória de Sinzig, ainda que um legado singular, representam bem a identidade fragmentada da comunidade alemã imigrada no entreguerras.

Palavras-chave: Imigração alemã, Imprensa católica, Alemanha nazista, Entreguerras

Mulher, intelectual e educadora – o itinerário intelectual, atuação e o apagamento de Armanda Álvaro Alberto no campo educacional brasileiro (1919 – 1937)

Kelly Morato

Resumo: Situado entre os campos da História dos Intelectuais, História Intelectual, História da Educação, História da Historiografia e Estudos de Gênero, o trabalho tem como objeto o estudo do itinerário intelectual de Armanda Álvaro Alberto entre 1919 e 1937. A partir da análise de suas produções e ações no campo intelectual, que perpassam também o campo político social, pretendemos compreender o seu itinerário, com a finalidade de entender sua atuação dentro do cenário educacional. Além disso, objetivamos compreender como se estabeleceram suas redes de sociabilidade e de que maneira sua atuação e suas discussões abrangeram também aspectos referentes ao feminismo. A historiografia produzida sobre o período, em muitos casos, desconsiderou a atuação da intelectual. Em outros momentos, não a entendeu sob tal alcunha, não colocando-a ao lado dos intelectuais importantes do período, a intitulando apenas como “educadora”, apesar de sua vasta produção e atuação. Pretendemos apontar as contradições dadas entre a feminização do magistério, a sub-representação feminina em órgãos oficiais e a atuação pioneira de Armanda Álvaro Alberto; como também seu posterior apagamento na historiografia da educação. Parece sintomático, ao analisarmos documentos e eventos importantes para a História da Educação brasileira deste período, a contraposição da figura da mulher na educação: se por um lado, elas representam a maior parte no chão da escola, na base da educação, em órgãos, iniciativas e mesmo debates organizacionais e teóricos sobre o campo, elas são sub-representadas. A difusa atuação de Armanda Álvaro Alberto ao longo de toda vida, nos leva a leitura – diferente da compreensão hegemônica da historiografia sobre a educação no Brasil, que não a inscreve assim ou simplesmente a ignora – dela enquanto uma intelectual no sentido gramsciano: uma intelectual orgânica, preocupada com uma ação transformadora. Articulamos a atuação intelectual de Armanda Álvaro Alberto a partir proposições de Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen. Acreditamos que o itinerário intelectual de Armanda Álvaro Alberto, demonstra-se plural e preocupado em atingir, não somente debates e produções no campo teórico, como também se faz, principalmente, a partir de suas ações e seu posicionamento na cena pública e atuação política. A leitura de Armanda enquanto intelectual-mediadora parte mais da lógica de pensar suas práticas de mediação do que no conceito em si.

Palavras-chave: História dos Intelectuais; História Intelectual; História da Educação; História da Historiografia; Estudos de Gênero

Elena Poniatowska: A cronista impulsiva e o itinerário da intelectual engajada

Kíssila Valadares

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo compreender a partir dos conceitos de História dos Intelectuais e Intelectual engajado, como se deu a inserção da escritora e jornalista Elena Poniatowska, em uma suposta rede intelectual mexicana. Uma vez que a mesma transita no limiar entre a carreira jornalística e a de escritora, entre a literatura de testemunho e a construção de narrativas nas quais seus protagonistas são mulheres, estudantes, representantes do movimento ferrocarrilero e marginalizados. O cenário intelectual mexicano é particularmente marcado por estreitas relações com as instituições estatais e/ou vínculo com o PRI, como nota-se a partir de exemplos como Octavio Paz, que foi embaixador na Índia. Elena Poniatowska destoa deste aspecto, ao demarcar uma dita “independência”, e sobretudo um compromisso com o leitor e com o jornalismo. Esse posicionamento fica evidente ao se tratar de duas de suas obras mais proeminentes: *Hasta no verte Jesús mio*, romance publicado em 1969, baseado em entrevistas que narram a vida de Josefina Bórquez, onde a situação marginalizada e subalterna da mulher mexicana, exposta a diversas formas de violência é retratada. Outra obra relevante é *La noche en Tlatelolco*, publicada em 1971. O livro foi construído três anos após o massacre de 02 de outubro de 1968, utilizando um vasto conjunto de relatos sobre o massacre, incluindo estudantes e seus pais, parte de discursos institucionais, cantos entoados pelos manifestantes nas ruas e uma série de fotos e depoimentos. O livro não busca criar um bloco homogêneo do movimento estudantil, e sim apresentar a pluralidade dos atores que o compunham utilizando-se da literatura de testemunho, conceitualizado por Márcio Seligmann Silva, no qual o testemunho existe no contexto de uma contra-história, da denúncia e da busca de justiça. A verdade e a utilidade são, portanto, fundamentais na concepção de testemunho. As duas obras relacionais, o compromisso jornalístico e o engajamento de Elena

Poniatowska em causas sociais não necessariamente partidárias ou instituições governamentais, nos permite pensar a mesma na categoria de Intelectual engajada e intelectual pública. E, a partir dessas categorias norteadoras, pensar quantas mulheres desempenharam e desempenham esse papel, e quais seus impactos e desdobramentos para a construção de narrativas latino-americanas e seus sujeitos, a partir da identidade multifacetada de Elena Poniatowska.

Palavras-chave: História intelectual, Testimonio, Elena Poniatowska

Sociedade e Capital: Uma análise das teorias político-econômicas no final do século XX

Marcos Paulo da Silva

Resumo: Este trabalho analisa as principais teorias político-econômicas que ganharam força na segunda metade do século XX, responsáveis por pautar o cenário do pós-guerra na Europa, e que provocaram transformações no bloco capitalista, sendo elas a socialdemocrata e o neoliberalismo. Utilizando os principais escritos teóricos destes campos, traça-se um panorama do contexto em que estas ideologias e modelos políticos originaram-se e quais seus desdobramentos nas experiências de alguns Estados europeus.

Palavras-chave: Socialdemocracia, Neoliberalismo, História das Ideias, Políticas Econômicas.

A atuação intelectual e política de Simón Bolívar como influência na formação do estado chavista

Mauro Francisco Gonçalves Junior

Millena de Pádua Rates

Resumo: O trabalho se volta a compreensão e análise da política proposta por Simón Bolívar na América Latina, quanto ao seu caráter antiimperialista e no ideal de panamericanismo que a mesma assume. Pretende-se também realizar uma breve

análise da formação dos Estados Nacionais latino americanos pela presença do Estado e da nação e a atuação política de Bolívar como elemento conferidor de identidade e de unidade aos novos Estados no período de independência. Bem como a análise da resistência à exploração do homem latino, anteriormente por países europeus e há algum tempo pelos Estados Unidos. Além disso a atuação política de Simón Bolívar recebe o nome de bolivarianismo que é, mais tarde, amplamente apropriado pelos futuros líderes na América Latina, em especial Hugo Chávez, na Venezuela.

Palavras-chave: América Latina, Venezuela, Hugo Chávez, Simón Bolívar, Estado chavista; Bolivarianismo

Os discursos de inauguração da escola Argentina e a busca pela fraternidade entre o Brasil e a Argentina

Maria Clara da Rosa Aparecido

Resumo: Entre os anos de 1923 e 1926, Carneiro Leão, diretor geral de instrução pública do Rio de Janeiro, concedeu uma homenagem aos países americanos nomeando algumas escolas da capital em alusão às repúblicas do continente. O diretor tinha como objetivos aproximar os países vizinhos e criar um sentimento de união nas Américas. Por isso, além de o nome da escola se referir a algum país, os alunos aprenderiam a cultura e os costumes da respectiva nação. Houve cerimônias de inauguração para cada escola fundada. Entre elas, a da escola Argentina ganhou destaque, pois contou com a presença do embaixador desse país no Brasil, que era adepto das decisões de Carneiro Leão. Por ter tido certa repercussão, esse evento traz diversos questionamentos acerca da relação entre o Brasil e a Argentina e do lugar da escola na sociedade. Nesse sentido, esta comunicação está preocupada em analisar quais ideias foram transmitidas nessa cerimônia, a partir dos discursos que Carneiro Leão e Mora y Araujo, embaixador da Argentina, fizeram na festa de abertura. Esses discursos foram privilegiados por sua relação com a posição do orador e com a busca por persuadir o público, bem como pelo fato de terem sido veiculados em dois jornais da época. Faz-se necessário, assim,

considerar o suporte da fonte também como objeto de estudo. Além disso, pretendemos explorar a trajetória intelectual de Carneiro Leão, para compreender quais eram suas aspirações e como se desenvolveu sua atuação, considerando-o como um intelectual preocupado com as relações exteriores do Brasil. Dialogando, ainda, com estudos sobre as relações entre o Brasil e a Argentina e a influência dos Estados Unidos nas ideias pan-americanas, este estudo conseguiu observar alguns traços que ressaltam em que lugar o Brasil se pretendeu lançar nas relações interamericanas. Percebemos, ao mesmo tempo, o uso recorrente do passado para reafirmar a relação amistosa entre os dois países. Por fim, a análise dos discursos sugeriu a crença na educação como formadora de uma nação preocupada com os países vizinhos. Este estudo abrange, assim, as reflexões sobre ao papel do Brasil na América Latina e os usos da história como base para estreitar os laços com os países próximos.

Palavras-chave: Brasil, Argentina, instituição de ensino, trajetória intelectual, usos da história

ST 8 - História e Linguagens: Literatura Biografia e Teoria da História

Ana Carolina de Azevedo Guedes

Doutoranda em História

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

anaazevedoguedes@gmail.com

Edson Silva de Lima

Doutorando em História

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

edson_hist@yahoo.com.br

Evander Ruthieri da Silva

Doutorando em História

Universidade Federal do Paraná

evander.ruthieri@gmail.com

Maycon da Silva Tannis

Doutorando em História

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

ms.tannis@yahoo.com

Proposta do Simpósio

O simpósio temático “História e Linguagens”, em sua quinta edição junto ao EPHIS, objetiva fomentar o diálogo e debate entre estudantes e pesquisadores que investigam fontes e problemas relacionados às dimensões históricas da Literatura e da Biografia em interlocução com o campo da Teoria da História e da Teoria da literatura. Nossa proposta tem como fio condutor a perspectiva de que textos literários e (auto)biográficos ampliam a retoricidade das formas de sentir e pensar em determinado contexto histórico, dos imaginários sociais e das sensibilidades coletivas bem como do

intelecto, das forças constitutivas do mundo social, cultural e político. Por extensão, busca-se dialogar com a longevidade desses discursos teóricos e seus desdobramentos no campo historiográfico, bem como suas possíveis implicações teóricas. Os aspectos desse trabalho com a literatura e a biografia nunca terminam, sempre se renovando com novas fontes e experimentações narrativas. Nosso eixo central está em consonância com os fundamentos teóricos associados à teorização do campo literário e, pretende reunir pesquisas que discutam as confluências, inflexões e dispersões entre narrativas literárias e discursos históricos, de modo a problematizar os tensionamentos entre a ficção, realidade e escrita da História. Esse simpósio temático visa integrar pesquisas relacionadas às seguintes temáticas: a retoricidade e historicidade inerente dos discursos literários, tomados enquanto fenômeno ou fonte histórica; a história dos intelectuais, as escritas (auto)biográficas e biográficas enquanto gêneros ou/e discurso localizados entre a História e a Ficcionalidade; os estudos de trajetórias, especialmente de sujeitos que fazem parte do mundo letrado; experiências didáticas envolvendo História e Literatura em ensino de história; as relações com o passado histórico e o passado prático nas produções ficcionais; bem como as propostas que tragam um amplo diálogo entre história dos intelectuais, biografias e poética/poesias, em relação aos escritos, escritores e (auto)biografados. Assim, o simpósio visa agregar trabalhos que lidem com esses temas e problemas, não de modo isolado, mas de forma a atravessar questionamentos metodológicos, teóricos e por linguagens diversas, capazes de orientar uma escrita da história que tenha a sensibilidade de investigar a experiência humana vinculadas, sobretudo, às dimensões históricas das linguagens ficcionais e (auto)biográficas.

A representação literária dos imigrantes latinos no final do século XIX: uma análise histórica do conto “A Transição de Juan Romero”, de H. P. Lovecraft

Alexandre Bartilotti Machado

João Matheus da Silva Guimarães

Vilson Francisco Coroa Xavier

Resumo: Objetiva-se, neste artigo, gerar problematizações acerca da representação dos imigrantes latinos no final do século XIX e início do século XX. Metodologicamente, opta-se por uma análise histórica do conto A Transição de Juan Romero (1944), de H. P. Lovecraft (1890-1937). O recorte das fontes se dá através da seleção e da abordagem de certas temáticas, tais como: controle de migração, raça, racismo e minorias. Para o debate conceitual, utiliza-se do termo “representação” (CHARTIER, 2002), com o fim de analisar como este conto de Lovecraft se ocupa de representar uma realidade histórica.

Palavras-chave: Representação, Lovecraft, imigração

**“Os pés de um grande povo branco, eles esmagarão vocês, crianças de meu pai”:
política, colonialismo e imaginação literária em Nada the Lily (1892) de H. Rider
Haggard**

Evander Ruthieri da Silva

Resumo: Em 1892, o romancista H. Rider Haggard (1856-1924) publicou *Nada the Lily*, um romance histórico ambientado no Reino Zulu entre as décadas de 1820 e 1830, com atenção especial à expansão territorial e às formas de organização militar e sociopolítica no período de reinado de Shaka kaSenzangakhona. Em paralelo às disputas dinásticas pelo poder político entre os Zulus, Haggard apresenta a saga de Umslopogaas, um bravo guerreiro e filho ilegítimo de Shaka, e de seus amores pela jovem Nada, o “lírio” dos Zulus. A partir de uma perspectiva teórico-metodológica inspirada na história política e cultural, a análise concentra-se nos usos políticos do passado enredados por Haggard em seu épico africano, especialmente os esforços do letrado em fornecer sentidos explicativos à expansão e queda do Reino Zulu, utilizando de seus personagens como alegorias para a experiência da derrota e para os antagonismos políticos na Zululândia. O romance encontra-se emoldurado por uma série de processos políticos referentes ao seu contexto de publicação, sobretudo o esfacelamento do Reino Zulu após a derrota contra os britânicos na guerra de 1879, a deposição de seu último monarca independente, Cetshwayo kaMpande, e a incorporação do território às posses coloniais no final da década de 1880. Essa chave de leitura possibilita perceber as vias pelas quais

Haggard, por meio de sua narrativa literária, visava culpabilizar elementos internos à elite Zulu na sua derrocada, associando-a ao despotismo, e, simultaneamente, construir um álibi político para o colonialismo britânico.

Palavras-chave: História e Literatura, H. Rider Haggard, Colonialismo.

“Um por todos, e todos por um”: o conceito de amizade em Alexandre Dumas

Bruno Viveiros Martins

Resumo: Todas as sociedades, ao longo dos séculos, experimentaram e também pensaram a amizade segundo suas próprias crenças, convicções e formas de conduta específicas ao seu contexto histórico. Cada nova geração, por sua vez, criou um discurso sobre esse afeto capaz de produzir vínculos associativos fundamentais para a vida política. A presença e, também, a ausência do amigo na cena pública e na esfera privada, desde a Antiguidade Clássica até os dias atuais – seja em narrativas literárias, ensaios filosóficos, canções populares, peças teatrais e obras cinematográficas –, informam-nos, cada uma a seu modo, o lugar ocupado pela amizade e sua importância em um determinado tempo histórico. “Um por todos, e todos por um” é, talvez, o preceito mais conhecido entre as narrativas sobre a amizade já escritas até hoje. Publicado primeiramente em formato de folhetim nas páginas diárias do jornal *Le Siècle*, em Paris, entre março e julho de 1844, *Os Três Mosqueteiros*, de Alexandre Dumas, é uma obra que apresentou novos paradigmas em termos de escrita literária e também por retomar o antigo conceito de amizade e sua relação intrínseca com o mundo público. A partir da relação entre os quatro personagens centrais do romance, o autor ressalta os vínculos associativos que fazem da amizade uma experiência de aprimoramento pessoal, mas também de aprendizado para a vida política. Em outras palavras, Alexandre Dumas trabalha com o conceito de *philia* que perpassa todo o texto, possibilitando ao seu leitor um debate em torno das fronteiras entre a cena pública e a esfera privada.

Palavras-chave: Literatura, Alexandre Dumas, *Philia*, Amizade, História das Idéias

A história como autoconhecimento e autorreflexão: Ética e estética na filosofia da história de R. G. Collingwood

Edson Silva De Lima

Resumo: Atentando para Autobiografia (1939) de R. G. Collingwood, no lugar de expormos exaustivamente os analistas ou exegetas de sua vida, priorizamos a autorreferência¹ pela qual, ao que parece, gostaria de ser acolhido. A autorreferência, portanto, deve ser entendida aqui como em duas vias, para ele e para o mundo: Ao se inscrever nas páginas, se inscreve no mundo, dá-se a conhecer, dá-se ao julgamento. Ao mesmo tempo em que se reconhece, se autoflagela e se regozija em um sujeito que pensa, que é, e que sente. Esse prenúncio é medular se quisermos percorrê-lo em uma partida inversa para compreensão de sua densidade intelectual e o modo de sentir, portanto, seu Emotional regime. Nesse sentido a proposição collingwoodiana de “quem deseja conhecer tudo, deseja conhecer a si mesmo” nos permite acentuar as seguintes questões: Em que consiste ativar os conceitos de ética e estética, como instrumentos dialógicos na maneira como R. G. Collingwood investiga a natureza da história? Que implicações teórico-filosóficas orientam a convocação do sensível (aisthesis) como uma maneira de ampliarmos o conhecimento de nós mesmo (ética) e de nosso tempo (história) a partir dessas orientações? E ainda, quais as possibilidades abertas por uma reflexão sobre a natureza da história que teria como fio condutor a probabilidade de transcender as fronteiras racionais, criando formas de sensibilidade e experiências de subjetividade que exigissem novos modos de tratamento ético? Seria possível identificar uma teoria ampliada do conhecimento humano nas reflexões teóricas de Collingwood, a partir de sua teoria do autoconhecimento? Nos interessa, portanto, nessa comunicação, discutir as consequências da crítica filosófica de Collingwood enquanto teoria do conhecimento mais amplo implicam atribuições éticas e, por conseguinte, estéticas de sua posição teórico-filosófica. Com isso, sua rede de sentidos tem uma indagação ética fundamentada na questão: “Como devemos viver?”. Esse fio ético torna-se condutor de suas principais ideias sobre história e arte, portanto, sobre a vida,

bem como, aponta a importância substancial daquilo que chamou de sua obsessão, a relação entre história e filosofia.

Palavras-chave: ética, estética, autoconhecimento, história

A great mistake: narrativa, linguagem e sujeito em Samuel Beckett

Lucas Peleias Gahiosk

Resumo: A obra do dramaturgo, poeta, ensaísta e romancista Samuel Barclay Beckett (1906-1989) é permeada por experimentações formais que entram em consonância com um problema fundamental de sua arte - e de parte do pensamento do século XX: a experiência do mundo como uma série de fragmentos destituídos de sentido. Dessa forma, abre-se uma nova perspectiva para se pensar ideias importantes, como a representação: se o mundo se fecha ao sentido, se ele se nos apresenta como ininteligível, o que podemos esperar da arte mimética e da própria representação? A linguagem, aqui, perde seu poder de ordenação, e aquilo que chamamos de sujeito se vê preso aos signos, que se fecham sobre si mesmos; a experiência do mundo se confunde com a experiência da linguagem, instável, fragmentada, absurda. Na presente comunicação, buscarei apontar para possíveis leituras dos problemas da representação, da linguagem e do sujeito abertas a partir da obra beckettiana, analisando dois romances: *Malone Morre*, e *O Inominável*, e passando por algumas narrativas mais curtas, que colocam em evidência a problemática da narrativa.

Palavras-chave: linguagem, sujeito, narrativa

Entre literatura e história: Realismo e refração

Matheus Silva Marciano

Resumo: A proposta desta comunicação visa a abordagem de determinada literatura em duas perspectivas: a leitura em busca e através das atmosferas (*Stimmungen*) e os

realismos da literatura brasileira dos anos 1970. Estas possibilidades se entrecruzam no que consideramos a emergência e generalização de uma atmosfera melancólica mobilizada pela literatura do período, tendo em vista obras de autores como Rubem Fonseca, Ignácio de Loyola Brandão, Antônio Torres, Renato Tapajós, Antônio Callado, entre outros e outras. Partindo-se da abordagem de Hans Ulrich Gumbrecht, consideramos que a leitura com atenção às atmosferas reavalia as possibilidades de abordagem da literatura, deslocando o protagonismo da hermenêutica, valorizando a dimensão formal das obras, possibilitando uma espécie de abertura à alteridades e sensibilidades que se (des)encontram, ou seja, uma abordagem sobre temporalidades que se cortam e se recortam, talvez anacronicamente. Neste sentido, a literatura de 70 nos desafia devido a diversidade formal que desencadeou uma série de debates acerca de (1) o eterno retorno de naturalismos na literatura brasileira; (2) a centralidade das narrativas enquanto modos de protesto; e (3) a “eficiência” da representação realista destas produções. O que nos parece em disputa é o estatuto e a “eficiência” representacional desta literatura e, em uma abordagem mais recente, outros modos de compreensão desta estética. Sendo assim, a intensificação deste (des)encontro, estas alteridades abertas pela atenção voltada para as atmosferas, ganham em amplitude na perspectiva de que os realismos trabalham por meio de refrações da realidade representada. Com isso, a ideia de refração proposta por Tânia Pellegrini amplia as possibilidades de leitura das atmosferas e dos horizontes mobilizados e tematizados pela literatura de 1970. Enfim, a partir das perspectivas apresentadas, propomos uma breve abordagem de duas obras, formalmente e tematicamente diversas: *Essa Terra* (1976), de Antônio Torres e *Em Câmera Lenta* (1977), de Renato Tapajós.

Palavras-chave: Stimmung. Realismo. Refração, Melancolia.

Alimentação e inevitabilidade na narrativa de “Casa de Pensão” (1884)

Clarissa Pesente

Resumo: O romance *Casa de Pensão*, de 1884, narra a história de Amâncio, um jovem maranhense que se muda para a Corte do Rio de Janeiro. Ao chegar à cidade, a personagem se vê diante de algumas opções de moradia: a casa de um amigo de seu

pai; uma república de estudantes; e a casa de pensão de João Coqueiro, um rapaz que conhece no Rio. Cada tipo de moradia parece representar, na narrativa, valores próprios, maneiras distintas de viver. Como o título da obra sugere, a casa de pensão é a moradia escolhida pelo jovem. Nesse ambiente, Amâncio é enredado num jogo de interesses e acaba se envolvendo com a personagem de Amélia, irmã de João Coqueiro. O desfecho é trágico: Amâncio é levado à Justiça sob a acusação de ter abusado sexualmente de Amélia e, quando absolvido, é assassinado pelo irmão da moça. Há uma semelhança significativa entre a trama construída por Aluísio Azevedo e um caso real de assassinato, conhecido como Questão Capistrano, extensamente explorado pela imprensa do Rio de Janeiro. Em 1876, os jornais foram tomados pelo caso de Antônio Pereira, que acusava o inquilino João Capistrano de haver seduzido sua irmã e de não ter concordado em se casar com ela como reparação. Quando Capistrano é absolvido, Pereira o assassina em defesa da honra da irmã. Mais do que narrar ou reproduzir o caso, Casa de Pensão oferece uma trama explicativa desse tipo de acontecimento. Aluísio Azevedo parte de um caso real, mas se utiliza dele para analisar a vida nas casas de pensão do Rio de Janeiro do século XIX e criticar costumes e valores vigentes naquela sociedade. São trabalhados, ao longo da narrativa, diversos fatores – a educação brasileira, a valorização social das aparências – que, conjugados, teriam levado ao desfecho da personagem de Amâncio. A impressão deixada pela leitura é a de que todos os elementos apresentados, mesmo os mais aparentemente insignificantes, teriam levado àquele desfecho. O presente trabalho identifica esses fatores e analisa de que maneira a alimentação das personagens se associa a eles. Foi notado que a alimentação faz parte do inevitável, do xeque-mate estruturado por Azevedo na condução da trama, seja como efeito ou como causa de determinados comportamentos. Além de demonstrar como o recurso à alimentação auxiliou o romancista a criar um efeito de inevitabilidade, a apresentação do trabalho explorará a questão da utilização desse tipo de narrativa tanto por romancistas quanto por historiadores a partir de meados do século XIX.

Palavras-chave: Alimentação, inevitabilidade, Aluísio Azevedo, romance realista.

"O Hissope" no Brasil modernista: conflitos, discursos e construção da identidade brasileira através da literatura (1932-1953)

Andrezza Alves Velloso

Resumo: O Hissope, considerado o primeiro poema no estilo herói-cômico de Portugal, relata o abuso cometido pelo bispo D. Lourenço de Alencastro contra o padre Carlos de Lara - sob proteção da Igreja Católica e da Coroa Portuguesa no final do século XVIII. Apropriado como um símbolo de literatura revolucionária, a obra circulou a Europa e as Américas com as mais de 30 edições e dezenas de manuscritos identificados em seus quase 250 anos de existência. Contudo, a figura de seu autor, o desembargador do Conselho Ultramarino António Dinis da Cruz e Silva, é contraditória ao movimento associado à obra. Tendo participado como um dos juízes que assinou a sentença dos inconfidentes mineiros, o jurista foi apontado por escritores como Cecília Meireles e Oswald de Andrade como um traidor da revolução que sua própria obra fazia parte. O presente artigo buscará compreender as análises do poema e de seu autor no Brasil, bem como a recepção de tais análises em território português e como isso movimentou um conflito literário e intelectual entre os pensadores brasileiros e portugueses através de publicações literárias e acadêmicas que se deram em meados do século XX. Ambos os grupos disputaram pela vitória de seus respectivos discursos e nacionalidades. A partir dos textos publicados em periódicos, apostilas educacionais, correspondências trocadas entre jornalistas portugueses e brasileiros e os manifestos do período modernista, buscaremos compreender como a obra superou a figura problemática de seu autor; bem como pretendemos analisar os elementos físicos e a construção paratextual das edições que existiam no Brasil em tal período. Apesar da dificuldade comum em mapear a circulação de obras, principalmente em território brasileiro, utilizaremos também dos anúncios de leilões e vendas anunciadas em jornais e livrarias, bem como os valores por estes atribuídos ao poema, para vislumbrar um possível público consumidor da (e contestador à) obra em território brasileiro. Compreender tal cenário nos possibilita novas discussões sobre a relação entre literatura, discurso, história e política, assim como nos permite abrir novos debates sobre períodos

históricos que já foram superados, por alguns pesquisadores, em busca de uma compreensão mais ampla acerca da construção identitária do Brasil a partir da literatura.

Palavras-chave: Modernismo, Arcadismo Lusitano, Hissope, Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira

Edições comunistas no Brasil: a autoria brasileira presente na iniciativa literária da Coleção Romances do Povo (1953-1956)

Gabriel Moura Silva

Resumo: A presente comunicação visa tratar da trajetória de edição de livros comunistas no Brasil. Tal itinerário pode ser analisado em dois momentos: o primeiro entre 1930-1935; o segundo de 1943 a 1964, ambos os períodos marcados pela emergência de conjunturas políticas de esquerda e, conseqüentemente, pela repressão do Estado contra estes grupos. Especificamente, pretendo refletir neste trabalho, a iniciativa editorial da Coleção Romances do Povo, projeto cultural comunista que visava à disseminação da mensagem partidária através de uma literatura popular. Publicada pela Editora Vitória entre os anos de 1953-1956, a Coleção dirigida por Jorge Amado lançou ao total 20 obras, embora tenham sido divulgados outros títulos que não chegaram a ser publicados. Em comum, tais obras apresentam como característica a tentativa de efetivar esteticamente o Realismo Socialista na literatura brasileira, focando seus enredos no processo de construção de uma consciência revolucionária. O modelo literário da União Soviética como exemplo para as edições comunistas no Brasil torna-se nítido pelas 12 obras de autoria soviética que foram lançadas pela Coleção; sendo outras sete de autores estrangeiros de diversas nacionalidades e, apenas uma obra brasileira. Com isso, focarei esta análise do processo editorial de escolha das obras que compõem a Coleção Romances do Povo, especialmente em sua representação brasileira, o romance proletário *A hora próxima* (1955), de Alina Paim; além da obra *Companheiros*, de Dalcídio Jurandir, anunciada, porém não publicada pela iniciativa.

Para tanto, utilizo como suporte trabalhos de autores que tratam da produção intelectual e cultura política comunista no Brasil durante a primeira metade do século XX, como Rodrigo Patto Sá Motta, Antônio Albino Rubim e Dênis de Moraes; além de jornais e revistas vinculados ao Partido Comunista Brasileiro. O intuito é sistematizar como o universo livreiro e editorial esteve imerso nas tensões e conflitos que envolveram as lutas ideológicas entre comunistas e anticomunistas, bem como, nos processos de possíveis intervenções do Partido nos produtos culturais publicados pelos seus órgãos editoriais. Trata-se, portanto, de uma breve reflexão envolvendo o fenômeno comunista brasileiro, em seus aspectos políticos-culturais e suas relações com os agentes intelectuais que se dedicaram a sua consolidação.

Palavras-chave: Coleção Romances do Povo, Alina Paim, Dalcídio Jurandir, Editora Vitória, Comunismo.

Maria Firmina dos Reis: vanguarda, modernismo e a escrita negra feminina. (1859 - 1930)

Leliane Amorim Faustino

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar Maria Firmina dos Reis (1822-1917) sob a lente do discurso do modernismo brasileiro, levando em consideração a vanguarda e pioneirismo da escritora maranhense, enquanto mulher e negra que escrevera um romance abolicionista no século XIX. Pretendemos examinar a obra *Úrsula* (1859) e os motivos pelos quais o livro não obteve o mesmo sucesso/visibilidade de outros romances contemporâneos à autora. O ponto de partida da pesquisa é pensar no lugar social ocupado por Maria Firmina na província escravista do Maranhão oitocentista; visto que, temos como hipótese que o silenciamento da autora, seja pela história da historiografia, seja pela história da literatura brasileiras se devam ao racismo e o sexismo, mecanismos de dominação e exclusão que estavam enraizados tanto nos fazeres quanto nas relações políticas e sociais daquele contexto. Pretendemos apurar no referido romance, características estilísticas literárias do romantismo brasileiro do século XIX e, também, aspectos do discurso modernista correlatos à vanguarda, inovação e progresso, com principal atenção ao cunho abolicionista do texto, bem como

às vozes atribuídas às personagens escravizadas representadas por preta Suzana, Túlio e Antero. Para, então, investigar e apontar como a tradição do modernismo brasileiro foi construída de modo a excluir autoras como Maria Firmina dos Reis.

Palavras-chave: Maria Firmina dos reis, literatura negra feminina, modernismo

Nem freira, nem puta: Pagu foi mulher.

Ana Clara Pinho Ferraz

Resumo: Nascida em São João da Boa Vista, no interior paulista, Patrícia Rehder Galvão (1910-1962) foi muitas em uma só. Afinal, em um curto espaço de tempo, Patrícia deixou de ser musa da antropofagia e passou a ser considerada traidora do movimento. Ela escreveu romances, contos, poesias, ensaios e artigos. Foi desenhista, diretora de teatro e militante do Partido Comunista. Viveu intensamente, transgrediu as ordens estabelecidas pela sociedade conservadora brasileira e seu apelido, "Pagu", se tornou quase uma sigla manifesto. Mas apesar de sua vida e carreira terem sido complexas e cheias de nuances, a obra de Pagu ainda hoje é praticamente desconhecida e sua trajetória pouco estudada. Neste trabalho, portanto, busco expor as diversas formas de entendimento acerca do mito Pagu. Objetivo compreender os processos que fizeram com que Pagu se tornasse um símbolo geracional ao mesmo tempo em que era rejeitada pela crítica literária e por seus contemporâneos. Além disso, intento por analisar a forma como a própria artista se enxergava, se entendia e se descrevia, utilizando como fonte suas duas obras autobiográficas: o "Álbum de Pagu. Nascimento, Vida, Paixão e Obra", publicado em 1929, e o livro "Paixão Pagu", carta em formato de diário, escrito em 1940 e publicado em 2005. Por fim, pretendo divulgar a trajetória de Pagu, que foi considerada subversiva por ter sido uma das coisas mais revolucionárias que alguém poderia ser no início do século XX no Brasil: mulher.

Palavras-chave: Pagu, literatura, modernismo, movimento antropofágico, gênero

Literatura, gênero e resistência: a produção cultural de Diamela Eltit no Chile sob Pinochet (1973-1990)

Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

Resumo: Durante a ditadura militar de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990), a escritora Diamela Eltit (1949-) destacou-se pelo forte engajamento político por meio de sua produção cultural. A proposta dessa comunicação é analisar, em linhas gerais, elementos da trajetória intelectual de Eltit e destacar como ela utilizou das artes - em especial, da literatura - como ferramentas de denúncia e resistência às arbitrariedades e violências do Estado chileno. Em tal análise realizaremos, ainda, um estudo mais detalhado sobre o primeiro livro publicado pela artista: a obra *Lumpérica*. Lançada em 1983, essa importante produção é marcada pelo experimentalismo artístico, mistura de gêneros textuais e fortes críticas sobre o regime pinochetista. Por meio dessa produção a artista debateu sobre a situação das mulheres no Chile sob Pinochet, auxiliando-nos a refletir criticamente sobre as diversas formas de controle e tortura impostas sobre elas por esse regime. Ademais, compreendemos que a artista desenvolveu nesse livro um “espaço autobiográfico”, ao se representar na narrativa como alguém ativa na luta contra a ditadura em seu país. Por conseguinte, reflexões relativas às questões de gênero, literatura engajada, história intelectual e história dos intelectuais, serão os pontos norteadores de nossa apresentação.

Palavras-chave: Diamela Eltit, Ditadura no Chile, Literatura e Resistência, História Intelectual, História dos Intelectuais, História e Gênero.

Homens Nobres Não Bebem - Lovecraft e a Lei Seca, no início do século XX

João Matheus Guimarães

Alexandre Bartilloti Machado

Resumo: O objetivo deste trabalho é problematizar as relações possíveis entre o conto *Old Bugs*, do escritor americano H. P. Lovecraft com o contexto histórico brevemente anterior à aprovação da Lei Seca. Utilizamos como conceito o verbete “representação” conforme exposto por Chartier (2002). Dessa maneira, a partir de uma perspectiva

relacional, pretendemos investigar as possíveis conexões entre o conto do americano e seu contexto histórico, reunindo ao conto, aqui utilizado como fonte, uma bibliografia reunida a partir do viés de leitura crítica, buscando, ao fim, compor considerações atualizadas acerca da obra de Lovecraft e do contexto da Lei Seca nos Estados Unidos.

Palavras-chave: Lovecraft, Lei Seca, Representação

"As razões de não ser": Riobaldo Tatarana e os lugares e linguagens da memória em Grande Sertão: Veredas

Octavio de Melo Pontes

Resumo: Ao conhecer a história de Riobaldo Tatarana, protagonista do clássico Grande Sertão: Veredas, do escritor mineiro João Guimarães Rosa, o leitor se depara com as inquietações e desassossegos de um jagunço que, ao narrar suas memórias, constroi uma narrativa que atravessa as relações humanas de forma sonora e potente, mostrando um Riobaldo que se relaciona com o meio em que está inserido, com os sujeitos que estão a sua volta e com seu eu. Pensando nestas relações e utilizando como suporte alguns dos inúmeros trabalhos e discussões já levantadas acerca do livro e da obra de João Guimarães Rosa, o presente trabalho tem como principal objetivo refletir sobre a importância de se (re)pensar as relações entre a História e a Literatura na operação historiográfica de um contexto brasileiro. Utilizando as experiências e memórias de Riobaldo sem ignorar o caráter ficcional do livro, pretende-se trazer à discussão a importância do diálogo entre os formatos narrativos, capazes de enriquecer o ofício do historiador, além de, não menos importante, dar atenção a figuras muitas vezes negligenciadas na História e na historiografia, como, no caso do Grande Sertão, o jagunço.

Palavras-chave: História, Memória, Literatura, Grande Sertão: Veredas, Guimarães Rosa

Ciências do Passado, Ficções do Futuro: A Trilogia da Fundação de Isaac Asimov e a Ciência Histórica

Jade Noronha

Resumo: O seguinte trabalho tem como principais objetivos investigar as particularidades temáticas e estilísticas do gênero literário conhecido como Ficção Científica, a fim de compreender sua intrínseca relação com a linguagem científica moderna. Bem como, analisar a ciência ficcional conhecida como Psico-história, como vista nas obras Fundação (1951), Fundação e Império (1952) e Segunda Fundação (1953) de Isaac Asimov (1920 - 1983), e suas potenciais similaridades à uma ciência histórica contemporânea.

Palavras-chave: Literatura, Ficção Científica, Ciência Histórica, Psico-história

Aproximações entre história e ficção na construção do romance palestino: reflexões sobre operações narrativas e discursivas

Carolina Ferreira de Figueiredo

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo apresentar reflexões já iniciadas na pesquisa de doutorado, realizada na área de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa visa analisar parte da produção literária palestina realizada por escritoras mulheres, problematizando questões relativas à nação, gênero e identidades. Junto a isto, a investigação sobre as relações entre história e literatura torna-se fundamental em seus aspectos teórico-metodológicos, bem como um caminho de análise específico para o desenvolvimento estrutural do romance palestino contemporâneo a partir das fontes selecionadas. Como já constatado e apresentado neste Simpósio Temático em 2019, a escritora palestina Susan Abulhawa aproxima história, fato e ficção ao informar em seu livro que seus personagens são fictícios, mas a Palestina não é. Aprofundando os estudos, nota-se que os outros livros analisados, publicados pelas escritoras Sahar Khalifeh, Hala Jabbour, Liana Badr, Ibtisam Barakat,

Khulud Khamis e Hala Alyan tratam de forma peculiar as relações entre acontecimento(s) histórico(s) e o desenvolvimento da narrativa literária, de modo a aproximar as dimensões entre história e ficção, seja por elementos extratextuais ou por dinâmicas intratextuais. Estas questões direcionam para um debate dentro do campo historiográfico, complexificando os conceitos que dizem respeito ao fato histórico, memória, contexto, referencialidade e realidade, esbarrando em temas caros também à teoria literária. Nesse sentido, este trabalho visa apresentar as formas como se estruturam os romances palestinos sob análise, de modo a refletir sobre a construção da ficcionalização do texto, as abordagens sobre a luta, resistência e sociedade palestina, bem como as estratégias narrativas e discursivas sobre o engendramento de experiências reais e a constituição histórica da Palestina.

Palavras-chave: Literatura palestina, história, ficção, gênero, identidades.

ST 9 - Escravidão e liberdade nas Américas

Ana Caroline Carvalho Miranda

Doutoranda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
anacarolinec625@gmail.com

Roseli dos Santos

Doutoranda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
selix07@hotmail.com

Dayana Oliveira

Doutoranda em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro
dayana.oliveira84@hotmail.com

Cleudiza Fernandes de Souza

Mestre em História
cleosouzalh@gmail.com

Proposta do Simpósio

Nas últimas décadas, a historiografia tem avançado nas temáticas e debates relacionados aos campos da escravidão e da liberdade em diferentes espaços e temporalidades. Nesse sentido, diferentes facetas das relações de poder, das sociabilidades, dos tratos comerciais, culturais e religiosos, enfim, das práticas cotidianas e trajetórias – individuais ou coletivas – evidenciam não apenas as dinâmicas escravistas, como também, as conexões/rupturas entre as vivências da escravidão e da liberdade. A proposta deste simpósio temático, em sua terceira edição, é promover um espaço amplo de discussão entre os pesquisadores que se dedicam aos temas, da escravidão e da liberdade, seja na perspectiva da problematização da escravidão como instituição, por meio das relações de poder envolvidas e da administração, seja discutindo o significado da liberdade, as trajetórias individuais, coletivas, de negre e indígenas nas Américas. Nessa perspectiva, serão privilegiadas pesquisas que abordem o cotidiano do cativo e a atuação da população que o compunha nos seguintes aspectos: os conflitos vivenciados, a constituição da família escrava, as redes de compadrio, a presença em irmandades leigas, as práticas religiosas, as formas de adaptação e resistência, bem como as vias utilizadas por estes indivíduos na conquista da liberdade. Privilegiaremos, ainda, os trabalhos que tenham por tema o contexto do pós-abolição em suas múltiplas manifestações, ou seja, a vivência dos ex-cativos e seus descendentes em comunidades, religiosidades, o universo material angariado, a participação em demandas judiciais, a formação de redes sociais e mercantis e as estratégias de sobrevivência empreendidas em liberdade. Por fim, este Simpósio busca

contemplar trabalhos que utilizem diversas tipologias documentais em suas análises, das quais, podemos citar: testamentos, inventários post mortem, periódicos e impressos, ações cíveis, fontes orais, processos criminais e administrativos, fontes eclesiásticas, correspondências, registros civis, relatos de viajantes e legislações. Do ponto de vista teórico-metodológico, serão aceitas pesquisas fundamentadas na História Social, Demografia Histórica, História Econômica, História Cultural, Micro-História, dentre outras correntes.

Entre curas, feitiços e calundus: algumas reflexões teórico-metodológicas sobre as mulheres forras nas Minas setecentistas

Giulliano Gloria de Sousa

Resumo: Objeto de diversos estudos historiográficos nas últimas décadas, as forras têm sido reconhecidas como um importante agrupamento social na América Portuguesa, principalmente nas áreas mais urbanizadas. As egressas do cativeiro se destacaram não somente pelo contingente numérico, mas por sua inserção socioeconômica, pois não raro conquistaram relativa autonomia numa sociedade profundamente escravista. Nas Minas setecentistas constituíam a maioria entre os libertos, conquistando certa autonomia, bens materiais diversos, escravos e, em alguns casos, até mesmo alguma fortuna. As libertas desempenharam importante papel social, econômico e político na capitania mineira, contudo seu impacto no universo cultural ainda constitui uma lacuna nos estudos historiográficos. Entre as mulheres, as forras foram as maiores implicadas nas denúncias de práticas mágicas e feitiçaria, o que diverge do perfil dos homens negros e mulatos denunciados, geralmente escravos, revelando assim sua importância no imaginário sobrenatural e nas diversas redes sociais do período. A associação, no imaginário colonial, dessas mulheres às práticas mágicas não parece fortuita e pode elucidar os mecanismos sociais de perseguição às egressas. Se as possibilidades de emancipação eram concretas e reais, isso não quer dizer, contudo, que eram menos difíceis. Além disso, conquistar a alforria estava bem distante de alcançar a liberdade e o reconhecimento social. Ao mesmo tempo, muitas práticas parecem ter sido usadas pelas libertas como instrumentos de sobrevivência material, mobilidade e poder, servindo para reordenar relações locais de mando e submissão. O estudo do tema pode assim contribuir tanto para a compreensão de determinados mecanismos inerentes ao

escravismo nas Minas, que contrabalanceavam o elevado número de alforrias entre as mulheres, como das estratégias de poder dos agentes sociais. Procuramos analisar a relação entre as mulheres forras e as práticas mágicas e a feitiçaria nas Minas setecentistas a partir de algumas reflexões teórico-metodológicas no campo das ciências sociais sobre redes e comunidade. A discussão sobre esses conceitos pode oferecer novas perspectivas de análise historiográfica do tema, rompendo com determinados paradigmas tradicionais de compreensão dos sujeitos históricos e de suas ações.

Palavras-chave: Forras, feitiçaria, escravidão, Minas Gerais – século XVIII

A alegoria da mulher negra: Suas representações em jornais da Bahia (1872-1889)

Gabriela Grilo de Almeida Cordeiro

Resumo: Tendo como foco a história social da escravidão e do pós-abolição, este projeto busca por meio de jornais da época, analisar a figura da ama de leite na Bahia. Importa apreenderas suas experiências de vida e a maneira como elas eram vistas na sociedade. Sabe-se que uma das exigências para que uma escravizada ou liberta ocupasse a função de ama de leite, era que fosse sadia, na medida que há o interesse de sua condição enquanto lactante de atividade julgada como subalterna. Apesar de existir a ligação umbilical familiar ao alimentar as crianças brancas, sua condição de escravizada é mantida enquanto corpo negro e sujo. Neste sentido, a problemática se insere no que diz respeito ao tipo de sujeito saudável à amamentação de outrem, e consoante a isso, a construção e formação de sua identidade, bem como, seus reflexos posteriores no período de 1872 e 1889 no que tange a dinâmica da inserção histórica da mulher negra na sociedade. Pretende-se analisar as qualificações baseadas nas teorias eugênicas para a higiene da mesma, como a exemplo de “ama muito sadia” ou “que seja sadia” assim como, o exame do papel da ama-de-leite e as ocupações espaciais visando discutir sua condição no pós-abolição a partir da investigação das relações em contraponto com a ciência que categoriza de forma inferior o sujeito em questão. Em segunda perspectiva, examina os constrangimentos legais e jurídicos reguladores da atividade que compuseram as memórias, trajetórias e as lutas por direitos e cidadania.

A partir da problemática proposta, o intuito da pesquisa vincula-se na reflexão da hierarquia da mulher negra, enquanto categoria de raça e gênero, e para além, a concepção de seu corpo enquanto objeto, de modo que, a investigação resultante possa vir a somar em novos suportes de análise criteriosa à trajetória feminina. Dessa forma, pretende-se traçar o perfil de sociabilidade da ama-de-leite articulado as estruturas e demarcadores sociais.

Palavras-chave: ama-de-leite; higiene; sadia; moralizada

A liberta Joana da Conceição e o seu universo comercial: entre a prisão e a liberdade

Igor da Silva Nunes

Resumo: No ano de 1732, na paragem do Ouro Podre, Minas Gerais, a forra Joana da Conceição foi presa pelas autoridades por comercializar, em uma senzala, venda ilegal de cachaça, além de outros produtos alimentícios, como linguiça e toucinho. Passados quinze dias da sua prisão, Joana saiu da cadeia por pagar pela sua liberdade. Temendo ser presa novamente, a forra logo enviou um requerimento as autoridades afirmando ser “sumamente pobre”. Ela até poderia ser pobre, ou passar por muitas dificuldades, assim como poderia estar forjando uma imagem de si perante as autoridades, pois a mesma não precisou de muito tempo para pagar a sua soltura ou conseguir, através de sua rede de sociabilidade, alguém que pagasse ou a emprestasse o dinheiro necessário para a sua liberdade. O que ainda nos chama atenção no caso de Joana, é o local onde realizava seu comércio, uma senzala. Local “tradicionalmente” conhecido para servir apenas de moradia para os escravos, o que é diferente neste caso, pois também servia de local de comércio e encontro de pessoas. Dado isso, o objetivo desta apresentação será mostrar como uma liberta mantinha em uma importante região de mineração, um comércio que abastecia diversas pessoas e os olhares que as autoridades daquele contexto lançavam sobre as suas atividades. A mobilidade atingida por Joana, assim como de diversas outras mulheres e, em menor escala, homens de diversas condições (livres, não brancos nascidos livres, libertos e escravos) e qualidades (negros, pretos, pardos, mulatos e etc.) não foi exceção nas Minas Gerais do século XVIII, sociedade,

segundo a historiografia sobre o tema, que permitiu uma mobilidade e ascensão social a diversos ex-escravos.

Palavras-chave: escravidão, comércio, senzala

O sertão é do tamanho do mundo: o circuito comercial de mulheres forras e escravas em Minas Gerais no século XVIII

Tamires Celi da Silva

Resumo: Antonia Nunes dos Anjos, natural da Bahia, em 1740 deixou registrado em seu testamento que possuía “uma Cruz de diamante e uma imagem de Nossa Senhora da conceição de ouro[...]”, possuía também “um par de Botões grandes um par de Brincos de algo”. Além desses objetos, Antonia, veio da Bahia, onde se alforriou pelo preço de duas libras de ouro que deu a Manuel Nunes Neto. Nas minas, Antonia se enveredou pelos caminhos do comércio escravista e sua rede clientelar se estendia para além das fronteiras mineiras. Em seu testamento, Antonia declarava ser crioula forra, e através das atividades comerciais que desenvolveu, conseguiu inserir-se na dinâmica e complexa sociedade que se formou nas minas setecentistas. No entanto, ela não foi a única a utilizar de tal atividade como forma de inserção e reconfiguração de suas experiências que, antes foram marcadas pelo cativo. Assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar a circulação comercial, isto é, a participação no comércio de longa distância, protagonizada por mulheres forras e escravas na capitania de Minas Gerais ao longo do século XVIII, procurando perceber a mobilidade espacial, econômica, social, as redes de comércios articuladas e as especificidades deste tipo de trabalho. Buscando pensar estas mulheres para além do estigma social ao qual frequentemente aparecem associadas ainda nos dias atuais, nossa pesquisa pretende por meio de levantamento de dados coletados em testamentos e em registros de passagem, realizar uma análise quantitativa e qualitativa dos produtos transportado, comprados ou vendidos por essas mulheres e os bens adquiridos ao longo de suas vidas. Nossa proposta de pensar a história colonial dos caminhos dos sertões mineiros se alinha aos referenciais teóricos-metodológico da História Atlântica, dando possibilidades de se pensar o intercâmbio

cultural promovido entre os continentes e mais do que isso, perceber a atuação histórica de sujeitos que cruzaram o oceano em condições diversas e contribuíram para a formação de identidades plurais construídas no circuito atlântico. Julgamos também significativo a possibilidade de desconstruir interpretações polarizadas e bilaterais, que tendem a ressaltar o contato exclusivo dos europeus com outras regiões, dedicando-se à análise sob o prisma da circularidade e dos os movimentos intercontinentais, distribuídos pelo espaço atlântico onde corpos, saberes e histórias circularam no ritmo das ondas.

Palavras-chave: Mulheres, comércio, escravidão

Entre contratos de trabalho e direitos de propriedade: as relações entre subalternos e senhores nas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense na crise do escravismo (1879-1916)

Felipe de Melo Alvarenga

Resumo: Esta pesquisa procura analisar as principais transformações relacionadas ao acesso à terra e às relações de trabalho no Vale do Paraíba fluminense na virada do século XIX para o século XX. A partir de ampla documentação judicial alocada nos acervos locais e nos arquivos do Judiciário do Rio de Janeiro, buscaremos compreender quais foram os principais conflitos em torno dos direitos de propriedade entre o ano de 1879, quando foi promulgada a Lei de Locação de Serviços, que se configurou como o primeiro código rural de regulamentação das relações de trabalho envolvendo nacionais e imigrantes nas zonas rurais do Império do Brasil, até o ano de 1916, quando foi promulgado o primeiro Código Civil do país já no período republicano, que regulamentou não só os contratos de trabalho, mas também as benfeitorias construídas nas propriedades, elemento central nas disputas judiciais da época. Esta investigação se concentrará nos municípios de Piraí, Valença e Vassouras, localizados na parte ocidental do Vale do Paraíba fluminense, em vista do quadro semelhante de crise produtiva e populacional que se abateu sobre estes municípios no período considerado; além do

fato de que as três localidades contam hoje com um acervo arquivístico e com potencial para novas pesquisas históricas na área de História Social. Acreditamos que boa parte da historiografia já atentou para a questão da inserção social dos libertos no mundo rural do Sudeste após a emancipação, com valiosas discussões sobre as especificidades do mundo do trabalho e suas relações estreitas em torno dos significados de cidadania e do acesso aos direitos civis e políticos. Porém, cremos que é possível contribuir para este debate focalizando as diversas disputas em torno do acesso à terra e dos recursos naturais alinhando-as com os conflitos originados pela extração da renda e do trabalho nestas fazendas cafeeiras que buscavam contornar o problema da crise do escravismo. Por este motivo, propomos uma conexão entre os debates da história social da propriedade com aqueles referentes a uma história social do trabalho no período da escravidão e da pós-emancipação, visto que a discussão sobre o acesso à terra neste período estava diretamente ligada à exploração do trabalho de quem lavrava a terra.

Palavras-chave: Direitos de Propriedade, Relações de Trabalho, Vale do Paraíba, Pós-abolição

Para além do direito de ser livre: crime, lutas por direitos e relações de trabalho no pós-abolição

Cleudiza Fernandes de Souza

Resumo: No ano de 1890, no município de Oliveira (Minas Gerais), um ex-escravo, Delfino Pereira da Silva, adentra com uma queixa-crime contra o português Luís Afonso Viana. O ofendido, ao insistir na cobrança de seus salários não pagos pelo português, acabou sendo agredido pelo último com uma "brocha". Luís alegou que Delfino o insultou primeiro e o ameaçou, e que supostamente vendo-se acuado, Luís agrediu Delfino. A partir deste estudo de caso específico, será problematizada a questão da relação entre liberdade, crime e relações de trabalho no pós-abolição. Entendendo que os processos criminais podem nos oferecer panoramas que vão além do crime enquanto ato em si, a proposta deste trabalho é investigar como os ex-cativos consolidaram as diversas sociabilidades naquela região interiorana, bem como estabeleceram suas lutas por

direitos trabalhistas em meio aos limites oferecidos pelos estigmas raciais. Para tal, uma bibliografia englobando raça, pós-emancipação e história social do trabalho será utilizada como arcabouço.

Palavras-chave: Trabalho, pós-abolição, cidadania

Escavidão e liberdade no ambiente fabril oitocentista: relações de trabalho e trabalhadores na Imperial Cia. Seropédica Fluminense (1844-1862)

Vinícius Kleyton de Andrade Brito

Resumo: A Imperial Companhia Seropédica Fluminense foi uma fábrica de seda localizada em Itaguaí, em meados do século XIX, que organizou seu funcionamento a partir do uso de mão de obra escravizada e do trabalho livre. De 1844 até sua liquidação, na década de 1860, seu fundador, Jose Pereira Tavares construiu redes e contou com o auxílio da Assembleia Legislativa e da Presidência da Província do Rio de Janeiro para levar a cabo a produção. Em 1854, as autoridades provinciais, mediante decreto, autorizaram a incorporação do estabelecimento em uma sociedade anônima, administrada por uma diretoria e financiada pela venda de ações. No ínterim dessas mudanças administrativas, diferentes formas de exploração dos trabalhadores, que compartilhavam o trabalho e o cotidiano, foram postas em prática. No entanto, na década de 1850, justamente após a abolição do tráfico, tanto da diretoria quanto as autoridades províncias passaram a defender a substituição da mão de obra escrava. Desse modo, buscamos aqui evidenciar, entre 1844 e 1862, o perfil dos trabalhadores do estabelecimento, as diferentes etapas do processo produtivo, a divisão sexual e racial em vigor, bem como averiguar como todos esses elementos repercutiam sobre os trabalhadores e as estratégias de resistência por eles articuladas.

Palavras-chave: Escavidão Liberdade Trabalho compulsório

Pelas rotas do tráfico interno: os agentes de redistribuição de cativos na Zona da Mata de mineira, na segunda metade do século XIX.

Dayana de Oliveira da Silva

Resumo: Do século XVI à primeira metade do XIX, o tráfico transatlântico promoveu o deslocamento de africanos para as Américas em proporções inacreditáveis. Mesmo com a implementação da Lei Eusébio de Queiroz que decretou o fim do tráfico negreiro para o Brasil, alguns agentes ávidos e sedentos por lucros buscaram alternativas para dar continuidade a essa intrincada rede de comércio no país. Uma prática já conhecida entre os comerciantes foi intensificada, e o tráfico interno nas feições interprovincial, intraprovincial, intramunicipal e local tornou-se intenso. Antigas rotas e redes de abastecimento já usadas para o transporte de gêneros alimentícios na América portuguesa passaram a transportar cativos nos interiores do Império do Brasil. Dentro dessa perspectiva, a presente proposta de pesquisa visa, ainda que de forma inicial, mapear e compreender o funcionamento do tráfico interno na região de Juiz de Fora. Entre as companhias mercadoras de escravos que percorriam as rotas no interior do país, existia uma em relevância, cujo principal expoente atendia pela razão social de Justiniano das Chagas & Cia e localizava-se na Zona da Mata mineira. A partir de análises em Livros de Notas e Escrituras Públicas, juntamente com algumas pistas deixadas por essa e outras companhias mercadoras de cativos da região, pretendemos desvendar a trajetória dos atores envolvidos, suas artimanhas na busca de driblar a legislação vigente de proibição do tráfico, as características dos cativos listados nos Livros de Notas e seus locais de origem, e por fim, as relações que esses comerciantes mantinham dentro da sociedade juiz-forana.

Palavras-chave: Tráfico interno, Companhias mercadoras, Juiz de Fora

Anúncios de fuga de escravizados: novas perspectivas

Alice Regina Maciel de Moura

Resumo: Pretendemos neste trabalho, analisar as diversas possibilidades de pesquisa ao se tratar da seção de anúncios de escravizados fugidos no Jornal do

Commercio. Nesse sentido, nos inserimos nas novas abordagens sobre as formas de resistência dos indivíduos escravizados e suas visões de mundo. A partir de uma análise de trabalhos anteriores e suas conclusões sobre o assunto, tentaremos trazer ao debate às diversas lacunas sobre o assunto e novas formas de interpretar as fontes.

Palavras-chave: Resistência escrava, Fugas, Imprensa, Escravidão

Gazeta de Oliveira: abolicionismo après coup

Saulo Mendonça Marra Junior

Resumo: Após o dia 13 de maio de 1888, a folha da Gazeta de Oliveira, cujo título trazia o nome do município, inaugurou uma série de artigos, de vários de seus redatores, que discursavam em favor da libertação dos escravos. Todavia esses artigos só surgiram no jornal, dias após a abolição. O periódico, que regozijava da sua "imparcialidade" em questões políticas, agora, sem qualquer pudor trazia à baila discursos a respeito do abolicionismo e comentários sobre o comportamento dos agora ex-cativos após as primeiras notícias da libertação. Somado a isso, momentos solenes foram criados na cidade, em festas particulares, junto a autoridades do município e da região a fim de libertarem escravos por iniciativa própria e não pela imposição do Império. Essa era uma estratégia para a manutenção e controle dos negros livres em sociedade após a abolição, além de manter em alta o prestígio social dos proprietários que também tinham por objetivo a ascensão em carreiras políticas. É o que podemos encontrar em outros locais do Império e até nas ações de um personagem dos contos de Machado de Assis. O abolicionista da época, Antônio Bento, chegou a mencionar os autores dessas estratégias como "abolicionistas de escudo", pessoas que jamais haviam freqüentado uma conferência abolicionista que se puseram a libertar cativos em festas e jantares. Lafayette das Chagas, colaborador da Gazeta de Oliveira e correspondente do jornal em São Paulo chegou a publicar em um artigo, em forma de conselho aos proprietários oliveirens, intitulado "Ainda é tempo". O intuito era convencê-los a aderir a libertação, para que não tomassem prejuízos pelo abando das terras pelos libertos. "Libertai, pois, vossos escravizados, antes que a lei vos obrigue [...]" [1] era a advertência do

correspondente da Gazeta de Oliveira a fim de que aqueles proprietários reafirmassem seu poder sobre ex-cativos. Nas palavras de Angela Alonso " todos profetas après coup, pós fact, "depois do gato morto" dedicados a tirar prestígio social da perda econômica inevitável como o personagem emblema do adesismo que Machado de Assis criou em 1888"[2][1] Gazeta de Oliveira. Oliveira, 6 de maio de 1888. Ano II. N. 36.[2] ALONSO, Angela. Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888), 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2015, pp. 337-338.

Palavras-chave: imprensa abolicionismo discurso política

Candendê: etnocenso e os projetos de vida

Roseli dos Santos

Resumo: O Instituto Cultural Primeiro Quilombo realizou, em 2017, o primeiro diagnóstico socioeconômico e demográfico das populações negras e indígenas de Barbacena. Coordenado pelo antropólogo Ângelo Sátiro, sob o financiamento do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, foram seis meses de pesquisas em 20 bairros urbanos e seis distritos da zona rural de Barbacena, totalizando 2.555 residências visitadas e mais de três mil entrevistados. A comunidade do Candendê, atual Ponto Chique do Martelo, foi um dos distritos analisados. Em 2018, a TV Integração, canal de televisão realizou uma reportagem na cidade de Barbacena, incluindo na localidade dos remanescentes de Quilombo Candendê, para ser transmitida no ar, no dia 20 de novembro, em comemoração ao dia da Consciência Negra. Apesar dos percalços quanto ao tempo frio e chuvoso que dificultou as filmagens na região, o trabalho foi um sucesso, saltando aos olhos a entrevista da Sra. Aparecida Jussara do Nascimento, mais conhecida como Dequinha, pela emoção com que essa passou a relatar à repórter a luta diária vivenciada na comunidade, e que muito revela o enfrentamento do negro no Brasil. O passado que uniu um povo em favor da titulação de Palmares, hoje é o entrave na sua unidade. O nome Candendê deixou, com o passar dos anos, de ser sinônimo de resistência para se tornar desconforto. A negação surgida no seio da comunidade e disseminada entre os seus não só dificulta as mudanças

nominais, mas as conquistas onde só “a união tem a força”. A atual não aceitação do nome Candendê diz muito para além do seu valor simbólico de resistência, traz em si uma possível vergonha da forma pejorativa que a palavra recebeu dos potentados locais e do município. A recusa de ser candendê, mas continuar sendo negro parece buscar um distanciamento do imaginário de quilombolas arredios ou da desumanização promovida pela escravidão. Acreditamos ser desafio estudar a pós-abolição, não pelos caminhos escolhidos por livres e libertos, mas pelos problemas enfrentados por estes em sua nova trajetória. A sociedade é uma grande arena de conflitos, cujos desfechos não estavam predefinidos, embora dependessem da subjetividade e da coletividade dos agentes. Antônio Lourenço, um dos fundadores do quilombo, não estava inerte frente a essas situações. Suas escolhas devem ser problematizadas e contextualizadas para um melhor entendimento de sua trajetória e da chegada do Candendê ao século XXI.

Palavras-chave: Quilombo contemporâneo, Memórias, Resistência

Laços de afinidade entre diferentes: compadrio escravo no norte goiano, 1812-1850.

Maiara Muniz

Resumo: O povoamento do Tocantins, antigo norte de Goiás, deu-se a partir do século XVIII, em razão da mineração. À descoberta de ouro seguia-se a formação de núcleos urbanos, ligados a outras regiões por via terrestre e pelos rios Araguaia e Tocantins; alguns destes núcleos sobreviviam ao esgotamento das minas, enquanto outros eram abandonados com o fim da exploração do metal precioso. Concomitantemente à exploração das minas, outras atividades eram realizadas, tais como agricultura e a pecuária, com o fim de abastecer a capitania, visto que, em razão da distância, os artigos chegavam a Goiás com preços bastante elevados. Para o período de análise proposto, de 1812 a 1850, a mineração já não era a principal atividade econômica da Província de Goiás, tendo sido substituída pela pecuária – os homens mais ricos à época do Império, que ocupavam as cadeiras da Assembleia eram os grandes criadores de gado. Se o ouro fez o norte de Goiás se integrar à economia-mundo, o fim da exploração desse produto transformou os arraiais que haviam surgido em razão da mineração em espaços

apartados da economia de exportação; produzia-se para o abastecimento interno e para comerciar o restante com Maranhão e Pará. Por meio dos registros de batismo, busca-se neste trabalho observar o padrão de escolha de padrinhos e madrinhas pelas mães escravas e forras em dois arraiais, Carmo e Porto Real/Imperial, percebendo as relações sociais que aquelas mulheres buscavam construir para suas crianças. As relações de compadrio escravo integram-se à história das populações, e, ainda, aos estudos de demografia histórica surgidos no século XX, a partir da relação entre a História e as Ciências Sociais. O diálogo com diferentes ciências permitiu que o olhar do historiador se lançasse para novos sujeitos, espaços e objetos, não somente fazendo uso de novas fontes e métodos, como interpretando os documentos através de uma nova concepção de tempo histórico.

Palavras-chave: História do Tocantins, Compadrio Escravo, Demografia Histórica.

Libertos e submissos: alforrias testamentárias e a política do afeto em Sergipe del Rei no século XIX

Nathiely Feitosa Farias

Resumo: A leitura e compreensão das alforrias está marcada pela necessidade de absorção dos significados que se fazem tanto para o senhor que liberta, quanto para o escravo que é libertado. Diferentemente das alforrias obtidas na pia batismal ou através das cartas de liberdade, além de trazer à superfície uma dimensão política muito clara da liberdade que se alcança, as alforrias legadas em testamentos possuem o afeto como um fator que transforma substancialmente a forma como se estrutura, ou, pelo menos, como se evidencia, através das fontes, a relação senhor-escravo, num momento específico que é, ao mesmo tempo, aquele que antecede a morte de um e a dissolução dos amarres da escravidão do outro. O presente estudo tem como objetivo discutir mentalidade e uma lógica própria do sistema escravista que estão colocados diante da possibilidade de libertação. Trata-se, ainda, de pensar o senhor e o escravo em seus “papéis” socialmente construídos e as expectativas inculcadas em cada um deles. As alforrias e, em específico, as alforrias testamentárias, servirão, portanto, como um

caminho de acesso às duas instâncias que, embora lidas como opostas (e de fato o são), convergem numa influência que é mútua e constante. A análise do conteúdo documental exposto nos testamentos que recobrem as primeiras décadas do século XIX será útil no sentido de fornecer uma materialidade das relações entre senhores e cativos, entre escravidão e liberdade; a revisão bibliográfica dar-se-á no sentido de apontar elementos que encorpam o problema levantado a partir da documentação. Por sua vez, os dados quantitativos sobre o perfil dos testadores, os legados e, em especial, os dados que dizem respeito à legação da liberdade, os tipos e condições desta, revelarão não tão-somente regularidades e tendências, mas servirão como uma espécie de potencializador das minúcias reveladoras e dinâmicas que lhe escapam. O desenvolvimento dessas questões permitirá a compreensão de como a possibilidade de ser livre – entendendo-a como sendo uma concessão senhorial ou uma conquista por parte do cativo –, através dos testamentos produzidos ao longo da primeira metade do século XIX na capitania de Sergipe del Rei, constrói um quadro mais amplo que permite, inclusive e sobretudo, o entendimento da política – não excludente de uma dimensão afetiva – que sustenta, simultaneamente, a escravidão e a liberdade.

Palavras-chave: escravidão, alforrias, testamentos, história dos sentimentos, século XIX.

ST 10 - O mundo colonial luso americano e as diversas estratégias de conquista e dominação: século XVI-XIX

Joelmir Cabral Moreira

Doutorando em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
joelmircabral@outlook.com

Juliano Tiago Viana de Paula

Doutor em História
vieiravp@yahoo.com.br

Mariana Ferreira Schilipake

Mestranda em História
Universidade Federal do Paraná
ma_fsantos@yahoo.com.br

Pollyanna Precioso Neves

Doutorando em História
Universidade Federal de Ouro Preto
pollyanna.neves.87@gmail.com

Proposta do Simpósio

Por muito tempo, a memória da sociedade colonial, caracterizou-se em representações tendenciosas, dissimuladas, românticas e tradicionais dos fatos, sem tecer críticas pertinentes acerca da temática. Logo, as referências permearam e se reproduziram no cenário nacional através da literatura, teatro, cinema e novelas, isto é, grande parte das informações difundidas sobre esse período ficaram restringidas em personagens considerados “notáveis”, datas oficiais e em um discurso eurocêntrico, o que potencializou, o ideário de dominação branca e o estereótipo da cultura indígena e africana, sem nenhum compromisso com esse período específico. A proposição do simpósio justifica-se, portanto, pela possibilidade de fortalecer, enriquecer e apontar as possibilidades para as discussões, compreensões de situações e conjunturas diversas que legitime o repensar colonial, que, no atual cenário político se manifesta tendencioso. Tal empreendimento visa suspender silenciamentos, devido a algumas linhas frágeis que são reforçadas. Aqui, nos referimos aos discursos negacionistas, que produzem conceitos deturpados sobre a dinâmica social, política e econômica na história da América portuguesa. Para melhor analisar todas essas questões, o simpósio temático proposto visa discutir a governabilidade, administração, a atuação das câmaras municipais, de agentes régios e a formação de hierarquias sociais. Além desses aspectos, nos preocupamos em pensar a importância estrutural da escravidão africana e indígena como parte mantenedora da exploração colonial assim como as diversas possibilidades de mobilidade e distinções sociais alcançados pelas populações escravizadas. Para tanto, temos em perspectiva pensar nas experiências que efetivaram a conquista e garantiram a manutenção e dominação sobre esse território, colocando em evidência a complexidade das relações entre os grupos, construídas a partir do parentesco

consanguíneo, espiritual e por afinidade. Ademais, o simpósio ambiciona também dar enfoque a estudos que se preocupam o que, hoje, é considerado como uma forma de institucionalização colonial: os descaminhos e o contrabando, que constituíam, basicamente, em toda prática que fosse de encontro com as determinações reais, estabelecendo vínculos comerciais, sociais e políticos entre diferentes atores que participavam das práticas ilícitas que compunham a realidade colonial durante aquele período, como também uma estratégia de acumulação riquezas materiais e simbólicas. Nesse sentido, este simpósio temático pretende ser um campo amplo ao debate, através de distintas fontes e metodologias, que abordam especificidades e estratégias de conquista e dominação no mundo colonial. Assim, buscamos compreender como componentes variados podiam fortalecer a conquista na tentativa de compatibilizar forças muitas vezes divergentes e de interesses múltiplos, articulando práticas governativas, território, sujeitos, valores religiosos e comércio em seus diferentes tempos e espaços.

As câmaras municipais e a regionalização do poder na monarquia portuguesa

Pablo de Oliveira Andrade

Resumo: Durante a Idade Moderna a monarquia portuguesa se estruturou a partir do paradigma corporativo de poder, segundo o qual o poder não era concentrado na pessoa do rei, mas sim distribuído entre os diversos corpos sociais e políticos existentes na sociedade portuguesa. A partir desta premissa, pretendo analisar neste trabalho qual o papel desempenhado pelas câmaras municipais diante de um aspecto fundamental para a organização espacial do poder na monarquia portuguesa: a questão da inexistência de mecanismos regionais de poder autônomos. Entende-se que esse aspecto está relacionado com a característica a-regional e anti-regional que marcou a estrutura do poder na monarquia portuguesa durante toda a Idade Moderna até as revoluções liberais do século XIX. Nesse sentido, conclui-se que durante o período examinado as câmaras municipais atuaram em conjunto com o poder central para impedir a organização de corpos regionais sólidos e autônomos de poder, ao mesmo tempo em que procuravam manter a sua importância político-administrativa diante dos surtos de centralização constantes a partir do século XVIII. Para esta análise focaremos principalmente a realidade colonial brasileira.

Palavras-chave: Câmaras municipais, paradigma corporativo, regionalização do poder

Veredas de terra e de rio rumo aos confins do sertão: A colonização das ribeiras do São Francisco na capitania de Pernambuco (1654-1753)]

Ana Paula Nunes da Silva

Resumo: A presente proposta de comunicação pretende discutir o processo de colonização do sertão da capitania de Pernambuco, na região banhada pelo rio São Francisco, no recorte temporal que vai de 1654 (após a expulsão dos holandeses de Pernambuco e a retomada da capitania pela Coroa) até meados da década de 1750, quando a região em questão passa para sujeição judicial da comarca baiana de Jacobina (1753). O estudo deste processo presta-se à análise de questões concernentes à administração colonial nesse contexto e à política de interiorização encetada pela Coroa durante a expansão dos domínios coloniais rumo aos sertões do Norte. Para compreender a trajetória da empresa colonial no sertão do São Francisco na sua porção pernambucana, bem como a formação de uma nova sociedade colonial nestes territórios, a chamada ‘sociedade sertaneja’, este trabalho se propõe a deslindar alguns aspectos das dimensões local e imperial do processo de ocupação da região. Como parte dos objetivos deste estudo, a investigação ainda se deteve na análise das representações elaboradas sobre o sertão, por meio de um conjunto de formulações difundidas nos relatos de cronistas que escreveram sobre o sertão pernambucano do São Francisco. Parte-se do pressuposto de que tais ideias, fundantes de um imaginário sobre o sertão, tiveram uma influência decisiva na forma como a Coroa portuguesa conduziu a colonização na região, sobretudo na forma como as populações locais foram objeto de uma política de controle social. Nesta perspectiva, o cenário destes acontecimentos está inserido territorialmente em parte das chamadas ‘Capitanias do Norte’, e o momento histórico refere-se ao processo de colonização e consolidação dos territórios interiores e agrestes da capitania de Pernambuco, mais especificamente nas regiões sertanejas atravessadas pelo rio São Francisco. Tal processo envolveu adentramentos de colonos vindos do litoral e sangrentas guerras contra os indígenas habitantes da região, e foi motivado principalmente pela expansão da criação de gado. Esta expansão deu início a uma forma de vida bastante distinta daquela das vilas do açúcar, adaptada às asperezas e limitações de uma das zonas mais inóspitas dos rincões da América portuguesa. Todas estas questões fazem parte de um processo longo e

violento, tido pelos historiadores como um importante marco na história colonial do Brasil.

Palavras-chave: Colonização, Sertão, América portuguesa, Pernambuco, Rio São Francisco

A Ocupação da Bacia do Rio Doce na Cartografia de Jozé Joaquim da Rocha

Paulo César da Costa Pinheiro

Resumo: Jozé Joaquim da Rocha (1740-1804) foi um engenheiro militar e cartógrafo, que veio para Minas Gerais por ordem da Coroa por volta de 1765. Foi engenheiro responsável pelas edificações militares situadas em diversos pontos da capitania das Minas Gerais, e neste cargo percorreu e conheceu profundamente o território mineiro. A sua formação técnica e o seu conhecimento do território lhe permitiram realizar um levantamento cartográfico do território de Minas Gerais, que é considerado o mais completo nos setecentos. Dentro de sua produção cartográfica, destacam-se quatro cartas da capitania de Minas Gerais (duas de 1777, de 1778 e de 1793), e outras quatro sobre cada uma das comarcas que compunham a capitania: Rio das Mortes, Sabará (Rio das Velhas), Vila Rica e Serro do Frio. Neste trabalho foram analisadas as seguintes cartas de sua autoria: 1) Mapa da Capitania das Minas Geraes com deviza de suas comarcas, 1778; 2) Mapa da Comarca de Villa Rica, 1778; 3) Mapa da Comarca de Serro Frio, 1778. Estes documentos cartográficos apresentam uma síntese do conhecimento geográfico acumulado sobre o território até o momento de sua elaboração, o que permite visualizar e analisar de forma global os aspectos relativos à ocupação do território. Nestas cartas foram identificados e destacados os atributos de ocupação (cidade, vilas, paróquias, capelas, fazendas, registros, estradas) de modo a identificar as linhas de força que direcionaram a ocupação da Bacia do Rio Doce. O objetivo deste trabalho foi analisar a ocupação territorial do leste de Minas Gerais, região delimitada pela bacia hidrográfica Rio Doce nos fins do século XVIII, a partir da análise destas cartas de Jozé Joaquim da Rocha.

Palavras-chave: Cartografia, Minas Gerais, Rio Doce, Ocupação, Brasil Colônia.

A venalidade de ofícios nas Coroas Ibéricas: uma comparação entre Portugal e Espanha

Rafael Jose de Paula Braga

Resumo: O presente trabalho busca, como o título indica, realizar uma comparação do fenômeno da compra e venda de ofícios da administração colonial nas duas monarquias ibéricas, qual seja, Portugal e Espanha (com um foco maior no século XVIII). Para Portugal, desde a dissertação de mestrado venho desenvolvendo uma pesquisa que buscou compreender a existência, frequência, e os parâmetros em que essa prática teria acontecido no reino e domínios lusitanos, uma vez que a ideia central que prevaleceu na historiografia era a de que a venalidade tinha exercido pequeno e irrelevante papel na administração dessa monarquia. Em relação à vizinha Espanha, por seu turno, desde há muito tempo existe uma forte e ampla área de estudo dedicada ao tema, devido ao fato de o dito fenômeno ter aparentemente acontecido de forma mais importante e até certo ponto mais abertamente nos territórios hispânicos do que em Portugal. Pois bem, nesse momento do doutorado, com o trabalho já mais avançado e aprofundado em relação a outras apresentações, se torna possível trazer uma breve comparação das feições que o fenômeno venal assumiu nas duas monarquias vizinhas. Feições essas que, ao que tudo indica, foram bastante distintas, já que nas terras hispânicas a venalidade de cargos parece ter acontecido de maneira contrária ao que foi observado para Portugal, com o elemento financeiro sendo primordial para a realização de um claro negócio entre comprador e vendedor. O que aliás puxa também a discussão acerca da ideia de corrupção, ponto ao qual a própria historiografia hispânica se detém ao tratar dos elementos referentes à venalidade. Portanto, acredito firmemente que essa comparação da prática para ambas as monarquias, e especialmente em seus territórios coloniais, por esse caráter de uma lógica oposta entre eles, ajuda a elucidar pontos importantes não apenas sobre o fenômeno da venalidade em si, mas também sobre ambas as sociedades em que a prática se inseriu, sobre o próprio mundo colonial ibérico, se tornando parte integrante dele.

Palavras-chave: Venalidade, Ofícios, Administração, Comparação.

“Não poderá o juiz de fora servir os três lugares” : a criação do juizado de órfãos em Salvador (1725)

Débora Cazelato de Souza

Resumo: Era o ano de 1696 e a cidade de Salvador recebia a notícia da criação do cargo de juiz de fora. Cidade importante e cabeça de todo o Estado de Brasil, não poderia ficar em mãos somente de juízes locais, os ordinários. Os juízes de fora exerciam concomitantemente o cargo de juiz dos órfãos e da provedoria dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos. No entanto, diante das dificuldades da administração da justiça e na demora dos despachos, em 1725, D. João V instalou o cargo de juízes de órfãos em separado dos juízes de fora. Essa separação dos cargos é interessante, pois não é o que se observa em outras localidades, como Minas Gerais, por exemplo. O objetivo dessa comunicação é apresentar duas cartas que estão disponíveis nos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, e que mostram os inconvenientes de se ter o cargo dos órfãos anexado ao juiz de fora da cidade da Bahia. Ainda que de forma preliminar, pode-se perceber que as queixas não versavam sobre os ministros e sim sobre a demora em executar a justiça aos órfãos.

Palavras-chave: juiz de órfãos, juiz de fora, Salvador, século XVIII

Contra a razão, a piedade e o agradecimento: o povo de Vila Rica e o suplício de Filipe dos Santos

Gustavo de Castro Belém

Resumo: A determinação de que Filipe dos Santos fosse enforcado e esquartejado, decisão cuja responsabilidade pode ser atribuída ao conde de Assumar – governador das Minas à época da Revolta de Vila Rica, em 1720 – tinha como objetivo declarado dissuadir os ingovernáveis mineiros de participarem em novas sublevações. O desejo de fazer do tropeiro português um exemplo, contudo, contrasta com a reação da população de Vila Rica: o suplício, relata o próprio Assumar, teria sido acompanhado pelo aplauso dos presentes. Constatada a dissonância entre os propósitos que tal punição almejava e sua recepção por parte da “gente baixa”, o presente trabalho investiga as

representações da multidão que podem ser encontradas no imaginário do referido conde e a maneira como influíram para que Filipe dos Santos fosse executado e exposto. Quanto à metodologia utilizada, analisa-se o Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720 para indicar como o governador justifica aplicação da punição máxima e sua caracterização do comportamento do povo das Minas. A partir daí, recorre-se às noções de práticas e representações elaboradas por Chartier, bem como aos estudos de E. P. Thompson e Anastasia acerca dos motins populares. Nota-se que, aos olhos de Assumar, os habitantes das Minas são irracionais, vulgos, volúveis e incapazes de agir por conta própria. Os moradores das Minas, considera o governador, jamais haviam presenciado castigo similar, sendo esta outra das razões que justificavam a constância com que os motins irrompiam na capitania do ouro. Paralelamente, o conde reconhece que as ambições dos líderes da revolta e a vontade da população em geral divergiram em certas ocasiões: as discordâncias tornam-se mais notáveis após a concessão das demandas apresentadas e do perdão aos amotinados. A incompreensão quanto à conduta da multidão, porém, faz com que esses fatos sejam interpretados antes como prova da volatilidade das manifestações populares do que um indício de sua complexidade. Logo, verifica-se que o fato de Assumar ignorar a possibilidade de que o agir popular seja imbuído de alguma racionalidade constitui fator essencial para que ocorresse o suplício. A execução de Filipe dos Santos, portanto, está diretamente relacionada à perspectiva do conde em relação aos estratos mais baixos da população mineira nas primeiras décadas do século XVIII.

Palavras-chave: conde de Assumar economia moral da multidão povo motins.

A ideia de casamento e família na América Portuguesa a partir do gênero e da raça

Agatha Virginia Souza Oliveira Batista

Inaiara Lôbo Mendes

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir a construção da ideia de família, tida como tradicional europeia baseada na moral cristã, que é difundida no Brasil no período colonial. Bem como as relações de poder estabelecidas através das uniões matrimoniais, ressaltando o recorte racial e em especial o gênero. Isto posto, o Concílio de Trento datado do século XVI é o grande responsável por sistematizar as normas de convivência e civilidade cristãs; tendo em vista que a Europa daquele período não era hegemônica, o objetivo era ter dogmas e crenças iguais. Tal reunião é responsável por diversas crendices que se tem até a contemporaneidade. O casamento é uma delas e é a principal forma de controle e domesticação dos corpos. É ali que se decide com quem se pode ou não casar, e quem pode ou não adular, etc. Diante disso, não há surpresa ao se perceber que a mulher é colocada como propriedade, porque estamos falando de uma sociedade patriarcal. Em paralelo, nas Américas acontecia a colonização e por conseguinte a dominação dos povos originários e dos territórios. Assim, aglutinavam-se os costumes brancos aos daqueles que aqui viviam. Na América portuguesa não foi diferente, havendo ainda diversas alianças formadas através do casamento, que era antes de tudo movido por questões econômicas e de interesses. E é a partir destes contatos que se começa a hierarquizar as culturas e o etnocídio indígena, ao se sobrepor a cultura branca dominante como hegemônica. Quando entrelaçamos as questões raciais e de gênero se abre uma intersecção de opressões. Assim, pensar em casamento é falar de dominação dos corpos e isso está mais entranhado quando falamos das mulheres indígenas, por exemplo. Já as mulheres negras escravizadas por vezes eram abusadas e estupradas, numa relação que hoje é chamada de concubinato. E assim nasceu a família brasileira, as relações eram construídas a priori pelo interesse econômico e a posteriori por aglutinação de agregados. Das relações extraconjugais nasciam os filhos bastardos que conviviam com a família e por vezes tinham privilégios sobre os demais escravizados. Assim sendo, a construção do pensamento familiar é baseado no casamento como uma forma de dominação e a partir desta as relações de poder estabelecidas são opressoras. Com o aval da Igreja, mulheres e pessoas racializadas foram oprimidas, e colocadas como subalternas, por isso é preciso repensar a História da perspectiva daqueles que outrora foram silenciados.

Palavras-chave: Dominação, Cristandade, Mulher, Pessoas Racializadas

Homens brancos casados com mulheres pardas da inadmissão à revogação das normas franciscanas (Mariana- MG, sec. XVIII)

Natalia Casagrande Salvador

Resumo: A Ordem Terceira da Penitência preconizou, em seus Estatutos, deveres e obrigações a serem cumpridos pelos irmãos leigos, bem como normas de conduta e comportamentos repreensíveis. Embora o santo de Assis tivesse pregado o desapego, os irmãos terceiros não se furtavam a delimitar rigorosos regimentos, determinando a qualidade e condição sócioeconômica exigida para indivíduos que pretendiam professar e vestir o hábito. Dentre os fatores impeditivos para admissão estava o casamento com mulheres de menor “qualidade”, isto é, com mulheres que não fossem brancas. O estudo das fontes produzidas por essa Ordem Terceira ao longo dos seus anos de atividade demonstra, contudo, que as intenções iniciais para o seu regimento não se sustentavam no contexto em que estavam inseridos. Na comunicação proposta iremos apresentar documentos de variados momentos da Ordem, exemplificando a alteração de postura dos membros dirigentes e suas justificativas para o afrouxamento das normas. Observamos com essa atitude uma inteligente estratégia para manutenção e prosperidade da Ordem, capaz de se conformar com a escassez de mulheres solteiras e vindo a aceitar o casamento interracial dentro de seu próprio corpo de irmãos.

Palavras-chave: Sociedade Colonial, Ordem Terceira de São Francisco, hierarquias sociais.

Comércio de muares nas Minas setecentistas: um livro de conta corrente para muares de João Rodrigues de Macedo

Cássio de Sá e Cabral

Resumo: Esta proposta de comunicação surge do segundo capítulo da dissertação, ainda em fase de construção, que está prevista para ser defendida pelo PPGHIS-UFOP ao final do primeiro semestre de 2020. O objetivo geral da pesquisa é dimensionar a participação do comerciante João Rodrigues de Macedo no negócio de compra e venda

de muares na capitania de Minas Gerais no final do século XVIII. O segundo capítulo, especificamente, se propõe a apresentar a fonte principal da pesquisa, que é um livro de conta corrente para compra, transporte e venda de muares de João Rodrigues de Macedo junto com um sócio, Antônio Teixeira Pena. O capítulo descreve o livro em linhas gerais, seu processo de transcrição e sistematização, além de apresentar seus resultados, tais como: número de animais transacionado, montante financeiro transacionado, preço médio de compra e venda dos animais, identificação dos principais compradores e vendedores. O estudo dessa categoria de produto tem sido pouco numerosa na historiografia, e acreditamos que essa presente pesquisa pode lançar luz a uma atividade comercial bastante representativa dentro dos negócios de João Rodrigues de Macedo, que movimentou, nos tempos em que o livro registra, entre 1776 e 1790, mais de 7000 animais. Além disso, ela pode ser vista como um importante indicador de aquecimento ou desaquecimento econômico, já que representava o principal meio de transporte de cargas nesse período. Portanto, a comunicação se propõe a contextualizar a atividade de produção e venda de muares, localizar a pesquisa no espaço e no tempo por meio da figura de João Rodrigues de Macedo e de apresentar o processo de análise do livro de conta corrente e seus resultados.

Palavras-chave: João Rodrigues de Macedo, Muares, Minas Gerais

“Entre patas e penas”: a remessa de animais silvestres do Brasil colônia para Portugal em finais do século XVIII.

Patricia Maria Ribeiro

Resumo: Criaturas fantásticas, seres mágicos ou bestas-feras provoavam o imaginário de homens e mulheres à época dos descobrimentos. E é nesse contexto que se dão os primeiros contatos entre europeus e os habitantes (humanos ou não) daquilo que seria chamado de América. Desde cedo, os animais exóticos provenientes de paragens do além-mar deleitaram tanto os primeiros viajantes que aqui aportaram quanto reis e nobres que acabaram por ver nessas espécies o reflexo de grandes, diversas e longínquas possessões. O exotismo das cores, formas e sons evidenciava também a multiplicidade de terras e povos sob domínio da Coroa portuguesa. Domar essas feras

era também dominar as gentes. Relatos e imagens amenizavam a curiosidade sobre seres tão diferentes daqueles do Velho Mundo, entretanto somente a remessa de espécimes - vivos ou mortos - era capaz de materializar o "fabuloso Brasil". Fossem para o entretenimento da nobreza - em gabinetes, coleções ou cativeiro -, para o comércio ou para as ciências, esses animais percorreram longas distâncias desde a sua captura até a metrópole. A proposta dessa comunicação é analisar os canais utilizados nas remessas de animais silvestres do Brasil colônia para Portugal em fins do século XVIII. Busca-se entender a relação entre o envio de espécimes da fauna brasileira para enriquecer as coleções zoológicas das Quintas REais e gabinetes de ciências metropolitanos e a interiorização territorial na América lusa. A partir da análise da comunicação política remetida ao Reino pelos governadores e capitães-gerais em solo colonial, pretende-se evidenciar as espécies animais enviadas, a forma de sua captura e os caminhos que percorriam até as coleções reinóis, bem como o objetivo e as compensações - dádivas ou mercês - de se remeter determinadas espécies.

Palavras-chave: Animais silvestres, América portuguesa, século XVIII

Entre fábricas e oficinas: as querelas pelo espaço urbano carioca entre 1830 e 1870

Daiane Estevam Azeredo

Resumo: Este estudo tem por objetivo discutir sobre a inserção social e econômica de oficinas e fábricas nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro entre 1830 e 1870. Analisamos as diretrizes quanto à localização desses estabelecimentos na urbe carioca, bem como os conflitos por trás dessas orientações. Investigamos essa temática a partir do momento em que o número de oficinas e fábricas começou a se crescer acentuadamente até o momento em que os conflitos entre esses estabelecimentos, a câmara municipal, moradores e demais segmentos sociais interessados pelo espaço urbano carioca se elevaram. Dessa maneira, almejamos verificar a disposição espacial das oficinas, fábricas e manufaturas nas freguesias centrais do Rio de Janeiro, bem como verificar as estratégias para criação e continuidade dessas organizações. Em outras palavras, a questão principal é a inserção desses estabelecimentos no espaço urbano do

Rio de Janeiro e as disputas sociais e econômicas por essa região. Acreditamos que o discurso de higiene pública pode ter sido usado como estratégia para a tentativa de retirada desses estabelecimentos do centro da província, afastando, pois, a população mais pobre das proximidades com os altos estratos sociais. Todavia, os fabricantes teriam criado formas de resistência e demonstrado, ainda, conhecimento de que na verdade haveria outros interesses por trás desse discurso.

Palavras-chave: João Rodrigues de Macedo, Muares, Minas Gerais

ST 11 - História Pública: múltiplas formas de narrar escrever apreender e divulgar história

Claudia Patrícia de Oliveira Costa

Doutora em História
cliouerj@yahoo.it

Andréa Camila de Faria Fernandes

Doutoranda em História
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
andreacamila@oi.com.br

Luiza Rafaela Bezerra Sarraff

Doutoranda em História
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
luiza.sarraff@yahoo.com.br

Adelson Souza dos Santos

Mestrando em História
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
delsousan@gmail.com

Proposta do Simpósio

O conceito de História Pública começa a ser debatido e delimitado, a despeito de seu caráter profundamente polissêmico, a partir de eventos realizados no meio acadêmico anglo-saxônico na década de 1970. De acordo com a historiadora britânica Jill Liddington, “podemos considerar a prática da história pública como sendo a apresentação popular do passado para um leque de audiências – por meio de museus e patrimônios históricos, filme e ficção histórica” (LIDDINGTON, 2011, p. 33-4). Para o norte-americano, Robert Kelley, a História Pública “se refere ao trabalho de historiadores e ao emprego de métodos historiográficos fora da academia: no governo, em empresas privadas, nas mídias, em sociedades históricas e museus” (KELLEY, 1992, p. 111). Consideramos que a emergência dessas problematizações, no que diz respeito às múltiplas formas de narrar e divulgar a história, se inscreve em um corte temporal que não é aleatório: as discussões sobre a História Pública estão em estreito diálogo com a retomada de interesse pelas narrativas e pelas subjetividades no âmbito da

historiografia. Desde então, os estudos e pesquisas no campo da História Pública têm ganhado cada vez mais espaço nos debates que buscam alternativas que proponham o estreitamento de laços entre o conhecimento histórico, produzido em centros de pesquisa e universidades e o público mais amplo. Assim, abordagens ancoradas na perspectiva da História Pública tem encontrado repercussões positivas entre os países anglófonos, como Estados Unidos, Canadá, Austrália e África do Sul. Também são significativos os avanços, nesse campo, na Itália. No Brasil, destacamos a formação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP), criada em meio aos debates que tiveram lugar na Universidade de São Paulo (USP), a partir da última década. Percebemos que as discussões acerca da História Pública no Brasil, apesar de recentes, vêm se dinamizando com o passar dos anos, traduzindo-se no fomento de eventos e organização de publicações sobre a temática. Esses esforços sublinham as aproximações possíveis entre a academia e o público mais amplo, em um contexto marcado, entre outros aspectos, pela aceleração do tempo e a expansão massiva de meios de comunicação. Animados por esse cenário, convidamos e somos convidados a repensar a escrita da história, enfatizando suas conexões com o tempo presente, com as disputas e tensões cotidianas e buscando romper com o caráter de “reliquias de antiquário”, assumido durante muito tempo pela própria história enquanto disciplina. Dessa forma, esse simpósio busca acolher trabalhos que apresentem reflexões sobre as relações entre a história e outros saberes, bem como as diversas formas de produção historiográfica e seus públicos.

A presença afro religiosa numa visita ao museu: uma proposta educativa no âmbito da história pública

Adelson Souza dos Santos

Claudia Patrícia de Oliveira Costa

Resumo: Na última década, verificamos o crescimento significativo de perseguições e ataques aos templos de Candomblé e de Umbanda, bem como aos praticantes das religiões de matriz africana. De acordo com dados obtidos a partir de registros do canal do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que concentra denúncias de discriminação e violação de direitos, só no ano de 2018 houve um

crescimento de quase 50% das notificações de ataques a essas religiões em todo o país. De fato, tem sido cada vez mais comum nos depararmos, nas mais variadas plataformas midiáticas, com notícias de invasões, incêndios, destruição desses locais sagrados e agressões de todos os tipos a indivíduos adeptos dessas religiões. Inferimos que essas manifestações de violência se inserem na perspectiva do racismo religioso. Esse é um aspecto na sociedade brasileira que está intimamente ligado ao passado de escravização de africanos, do qual o preconceito religioso é uma de suas faces mais evidentes. Dessa forma, identificamos que tal questão perpassa muitas comunidades escolares agindo, provavelmente, como um dos principais entraves para efetivação da Lei 10.639 que, desde 2003, tornou obrigatório o Ensino de História e das Culturas Africanas e Afro-brasileiras em todos os estabelecimentos de Educação Básica do país. A partir desses referenciais, propomos um trabalho que enfatize o potencial pedagógico do Museu Histórico Nacional – RJ (MHN) na abordagem da problemática do racismo religioso. Nesse sentido, parte-se do acompanhamento do projeto elaborado pelo Núcleo de Educação do MHN, “Bonde da História”, em específico, das edições que tratam dos temas da representação da Diáspora Africana e seu legado na cultura brasileira: “A Presença Negra no acervo do MHN” e o “Bonde da Umbanda.” Busca-se, então, identificar limites e possibilidades para a elaboração de uma ação educativa voltada para alunos da rede municipal do Rio de Janeiro, no âmbito do Ensino de História. Dessa forma, torna-se possível a inserção desse trabalho no âmbito da História Pública. Ao fazê-lo, destacamos o potencial da História Pública enquanto profícuo caminho para promover a aproximação entre pesquisa e ensino, no sentido de buscar entender as contribuições desse campo “para elucidar questões socialmente vivas, o que seria salutar inclusive para a legitimação da disciplina como uma forma de conhecimento que está nos currículos da educação básica (...)” (MAUAD, ALMEIDA e SANTHIAGO, 2016, p. 197).

Palavras-chave: Educação Étnico-Racial, História Pública, Museu

O museu da pessoa como exemplo de democratização de histórias através da internet

Mayra de Souza Marques

Resumo: A Internet, com sua característica de espaço interativo e colaborativo, propicia a multiplicação das narrativas sobre os mais variados temas. Diversas memórias vêm à tona, contrapondo as memórias institucionais, “oficiais”, nacionais. Grupos como afrodescendentes, indígenas, homossexuais, mulheres, camponeses e analfabetos reivindicam seu direito não apenas à memória, que em alguns casos sobrevive através de tradições orais, mas também à história. Estas pessoas, muitas vezes silenciadas pela narrativa oficial dos grandes feitos e heróis nacionais, calcada na tradição escrita, passam a ter maiores chances de serem ouvidas através de ferramentas como sites, redes sociais, plataformas de vídeo etc. Tentando refletir sobre as possibilidades de democratização das histórias na Internet, este trabalho abordará o Museu da Pessoa, um museu virtual e colaborativo, como objeto de estudo. No Museu da Pessoa qualquer pessoa pode deixar registrado um relato sobre sua vida, seja através de vídeos, fotos, textos ou documentos. Embora possua uma sede física em São Paulo, o “espaço” onde o museu realmente atua, hoje em dia, é a Internet, em uma plataforma na qual os vídeos e outras mídias contendo as histórias de vida podem ser acessados e o visitante pode tornar-se parte do acervo ou curador através das ferramentas “Conte Sua História” e “Monte Sua Coleção”. Em “Conte Sua História” o visitante pode escrever sua história e anexar fotos ou vídeos, enquanto a ideia de “Monte Sua Coleção” é que ele agrupe suas histórias preferidas em uma coleção própria. As histórias de vida coletadas através de entrevistas são, obviamente, memórias individuais; no entanto, como demonstrou Halbwachs, mesmo as memórias individuais possuem uma ligação com a memória coletiva, pois nossa forma de recordar e armazenar lembranças está sempre ancorada no grupo do qual fazemos parte. A emergência de memórias coletivas anteriormente silenciadas por uma historiografia “oficial” não deve ameaçar os historiadores, que podem sentir sua autoridade questionada pelas reivindicações das mais variadas memórias coletivas. Ao contrário, esta pluralidade de narrativas e de mídias deve ser vista como uma oportunidade de enriquecer os trabalhos historiográficos, seja pela

contraposição de diferentes pontos de vista, seja pela incorporação de novas epistemologias na disciplina.

Palavras-chave: Internet, História Pública, Museu

Materiais educativos de museu: o caso das publicações do projeto “onde mora a minha história”, museu histórico Abílio Barreto (MHAB), Belo Horizonte, MG

Rosangela Guerra

Lana Mara de Castro Siman

Resumo: Com o projeto Materiais educativos de museu: estudo de caso das publicações do projeto Onde mora a minha história?, Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), Belo Horizonte, MG, busco compreender qual é a proposta de educação patrimonial revelada pelas publicações do projeto. Precursor de uma política cultural de aproximação do museu com a cidade, o projeto foi realizado de 2005 a 2007 por meio de uma parceria do MHAB com escolas municipais. Sob a coordenação dos profissionais do MHAB, professores de nove escolas municipais orientaram os alunos para que buscassem informações, a fim de compreender como se deu o desenvolvimento do bairro. Os alunos entrevistaram moradores e identificaram pessoas, lugares, espaços, redes de sociabilidade e objetos considerados significativos para os que vivem no bairro. A partir dos resultados dessa pesquisa foram produzidas nove publicações sobre a história dos bairros: Aglomerado da Serra, Tirol, Santa Maria, Santa Terezinha, Cachoeirinha, Santa Tereza, Santa Maria, Guarani, Alto Vera Cruz. Os procedimentos metodológicos utilizados no estudo de caso envolvem: a) pesquisa documental do Programa de Educação Patrimonial do MHAB e do projeto Onde mora a minha história?; b) entrevistas semiestruturadas com profissionais do MHAB que participaram do projeto; c) análise das narrativas escritas, visuais e da relação entre ambas presentes nas publicações. O conceito de recontextualização do discurso, formulado por Basil Bernstein, no contexto da sua teoria do dispositivo pedagógico, é uma referência importante para a análise das publicações. Essa teoria possibilita verificar o processo pelo qual uma disciplina ou um campo específico de conhecimento é transformado ou “pedagogizado” para constituir o conhecimento escolar e conteúdos a serem transmitidos. A análise das publicações

considera ainda os protocolos de leitura (Roger Chartier), dispositivos que conduzem a leitura por meio do diálogo das ilustrações com o texto, do layout da página etc. As pesquisas sobre materiais educativos ainda são escassas no Brasil. Os resultados do estudo de caso podem contribuir para a construção de parâmetros de análise de publicações de museus e também para orientar a produção de materiais educativos comprometidos em desenvolver no aluno a reflexão, a atitude crítica e a responsabilidade social de preservar e valorizar a(s) memória(s), o(s) patrimônio(s) e a(s) cultura(s) da cidade em sua diversidade.

Palavras-chave: Educação Museal, Museu de Cidade, Materiais Educativos de Museu.

Portal de história das ciências e da tecnologia no brasil e os desafios da divulgação científica na web 2.0

Heloisa Meireles Gesteira

Anderson Pereira Antunes

Mariza Pinheiro Bezerra

Resumo: O objetivo desta comunicação é apresentar as bases teóricas e metodológicas utilizadas na elaboração do Portal de História das Ciências e da Tecnologia no Brasil (PHCT), e os desafios encontrados durante o processo de sua elaboração. O público alvo é formado por estudantes de ensino médio, graduação e professores. Partindo da História Social da Ciência, que reconhece que a prática científica é intrinsecamente conectada às esferas social, cultural, política e econômica, nosso intuito é apresentar aos usuários do PHCT que fatos e eventos científicos são historicamente situados e socialmente construídos dentro de um campo regulado por regras específicas. Inspirado pela noção de “ciências de observatório” do século XIX, que reúne saberes a partir das relações entre Céu, Terra e Sociedade pretendemos apresentar as ciências de forma orgânica, e não em disciplinas segmentadas. Além disso, o projeto dialoga com outros dois campos: a História Digital, que traz reflexões sobre os novos desafios para a elaboração, veiculação e apropriação do conhecimento histórico diante da expansão das novas tecnologias digitais. E também a História Pública, que se beneficiou do impacto digital e instrumentos de difusão de conteúdo na web para alcançar públicos cada vez

maiores. O PHCT se constitui a partir de uma base de dados de documentos iconográficos e textuais selecionados e analisados por especialistas. Para navegação o Portal oferecerá aos usuários eixos temáticos que caracterizam a dimensão prática da ciência, permitindo explorar conhecimentos e serviços presentes nas Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no qual o MAST se insere. A narrativa histórica a ser apresentada focará os aspectos sociais das práticas científicas, apresentando a ciência como uma atividade coletiva conectada com as esferas da cultura, da política, da economia e da sociedade. Desta forma, o PHCT pretende fazer com que o público perceba as interações entre as ciências e as demais esferas da vida humana, bem como os ofícios da atividade científica, os artefatos utilizados, as linguagens e modelos que caracterizam o processo de construção e comunicação das ciências. Nesta exposição serão pontuados os desafios para elaborar um instrumento de divulgação do conhecimento histórico voltado ao grande público, que seja dinâmico, interativo, de qualidade, em meio digital, e que valorize os acervos das Unidades de Pesquisa do MCTIC.

Palavras-chave: História das Ciências e da Tecnologia, Museu de Astronomia e Ciências Afins, História Digital, Divulgação Científica História Pública.

Os usos públicos da ditadura militar no facebook: visões e apropriações da história escolar

Bruna Giovanna da Silva

Resumo: O presente trabalho tem como intuito apresentar análises parciais de um projeto de pesquisa de iniciação científica, que se intitula “Os usos públicos da ditadura militar no Facebook”, com o recorte em um de seus prismas analíticos: visões e apropriações da ditadura militar no ensino da história. Entende-se nesta direção que o ambiente das redes sociais já não cumpre apenas o papel de “diário” de compartilhamento social, mas tornou-se também um espaço privilegiado de produção e divulgação de uma história pública (NOIRET, 2015), em que temáticas do tempo presente e de nosso passado se entrecruzam na legitimação política das variadas

narrativas de seus usuários. Para tanto elegemos um grupo fechado do Facebook, composto por aproximadamente 39 mil pessoas como foco e fonte de pesquisa. A escolha veio a partir do caráter político do grupo e de sua proposição como o “grupo de debate mais democrático e populoso do Facebook”. A pesquisa está sendo metodologicamente conduzida a partir da abordagem qualitativa e quantitativa baseada na análise do conteúdo (BARDIN, 2009) e na observação participante online (COSTA; SANTOS, 2015). A privacidade característica deste tipo de grupo - permitindo uma certa licenciosidade dos usuários para tornarem público suas opiniões independente de quais sejam - foi mantida na pesquisa que primou pelo anonimato, tanto do pesquisador(a) quanto dos usuários(as) e do grupo, para que a espontaneidade das postagens e os parâmetros de interação próprios da Web não fossem comprometidos. Para esta parte do trabalho foram realizados posts dirigidos em que os usuários puderam se manifestar livremente a partir das perguntas formuladas com o objetivo de analisar as diversas compreensões sobre o período, com enfoque nas visões dos internautas sobre o que é ensinado em sala de aula pelos professores de história. O material analisado abrangeu diferentes posicionamentos políticos tendo por base relatos de experiências diversas. Dentre elas, sobressaíram tanto narrativas sobre a indispensabilidade de uma história não enviesada pelo universo da esquerda clamando por uma “história completa” capaz de apresentar “os dois lados da história”, quanto outras que evidenciaram uma relação positiva com suas experiências em sala de aula, caracterizando os professores como capazes de apresentar as evidências históricas sobre o período. Além disso, tivemos acesso às variadas fontes utilizadas pelos internautas, mapeando os argumentos que lhes serviram de base.

Palavras-chave: Ditadura Militar, História Pública, redes sociais, Facebook

A biografia como meio de difusão para a história

Andréa Camila de Faria Fernandes

Resumo: Com o título História para ninar gente grande, a Estação Primeira de Mangueira levou para a avenida em 2019 um enredo que procurava garantir voz do Brasil “que não está no retrato”. O samba, que levou a escola ao campeonato daquele ano, dizia: “Brasil,

meu nego / Deixa eu te contar / A história que a história não conta / O avesso do mesmo lugar / Na luta é que a gente se encontra / Brasil, meu denço / A Mangueira chegou / Com versos que o livro apagou / Desde 1500 / Tem mais invasão do que descobrimento / Tem sangue retinto pisado / Atrás do herói emoldurado / Mulheres, tamoios, mulatos / Eu quero um país que não está no retrato / Brasil, o teu nome é Dandara / E a tua cara é de cariri / Não veio do céu / Nem das mãos de Isabel / A liberdade é um dragão no mar de Aracati / Salve os caboclos de julho / Quem foi de aço nos anos de chumbo / Brasil, chegou a vez / De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês”. Ao contrário do que possa parecer a um primeiro olhar, a proposta idealizada pelo carnavalesco Leandro Vieira não era a de renegar a história contada pela historiografia, mas mostrar que existem outras faces da história que estão além daquelas normalmente propagadas como pelos livros didáticos, dito de outro modo, ele queria garantir voz aos que tinham sido esquecidos. Se a intenção é garantir voz aqueles que são ou estão esquecidos, a biografia costuma ser um instrumento útil, nos permitindo resgatar e construir memórias dos mais variados personagens, sejam eles nomes célebres ou pessoas “comuns”. Por suas múltiplas possibilidades de usos para o ensino e difusão da história, a biografia nos permite uma aproximação com o público ao possibilitar que estes se identifiquem com os indivíduos biografados. Ao querer garantir voz às Marias, Mahins, Marielles, por exemplo, a Mangueira queria garantir voz às mulheres que tiveram atuação importante em nossa história, mas que muitas das vezes são esquecidas e/ou silenciadas. Diante disso, o objetivo desta comunicação será apresentar algumas experiências de trabalho que tem utilizado o biográfico como meio de criar identificação com o público, escolar em primeira medida, mais podendo se ampliar para um público em geral, resgatando as histórias de vida de brasileiros célebres, mas que estão pouco conhecidos hoje em dia ou de brasileiros comuns, mas cujas vidas podem nos dizer muito sobre nossas lutas cotidianas.

Palavras-chave: biografia, história, memória, história pública

O espaço político do carnaval e os usos públicos da história

Jessica Marques Toledo

Resumo: Neste artigo, busca-se fazer uma reflexão no que se refere à História Pública e as disputas de narrativas que foram sendo costuradas diante do cenário político brasileiro, no período de 2016 a 2018. Para isso, como objeto de estudo, proponho analisar a trajetória de um bloco de carnaval na cidade de São Paulo, o Bloco do Soviético, um produto cultural do carnaval paulista que se apropria de conceitos e figuras históricas da Revolução Russa para construir suas marchinhas e seus adereços. Ou seja, busco pensar o lugar que essa narrativa histórica ocupa na esfera social paulista e suas repercussões.

Palavras-chave: História Pública, Carnaval, Política Brasileira

Entre o Flow e o compromisso: usos do passado e engajamento social no rap contemporâneo brasileiro

Leandro Braga de Andrade

Resumo: “Rap é compromisso”. A famosa frase atribuída ao rapper brasileiro Sabotage é a síntese da trajetória desse ritmo musical, originalmente envolvido na cultura hip hop, na qual, historicamente, a arte serve de expressão política de jovens de comunidades negras e pobres, críticos de sua realidade social. Para levar à cabo tal compromisso, o rap se notabilizou por mobilizar o conhecimento para dar substância às suas letras. Um dos precursores do movimento hip hop nos Estados Unidos, o Dj África Bambaataa, denominou o conhecimento como o “quinto elemento” daquela cultura urbana que nascia. (TEPERMAN, 2015) Nascido nos anos de 1980 e consolidado nos anos de 1990, o rap brasileiro também leva a marca de uma linguagem direta, que fala para e com os jovens das periferias, sempre manejando elementos da arte, da cultura e da história nacionais, seja para confrontar ou para usar como reforço de seu discurso. Precursores como Thaíde e Mano Brown (Racionais Mc’s) são compositores conhecido por suas letras politizadas. Nos anos 2000, o rap brasileiro se aproximou da cultura pop e da profissionalização, à medida em que mais setores da sociedade se mostravam interessados no ritmo e que a própria periferia era incluída na sociedade de consumo. A “Nova escola” do rap vai, então, navegar nessa nova onda, no entanto, mantendo a vocação de tratar de temas políticos e sociais. Esta pesquisa investiga o uso de

referências históricas e culturais, como meio de expressão das pautas políticas e identitárias no rap contemporâneo brasileiro, assim como a apresentação dessas questões em uma variedade mídias: as letras das músicas, a estética sonora e construção visual. Estão sendo investigados álbuns de artistas como Emicida, Rincon Sapiência, Preta Rara, Baco do Exu do Blues, Djonga, entre outros. Os “usos públicos do passado” se caracterizam pela interface com a memória histórica, por forjar sentidos do passado e por serem espaços de disputa de hegemonia (KALAS, 2017). É justamente o que muitas canções do rap fazem. Ao mesmo tempo que divulgam o conhecimento histórico, o reconfigura artisticamente para sua causa político-identitária. Nessa perspectiva um conjunto de álbuns e músicas já foi analisado, revelando um repertório variado de temas históricos tratados, a saber, “escravidão”, “abolição da escravidão”, “quilombos”, “luta pelos direitos civis”, “ditadura civil-militar”, “heranças africanas”, “guerras mundiais”, entre outros.

Palavras-chave: rap brasileiro, usos do passado, história pública

ST 12 - Rupturas e continuidades da Época Moderna

Júlia de Cássia Silva Cassão

Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
juliacassao@hotmail.com

Ana Tereza Landolfi Toledo

Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
landolfiat@gmail.com

Lívia Bernardes Roberge

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
liv.roberge@gmail.com

Thaís Tanure de Oliveira Costa

Mestre em História
ttanure@gmail.com

Proposta do Simpósio

O Período Moderno, aqui compreendido entre o século XV e as primeiras décadas do século XIX, foi um contexto fértil para o surgimento e a construção de diversos hábitos, instituições, teorias e perspectivas. Das monarquias imperiais à reforma protestante, das conquistas dos espaços coloniais à escravidão, forjaram-se no período as matrizes que viriam a moldar de forma substancial o que é hoje o mundo ocidental. Nesse sentido, o objetivo do presente simpósio é promover um espaço voltado ao compartilhamento de pesquisas que lidam com fontes e temáticas acerca da Idade Moderna, e sua conseqüente crise. Buscando distanciarmo-nos de uma perspectiva conservadora e elitista sobre o contexto, pretendemos agregar pesquisas que enfatizam o dinamismo das práticas políticas e as especificidades das mais diversas estratégias e negociações empregadas pelas gentes, engendrando uma pluralidade de abordagens e possibilidades de pesquisas em torno não só de questões como centralização monárquica e consolidação dos absolutismos, por exemplo, mas também das ilegalidades e outras práticas contrárias ao costume e à lei. Nesse sentido, pretendemos

também abarcar debates concernentes aos mecanismos institucionais e as práticas culturais, religiosas e sociais dos diferentes agentes e suas possíveis adaptabilidades nos mais longínquos espaços e, ainda, as estratégias políticas, culturais e econômicas de sustentação típicas da Época Moderna. O Simpósio acolherá a temática dos “desgovernos”, das instabilidades, dos radicalismos, heterodoxias e venalidades, as práticas sociais das ilicitudes e alterações da ordem e das dinâmicas dos projetos políticos e mercantis em disputa na Europa entre os séculos XV-XIX. Ao pensar a Modernidade sob a perspectiva global que lhe é digna, propomos aqui congregarmos trabalhos que versam em debates sobre os mais diversos recortes espaciais, como por exemplo, a noção de “bom governo das gentes” verificados nos Impérios Ibéricos e suas difusões no mundo Atlântico, até debates sobre Escravidão moderna, Guerras de Religião, Reforma e Contrarreforma, Milenarismos, Revoluções Inglesa e Francesa, Literaturas, Utopias, República das Letras, Filosofia Política Moderna, Impressos, dentre demais rupturas e continuidades características do período.

Isabella d’Este: a presença da mulher na patronagem renascentista italiana

Giovana Souza Guimarães do Nascimento

Resumo: Ao percorrer o território italiano durante o renascimento é possível se deparar com inúmeras figuras que financiavam a produção artística do movimento a fim de: decorar lugares sagrados católicos, edifícios públicos das cidades e até mesmo as paredes de suas próprias casas. Membros do alto clero, famílias como a dos Sforza em Milão e homens como Cósimo e Lorenzo de Medici em Florença são alguns dos mais famosos patronos das artes. É sabido, contudo, que a patronagem não ocorreu apenas em Florença e Milão, nem mesmo era atividade exclusiva dos homens nobres. Isabella D’este, casada com Gian Francesco II Gonzaga – ocupado a maior parte de seu tempo com seus deveres militares – foi marquesa da cidade de Mântua onde, por meio de sua posição privilegiada e grande interesse pela arte, se constituiu como uma expressiva e importante mecena. Através da análise das cartas que Isabella trocava tanto com seu mester como diretamente com alguns artistas – Giovanni Bellini e Leonardo da Vinci, por exemplo – é possível evidenciar a presença da mulher no universo do financiamento

da arte renascentista na Itália não apenas como exceção, mas como parte da regra. “Tal como grande parte dos outros famosos mecenas, Isabella era insistente sobre os detalhes que queria contidos na obra encomendada, mesmo que houvessem pedidos esporádicos de artistas por uma maior liberdade de composição. As fontes demonstram também que o valor que pagava pelas peças não era alto, fato este característico em basicamente todo o decorrer do movimento renascentista na Itália, e caso o prazo não fosse cumprido dentro de uma margem aceitável para o período – algo em torno de seis meses – o preço final da obra poderia chegar à metade do que havia sido combinado no momento em que o contrato havia sido estabelecido, o que, novamente, não era incomum. Isabella D’este representa o imaginário da figura de um mecena renascentista: assídua em possuir obras dos mais conhecidos artistas da época em seu domínio, que contava com diversas pessoas para tratar diretamente com essas personalidades em seu nome quando em outra cidade – sua messer em Veneza, por exemplo, era outra mulher: Michele Vianello – e que só portava tamanho conhecimento que a permitia valorizar e investir em arte por conta das verbas, tempo e afazeres advindos de seu título. O renascimento, em todos os seus âmbitos, não foi de exclusividade dos homens e Isabella é um desses exemplares.

Palavras-chave: Renascimento, Patronagem, Mulheres, Isabella D'este

Vícios e Pecados: Representações da Mulher na Literatura de Rua Inglesa (século XVII)

Gabrielle Pacheco Noacco

Resumo: Com a invenção e propagação do impresso, sucedeu o advento de uma literatura de rua, caracterizada pela efemeridade e o fácil acesso, que expõe as mentalidades envoltas nesse período, ao mesmo tempo em que ajuda a moldá-las. Para tanto, por meio da análise do conjunto de fontes presentes na coleção “Thomason Tracts” que engloba os anos 1640 a 1661 na Inglaterra, é possível perceber a emergência de um indivíduo, que escreve e representa sobre si e sobre os outros. Nesse viés, se expressa a questão da mulher, na qual o estabelecimento de uma moralidade e controle cada vez maior sobre os corpos, torna a sexualidade feminina um problema que não

deve ser manifestado. A literatura de rua se expõe como faceta fundamental para compreender esses processos, além de exteriorizar os anseios e os medos dessa sociedade, possui uma característica moralizante que auxiliava na imposição de certos papéis de feminilidade. O presente trabalho, em desenvolvimento com o grupo de pesquisa "Cultura Impressa na Europa moderna (séculos XVI-XVIII)" sob orientação da professora Silvia Liebel, buscou estabelecer quais vícios eram associados às mulheres nos impressos. Foi possível mapear que as mulheres comumente são associadas a algum vício relacionado à sexualidade, seja o adultério ou a sedução. Assim, é possível analisar a questão de como os pecados e os vícios associados às mulheres são tratados na literatura de rua, expondo um caráter moralizante, mas também uma ansiedade em relação a esse corpos.

Palavras-chave: Mulheres, História Moderna, Thomason Tracts, Vícios Femininos

Possessões demoníacas e cultura impressa: Representações da magia e do diabo na Inglaterra Moderna

Luísa Pádua Zanon

Resumo: Por muito tempo a religião foi um elemento determinante em diversas sociedades, sendo capaz de guiar ações, políticas públicas e processos de conformação social, em especial, no que tange à Inglaterra Moderna. Dentro desse aspecto, a crença na bruxaria e nos atos compreendidos como mágicos alocam-se como componentes intrínsecos às vivências sociais da modernidade inglesa, interligando-se, pois, com as próprias concepções do que seria a mulher, o diabo e o divino. Tal cenário, que se associa diretamente com o reforço da ordem e as reformas religiosas, foi potencializado, sobretudo, pelo advento e aprimoramento da prensa, a qual, por sua vez, foi responsável por reproduzir e difundir as concepções de bruxaria e magia que rodeavam o imaginário popular, ao mesmo tempo em que as remodelava. Parte do projeto de pesquisa "Cultura impressa e caça às bruxas na Europa Moderna (França e Inglaterra, séculos XVI e XVII)", coordenado pela profa. Dra. Silvia Liebel, o presente trabalho volta seu olhar para os panfletos e os outros tipos de publicações efêmeras destinadas a um público mais amplo, focalizando, principalmente, naqueles que abordam os relatos e

casos de possessões diabólicas, protagonizados tanto por mulheres como por crianças. Tais documentos, que podem ser visualizados na coleção “Thomason Tracts”, eram caracterizados pelo seu fácil acesso e efemeridade e funcionam, hoje, como uma importante ferramenta para melhor compreender as crenças vigentes e o significado dessas no que tange ao diabo, ao divino e as concepções da mulher e da infância ao longo dos séculos XVI e XVII.

Palavras-chave: História Moderna, Literatura de rua, Bruxaria, Possessão, Imaginário

Mulheres Desregradas: Crimes Femininos e suas Narrativas na Literatura de Rua Inglesa (XVII)

Maria Júlia Viana Matoso

Resumo: Com a invenção da prensa e o conseqüente mercado de impressos que se estabeleceu, surgiu uma literatura de rua marcada pela efemeridade e pela maior facilidade de produção e disseminação, que forneceram as bases para que fosse possível entender diferentes vivências e imaginários da época. Esses impressos não eram neutros, podiam tanto ser instrumentos de propagação de ideias quanto culminar em abalos no controle estatal, e a moralização era um objetivo elementar. Os relatos eram percepções daqueles que faziam parte do processo de produção e comercialização sobre uma ordem social e de interesses, que tanto influenciava quanto era influenciada por esses impressos e seu impacto na população. Isso é especialmente perceptível nos materiais referentes a crimes femininos, cujas representações eram mediadas pelas construções de gênero em uma sociedade que pensava a identidade e o papel das mulheres de forma muito delimitada. Por isso, embora geralmente se envolvessem mais em crimes relacionados à propriedade e crimes da fala, como calúnia, e menos em crimes graves, como alta traição ou heresia, as narrativas referentes a infanticídio, mariticídio e adultério eram marcadas pela ideia de anormalidade e de afastamento daquilo que era visto como correto vindo de uma mulher, e disseminavam a visão de que aqueles crimes cometidos pelas mulheres contra suas famílias – a quem deviam devoção – e principalmente contra seus maridos – a quem deviam submissão – eram os mais graves possíveis. Com base nessas percepções, o presente trabalho, parte do

projeto "Mulheres desregradas: narrativas de crimes femininos dos dois lados do Canal da Mancha (França e Inglaterra, séculos XVI e XVII)", sob orientação da Profa. Dra. Silvia Liebel, objetiva, por meio da análise dos impressos na Inglaterra de 1640 a 1661 listados por George Thomason na coleção "Thomason Tracts", elucidar a forma como esses crimes eram julgados e as punições infligidas. Além disso, busca-se analisar como esses materiais eram fundamentais para disseminar ideais por meio da moralização e como o gênero era influente nas estruturas e ideias de um sistema que subjugava as mulheres, tendo como princípio fundamental pensá-las como não apenas espectadoras, mas agentes históricos que participavam ativamente da sociedade.

Palavras-chave: Mulheres, Crimes Femininos, História Moderna, Impressos, Thomason Tracts

Marie de Gournay e a Querelle des Femmes : contribuições do *Égalité des Hommes et des Femmes* para a filosofia política moderna

Raquel Baptista Mariani

Resumo: Marie le Jars de Gournay é um dos poucos exemplos de mulheres que alimentaram o hábito da escrita na primeira modernidade, seu caso se mostra ainda mais excepcional devido à sua opção por viver da sua escrita sem ter integrado uma ordem religiosa e nem mesmo se casado. Sua posição como fille d'alliance de Michel de Montaigne, assim como editora do filósofo, garantiu à erudita uma oportunidade ímpar de inclusão no âmbito intelectual parisiense, mesmo que de forma marginal. Nessas condições Gournay escreveu sobre diversos temas, entre eles está a questão da igualdade entre homens e mulheres, ponto central de um de seus tratados mais conhecidos, o *Égalité des Hommes et des Femmes*, publicado pela primeira vez em 1622. É a partir desse tratado que nós procuramos entender, com base em um paradigma contextualista, a inserção de Marie de Gournay nos debates filosóficos políticos da primeira modernidade. Assim, a investigação de iniciação científica que deu origem a essa proposta de comunicação tem como tese que Gournay teria desenvolvido, no contexto da querelle des femmes, que apresenta um de seus desdobramentos na primeira metade do século XVII, uma obra original a partir da leitura criativa que fez de

autores envolvidos no debate e de textos integrantes das tradições clássica e cristã. Essa leitura, conquanto delimitada pelas possibilidades retóricas próprias daquele contexto (que condicionavam a própria noção de “originalidade”), não teria se esgotado na mera repetição de argumentos consagrados ou em fazer eco às ideias de mentores de Gournay (como Montaigne e Lipsius). Ao mesmo tempo o caráter filosófico e político do tratado fica evidente na maneira como Gournay reflete sobre a condição da mulher na sociedade francesa, sugerindo que os obstáculos sociais criados para a educação feminina, e não qualquer forma de inferioridade substancial, são a principal razão para a existência de mais homens do que mulheres notáveis. A autora realiza, assim, uma reflexão epistemológica sobre a natureza feminina radicada principalmente em análises empíricas. Apoiados nessa percepção da inserção de Gournay no âmbito erudito da primeira modernidade pretendemos apresentar a partir de uma análise cuidadosa das escolhas retóricas feitas pela autora em seu tratado *Égalité des Hommes et des Femmes* como essa obra se insere vigorosamente nos debates filosóficos políticos da primeira modernidade.

Palavras-chave: Marie de Gournay, *Querelle des Femmes*, Filosofia política moderna, Retórica, Igualdade entre homens e mulheres

Espaços para projeções de ideias: Viagem à Lua e Viagem ao Sol de Cyrano de Bergerac

Kelly Caroline Appelt

Resumo: Esta comunicação objetiva abordar os escritos libertinos *Viagem à Lua* (1657) e *Viagem ao Sol* (1662), de Cyrano de Bergerac, como espaços potenciais para projeção de debates, de questionamentos e, principalmente, como meios divulgadores da reflexão filosófica e literária. Entendo que tal aspecto se relaciona com fato de que as obras inauguram um estilo narrativo que tinha como intuito tratar da realidade através do excesso imaginário, elemento que permitiu com que Cyrano (1619-1655), reconhecido livre-pensador do século XVII, não se prendesse aos significados reais dos assuntos abordados em suas narrativas, mas sim aos encantos que as palavras e os

temas podiam lhe oferecer. Tal particularidade adveio do estilo escriturário de Cyrano, da utilização da *la pointe*, e da sua natureza de livre-pensador, pois os libertinos, entendidos como indivíduos questionadores, foram grandes críticos da ideia de uma verdade absoluta sobre as coisas do mundo e estavam interessados na busca pela liberdade de pensamento. É importante ressaltar que o escritor e as suas obras estavam imersos no contexto nebuloso do século XVII, um ambiente que permitiu o direito da dúvida entre os sujeitos, mas, ao mesmo tempo, conteve as consciências dos indivíduos ao âmbito privado. A resposta de Cyrano para a situação foi utilizar a imaginação como uma modalidade de pensamento. Ao longo do desenvolvimento das ficções, isso possibilitou a apreensão do real, transformando os seus escritos em verdadeiras imaginações literárias, espaços destinados ao debate filosófico e literário ou temas que não podiam ser abordados publicamente.

Palavras-chave: Pensamento libertino, Viagem à Lua, Viagem ao Sol, Cyrano de Bergerac, Imaginação, Século XVII

Dimensões da memória e dos usos do passado nas utopias de Thomas Morus (1516) e Francis Bacon (1627)

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa

Resumo: O presente trabalho pretende discutir sob quais formas a Utopia de Morus e a Nova Atlântida de Bacon se utilizam de noções da história, da memória e da (re)elaboração do passado para constituir suas sociedades imaginárias. Para tanto, nomes como Roger Chartier, Paul Connerton, David Lowenthal, Paolo Rossi, Jean-Pierre Vernant, Frances Yates, entre outros, nos servirão aqui como suporte teórico para uma problematização acerca de três dimensões da memória que podemos observar nessas obras utópicas. Primeiramente visamos discutir os modos pelos quais relatos orais e textos escritos acabam sendo mesclados pelos autores das obras, de forma a nos fornecer indícios sobre as práticas de memória do contexto de elaboração dessas utopias. Em seguida, pretendemos tratar das memórias de outros tempos contidas nas utopias, ou seja, das construções de passado elaboradas por essas narrativas, com vistas a tornar plausível e verossímil a existência de sociedades outras. Por fim, visamos

discutir a memória corporal, percebida nas formas de inscrição da civilidade e da disciplinarização dos corpos apresentados, especialmente, na Utopia. Nosso interesse aqui é tentar demonstrar como, apesar de este não ser costumeiramente o eixo de discussão mais comum acerca das obras de Morus ou Bacon, a memória e o passado são intrínsecos à elaboração do presente, ainda que este presente seja constituído pela atividade imaginativa.

Palavras-chave: Utopia, Nova Atlântida, Usos do Passado, Memória, Disciplinarização

Configurações da memória histórica de Diogo do Couto

Sofia Theodoro Prevatto da Fonseca

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar um entendimento sobre a memória histórica em torno dos escritos de Diogo do Couto. Historiador e militar, foi responsável pela composição oficial da experiência portuguesa na Ásia na metade do século XVI até os primeiros anos do XVII. Por esse cargo, importante na tradição humanista, na instrução e propaganda política, Couto produziu volumoso número de obras, dentre elas, as relevantes *Décadas de Couto* e *Diálogo do Soldado Prático*. Da mesma maneira que as instituições reais, como a Academia da História, pensavam e investigavam suas produções enquanto fontes históricas para se produzir a memória nacional, faremos uma reflexão desse conceito a partir do entendimento de memória histórica, os usos e desusos dela, pela interpretação de Jacy Alves de Seixas. A memória para ela é atualizada momento histórico – o instante – de tal forma que, os eventos históricos atualizam os signos, de acordo com os interesses pragmáticos estendidos no processo histórico. O que se apresentará nesse trabalho, baseia-se em como Couto foi atingido por algumas “memórias”, como a da guerra, no termo de Seixas, um “lampejo”, e ressignificou uma série de elementos políticos, ideológicos, econômicos, de acordo com a sua cosmovisão e imaginário político da Época Moderna. Essa atualização, sobretudo, foi traduzida nos caracteres de saudade e nostalgia de sua instrução política.

Palavras-chave: Diogo do Couto – memória histórica – História Moderna.

Pelo bem comum: A negociação entre os Estados e a Coroa em Portugal nas Cortes de 1641

Lucas Lixa Victor Neves

Resumo: As Cortes portuguesas foram uma instituição consultiva muito importante para Portugal desde que d. Afonso Henriques (1106-1185), até então conde de Portucale, em 1139, foi eleito rei em Lamego. Nas Cortes de Lamego, que elegeram d. Afonso Henriques como rei de Portugal, estiveram presentes representantes dos três Estados do reino (clero, aristocracia e povo). O mito fundador de Portugal é relacionado com as Cortes e, por conta disso, a dita instituição foi bastante influente tanto no medievo quando durante a época moderna no reino luso. O reino se fazia reunido e irmanado em Cortes quando o monarca português as convocava, geralmente em cenário de crise nacional, como guerras, necessidade de se passar impostos de escopo geral, crises sucessórias ou falta de legitimidade de determinado rei. Quando os delegados representantes dos três Estados do reino de Portugal se reuniam em Cortes, havia espaço para petição da parte deles para o monarca. O conteúdo das petições apresentadas pelos delegados dos Estados nas Cortes, conhecidas como capítulos, variavam muito e nem sempre tinham relação direta com o motivo pelo qual o monarca chamava determinada reunião. Com o fim da União Ibérica via o golpe da Restauração de 1640, o cenário de fragmentação política estava posto em Portugal. Diversas parcelas do clero, aristocracia e povo não apoiaram a Restauração, ao passo que julgavam, por motivos pessoais ou políticos, que a Coroa de Portugal pertencia ao rei de Castela, d. Felipe IV (1605-1665). A Restauração de 1640 se deu em primeiro de dezembro de 1640, e d. João IV (1604-1656), sabendo do cenário político fissurado em seu reino, convocou Cortes para janeiro de 1641. D. João IV, então sob o signo da rebelião contra o rei de Espanha, sabia do papel legitimador que as Cortes em Portugal possuíam e que, através delas, poderia conseguir formar uma base de apoio para seu governo se fosse magnânimo o suficiente. A presente comunicação será alicerçada em informações e reflexões derivados de um banco de dados, feito pelo proponente do trabalho, baseado nos capítulos de cada Estado nas Cortes 1641. Se buscará, através dos dados obtidos, apresentar uma reflexão acerca do conteúdo dos capítulos de cada Estado, o que elucida o que queriam os três estratos sociais portugueses após 60 anos de União Ibérica (1580-

1640), e das respostas dadas por d. João IV para cada Estado, o que clarifica a disposição que o novo monarca tinha para negociar com seus súditos.

Palavras-chave: Cortes em Portugal, Restauração de 1640, Instituições Políticas Modernas

Reformar as leis: O Alvará de 11 de agosto de 1753 e a crise dos diamantes

Júlia de Cássia Silva Cassão

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo de análise o Alvará de 11 de agosto de 1753, instituído pelo rei D. José I, que colocou o contrato dos diamantes sob o braço régio. A partir desta data, a Coroa portuguesa tomou para si o comércio destas preciosas pedras no Reino, ou seja, se antes a extração e a venda dos diamantes eram restritas àqueles que detinham o arrendamento deste importante estanco, pelos desdobramentos do malfadado contrato de Felisberto Caldeira Brant, optou-se, nos conselhos do monarca, pelo divisão das tarefas. Das informações que se tinha da eminente ruína em que se achavam aquelas minas e o seu comércio frente às praças estrangeiras, do contrabando que se encastelava por todos os estratos sociais no coração do Brasil, bem como da sobreposição dos interesses particulares aos públicos, o monarca, nessa medida, desejoso do fim de tão graves quanto nefandos prejuízos que se avolumavam, reformava para conservar. Estas desordens e, por conseguinte, a crise que se instalou em Lisboa, o centro político da governação, à luz do entendimento à época da constituição do corpo místico e político da República, levaram à corrupção do governo das gentes, de modo que a profilaxia para a manutenção da estabilidade do Império português foi a reestruturação e o arranjo das partes. Medida que deitou raízes profundas no mundo ibérico moderno, tal "remédio" será aqui analisado na chave do imaginário político que permeou aquela sociedade. Isto é, da percepção da função política desta providência, da primazia que se conferia à Fazenda Real e da esperada garantia da ordem pública, tentaremos entrever, não sem os seus revezes, as tentativas de controle das vozes e das práticas fugidias. Assim, em que pesem as distâncias geográficas e a irregular comunicação das Minas ao Reino, estas regiões conectavam-se pelo caldo de cultura que perfez a Época Moderna, não sem rupturas e continuidades.

Palavras-chave: Diamantes, Reformas, Contrabando

**A balança imperial: reformas fazendárias e reações provinciais nas regências
(Pernambuco, Bahia e Minas Gerais 1831-1837)**

Daiane de Souza Alves

Resumo: A seguinte comunicação se propõe a analisar os embates em torno da uniformização fiscal durante as regências no Império do Brasil, buscando compreender como as Tesourarias Provinciais reagiram ao modelo de reformas fiscais implementadas nesse período. Sendo as províncias de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia as mais rentáveis economicamente, almejamos observar como elas foram capazes de manter certo equilíbrio fiscal, se tornando base da estabilidade financeira do Império, e ao mesmo tempo, gestarem oposição ao processo extrativo, mesclando oposições de natureza variada, em que as questões fiscais se aliaram a outros focos de descontentamento, gerando os mais diversos conflitos políticos de contestação imperial. Vislumbrando os embates que se deram em torno do modelo de uniformização fiscal durante as regências, buscamos compreender de que forma as três províncias mais rentáveis reagiram às reformas fazendárias implementadas nesse período. Economicamente e em volume de envio das rendas gerais ao Rio de Janeiro após as reformas fazendárias, as províncias de Pernambuco e Bahia lideravam o envio de remessas fiscais, seguidas por Minas Gerais. A questão central não era saber quem gerava maiores recursos para o Tesouro, mas quem transferiu os maiores saldos. Nossa pretensão é analisar como elas foram capazes de manter certo equilíbrio fiscal, se tornando a base da estabilidade financeira do Império, e ao mesmo tempo incorporando as mais distintas formas de oposição ao processo extrativo que se irradiava a partir do Rio de Janeiro, mesclando a questão fiscal a focos variados de descontentamento que marcaram a década de 30 como um período de inúmeras revoltas provinciais, principalmente no Norte.

Palavras-chave: Fiscalidade, Regências, Revoltas, Fazenda.

Humanismo Cristão e o Encontro com a América no Século XVI

Gabriel Cardoso Bom

Resumo: Entre o final do século XV e o início do século XVI ocorre no pensamento europeu um processo de transformações, assinalado pela ascensão das ideias do chamado humanismo; esse processo adentra o cristianismo, formando o que vai ser chamado de humanismo cristão, representado em autores como Eramos de Roterdã, Lefèvre d'Étaples e Thomas Morus. Concomitante a esse processo, os europeus encontram um Novo Mundo, onde uma nova humanidade se apresenta ao pensamento dos futuros colonizadores, e os ameríndios passam a fazer parte do imaginário dos pensadores e filósofos, principalmente espanhóis e franceses. Nosso trabalho buscará definir as características desse "humanismo cristão" seiscentista, e estabelecer suas relações com o pensamento de alguns dos principais pensadores europeus que se defrontam com o Novo Mundo: Francisco de Vitória, Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomé de Las Casas.

Palavras-chave: Missionaç o, Renascimento Cultural, América Colonial, Humanismo, Encontro Cultural

Das Amazonas ao Sab : representa es de indígenas nos imaginários dos viajantes europeus (Século XVI)

Rossiano Henrique Oliveira Vilaça

Resumo: A descoberta das Américas pelos europeus gerou um grande processo de mudanças no pensamento e nos imaginários presentes no Velho Mundo. Era preciso que aqueles homens e mulheres encaixassem a alteridade do novo continente em suas concep es de mundo pré-existentes, realocando e modificando vários elementos de seus esquemas mentais e abalando suas próprias epistememes. Esta comunica o propõe uma análise das representa es europeias acerca dos indígenas nativos das Américas, visando compreendê-las no contexto dos amplos processos sociais e culturais na emergência da Primeira Modernidade (século XVI). Abordaremos aqui representa es como as de antropofagia, nudez, gênero, bruxaria e guerra através dos relatos de

viajantes como Gaspar de Carvajal através da floresta amazônica, Hans Staden entre os Tupinambás da costa sudeste e do Padre Manoel da Nóbrega nas missões jesuíticas - pretendendo um diálogo com os trabalhos de autores(as) como Tzvetan Todorov, Laura de Mello e Souza, Cristina Pompa, Michel Foucault e Silvia Federici.

Palavras-chave: Tupinambás, Amazônia, Colonização, Viajantes, Bruxaria, Demonologia

As santas de Zurbarán como documento histórico da indumentária do século XVII

Gisele Cristina Navarro

Resumo: A série conhecida como “las santas vírgenes” ou “las vírgenes mártires” do pintor barroco espanhol Francisco de Zurbarán (1598 – 1664) consiste em um conjunto de 23 pinturas documentadas (embora o total de obras seja bem maior, já que muitas foram mandadas para a América Latina e outras, para clientes privados, tenham se perdido ao longo do tempo), feitas a partir da década de 1630, em que virgens mártires cristãs do Império Romano são retratadas com a indumentária do século XVII. Poucas exceções eram do início da Idade Média, e apenas duas delas, Santa Isabel e Santa Matilda, não eram virgens, mas foram rainhas e consideradas modelos de santidade. Os quadros eram dirigidos a clientes da Igreja, como o Hospital de la Sangre de Sevilla (de onde vêm as obras da série que estão no Museo de Bellas Artes de Sevilla), administrado então por padres de 3 mosteiros, e também para devoção em oratórios particulares, especificamente para o público feminino. A partir de 1642, com a determinação do Papa Urbano VIII de que obras religiosas incluíssem somente trajes tradicionais, Zurbarán passou a criar trajes, unindo modas contemporâneas a elementos do século anterior. As inovações do artista para não desrespeitar a determinação papal impressionaram Elio Berhanyer (1929-2019), um dos mais importantes estilistas espanhóis do século passado, que vestiu Ava Gardner e a Rainha Sofia da Espanha. Ao coordenar a mostra de trajes contemporâneos inspirados nas santas mártires, que envolveu criações de 11 designers de moda em paralelo à exposição de pinturas Santas de Zurbarán: devoción y persuasión, em 2013, ele afirmou que Zurbarán foi o primeiro estilista do país, “senão o maior estilista da história da Espanha. (...) Se tivesse nascido no século XX, teria sido como Yves Saint Laurent ou Dior”. A partir da análise de três obras, Santa Margarida de

Antioquia, Santa Casilda e Santa Isabel de Portugal, a pesquisa aborda o caráter de criador de moda de Zurbarán, além de ideais de beleza e feminilidade na Espanha da Contrarreforma, importância da representação do vestuário para ressaltar valores morais de retratados no Barroco e influências do mundo árabe na estética espanhola que permaneceram após a Reconquista Ibérica.

Palavras-chave: Francisco de Zurbarán, barroco, história da indumentária, história da moda, Contrarreforma

ST 13 – Patrimônio Cultural: Memórias Meio Ambiente Narrativas e Acervos

Débora Raiza Rocha Silva
Mestre em História
deboraraizarocha@gmail.com

Guilherme Eugênio Moreira
Mestrando em História
Universidade Federal Fluminense
guilherme.gem@gmail.com

Ana Paula Lessa Belone
Mestre em Sociologia
anapaula.lessabelone@gmail.com

Maria Letícia Silva Ticle
Mestre em Sociologia
Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
leticiaticle@gmail.com

Cristiane Maria Magalhães
Doutora em História
cristmag@gmail.com

Luana Carla Martins Campos Akinruli
Doutora em Antropologia
luanacampos@insod.org

Natascha Stefania Carvalho de Ostos
Doutora em História
nataschaostos@hotmail.com

Samuel Ayobami Akinruli
Doutorando em Ciências da Informação
Universidade Federal de Minas Gerais
ayobami@insod.org

Proposta do Simpósio

O Patrimônio Cultural e a História vêm ampliando seus espaços de debate e de atuação nas últimas décadas, tanto na abrangência de objetos e sujeitos, como no que diz respeito às áreas do conhecimento, abordagens e processos teóricos que os envolvem.

Testemunhamos ampliações do que é ou do que poderia ser patrimônio cultural, de quem são seus detentores e fruidores e de quais são os valores passíveis de serem atribuídos àquilo que é patrimonializável. Além disso, atualmente, é possível perceber as distintas acepções de público com as quais o patrimônio cultural dialoga. Uma delas diz respeito às políticas públicas, nas quais tem encontrado ressonância e reconhecimento enquanto ferramenta de acesso e garantia de direitos; outro sentido faz referência aos atores sociais que possibilitam a existência e a permanência do patrimônio, ou seja, as várias coletividades envolvidas de diferentes maneiras com os bens culturais. Tendo esses contextos como ponto de partida, este Simpósio Temático tem como objetivo reunir pesquisas que priorizem alguns campos de manifestações do social, especialmente em seus debates sobre os patrimônios, os acervos, o meio ambiente e também as políticas públicas pensadas e formuladas em meio a tensões e negociações do que é patrimônio cultural e os processos a que estão submetidos. Entendemos que, como campo de atuação acadêmica e profissional do historiador, o patrimônio cultural pode ampliar o alcance da História, seja para outras áreas do conhecimento, seja para uma parcela maior da sociedade. Ao tratarmos as narrativas de memórias dos lugares, objetos, eventos, coisas, pessoas, sentimentos, o interesse que orienta esse Simpósio Temático se conjuga nas reflexões a respeito dos desafios e potencialidades também do ponto de vista teórico-metodológico para novas abordagens dos procedimentos de produção do conhecimento. Considerando o exposto, pretendemos reunir pesquisas e debates que tenham como perspectivas de abordagens os processos de reconhecimento, de autorreferência, de preservação e de conservação, dentre outras ações que discutam o patrimônio cultural, os públicos e os processos teóricos e metodológicos e suas abrangências.

Museu histórico da cidade do Rio De Janeiro: sua dimensão educativa, o patrimônio cultural e a cidade

Dayane Vieira da Silva

Cristina Carvalho

Resumo: Este trabalho é baseado nas descobertas e reflexões iniciais de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo analisar as aproximações ou distanciamentos da categoria de “Museu de Cidade”. Pretende-se verificar seu uso por meio do processo de musealização e das atividades educativas desenvolvidas pelo MHCRJ, bem como sua relação com a comunidade do entorno e seus públicos. Propõe-se ainda ampliar as discussões sobre museus de cidade, sua interface com a dimensão educativa e o patrimônio cultural. Destaca-se algumas questões norteadoras que orientam a pesquisa, como: o museu está na cidade, mas será que a cidade está no museu? Carregar a categoria de Museu de Cidade viabiliza um diálogo efetivo e afetivo com esse território do qual faz parte? O Parque da Cidade é também museu? Para situar este trabalho em relação aos museus de cidade e educação foi realizado dois movimentos: um levantamento das discussões que vem sendo produzidas nos últimos anos e a busca dentro da literatura de quais são os termos desse debate e o que era importante considerar como relevante neste estudo – o que definiu os pressupostos teóricos. O trabalho utiliza principalmente os seguintes referenciais teóricos: Canclini (1994), Carvalho (2016), Chagas (2004), Pimentel (2016), Meneses (2003), Valente (2009), Varine (2012) e as resoluções adotadas em torno da Nova Museologia na mesa de Santiago do Chile de 1972 e o que trata o Comitê específico do ICOM, voltado para as Coleções e Atividades de Museus de Cidades (CAMOC). Os dados foram produzidos a partir de uma abordagem qualitativa, adotando-se o uso de instrumentos metodológicos como: a realização de entrevistas semiestruturadas com os profissionais do museu (educativo e/ou administrativo), trabalhadores e moradores da comunidade que pertence ao espaço - Vila Parque da Cidade - e observação das atividades educativas desenvolvidas pelo Museu. Com base na literatura foi possível perceber uma produção incipiente sobre a temática de museus de cidade e educação, o que demonstra a necessidade de pesquisas nesse campo que possam realizar uma aproximação profícua entre essas áreas. Por outro lado, os dados preliminares da pesquisa apontam o quanto a comunidade, principalmente os mais velhos, conhecem a história daquele Museu e podem destacar aspectos que aproximem o espaço de seu entorno.

Palavras-chave: Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, Museus de cidade, Dimensão educativa, Patrimônio Cultural

Economia da cultura e do desenvolvimento: processos de patrimonialização no Velho e no Novo Mundo

Samuel Ayobami Akinruli

Resumo: Dado que há métodos de rememorar e também de esquecer, ações são feitas pelos diversos segmentos das sociedades a fim de promover a criação e manutenção do que é considerado merecedor do valor patrimonial. No processo de patrimonialização constam o modo de preservar seus conhecimentos, modos de viver, saberes, coleções e bens, etc. Deste processo, constrói-se a configuração dos patrimônios culturais do Estado e as referências culturais da sociedade quais são passíveis de proteção, difusão e consumo. Esta comunicação abordará a problemática da economia da cultura no contexto do processo de criação e manutenção dos patrimônios culturais na França em diálogo com o Brasil, sendo estes representantes das relações entre os chamados Velho e Novo Mundo. Assim, analisaremos exemplos de lugares de memória nos dois países levando em consideração seus componentes semióticos, políticos, econômicos, culturais e sociais à luz das críticas pós-coloniais na atualidade.

Palavras-chave: Economia da Cultura; Patrimônio Cultural; Pós-Colonialidade; França; Brasil.

Memórias operárias e cidade educadora: um roteiro da militância operária carioca do início do século XX

Henrique Sá Amaral

Priscila Lopes d'Avila Borges

Resumo: O presente trabalho desenvolvido pelo ProfHistória/UERJ visa apresentar uma proposta de roteiro pedagógico nos espaços de memória e militância do operariado sindicalista do início do século XX, localizados no Rio de Janeiro. O estudo privilegia o direito à cidade e a defesa de uma concepção de ensino de história para além dos espaços de educação formal. Nesse sentido, propõe um percurso que engloba espaços consagrados da história sócio-política carioca, como a Rua do Ouvidor, o Largo de São Francisco e a Praça Tiradentes. Ao longo do trabalho de campo, visamos à valorização da trajetória de trabalhadores que ressignificaram estes espaços, produzindo um

contraponto ao discurso hegemônico reproduzido pelos monumentos, que demarcam a narrativa oficial de exaltação a grandes líderes, como protagonistas da formação do Estado brasileiro. Ressaltamos o papel dos anarquistas, capazes de elaborar movimentos de resistência ao modelo político-econômico da época, através da mobilização classista, das greves, boicotes, além da instituição de uma educação popular e redes de comunicação editorial alternativas. A aplicação do roteiro, direcionado à comunidade escolar e aos trabalhadores(as) interessados(as) em experiências classistas de diferentes temporalidades, implica a realização de atividades prévias de sensibilização e preparação, uma vez que, a aprendizagem nas cidades postula habilidades singulares. Sendo assim, apresentamos ferramentas de comunicação e propagação das ideias revolucionárias utilizadas pelos trabalhadores e militantes do começo do século XX, tais como: trechos de artigos, poemas, registros fotográficos de greves e assembleias, entre outros, que demarcam a atualidade das reivindicações dos trabalhadores do período analisado. O conjunto de atividades dirige-se a problematização de percepções naturalizadas, enraizadas em tensões presentistas, viabilizando a reflexão crítica do acúmulo de experiências de resistência e congregação da classe trabalhadora. Entre as referências da pesquisa, contamos com o conceito de pedagogia integral libertária, comprometida com a experimentação da ajuda mútua e da ação direta, a qual dá materialidade à prática da educação integral, teorizada por estudiosos como Mikhail Bakunin e Paul Robin, os quais refletiram sobre o papel revolucionário da educação na construção da liberdade complementar. Dentre os temas caros ao roteiro, podemos destacar: autonomia, democratização do ensino e acesso à cultura e igualdade de gênero.

Palavras-chave: Ensino de História, Educação Patrimonial, Anarquismo, Roteiro Pedagógico, História da Educação

Arquiteturas icônicas presentes na paisagem da praça Mauá: análise do Museu de Arte do Rio (MAR)

Mariana Chaves Monti Souza

Resumo: Este artigo pretende abordar uma análise primária da intervenção arquitetônica realizada pelo escritório denominado Jacobsen Arquitetos no edifício modernista da década de 60 que era uma antiga rodoviária e a relação de integração com o edifício eclético denominado Príncipe D. João VI correlacionando com os processos de turistificação, sociedade do espetáculo, maquinaria patrimonial, modelos de arquitetura icônica e revitalização que transformaram a paisagem em questão em mais um exemplo de “paisagem turística” (BESSA & ÁLVARES, 2014) e/ou paisagem pós-moderna (ZUKIN, 2000) oriundas dos processos resultantes das Operações Consorciadas Urbanas (OCU). Dentre os objetivos do trabalho destaco que estes processos são resultado das estratégias de marketing do sistema capitalista neoliberal orquestrado pelos seguintes poderes públicos – Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Governo estadual e empresas privadas. Também será pontuado a definição de três categorias denominadas ressonância, materialidade e subjetividade sendo interdependentes para a compreensão a multidisciplinaridade do patrimônio cultural por meio das correlações com a Arquitetura e Urbanismo, História, Geografia, Antropologia e a Museologia. A abordagem da problemática das relações entre o patrimônio cultural e a paisagem em questão só é possível considerando o procedimento metodológico de Lefebvre baseado nas três dimensões denominadas simbólica, paradigmática e sintagmática (LEFEBVRE, 2008; ARAÚJO, 2012). Pois, o projeto de restauração suscita uma análise crítica do impacto da paisagem promovida pelos investimentos públicos em equipamentos culturais, sendo que desta vez foi respeitado de forma volumétrica mas ainda quando se trata de ações entre o poder público e empresas privadas sempre prevalece o lucro e orquestram a especulação imobiliária do local. Pois, o fenômeno do turismo promove vários lugares a categoria de “lugares turísticos” segundo a abordagem das “Cidades marketing” ou “cidades cenário” oriundos da sociedade do espetáculo que se apropria da cultural para a venda de suas paisagens segundo a lógica da maquinaria patrimonial com base na tríade de cidade-patrimônio-mercadoria (COSTA, 2010).

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Maquinaria Patrimonial, Paisagem pós-moderna

**Ultrapassando os limites do concreto: Sociedade Musical de Beneficência e Cultura
22 de Maio- Ubá/MG**

Thamyres Alves Rodrigues

Resumo: Este trabalho parte do entusiasmo de analisar o papel cultural e social desenvolvido pela Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio, fundada em 1898 na cidade de Ubá, Zona da Mata Mineira. Buscamos compreender e demonstrar a relevância e a participação que esta instituição musical possui na memória e identidade da cidade, sendo reconhecida como patrimônio cultural imaterial em 2008 pelo Conselho Deliberativo de Patrimônio de Ubá, quando a mesma completava 110 anos de atuação. O repertório tocado pela banda, assim como a música em um todo, ultrapassa as barreiras do concreto, sendo uma forma de expressão que adquire um caráter de tradição, contribuindo de forma indireta ou direta para a organização social e cultural da sociedade, servindo como um espaço de manifestações sociais de diversos atores sociais. Para isso faremos uso de atas, partituras, fotografias encontradas no acervo da Banda, assim como as atas de reunião do Conselho Deliberativo de Patrimônio, e o Dossiê de Registro. Consideramos as bandas civis como verdadeiras guardiãs da memória e tradição de diversas cidades, possuindo o papel de levar um pouco de entretenimento nas comemorações cívicas e religiosas, além de promover a música popular brasileira. Teoricamente nos embarcamos nas reflexões de Maurice Halbwachs a respeito da memória coletiva, assim como o conceito de identidade na perspectiva de Stuart Hall, entre outros autores que abordam a memória e o patrimônio cultural.

Palavras-chave: Banda, música, patrimônio

Regimes memoriais nos contextos de extrativismo mineral: desafios latino-americanos para a salvaguarda do patrimônio cultural na pós-colonialidade

Luana Carla Martins Campos Akinruli

Resumo: Essa comunicação se propõe a problematizar os regimes de memória dos patrimônios – e de suas comunidades detentoras dos bens culturais – em eventos críticos no contexto do extrativismo mineral no Quadrilátero Aquífero-Ferrífero em uma temporalidade vinculada à pós-colonialidade (pós-modernidade). Em situações como o

rompimento de barragens, por exemplo, ainda é possível narrar, rememorar e registrar o passado desses patrimônios arruinados, destruídos ou destituídos? E de suas gentes, seus detentores em um futuro apocalíptico, tornam-se resilientes? Quando, quem e de que forma se decide sobre a vida e a morte dos patrimônios? Em termos teóricos, a pesquisa se baseia em uma discussão interdisciplinar no campo dos estudos do patrimônio e da memória, em face da crítica pós-colonial, defendendo-se a premissa que o esquecimento é em si mesmo um método. Para tanto, são postos em contraste alguns estudos na região do Quadrilátero Aquífero-Ferífero em Minas Gerais, a maior província mineral na região sudeste do Brasil, para a identificação e reflexão de forma mais ampla de eventos críticos relacionados ao extrativismo mineral na América Latina. Estes eventos críticos refletem os desafios dos procedimentos memorialísticos das comunidades atingidas sobre suas referências territoriais, históricas, materiais e afetivas em disputas com outros regimes de memória oficial que tendem a dirimir as recordações, os sofrimentos sociais, os impactos e, portanto, os relacionamentos e as responsabilidades dos diversos agentes e agências envolvidos nas situações de conflito. Privilegia-se, para isso, uma perspectiva holística, cujo trabalho pretende se desenvolver para além das fronteiras disciplinares dos campos do conhecimento científico, sendo nessa pesquisa privilegiados os diálogos interdisciplinares especialmente entre a História, Antropologia e Arqueologia.

Palavras-chave: Memória, Patrimônio Cultural, Eventos Críticos, Mineração, Pós-Colonialidade

“Aljube” e “Voluntários da Pátria”: notas sobre patrimônios móvel e imóvel e as construções de memória envolvendo o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana

Riler Barbosa Scarpati

Resumo: A problemática da memória em uma de suas vias de institucionalização, o museu, é a temática desse artigo. Sabe-se, desde pelo menos Michel Pollak (1989), que a memória é um campo de disputa social. Aleida Assmann (2011) mostrou que a memória cultural ocupa-se de funções e finalidades diferentes, propagando-se por

múltiplos meios e deposita-se em variados suportes e armazenadores. A instituição aqui abordada é o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana, fundado 08 de abril em 1961 e inaugurado 22 de setembro de 1962, na antiga Vila de Ribeirão do Carmo. Sob a gestão da arquidiocese sediada nesse município - note-se que parte significativa dos estudos sobre o patrimônio tem se concentrado na análise das ações do Estado perante os bens móveis e imóveis e que em nosso caso a esfera é outra - ele compreendia um esforço de retomar um projeto de institucionalização de uma memória. Esse projeto, em verdade, retomava em suas diretrizes principais o Museu Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, existente entre 1926-1944. Neste artigo, buscamos refletir sobre as questões ligadas às construções de memória e a gestão do patrimônio imóvel e móvel utilizando-nos de dois casos específicos encontrados na documentação. O primeiro caso – relativo ao patrimônio imóvel - trata da discussão em torno do prédio onde foi instalado o museu. Havia acusação de que o mesmo teria funcionado como “aljube”, como uma prisão de padres durante o século XVIII. De onde viria essa afirmativa? Quais suas intenções? Porque a Arquidiocese tratou de rebatê-la por meio do museu? O segundo – relativo ao patrimônio móvel - se refere à bandeira do 17º Batalhão de Voluntários da Pátria que saíram de Ouro Preto e Mariana e lutaram na Guerra do Paraguai. A arquidiocese reivindicava frente ao Museu da Inconfidência, ao IPHAN (à época DPHAN) e ao seu diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade a devolução da bandeira para que a mesma figurasse no acervo da instituição. Quais sentidos eram atribuídos pelo grupo social responsável pela institucionalização do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana a esse objeto? Argumenta-se que os dois casos tratados acima fazem parte de uma ofensiva, um projeto de caráter político-cultural de intervenção no espaço público, com objetivo de promover a expansão da fé, de reafirmação do clero e da Igreja com seus valores e representações específicos.

Palavras-chave: Patrimônios móvel e imóvel, Memória e Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana

O conjunto urbano do bairro Lagoinha: o tombamento para além da gestão do patrimônio histórico-cultural em Belo Horizonte

Márcio Mota Pereira

Resumo: Um grande número de instrumentos jurídicos é, atualmente, responsável por tratar acerca da preservação do patrimônio histórico-cultural edificado, seja na esfera municipal, estadual ou federal de poder. No município de Belo Horizonte, a Diretoria de Patrimônio Cultural, da Fundação Municipal de Cultura, é responsável pela gestão do Livro de Tombo Histórico e do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, por meio dos quais os diversos patrimônios materiais e imateriais circunscritos à territorialidade da capital mineira são preservados. Nesse ínterim, um projeto de recente discussão visa dar continuidade à preservação patrimonial de edificações históricas situadas no chamado Conjunto Urbano dos bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, onde estão situados diversos imóveis já tombados na esfera municipal, com maior atenção especificamente para o bairro Lagoinha, ainda que muitos dos quais estejam comprometidos em função de fatores múltiplos que causam sua deteriorização, suscitando-nos o questionamento acerca da validade da prática do tombamento se essa medida por si só não é suficientemente eficaz para o fim que se propõe. Longe de buscar essas respostas junto ao poder público, é mote dessa pesquisa verificar junto aos moradores da região quais fatores, circunstâncias ou mesmo instâncias encontram-se deficientes no que se propõe, bem como o reflexo e o significado do tombamento patrimonial para os mesmos.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural edificado; Tombamento; Belo Horizonte; Lagoinha.

Ouro Preto e o Acervo Arquitetônico Apagado: intervenções modernas na arquitetura do século XIX e XX.

Bruna Carneiro Leão Simões

Resumo: Este trabalho tem como objeto principal de estudo a Arquitetura Eclética na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. O Eclétismo surge em um contexto da Revolução Industrial na Inglaterra do século XVIII, período que constituiu para mudanças

irreversíveis no modo de produção e na sociedade acontecerem, protagonizando um marco histórico mundial. A Revolução deu início ao novo método de produção em massa, que permitiu a multiplicação da fabricação dos produtos, como também acelerou esse processo. A Revolução adentra tanto as áreas de fabricação de produtos como também na área da construção civil, em que o ideal de modernização imposto pela Revolução se concretiza. O Eclétismo, estilo arquitetônico que correspondia esse ideal de modernização ganha força por toda a Europa e alcança todos os continentes em pouco mais de século. As mudanças proporcionadas pela Revolução atingem o Brasil na virada do século XIX para o século XX, provocando alterações nos meios de fabricação, como também na produção arquitetônica e urbanística do país. As construções Ecléticas chegam ao Brasil primeiramente nas capitais, mas também alcançam cidades interioranas, sendo uma das cidades, que percebemos a influência eclética, Ouro Preto. Esta cidade é reconhecida mundialmente pelo seu acervo arquitetônico Colonial preservado. Declarada Monumento Nacional em 1933, Ouro Preto é alvo de políticas preservacionistas, passa por um processo de reconhecimento e alcança o título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1980. Entre as décadas de 1930 e 1940, os arquitetos modernistas promovem uma influência na preservação do patrimônio da cidade, em que o Colonial era conservado enquanto o Eclético, que também faz parte da história municipal, foi modificado. As intervenções modernistas, praticamente excluíram o Eclético da paisagem ouropretana. Dessa maneira, este trabalho visa compreender as mudanças ocasionadas pela intervenção modernista na arquitetura produzida no final do século XIX e começo do século XX e demonstrar a importância dessa arquitetura para a história municipal, contribuindo assim para a preservação dos exemplares restantes na cidade.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Edificado, Ouro Preto, Arquitetura Eclética, Modernismo

A vanguarda que não cessa: uma reflexão acerca das categorias de pureza e matricialidade nos tombamentos de terreiros em nível federal.

Eduardo Costa de Mancilha

Resumo: Nas duas últimas décadas, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan vem promovendo, de maneira mais pronunciada, um conjunto de iniciativas e ações voltadas à proteção e acatamento de bens culturais pertencentes aos Povos e Comunidades de terreiro, o que se reflete em um aumento gradual de abertura e conclusão de processos de tombamento, assim como na formulação de parâmetros de atuação mais arrojados e sensíveis aos desafios e impasses envolvidos na construção de estratégias e de mecanismos administrativos capazes de responder aos anseios e demandas dos adeptos das religiões de matriz africana. Dentro deste campo tão desafiador, me propus neste trabalho a examinar como alguns esquemas explicativos e pré-noções, principalmente de pureza e matricialidade, hauridos de fontes bibliográficas clássicas sobre religiões afro-brasileiras, estavam implícitos na discussão acerca do tema, e, portanto, deram subsídios à construção de uma política patrimonial de acatamento para os bens culturais pertencentes aos Povos e Comunidades de terreiro em âmbito federal. Para atestar tal hipótese, adotei como marco inicial a análise e identificação do uso desses conceitos no Plano de Preservação do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, de 1984, realizado pelo Projeto de Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia (MAMNBA). Em seguida, realizei a mesma operação de análise com os onze processos daqueles terreiros tombados em âmbito federal. O objetivo geral deste trabalho foi refletir como houve uma comunicação entre esses processos, principalmente através de uma lógica interna dos seus argumentos e critérios adotados para a justificativa do acatamento destes terreiros. A partir de toda esta fundamentação técnica e factual construída na sustentação da procedência destes tombamentos, identifica-se uma recorrência e permanência, mesmo que implícita, de alguns esquemas explicativos baseados na ideia de matricialidade e de pureza. A apropriação desta ferramentaria conceitual em cada um dos casos assume contornos particulares mediante as vicissitudes encontradas em cada contexto, porém, a despeito destas diferenças, ainda há um cabedal teórico sendo adotado e um pano de fundo explicativo que, recorrentemente, acessa aos mesmos modelos conceituais que remetem as categorias da supremacia Jeje-nagô, e estão associados ao prestígio gozado por determinados terreiros.

Palavras-chave: patrimônio cultural, povos e comunidades de terreiro,

Fontes para uma História da preservação da Serra do Mar em São Paulo: entre a memória e a historiografia (1977-2006)

Felipe Bueno Crispim

Resumo: A comunicação apresenta a pesquisa de doutorado “Entre Memórias Ambientais e o Patrimônio: a atuação dos órgãos públicos na preservação da Serra do Mar em São Paulo (1977-2006)” em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp. Enfocando a porção paulista da Serra do Mar a investigação procura compreender a historicidade das ações de preservação dessa área entre os anos de 1977 e 2006, tendo em vista a instituição, nesse período, dos principais instrumentos jurídicos de proteção da Serra do Mar - o Parque Estadual (1977), a Área de Proteção Ambiental (1984), o tombamento estadual firmado em 1985 e finalmente o Plano de Manejo do Parque Estadual (2006). Nesse sentido a pesquisa procura mapear e debater as diferentes vozes dos agentes envolvidos no desenvolvimento dessas ações de preservação seja na esfera do meio ambiente ou na do patrimônio cultural considerando suas singularidades na propositura de diretrizes e planos que visavam construir uma política pública de preservação da Serra do Mar, política essa jamais consolidada e que se inscreveu no horizonte de expectativas do processo de redemocratização do país em que o fortalecimento das instituições e da sociedade civil procuravam delinear uma nova cultura política. Problematizamos assim o processo 20869/79 Tombamento da Serra do Mar, o Plano Sistematizador do tombamento da Serra do Mar (1987) e o Plano de Manejo do PESH a partir dos seus silêncios e principais contradições no que tange as relações entre natureza e cultura, à participação do Condephaat na preservação da área natural como também em relação as inúmeras tensões fundiárias existentes no interior do Parque, questões que nos inquietam no tempo presente demandando abordagens historiográficas.

Palavras-chave: Serra do Mar; Preservação; História ambiental

A luta pela terra na comunidade de apanhadores de sempre-vivas de Macacos em Diamantina – MG (1970-2018)

Mariana Loures Morais

Resumo: Nesta comunicação busca-se analisar o processo de mobilização desenvolvido pela da comunidade tradicional de Macacos pelo direito de uso e permanência no território tradicionalmente, por eles, ocupado. Seus moradores identificam-se enquanto apanhadoras e apanhadores de flores sempre-vivas, vivem na porção meridional da Serra do Espinhaço, no município de Diamantina, em Minas Gerais, e possuem a panha das flores como principal atividade tradicional e geradora de renda. Desde 2010, estão articulados com outras comunidades e povos tradicionais através da Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (Codecex) a fim de, entre outros objetivos, garantir a manutenção dos seus territórios e modos de vida. Nesta exposição pretende-se analisar o período entre meados da década de 1970 e 2018. Para isso serão utilizados como fontes históricas uma entrevista realizada com pessoas de referência da comunidade e documentos relativos à posse das terras em questão. Estes documentos serão analisados com o subsídio teórico-metodológico da História Oral, com aporte teórico-historiográfico e de áreas afins como a sociologia e a antropologia e também em interlocução com legislações relacionadas à regularização fundiária. Além disso, tem-se como objetivo refletir sobre a questão agrária no Brasil, bem como acerca da mobilização pelo direito à terra. Parte-se do pressuposto de que as comunidades tradicionais, no Brasil, devido a conflitos econômicos, sociais e territoriais com outros grupos da sociedade, têm, diversas vezes, seus modos de vida ameaçados, para além de outras violações de direitos sofridas ao longo do tempo. Nesse contexto, busca-se ainda discutir acerca do papel dos processos de patrimonialização dessa comunidade, tendo em vista o caso do estado de Minas Gerais, o processo de registro do Sistema Agrícola Tradicional de Apanhadores de Sempre-Vivas, atualmente aberto no Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG). Ademais, pretende-se pensar sobre os limites e possibilidades da patrimonialização, principalmente no âmbito do patrimônio imaterial, e sobre o papel, muitas vezes ambíguo, do Estado na garantia e nas disputas por direitos básicos que as comunidades tradicionais travam diariamente, como a permanência em seus territórios e o pleno exercício de direitos individuais e coletivos.

Palavras-chave: patrimônio imaterial, comunidades tradicionais, território

Para além das fronteiras do patrimônio cultural

Laura Moura Martins

Resumo: Manzo Ngunzo Kaiango é uma comunidade tradicional que se autorreconhece enquanto quilombola e foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2007. Devido a processos históricos e políticos recentes, a comunidade passou por um deslocamento forçado temporário, que fez com que a territorialidade do quilombo esteja, hoje, dispersa entre dois territórios: no bairro Santa Efigênia, na região leste de Belo Horizonte e no bairro Bonanza, no município de Santa Luzia. Após muita mobilização política por parte da comunidade e a adesão de agentes externos em relação às reivindicações dos quilombolas, o acesso a algumas políticas públicas foi possível como, por exemplo, o registro do quilombo como patrimônio imaterial do município de Belo Horizonte no ano de 2017. Posteriormente, a partir de um pedido da própria comunidade, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) procedeu ao registro em nível na estadual. É a partir da experiência de atuação no estudo para o registro, enquanto técnica desse Instituto, que pretendo analisar o processo de regularização fundiária que se desencadeou após o reconhecimento de Manzo Ngunzo Kaiango como patrimônio cultural imaterial do estado de Minas Gerais. Dentre as questões que pretendo abordar, está a de como os órgãos de patrimônio estão sendo cada vez mais acessados pelos grupos detentores a fim de garantir o acesso a políticas que extrapolam as próprias fronteiras do patrimônio cultural. Esse movimento acaba por agregar aos processos de patrimonialização, uma dimensão de cidadania que possibilita dar um passo além, na direção da garantia da proteção do patrimônio cultural dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, tal como prevê a Constituição de 1988.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Quilombos; Regularização Fundiária

A elaboração do Inventário Participativo da Mina do Veloso: Outra possibilidade de patrimônio em Ouro Preto

Arlindo Aparecido de Carvalho

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo a elaboração de um inventário participativo da Mina do Veloso. A partir disso, apresenta outra possibilidade de patrimônio cultural, além do patrimônio de pedra e cal (casarões e igrejas coloniais), encontradas em Ouro Preto. Em que são representantes de uma arquitetura com características de influência europeia. Entretanto ao estudar a Mina do Veloso e os seus espaços se pretende resgatar a influência que os negros africanos também tiveram durante o processo de exploração do ouro nas Minas Gerais do século XVIII; aplicando seus conhecimentos técnicos trazidos da África. E mostrar a sua importância na contribuição para a construção do que hoje chamamos de “cidade histórica”. O inventário participativo contribuirá para levantar um conhecimento acerca da Mina do Veloso e sua comunidade. Como um instrumento para estudar as memórias que podem ser encontradas com os guias, a associação de bairro e os moradores da região do seu entorno. A interpretação dos relatos poderá trazer o resgate, o registro, a valorização, a conservação e a preservação da mina ao compreender a real contribuição que os povos africanos tiveram na história do Brasil. Pois nesse espaço que se encontra preservada e conservada para o Turismo Cultural. Pretende se também analisar como um lugar para o estudo do campo de patrimônio. Assim, a metodologia do inventário participativo que é utilizada como uma ferramenta no campo da preservação do patrimônio cultural, auxiliara no estudo da Mina do Veloso e da comunidade. No qual constituirá em um dos primeiros passos para se pensar na prática do processo de patrimonialização da Mina do Veloso.

Palavras-chave: Inventário Participativo, Patrimônio cultural, Mina do Veloso, africanos, patrimonialização.

ST 14 - História Gênero e Sexualidade: objetos sujeitos práticas e ferramentas de pesquisa

Lídia Maria de Abreu Generoso

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
generosolidia@gmail.com

Ana Luísa Ennes Murta e Sousa

Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
analuisamurta@gmail.com

Átila Augusto Guerra de Freitas

Mestrando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
atilaaugusto_freitas@hotmail.com

Cássio Bruno Araújo Rocha

Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
caraujorochoa@gmail.com

Eliza Teixeira de Toledo

Doutoranda em História
Casa Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz
elizattoledo@gmail.com

Isabela de Oliveira Dornelas

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
isadornelas@gmail.com

Proposta do Simpósio

Os alcances da História e seus desdobramentos têm feito parte do cerne da proposta acadêmica e política do simpósio temático História, Gênero e Sexualidade: objetos, sujeitos, práticas e ferramentas de pesquisa desde os seus começos. O avançar das hordas fascistas e seus ataques, estrategicamente preferenciais aos estudos de gênero e de sexualidade, no Brasil e em vários outros lugares do mundo, impõe a tarefa (que nunca deveria estar ausente do labor intelectual) de repensar nossa produção do conhecimento tendo em mente algo que o pioneirismo da crítica feminista já

evidenciara: as maneiras pelas quais as relações de poder permeiam as mais diversas formas de saber. Nesse sentido, ansiamos por contribuições que problematizem a aplicação da epistemologia feminista sobre as questões da disciplina histórica e de outras ciências humanas. Além disso, intencionamos debater como o gênero e outras categorias de análise crítica (raça, sexualidade, idade, proveniência geográfica, capacidade) de dispositivos históricos de dominação, tais como o sexismo, o racismo e a cis-heteronorma, nos permitem articular a historicidade das diferenças naturalizadas, rumo à produção de genealogias das relações de verdade-poder-subjetivação. Ainda mais, interessa-nos debater comunicações que problematizem a pretensa dualidade entre movimentos sociais e universidade, especialmente no que toca o campo da história. Nos últimos anos, temos visto um certo avultar da publicação de trabalhos historiográficos sobre feminismos, movimentos LGBTQI+ e seus cruzamentos interseccionais com o movimento negro, lutas trabalhistas e outras formas de contestação ao status quo, o que nos incentiva a, partindo de uma concepção dialógica entre compreensão e transformação, buscar trabalhos que demonstrem como a relação mais intensa e estreita com os dilemas sociais do presente pode provocar uma ampliação do debate público na área de história. O que nos traz de volta ao tema desta edição do evento, uma vez que, nos tempos em que ora vivemos, a disseminação, politicamente orientada, de calúnias, inverdades e fake news a respeito da educação de gênero e sexualidade, torna não meramente urgente, mas até mesmo um imperativo político-moral, ampliar a aplicação das categorias de gênero e sexualidade aos estudos históricos. Tal operação, muito longe de ser um pernicioso anacronismo, configura precisamente uma posição de resistência, dentro e fora do ambiente acadêmico. Vemos no estudo das experiências e existências das subjetividades generificadas e sexualizadas a possibilidade de reconstrução da percepção histórica das desigualdades de gênero/sexualidade, bem como da tradição de resistência e luta contra essas desigualdades.

Discursos sobre o feminino: a recepção de Marie Laurencin no Brasil

Letícia Asfora Falabella Leme

Resumo: Marie Laurencin, pintora, poeta e ilustradora nascida em Paris no ano de 1883, tem sua trajetória marcada pelo interesse na representação artística feminina, em diálogo com as vanguardas que surgem na Europa nos primeiros anos do século XX. Rotulada como “feminina”, apesar de integrar um círculo privilegiado, Laurencin viu-se segregada do cânone, fora da arte propriamente “moderna”, aquela de ruptura e de vanguarda, esteticamente definida pela produção masculina e historicamente legitimada, atribuída aos demais pintores. O sucesso de vendas dos quadros de Laurencin durante sua vida e o seguinte esquecimento historiográfico demonstram um interesse da própria história da arte em aderir preceitos de vanguarda criados por artistas homens, onde a experiência de uma mulher na sociedade, transportada para o campo pictórico, não tinha espaço, e, considerada mercadológica, decorativa, e sobretudo feminina, se tornou de segunda mão, adquirindo um status inferior a outros tentames da vanguarda. No Brasil seus primeiros quadros foram trazidos pela campineira Olívia Guedes Penteadó, defensora do movimento modernista brasileiro e militante política que lutava pelo sufrágio feminino, cuja coleção incluía obras de outros pintores da vanguarda. A partir dos anos quarenta, Laurencin se torna assunto frequente nas colunas de arte dos jornais brasileiros. As mulheres de Laurencin, esteticamente agradáveis ao olhar dos compradores e associadas às vanguardas históricas por meios de sociabilização, se tornaram valorizadas na imprensa brasileira neste momento, em compasso com a circulação de suas obras em exposições e entre compradores. Nesse sentido, esta comunicação busca refletir sobre os discursos veiculados na mídia brasileira em torno de Laurencin, e compreender como a questão da feminilidade se insere tanto enquanto argumento de legitimação quanto de desvalorização artística, dependendo do interesse da mídia, do mercado de arte, e da própria historiografia.

Palavras-chave: Marie Laurencin, arte moderna, feminilidade

De princesa a sucessora do trono: uma análise da representação sobre a princesa Isabel nas cerimônias parlamentares através de uma perspectiva de gênero 1846-1850.

Laís Paiva da Ressureição

Resumo: O objetivo desta pesquisa é analisar a representação dos discursos de parlamentares no Senado, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro sobre a princesa Isabel, nas cerimônias de nascimento em 1846 e de sucessão ao trono em 1850 através de uma perspectiva de gênero. Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bourbon-Duas Sicílias e Bragança foi a segunda filha, a primeira menina, do imperador Dom Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina, nasceu em 29 de julho de 1846 no Palácio de São Cristóvão, e seguindo a ordem regular de primogenitura contida na Constituição do Império do Brasil de 1824 se tornou herdeira do trono em agosto de 1850 após a morte de seu irmão D. Pedro Afonso. Acreditamos que os discursos parlamentares realizados nas cerimônias reais demonstram o que representava uma figura feminina como herdeira do trono da monarquia brasileira na segunda metade do século XIX. Destacando a importância que o gênero feminino possuía em relação a dimensão de poder instituído a Isabel como herdeira do trono no âmbito político oitocentista. A intenção é evidenciar como, porque e quais são os termos qualitativos empregados por diferentes indivíduos em distintas esferas de Poder que associam a princesa imperial à figura feminina da mulher de elite do século XIX, em geral, distanciando-a da dimensão de poder detido desde seu nascimento e expandido pelo falecimento de seus irmãos do sexo masculino e a consequente cerimônia de sucessão ao trono.

Palavras-chave: princesa Isabel, gênero, parlamento imperial.

O protagonismo silenciado: as mulheres na Declaração Universal dos Direitos Humanos

Bruna Bôa Pereira de Souza

Resumo: O discurso construído para a formação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (DUDH) por muitas vezes negligenciou grupos minoritários da sociedade e reforçou o estigma de um documento ocidental e sexista. A partir de uma nova perspectiva de análise da construção da DUDH, destacar a imagem de mulheres nessa história traz um diferente olhar para como elas foram silenciadas mesmo tendo papéis importantes para diferentes construções. A partir desta premissa, a pesquisa se desenvolve com a ideia de analisar e ressaltar a importância da participação das mulheres na escrita da Declaração Universal dos Direitos Humanos e como o pensamento delas influenciou a documentação. O objetivo principal é analisar a construção dos Direitos Humanos tendo em vista a interseccionalidade buscando quebrar o discurso predominante sobre o tema, no qual é dado o mundo bipolar da Guerra Fria e a hegemonia deste discurso na DUDH. A perspectiva exercida neste tema foi a de uma interseccionalidade da formação, ou seja, é analisar a construção do conceito através das mulheres que participaram das reuniões e da formulação do documento. Tendo-as como corrente de investigação, é dado o cuidado de observar o que estava por trás do discurso delas, como suas nacionalidades, suas etnias e suas religiões, por exemplo. A ideia é pensar mais especificamente no discurso de uma das delegadas que exerceu um papel influente para a construção do conceito dos direitos humanos. Buscando a resgatar sua trajetória antes da sua chegada a ONU em 1946, a delegada Hansa Mehta, que foi uma das principais lideranças da Índia na conquista da independência, trouxe questionamentos importantes para essa construção como a preocupação de um conceito dos Direitos Humanos mais delimitado para explicitar quais seriam os direitos descritos na DUDH tentando evitar uma conceitualização vazia.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Narrativa marginalizada, Protagonismo feminino

Michel Foucault e a experiência cristã do sexo: considerações e definições a partir do volume 4 da História da Sexualidade, As confissões da carne

Cassio Bruno De Araujo Rocha

Resumo: A recente publicação do volume quatro da série História da sexualidade do filósofo Michel Foucault apresentou a continuação do projeto da genealogia do sujeito

de desejo como modo principal de ser sujeito no Ocidente desde a ascensão do cristianismo. Em *As confissões da carne*, Foucault investiga como, paulatinamente, os primeiros Padres da Igreja, trabalhando dentro da cultura de si que marcou a Antiguidade Tardia, foram reorganizando as linhas pelas quais a experiência do sexo se dava na cultura grega. De Clemente de Alexandria à Agostinho, com um marco importante sendo a emergência da disciplina pastoral nos mosteiros, Foucault delineou os pontos principais da descontinuidade histórica que separou os dois dispositivos, a ética dos aphrodisia e a ética da carne. Todavia, ao final da leitura d'*As confissões*, a ideia do que seria esta ética da carne, típica da experiência cristã do sexo, resulta imprecisa. Assim, o objetivo desta comunicação é apresentar algumas considerações no sentido de definir com maior precisão o que é o conceito de dispositivo da carne dentro do panorama foucaultiano. Trata-se de definir um pouco mais como se articulavam os discursos de verdade e as técnicas de poder para governo de si e dos outros na conformação das experiências eróticas. Entender a maneira como se dava a articulação tríplice de verdade-poder-subjetividade é fundamental para uma tentativa inicial de definição das regras da ética do sexo neste aparelho que Foucault nomeou o dispositivo da carne, que regia as maneiras como as pessoas, nestas sociedades, nestas temporalidades, lidavam, pensavam, significavam, atribuíam valor de verdade, agiam em relação às condutas umas das outras e se subjetivavam a partir de suas vivências do sexo. É necessário, pois, empreender uma investigação das especificidades deste dispositivo, contrastando-as em relação aos seus limites na cultura grega e na cultura moderna. Ou seja, em relação à ética dos atos de prazer e em relação à sexualidade moderna, qual a especificidade da experiência cristã do sexo? Se o sujeito de desejo é uma figura comum à experiência do sexo em S. Agostinho e em Freud, o que diferencia a carne da sexualidade? Qual foi a descontinuidade histórica que escavou o abismo entre a ética cristã e a moderna do sexo? O objetivo desta comunicação é levantar algumas considerações iniciais no caminho de uma primeira definição do que pode ser entendido como o dispositivo da carne.

Palavras-chave: Foucault; Confissões da Carne; História da Sexualidade

**“Depois encontraremos um meio de lhe dar um novo lugar na sociedade”, o caso
Herculine Barbin, a incomensurabilidade dos Gêneros e a regulação da Sexualidade a
partir do século XIX**

Ana Cláudia Teixeira de Lima

Resumo: Herculine-Adélaide Barbin também conhecida como Abel Barbin / Alexina Barbin nasceu no dia 8 de novembro de 1838, em Saint-Jean-d'Angély, sudoeste da França. Identificada e designada no nascimento como pertencente ao gênero feminino, ela estudou em colégios religiosos, formou-se professora e estabeleceu sua sociabilidade como uma mulher. Aos 21 anos, por intermédio e interposição de duas autoridades, uma eclesiástica e outra médica, Herculine foi compelida a assumir uma identidade de gênero masculina. Isto se deu em virtude do diagnóstico que a identificou como hermafrodita devido a justaposição biológica de dois sexos, entre os quais, segundo uma perspectiva binária, foi apontada a predominância do sexo masculino. Como registro de sua trajetória de vida, Herculine Barbin escreveu um texto autobiográfico, trata-se de um relato pessoal e íntimo de suas memórias. Por volta de 1970, Michel Foucault comprou os direitos autorais da obra e a publicou integralmente. A proposta deste trabalho consiste em analisar a narrativa autobiográfica intitulada “Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita” à luz da construção dos discursos sobre a incomensurabilidade das categorias ‘masculina’ e ‘feminina’ de gênero e de regulação da sexualidade, ambos intensificados a partir de meados do século XIX e, portanto, contemporâneas a experiência de Barbin.

Palavras-chave: Gênero - Sexualidade - Memória – Diário

A escrita mística como um ato feminino de falar: uma breve apresentação

Marcella de Sá Brandão

Resumo: É senso comum pensar que até a Modernidade não se encontram registros da participação de mulheres na construção do pensamento ocidental dito intelectual. Se colocarmos como produção erudita oficial os tratados de filosofia ou teologia, por exemplo, veremos que as mulheres intelectuais não aparecem na documentação. Na

literatura, conforme aponta Luciana Calado Deplagne, “o silenciamento das vozes femininas na História da Literatura é responsável pela importante lacuna existente em relação a pesquisas e estudos de obras escritas por mulheres no período medieval. Sabe-se que tal abismo bibliográfico não é exclusivo do período medieval, mas poderia estender pela história literária em geral”. Junto à literatura, tal lacuna afeta as diversas áreas do saber como a história, a filosofia, a sociologia, a teologia, para citar apenas alguns exemplos. A mística, enquanto um fenômeno religioso e um tipo de linguagem, foi comum em várias épocas, de tal modo que o relato se estabelece como uma atividade de escrita muito diversificada. Assim, o texto místico pode ser encontrado nas formas de poesia, prosa e diálogo, em alguns casos. Logo, homens e mulheres utilizaram variado recurso de linguagem para transmitir através de palavras o indizível de suas experiências espirituais místicas, falar do sagrado e de como essa relação espiritual abala corpo e alma. Nesse sentido, os textos místicos de autoria feminina – objeto central – revelam o ato de escrever como uma necessidade para essas mulheres. Tal documentação mostra uma diversificação de temas abordados e amplo conhecimento em filosofia, teologia, medicina, música, enfim, profunda erudição que confere a tais textos uma complexidade e variedade na escrita. Portanto, essa comunicação tem como objetivo fazer uma apresentação, com base numa revisão bibliográfica, dos textos relacionados à experiência religiosa denominada mística mostrando como essa fonte histórica pode ser importante para a reconstrução e entendimento da história das mulheres a partir de suas próprias representações, de mundo exterior e interior – já que estamos falando de um fenômeno religioso – e de si mesmas.

Palavras-chave: Mística, Escrita, Mulheres

Entre exorcismos e demônios – nos bastidores do tráfico de escravas brancas pela imprensa carioca (1920-1930)

Wellington Do Rosário De Oliveira

Resumo: A dominação masculina sobre os corpos femininos sempre esteve de certa forma, presente na história da humanidade, assumindo diferentes características em determinados contextos sociais e econômicos. O tráfico de mulheres, ou de "escravas

brancas" durante o início do século XX, é o foco do assunto discutido neste artigo. Buscando problematizar em sua vertente urbana, a circulação e identificação de agentes proxenetas da celebre organização criminosa de origem israelita e sediada em Buenos Aires, Zwi-Migdal no cenário brasileiro. A partir de discussões teóricas e fontes analisadas de caráter periódico, publicados pelo A noite, busca-se examinar o apogeu e o declínio desta organização que segmentou-se traficando mulheres pobres de origem europeia, durante as décadas de 1920 e 1930. Enquanto um instrumento privilegiado na formação e informação do imaginário social, coube à imprensa, desvendar e tornar visível a presença desses agentes proxenetas em outras regiões sul do país, através de suas denúncias, após a desfragmentação da organização quinquagenária em março de 1930.

Palavras-chave: Criminalidade; Prostituição; Zwi-Migdal

Dindinha: A revelação de uma personalidade narrada por sua coleção

Susan Vieira Barnes

Eliana Rodrigues

Resumo: O presente resumo se propõe a revelar uma personalidade belo-horizontina, dotada de habilidades manuais que se destacaram principalmente na arte da modelagem, do corte e costura, dos bordados, do crochê e tricô, da pintura em tecidos. Ao longo de sua vida, dentre outras atividades exercidas, Dindinha dedicou-se a criação e confecção de modelos de roupas com estilo e autenticidade marcantes. Todo o seu talento, no entanto, se manteve no anonimato até que os herdeiros de seu grande acervo têxtil procurassem o Museu da Moda (MUMO) oferecendo as peças produzidas e colecionadas por Dindinha, em doação, como forma de preservação da sua memória e de sua época. Sua coleção, constituída por trajes completos, fotografias, cadernos de croquis e de receitas, foi integralmente preservada por seus familiares. A integridade deste acervo aumenta o valor de coleção e o potencial de pesquisa dos artefatos. A coleção completa da Dindinha aponta para traços de sua personalidade, originalidade e capacidade criativa e inovadora, que retratam o contexto cultural da sociedade mineira no século XX. Dindinha se inspirava na moda trazida pelas revistas europeias da época, adaptava técnicas e materiais regionais para construir seus modelos. Ela utilizava os recursos alternativos disponíveis nas lojas de tecidos e aviamentos da cidade de Belo Horizonte, de acordo com as limitações de sua condição financeira de professora pública. Os processos desafiadores adotados na confecção de suas peças, principalmente de baixo custo, demonstram determinação para a sua produção. Considerando a importância criativa, autenticidade e traços culturais-regionais inseridos

em sua obra, a história da Dindinha, narrada por sua coleção, é uma fonte riquíssima de investigação. O reconhecimento do potencial criativo de Dindinha não ultrapassou os limites de seu convívio familiar. Possivelmente sua produção era vista como ousada e arrojada para os padrões da época, ainda mais em se tratando de uma autora mulher. Sua história e seu contexto social e cultural parecem se diluir em uma narrativa que instiga a ser apresentada e reconhecida por meio da musealização deste acervo. A incorporação desta coleção ao acervo do MUMO proporcionará revelar a história da personagem e de seu talento, que ainda não foram lançados à luz da sociedade, trazendo uma nova valoração cultural e patrimonial mineira, com possibilidades de novas narrativas, novos diálogos com a comunidade e novas áreas de produção de conhecimento.

Palavras-chave: acervo têxtil, coleção, moda, museu, memórias, narrativas

Mapeando representações femininas nos arquivos pessoais brasileiros

Vitoria Regina de Luna Cavalcanti Barros

Resumo: O trabalho propõe uma análise de quatro acervos brasileiros, sendo eles: o Programa de Arquivos Pessoais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), o Arquivo de História e Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), o Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (COC) e o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). A exploração desses arquivos pretende verificar quantitativamente a presença de mulheres entre os titulares dos acervos e analisar qualitativamente as apresentações biográficas das proprietárias dos arquivos. Para além desses objetivos, visamos realizar comparações entre o CPDOC, o MAST, o COC e o IEB a partir das observações quantitativas e qualitativas. A opção pelos quatro arquivos se deu pela pluralidade entre as linhas de acervo seguidas por eles. Acreditamos que a diversidade entre as linhas de acervos seja um indicador que nos permita verificar aproximações e distanciamentos entre arquivos de mulheres que seguiram diferentes trajetórias profissionais. O CPDOC abriga arquivos pessoais de homens e mulheres com atuação na vida pública brasileira contemporânea, o MAST tem arquivos de cientistas, técnicos, professores e gestores de ciência e tecnologia, o COC capta a documentação de cientistas, sanitaristas, profissionais da saúde e técnicos e o IEB guarda documentos de personalidades da cultura brasileira. Os dados extraídos sobre fundos e coleções arquivísticas estão

disponíveis nos sites das bases de dados e guias de cada instituição, sendo, portanto, de fácil acesso, possibilitando a análise proposta. A promoção do debate promovido neste artigo se ancora, principalmente, nas observações de Michelle Perrot acerca de arquivos femininos. As contribuições da historiadora francesa que são de maior relevância para este texto são as de que documentação e memória femininas se expressam mais intensamente em arquivos pessoais e que documentos femininos passam por seleções específicas. É válido ressaltar que o debate sobre gênero e arquivo é essencial para o campo das Ciências Humanas, sobretudo para o cenário brasileiro, uma vez que esforços voltados a essa questão ainda estão incipientes. No mais, é válido ressaltar a importância dos arquivos femininos para a construção e o repensar historiográfico. Dessa forma, é interessante analisar as instituições de guarda de documentos tão necessários para a História. Assim, é necessário promover a visibilidade desses documentos históricos.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais, Gênero e Representatividade.

Mulheres pioneiras na prática do Jiu-jítsu: uma história subsumida

Ester Gomes Bernabé

Raquel Quirino

Resumo: Quando refletimos sobre a inserção da mulher no esporte na atualidade, faz-se necessário resgatar o contexto histórico de como este fato ocorreu. Isso porque o papel desempenhado pela mulher neste meio confunde-se e mescla-se com seu papel social na história, perspectiva esta escrita e interpretada sob um ponto de vista masculino, amparado pelo patriarcado que se perpetua até os dias de hoje. Neste artigo buscamos demonstrar por meio de um estudo documental, que apesar da tentativa de ocultá-la, a mulher se fez presente no mundo esportivo, especialmente no Jiu-jítsu. Seja entre as mulheres samurais, as sufragistas ou as “contraventoras” da legislação brasileira, o Jiu-jítsu traz exemplos de grandes guerreiras que fizeram das artes marciais um instrumento de emancipação, de defesa, de luta por seus direitos e de trabalho. Por meio da teoria das Relações sociais de sexo /gênero e suas subdivisões, derivadas da sociologia do trabalho francesa, de base materialista/marxista, cujos

teóricos se destacam: Danièle Kérigoat (1994, 2005, 2007) e Helena Hirata (2000, 2007), este artigo tem por objetivo trazer ao debate acadêmico a invisibilidade e a ausência de prestígio de figuras femininas históricas como: Phoebe Roberts, Emily Watts, Edith Garrud, Yvone Duarte, entre outras mulheres notáveis que marcaram sua época e hoje são pouco lembradas em estudos científicos sobre a temática no Brasil; apesar do país ser referência nesta modalidade esportiva, conhecida internacionalmente como Brazilian Jiu-jítsu, que apregoa entre seus valores o respeito e a preservação da sua história.

Palavras-chave: Esporte de combate, Jiu-jítsu, história, mulher

ST 15 - Diálogos entre a História e a Comunicação Social

Gabriela Galvão

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
gabisgalvao@gmail.com

Marina Helena Meira Carvalho

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
marinahmc@yahoo.com.br

Matheus Yago Gomes Ferreira

Mestre em História
matheusygf@gmail.com

Proposta do Simpósio

O historiador que trabalha com temas contemporâneos tem desafios com os quais esse ST se propõe discutir, relacionando-se à temática do evento. Por um lado, devemos desenvolver metodologias e teorias para lidar com as mídias, fontes que, embora não sejam novas, ainda são pouco usuais e devem ser historicizadas. Por outro lado, tem-se tornado cada vez mais necessário ocupar essas mesmas mídias como espaço de divulgação do conhecimento histórico. Os meios de comunicação são excelentes lócus para o conhecimento da História não só da mídia, como também, por meio da mídia. Se o primeiro significado coloca os meios como objeto de pesquisa e informado sobre determinada cultura material, a segunda abordagem os utiliza como fontes responsáveis por representações de experiências humanas, às quais se ligam com problemáticas contemporâneas ao meio. Ressalta-se e problematiza-se, inclusive, uma consciência histórica formada para além do conhecimento acadêmico. O presente simpósio visa a reunir trabalhos que utilizem as diversas formas de meios de comunicação, tais como jornais, revistas, fotografias, propagandas, histórias em quadrinhos, programas de televisão, rádio, cinema, redes sociais, vlogs, entre outras, como fonte ou objeto de pesquisa. Existe amplo e pouco estudado leque de possibilidades investigativas acerca das mídias. Pensar em uma pesquisa de interface entre História e Comunicação é investigar o contexto semântico de elocução e de

produção, a cultura material e simbólica de determinada época, as representações e os discursos construídos, as relações com o poder, dentre muitas outras questões. Analise-se o que foi produzido, para quem, por quem, de que forma, como, com quais intencionalidades e como se deu a recepção pelo público. Esses elementos também podem ser levados em conta para pensar nas mudanças pelas quais a propagação do saber vem sendo feita nos últimos anos. Logo, as diferentes mídias ampliam as possibilidades da criação e difusão do conhecimento histórico, ultrapassando os muros da universidade, ou convidando o público para adentrar nela através de suas produções. Os historiadores ainda estão relutantes a ocupar as mídias como espaço de divulgação do conhecimento histórico, discriminando o intelectual midiático e, assim, deixam o espaço vago para que seja ocupado muitas vezes por análises anacrônicas, com falta de rigor metodológico, preconceituosas e acríticas. Abre-se espaço nesse ST, portanto, para discutir também a dimensão pública das atividades do historiador e as disputas entre esses e jornalistas na escrita da História. A abordagem das mídias nas pesquisas históricas contribui ainda para que a História do Tempo Presente e a História Pública sejam promovidas. Como podemos ver, as relações entre o conhecimento histórico e a Comunicação Social são amplas. O Simpósio Temático será uma maneira ímpar de discutir e problematizar essa interface, contribuindo para o incremento e divulgação da pesquisa na área.

A fábrica de móveis Unilabor: Publicidade e um projeto de terceira via

Oswaldo Bruno Meca Santos da Silva

Resumo: Aliando um projeto de desenho moderno de mobiliário a uma experiência comunitária de trabalho, inspirada no movimento Economia e Humanismo, a fábrica de móveis Unilabor funcionou na cidade de São Paulo de 1954 a 1967. Ícone da relação entre a atividade comunitária religiosa com a Arte Moderna, a Fábrica resultou de uma parceria entre o artista plástico Geraldo de Barros, responsável pelo design dos móveis, e o frei dominicano João Baptista Pereira dos Santos, que liderava a proposta de humanização e a partilha da gestão do trabalho na empresa. A Unilabor utilizou diferentes estratégias e materiais visuais em sua publicidade, que, além do objetivo

principal dos anúncios que era a venda de móveis, também comunicava aos potenciais consumidores ideias de gosto, voltadas a um projeto de modernidade para o espaço doméstico. Esta comunicação busca compreender como essa publicidade foi produzida, uma vez que a Unilabor era uma empresa que pretendia não estar alinhada com as ferramentas do sistema capitalista, e, portanto, investigamos como foram usados na prática os recursos publicitários da fábrica, destacando suas contradições, para assim explicitar como a gestão operária, vista, pelo seu idealizador frei João Batista, como uma terceira via, na práxis, era divulgada de maneira difusa na publicidade. Por meio dessa análise, identificamos como se constituiu a relação de consumo dessas imagens, para com os clientes e para com os operários.

Palavras-chave: Publicidade, Mobiliário, Espaço Doméstico, Cultura Material

As informações materiais e simbólicas do trabalhismo e do nacionalismo nos cinejornais de João Carriço. Uma biografia do “amigo do povo”.

Renata Venise Vargas Pereira

Resumo: O trabalho pretende discutir os passos iniciais da biografia do juiz-forano João Carriço - cineasta, cartazista, cenógrafo, fotógrafo, proprietário do Cine Theatro Popular e da produtora Carriço Film, responsável em 1930, 40 e 50, pelos cinejornais que circulavam no país. O slogan da produtora impacta até hoje pelo efeito subjetivo: “Carriço Film, tudo vê, tudo sabe, tudo informa”. Carriço foi um dos pioneiros do cinema em Minas Gerais e no Brasil, descentralizando a produção do Rio de Janeiro e São Paulo. Na época, o cinema era elitizado e a população suburbana aproveitava as sessões grátis, ao ar livre. O cinejornalista defendia acesso à diversão como direito à cidadania e cobrava preços acessíveis no Cine Popular ficando conhecido como “o amigo do povo”. Em 23 anos de trabalhos ininterruptos (1933/1956), sua produtora registrou temas políticos, práticas esportivas e festas religiosas, militares e populares. O material de Carriço tinha aprovação do Departamento de Imprensa e Propaganda, com circulação pela Distribuidora de Filmes Brasileiros, e estava inserido no projeto trabalhista e nacionalista de Getúlio Vargas. O cinejornal utilizado como fonte audiovisual para

elaboração deste artigo foi exibido em 1941 e retrata a Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia de Juiz de Fora, inaugurada em 1935. A narração revela que a obra foi feita “em condições técnicas perfeitas”, objetivando o “aparelhamento eficiente da defesa nacional”; o maquinário era eficiente e buscava “cuidados especiais com o trabalhador” num “culto patriótico” em pleno estabelecimento militar. O discurso presente no material pode ser visto como parte da elaboração do imaginário coletivo, conservando aspectos históricos que expõem as estratégias do governo Vargas perante o Exército Brasileiro, naquele momento, desaparelhado. O filme tem forte poder ilustrativo e carregado de representações. Este cinejornal fornece pistas e carrega significados que perduram até hoje, participando da construção da memória coletiva, reforçando uma característica da produção audiovisual daquele período, de influenciar na adesão aos ideais nacionalistas e trabalhistas da época.

Palavras-chave: Trabalhismo, Nacionalismo, Getúlio Vargas, Cinejornalismo, Carriço

O projeto publicitário do OCIAA no Brasil: objetivos e prática, envolvidos e excluídos

Marina Helena Meira Carvalho

Resumo: Durante a Segunda Guerra Mundial a publicidade foi vista nos Estados Unidos como ferramenta para mobilizar e angariar apoio da população na luta contra o Eixo. Na falta dos produtos anunciados, uma vez que as indústrias se voltavam para o esforço de guerra, as companhias deveriam aproveitar os espaços que antes demandavam de jornais e revistas para fazerem propaganda institucional, ao mesmo tempo em que deveriam explicar a escassez, instruir civis e justificar a guerra. As publicidades de companhias norte-americanas em mídias latino-americanas ganhavam ainda mais uma função. Segundo Nelson Rockefeller, diretor do Office of Coordinator of Inter-American Affairs, a própria publicidade seria uma arma de boa vizinhança. Isso significava que teria o objetivo estreitar as relações entre os países americanos, incentivando o comércio e, nesse contexto, acima de tudo, conquistar aliados e desenhar um inimigo em comum. Preocupava ao governo norte-americano que os jornais e revistas latino-americanos amigos, os quais dependiam da verba de anúncio para sua manutenção, falissem ou

caíssem na tentação de receber matérias gratuitas das agências de notícias alemãs. Manter as mídias aliadas, bem como os mercados para futuras relações comerciais com os Estados Unidos eram objetivos do projeto publicitário oficial norte-americano para a América Latina denominado Cooperation with U.S. advertisers in the other American Republics. Nessa comunicação pretendo avaliar como foi construída essa rede de contatos para estabelecimento do projeto publicitário, avaliando quais atores estavam incluídos ou excluídos da mesma. Para isso analisaremos como fontes tanto peças publicitárias como cartas trocadas com agências governamentais norte-americanas. Avaliando a recorrência de tais peças em revistas nacionais, a se dizer Fon-Fon, A Cigarra e O Cruzeiro, bem como uma norte-americana que circulava no Brasil, Seleções, e também analisando correspondências do publicitário brasileiro Cicero Leuenroth com agências norte-americanas, pretendemos desenhar quais eram as balizas do programa publicitário, ou seja, ele era dirigido para quem, a quem beneficiava e quem excluía, bem como os critérios para fazê-lo.

Palavras-chave: publicidade, OCIAA, Política da Boa Vizinhança.

Escravidão de fronteira: silêncio, aridez e movimento na construção histórica do faroeste hegemônico

Karen Souza da Silva

Resumo: Quando André Bazin se debruça sobre as razões que fazem do faroeste americano um gênero cinematográfico atemporal, capaz de suscitar o mais “estável” dos reconhecimentos, recorre não apenas à universalidade geográfica em que aridez e dramaticidade se confundem em cena, mas à perenidade de fatos históricos cuja força por vezes se perde sob as camadas invisíveis do roteiro. Roteiros que, no caso do bague-bague, tradicionalmente apresentam narrativas ambientadas antes e imediatamente após a Guerra Civil Americana (1861–1865), em contextos de debates internos — nem sempre nítidos — que contrapõem o Norte industrial ao Sul escravista. Argumentos que, quase feito uma elipse, retratam as lutas contra os mexicanos “recém-

liberados” da dominação espanhola, seja por meio da Batalha de Álamo — cujo desfecho em San Jacinto, a independência do Texas, impõe acachapante derrota ao general Santa Anna —, seja via Guerra México-Estados Unidos. Leituras que, “reais” ou inventadas, não deixam margem para dúvidas sobre o caráter expansionista da antiga colônia britânica e sobre as rusgas internas que dividem a sociedade da América do Norte em torno à economia escravista. “Pobre México! Tão longe de Deus; tão perto dos Estados Unidos”, condenado a reviver no presente, infinitas vezes, a cada nova e eternizada cena, as humilhações de Santa Anna. Sob diferentes perspectivas, o México parece indicar os rumos de uma narrativa histórica e cinematográfica que não existe sem a noção de fronteira, simbólica e espacial; interna, internacional e internalizada. Igualmente móvel. Sempre em movimento. Continuamente ressignificada. Esta comunicação busca entender os mecanismos políticos, econômicos e simbólicos acionados pelos Estados Unidos na primeira metade do século XIX — a partir da anexação do Texas, em 1845 — que terminam por consolidar a figura do cowboy americano como um dos principais produtos de sua hegemonia durante o longo século XX. Ao situar o cinema dentro do que Thomas Elsaesser entende como arqueologia das mídias, propõe novos olhares sobre a história do Texas escravista a partir da narrativa de O Álamo (The Alamo, EUA, 1960), de John Wayne. Do Destino Manifesto norte-americano ao “mestiço” mexicano, as histórias que se perpetuam com novas roupagens a partir do auge da Revolução Industrial são as mesmas que decretam o que é realçado e o que é esquecido na grande tela pelo faroeste, gênero que, não por ingenuidade, Bazin define como “cinema americano por excelência”.

Palavras-chave: Escravidão, faroeste, fronteira México-EUA, sistemas-mundo

O cinema e a história: breves considerações sobre integração, função cultural e a representação das diferenças

Luciano dos Santos Abade

Resumo: O objetivo do trabalho consiste em realizar uma breve análise da linguagem cinematográfica e sua interpolação com a história, notadamente no que concerne às

representações de personagens e situações históricas que integram a memória coletiva. A tópic da pesquisa é a análise de obras cinematográficas que retratam os desdobramentos e interações sociais advindos da conquista do continente americano (mais especificamente o Brasil em estágio pré-colonial) e as formas de representação do passado, das temporalidades e dos indivíduos dentro daquele recorte temporal, bem como o estabelecimento de relações de poder e a decodificação do outro a partir do choque de culturas, notadamente entre indígenas e europeus (na filmografia e no período escolhido o elemento negro não tem presença histórica relevante).O uso da discussão histórica a partir da obra cinematográfica se adequa às novas abordagens da historiografia a partir dos anos 1970, eleva o cinema à categoria de novo objeto e o incorpora definitivamente ao fazer histórico, a partir das perspectivas da Nova História. As imagens em movimento são capazes de sugerir a experiência concreta da vida cotidiana, conseguindo assim uma representação empática do passado [1]. Ainda que sejam necessárias algumas adaptações e concessões da história escrita para uma representação crível do passado, a linguagem cinematográfica é importante ferramenta de representação do passado, por dar a essa representação dimensão espacial e permitir que o telespectador consiga se transportar ao passado.O fazer cinematográfico constitui-se como fonte histórica, pois assim como como a narrativa historiográfica diz muito mais da conjuntura social em que foi escrita/filmada do que o passado que busca representar. O cinema é um testemunho singular de seu tempo, pois está fora do controle de qualquer instância de produção, inclusive o Estado [2]. A intertextualidade e a metalinguagem cinematográficas, tomadas como elemento constitutivo da narrativa constituem-se como tropos históricos, já que a intencionalidade do discurso contida no roteiro em tudo se assemelham à estrutura narrativa da história escrita.

[1] Rosenstone,1988 [2] Capelato, 2007

Palavras-chave: História, ensino de história, cinema, representação, historiografia

Identidade Cultural, Representação e Narrativa Decolonial na Pós-Modernidade:

Música Banda Um (1982) de Gilberto Gil

Bruna Rafaela Lucrécio Mendes e Silva

Resumo: O século XIX e parte considerável do XX enfatizaram a construção de identidades nacionais; no entanto, a partir da segunda metade do século XX, no quadro dos processos que vieram a ser denominados como pós-modernidade e globalização, as identidades culturais passaram a ser encaradas com crescente relevância. Nesse sentido, observamos a existência de compositores na música popular brasileira (MPB), que fazem uso da poética para destacar características culturais dos povos que tiveram sua identidade cultural historicamente apagada entre o advento dos processos de colonização até a globalização. Assim sendo, dentre os artistas brasileiros que se inspiram, nas culturas de origens africanas e indígenas em suas músicas analisaremos o posicionamento crítico-político do músico e compositor Gilberto Passos Gil Moreira, na música Banda Um, parte integrante do disco Um Banda Um (1982). Para tanto, faremos uso de obras que relacionam identidades culturais, decolonialidade e historiografia da música popular brasileira. Especificamente, serão utilizados os trabalhos de Frantz Fanon (*Pele Negra Máscaras Branca* de 1963); Stuart Hall (*A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* de 2015); Walter D. Mignolo (seu artigo *Colonialidade: O lado Mais Escuro da Modernidade* de 2017); Rafaela Capelossa Nacked (a dissertação de mestrado *Chocolate e Mel: Negritude, antirracismo e controvérsias nas músicas de Gilberto Gil (1972-1985)* de 2015) e Marcos Napolitano (seu artigo *Historiografia da Música Popular Brasileira*, de 2001, e o livro *História & Música* de 2002). A partir da composição de Gilberto Gil, desenvolveremos uma análise focada na busca do sujeito por sua identidade cultural na pós-modernidade, levando em consideração os processos de exclusão e homogeneização de identidades culturais impingidos aos povos colonizados. Com o aporte teórico da obra de Stuart Hall e o conceito de “origem cultural apagada” de Fanon para a diáspora africana, relacionaremos a questão da identidade cultural apresentada na MPB a estudos decoloniais para analisarmos a valorização de aspectos culturais dos colonizados representados por Gilberto Gil em um contexto pós-moderno no qual as identidades culturais estão fragmentadas e em constante dinâmica de transformação.

Palavras-chave: Identidade cultural, música popular e colonização.

Gênero e cultura da mídia: uma análise de Wonder Woman (2017).

Júlia Lázara Nunes de Alecrim

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar o filme Wonder Woman lançado em 2017 e dirigido por Patty Jenkins. Utilizando o conceito cultura da mídia de Douglas Kellner como ferramenta para essa reflexão, buscamos compreender de que forma essa produção cultural representa a mulher e como dialoga com as pautas do feminismo no contexto de sua produção. As produções cinematográficas como produtos da cultura da mídia fazem parte da indústria cultural que se organiza baseada no modelo de produção de massa. Os universos cinematográficos ligados aos super-heróis vêm sendo desenvolvidos pela DC Comics desde a década de 1960, no entanto, nos últimos vinte anos é possível perceber uma expansão nas produções desse gênero específico. A protagonista carrega, em meio às histórias ficcionais desenvolvidas ao seu redor, um discurso que define e valoriza diferentes qualidades atribuídas ao gênero feminino. Inserido nesse conjunto de produções relacionadas a super-heróis, esse filme se destaca como sendo o primeiro a ser centrado exclusivamente na história de uma super-heroína. Assim, nossa análise busca apresentar os limites e as potencialidades presentes no filme para a produção de subjetividades e identidades femininas.

Palavras-chave: Cultura da mídia, Representação da mulher, Gênero, Wonder Woman.

A tradução do pensamento liberal no Brasil: editoriais de Henry Maksoud na revista Visão nos últimos anos da ditadura militar brasileira (1974-1985)

Camila Barbosa Monção Miranda

Resumo: A proposta de trabalho apresentada é parte das considerações iniciais do projeto de pesquisa de doutorado que tem como objetivo responder a seguinte pergunta: tendo em vista que “liberalismo” é um conceito de múltiplos significados, o que significa, no Brasil da segunda metade do século XX, ser liberal? Um sujeito fundamental para buscar respostas a essa pergunta é Henry Maksoud, que foi membro da Sociedade Mont Pèlerin, uma rede internacional de estudiosos, empresários e

jornalistas comprometida com a promoção das ideias do liberalismo clássico e da Escola Austríaca. Ele foi, talvez, o empresário mais envolvido com o movimento liberal brasileiro nas décadas de 1970 e 1980. Em 1974, comprou a revista e a editora Visão e passou a utilizá-las para disseminar valores liberais para o público brasileiro. Além disso, Maksoud comandou um programa de entrevistas na Rede Bandeirantes entre 1988 e 1990, no qual abordava temas afins ao liberalismo. Entre 1977 e 1981, financiou visitas do economista Friedrich von Hayek ao Brasil para aproximar os políticos e intelectuais brasileiros da Escola Austríaca de economia. Além do famoso hotel em São Paulo, Maksoud também tinha empresas de engenharia, dentre elas a Hidroservice, que foi responsável por obras em parceria com a ditadura militar, como a Usina de Itaipu e a Barragem de Sobradinho. Os liberais brasileiros como Maksoud, dialogam com as tendências do liberalismo exógenas ao Brasil, adaptando-as aos contextos sociopolíticos, econômicos e culturais nacionais. Há diálogos, por exemplo, com práticas liberais chilenas e com outros países latino-americanos, assim como apropriações de discursos estadunidenses ou europeus. A questão é o “modo de fazer” essas apropriações, pois elas não constituem simples absorção e tentativa acrítica de aplicação. A partir dessas considerações iniciais, o trabalho proposto espera pensar essas formas de apropriação das tendências do liberalismo exógenas ao Brasil por Henry Maksoud em seus editoriais da revista Visão publicados entre 1974 (ano da aquisição da revista) e 1985, ano final da ditadura militar. Objetiva-se evidenciar como Maksoud, um sujeito que se dizia liberal, portou-se diante do contexto político e econômico brasileiro. Relevante perceber que a imprensa é escolhida por Maksoud como um veículo de extrema importância para incutir em parte da sociedade brasileira os “princípios liberais”, o que evidencia a posição de poder ocupada pelos periódicos impressos no meio social.

Palavras-chave: liberalismo; imprensa; ditadura militar brasileira

O presidente sociólogo: a construção da imagem pública de Fernando Henrique Cardoso nas páginas do Jornal do Brasil (1994)

Isabela Talita Corrêa de Souza

Resumo: O Jornal do Brasil, um dos mais influentes periódicos nacionais dos anos 1990, aparece como um importante instrumento para a visibilidade e o reconhecimento público de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na campanha presidencial de 1994. Em suas páginas, entrecruzaram-se um projeto político específico, simbologias e o imaginário com o intuito de influenciar o eleitorado a apoiá-lo. Através da análise da linha editorial do referido periódico percebe-se seu empenho em investir o candidato que se apresentava como social-democrata com atributos de liderança política competente e confiável, fortalecendo o seu capital político. Dessa forma, no presente artigo, procuro indicar justificativas, interesses e estratégias discursivas mobilizadas pelo jornal no campo social para estabelecer e sustentar o apoio ao candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Tal procedimento lança luzes sobre posicionamentos explícitos de um órgão da grande imprensa, a qual se declara, via de regra, neutra e imparcial. É fato que a mídia ocupa posição de centralidade nas sociedades contemporâneas ao permear diferentes processos e esferas da atividade humana. No âmbito político não é diferente. A imprensa, a partir de uma própria forma simbólica que diz respeito à dinâmica cultural e de poder de determinada sociedade, pode ser entendida como uma grande influenciadora dos sistemas decisórios e formuladora da agenda de debates. Dessa forma, analisar a relação da imprensa com o sistema político é fator essencial para compreender alguns fenômenos político-sociais da história do Brasil. Portanto, a hipótese central desse estudo é evidenciar que, em períodos eleitorais, por exemplo, a mídia pode desempenhar papel decisivo na formação da opinião pública e no encaminhamento das votações, evento recorrente nas democracias contemporâneas.

Palavras-chave: Jornal do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, Campanha Eleitoral, Mídia. Poder Simbólico

O "pequeno-grande homem" utiliza o Instagram: uma análise do perfil de Jair Messias Bolsonaro no período pré-eleição

Beatriz Castro Miranda

Resumo: A rápida ascensão do candidato de extrema-direita e atual presidente, Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018 pode ser entendida enquanto uma evidência da demanda por figuras que se encontrariam à margem da tradicional elite política, que foi investigada e julgada nos escândalos do Mensalão e da Operação Lava-Jato. A “simplicidade” e a “autenticidade” da figura de Bolsonaro são características que merecem destaque para compreender o seu crescimento político e a sua eleição, já que, para muitos de seus eleitores, são pontos de peso para a escolha deste candidato em detrimento de figuras oriundas de partidos tradicionais. Assim, esta comunicação busca analisar e compreender a construção da imagem de “homem comum” de Jair Bolsonaro e as possibilidades e os limites de enquadrá-lo no conceito de “pequeno grande homem” forjado pelo filósofo Theodor W. Adorno em texto de 1951. Para isso são analisadas fotos publicadas no perfil do Instagram de Bolsonaro entre as datas da oficialização da sua candidatura à presidência, 22 de julho de 2018, e o dia da primeira coletiva de imprensa de Bolsonaro após ser eleito presidente da República, 1º de novembro de 2018. A seleção das imagens parte de critérios que enquadram Bolsonaro no espectro de um “homem comum” ou ao que os internautas denominam de “gente como a gente”: fotos nas quais o presidente apresenta-se descontraído, jogando video game ou tomando café em sua casa, vestindo a camisa de seu time e/ou roupas do cotidiano, como bermudas e chinelos.

Palavras-chave: Jair Bolsonaro, Instagram, Theodor Adorno

O seriado “O Mecanismo” e a história do tempo presente

Cathia Pereira de Oliveira

Resumo: A comunicação aqui proposta é parte integrante do projeto de pesquisa de Mestrado em desenvolvimento (PPGHIS/UFSJ - CAPES), cujo foco é a análise do conteúdo do seriado “O Mecanismo” somado à conjuntura histórico-política brasileira de sua produção e lançamento. A série, produzida pela empresa de streaming Netflix e lançada em março de 2018, conta o surgimento das investigações de lavagem de dinheiro que resultaram na Operação Lava Jato, associado a seu grande impacto na

política nacional. Tratando de um objeto que se encontra na contemporaneidade, é necessária ainda a discussão sobre o “fazer” a história do tempo presente, uma nova epistemologia com grandes desafios e potencialidades. Tendo como um marco inicial os testemunhos sobre a Segunda Guerra Mundial através da história oral, a História do tempo presente vem desenvolvendo uma série de reflexões como recorte temporal, distanciamento temporal do objeto, imparcialidade do historiador, e pensar o passado no presente (DOSSE, 2012, MULLER, IEGELSKI, 2018). O contexto político de produção da série são parte dos acontecimentos nos quais os seus criadores buscam a inspiração para escrever a trama. Considerando, portanto, o seriado como uma representação audiovisual da realidade que envolve acontecimentos importantes da política, cujos acontecimentos receberem uma volumosa atenção de mídias impressas e eletrônicas, é necessário ainda a sua análise a partir da noção de uma escândalo político-midiático em uma sociedade alicerçada no espetáculo (KELLNER, 2006; THOMPSON, 2002). Desta forma, o trabalho se orienta em analisar a representação da História do tempo presente na narrativa ficcional do seriado; e de que maneira o discurso do seriado expõe uma leitura específica dos acontecimentos da política brasileira, sendo um produto da interpretação e dos valores de seus criadores. É necessário portanto compreender os elementos e mecanismos internos que o seriado traz consigo, como o esforço de veiculação e sistematização de valores celebrados na luta contra a corrupção na esfera pública. E compreender ainda como o discurso e narrativa da série permite a reflexão da realidade, sendo o ponto de partida para a compreensão do momento presente, pensado à luz de conceitos e métodos discutidos nas áreas de História e da Comunicação social.

Palavras-chave: História do tempo presente, O Mecanismo, Operação Lava Jato, Sociedade do espetáculo

ST 16 - Configurações da Negritude: diálogos entre História Filosofia Literatura e Artes Visuais

Michel Mingote Ferreira de Ázara

Doutor em Letras
michel_mingote@yahoo.com.br

Rafael Sellamano Silva Pereira

Doutorando em Filosofia
Universidade Federal de Minas Gerais
rafasell@gmail.com

Gislaine Gonçalves Dias Pinto

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
gislainediaspinto@gmail.com

Proposta do Simpósio

O simpósio temático intitulado “Configurações da Negritude: diálogos entre História, Filosofia, Literatura e Artes Visuais” se propõe a estudar as diversas relações entre História, Filosofia, Cinema e Literatura, tendo como eixo condutor as figurações que englobam o termo Negritude, entendido aqui no sentido lato de movimento político-estético-cultural e ideológico. Por conseguinte, propomos analisar também os alcances da história, para além dos muros da academia, e em diálogo com diversas áreas, com o intuito de refletirmos sobre as implicações do conhecimento historiográfico na sociedade atual - como pode-se observar nos processos de sociabilização e nos impactos do relativismo/revisionismo históricos na conformação do imaginário das minorias, mais especificamente, da minoria negra. As propostas a serem apresentadas devem estar inseridas dentro do espaço temporal que engloba o final do séc. XX até o momento presente. Neste sentido, serão bem-vindos trabalhos que interroguem a respeito de determinadas questões, tais como: Qual o papel da epistemologia negra face aos relativismos/revisionismos históricos que visam solapar os alicerces que estruturam o imaginário das minorias? Frente à nova onda neoliberal, acompanhada pela tomada de poder por parte de governos autoritários e neoconservadores, em diversas partes do globo, qual é a importância do historiador e, por extensão, dos discursos e práticas

artísticas, na formulação de tecnologias de resistência no âmbito da micropolítica? Como pensar, no contexto sócio-político atual, a noção de um “Devir negro do mundo” - que, de acordo com o filósofo camaronês Achille Mbembe, não é uma condição subalterna reservada aos negros, já que se estende aos desempregados, imigrantes, refugiados, ou seja, os desamparados do mundo que não se enquadram na nova ordem mundial? Podem as produções artísticas, oriundas da periferia cultural, abrirem os horizontes da prática historiográfica promovendo uma viragem de olhar para processos histórico-sociais que são fortemente marginalizados no campo da pesquisa histórica oficial? Em que medida é possível pensar, a partir de Gilles Deleuze, em um devir-negro da prática historiográfica? Qual o impacto que o cinema, a literatura, a música e a arte negra, em geral, poderiam ter sobre a reformulação do olhar e da prática do historiador? Como dar voz, por meio das manifestações culturais periféricas, às narrativas histórico-sociais que são soterradas pela prática historiográfica acadêmica?

Preto não traz confiança: o racismo estrutural refletido em goleiros negros no futebol brasileiro

Alexandre Vinicius Nicolino Maciel

Resumo: A presente pesquisa busca debater o baixo número de goleiros negros no futebol brasileiro, que por consequência se reflete na quase completa ausência dessas personagens na seleção brasileira de futebol, nos seus mais de cem anos. Buscar-se-á identificar como o racismo estrutural se faz presente no futebol brasileiro, sobretudo na posição responsável por evitar a maior alegria do esporte. A partir de uma fundamentação histórica, observaremos a discrepância na convocação de goleiros negros e brancos para seleção brasileira desde 1914 (data da primeira convocação), a desvalorização desses indivíduos em premiações individuais e a prática de “embranquecer” os goleiros negros que se destacam no futebol. Uma figura relevante da história do futebol é de imensa importância para essa pesquisa, o ex-goleiro da seleção brasileira e primeiro negro a defendê-la em uma Copa do Mundo, Moacir Barbosa do Nascimento, marcado eternamente, e injustamente, pela derrota brasileira na final do mundial contra o Uruguai em 1950, internacionalmente conhecido como Maracanazo. De tal episódio faz-se capaz a relação ao descaso com negros postulantes

à camisa um nacional. O debate empreendido na pesquisa será desenvolvido a partir de relatos de goleiros negros, comentários nas grandes mídias sobre suas figuras e atuações e os anteriores trabalhos já desenvolvidos sobre essa temática (racismo no futebol de forma ampla e a temática própria da posição), visando abordar tal problemática a partir da prática historiográfica e refletir o que a mesma representa na sociedade atual. A pesquisa encontra na obra de Mario Filho “O Negro No Futebol Brasileiro”, que versa sobre a inserção de negros no futebol brasileiro, o seu ponto chave de debate e texto essencial para historicizar o contexto. A obra de Silvio Almeida “O que é racismo estrutural?” é o ponto de referência para a reflexão sobre o racismo estrutural, seja a sua conceituação, seja a sua ação no país. A partir dessas reflexões, os dois eixos da pesquisa são teorizados e debatidos. Assim, o objetivo da análise é contrapor as visões que apontam o futebol como um ambiente de integração racial total, comprovando que o racismo estrutural atua nesse espaço e de especial modo numa categoria específica, na qual a mesma não pode ser ocupada por negros por ser um espaço onde transparecer segurança é necessário e negros não são aceitos como confiáveis, por conta da cor de suas peles.

Palavras-chave: Futebol, racismo estrutural, goleiros negros, Moacir Barbosa.

“África quadrinizada”: um estudo sobre sua representação em HQs estadunidenses

Enzo Sauâne De Benedetti

Resumo: Pretendo estudar as representações produzidas sobre África e seus habitantes em histórias em quadrinhos ficcionais publicadas durante o período compreendido pelos anos 1960 e 2000, com o principal objetivo de fortalecer o estudo de HQs enquanto objetos de estudo da historiografia contemporânea. Por meio de uma análise de três personagens heróicos e do período em que estão inseridos, serão observadas, em suma, as ambientações; o comportamento dos personagens africanos em detrimento dos protagonistas norte-americanos ou europeus; os contrastes entre civilizações africanas e não africanas; a forma com que figuram os contextos de independências e lutas por direitos e como isso se aproxima ou de uma visão de “Outro”,

como previsto pela obra de Valentin-Yves Mudimbe, ou de uma análise sob o prisma da “pirâmide invertida”, encabeçada por Carlos Lopes. Por meio de três quadinhos, estabelece-se uma análise de comportamentos das personagens e de suas representações e como se enquadram nos períodos em que se encontram. As aventuras de Tarzan, Mandrake e Pantera Negra, imagina-se um universo africano que se assemelha tanto a uma selva inóspita e perigosa, habitada por seres (humanos) homogêneos, selvagens, violentos e hostis ao comportamento “civilizado” do europeu (que os enfrenta e os vence). Humanos estes que, em parte, convivem com a escravidão que estes mesmos estabeleceram sobre si. Em contrapartida, também se observa a existência de uma África poderosa tecnologicamente (que se aproxima do raciocínio de Carlos Lopes), embora isolada. Uma África que preserva seus costumes e nega os demais que não se caracterizam como wakandanos. Concomitantemente à impressão destas aventuras que recheavam os estereótipos construídos sobre o continente africano, observa-se não somente protestos contra a submissão de negros sob a supremacia branca nas Américas (vide a grande força evidenciada por líderes com Martin Luther King e Malcolm X, e organizações como MNU) como também de revoltas por independência que ocorrem dentro do continente representado por essa mídia. Com efeito, a apresentação tem por objetivo demonstrar os contrastes entre o que ocorre dentro do continente africano e fora dele que remete aos africanos e afrodescendentes nesse período, além de propor o estudo de HQs não mais como objetos de entretenimento, mas sim, como espécie de mídia, carregada de preconceitos e objetivos que devem ser analisados com cuidado pela historiografia contemporânea.

Palavras-chave: África, HQs. Outro.

A hiperdialética nas experiências ancestrais Africana: um olhar para o tempo-espaço histórico ritual do ketu

Gabriela de Assis Costa Moreira

Mércio Pereira Gomes

Resumo: O Candomblé se configura como um conjunto de vertentes religiosas caracteristicamente brasileiras, resultantes da afrodiáspora, centralizado no culto a

divindades representativas das forças da natureza -- denominadas Orisá ou Nkisi. Nestas tradições, as concepções rituais de tempo e espaço parecem alterar o modo de ser dos crentes, promovendo a diluição dos seus processos de diferenciação entre eles mesmos, os outros seres e a Natureza; de maneira a inaugurar um estado lógico híbrido de suspensão do ser. Este trabalho busca analisar esse fenômeno aplicando o Sistema Lógico Hiperdialético desenvolvido pelo filósofo Luiz Sérgio Coelho de Sampaio, em busca de uma melhor compreensão filosófica-antropológica das dimensões históricas inerentes ao processo ritual para estas religiões, em sua vertente de culto realizado a partir das heranças culturais e epistemológicas das nações kêtú. Esta compreensão parece transmutar o senso histórico dos praticantes, confundindo a história mítica e a “real”; de maneira a criar narrativas múltiplas de retorno ao passado por meio das combinações possíveis do rito. Parte da análise pela lógica hiperdialética do ritual de iniciação do candomblé – o nascimento da/do Iyàwó – para tecer considerações sobre História híbrida formada pelos aspectos histórico-culturais de permanência e longevidade do candomblé kêtú no Brasil e os processos de resignificação do Mito resultantes destes. Assim, este trabalho promove uma profunda reflexão acerca do entendimento do conceito de espaço-tempo e marcação temporal no contexto das experiências ancestrais do corpo Africana; indicando que estas percepções são tão somente fluídas como permutadas dentro de uma experiência intuitiva afrocentrada – onde corpo, mente e tempo parecem tomar significados afins; e as concepções entre Sagrado e Profano se diluem em uma história onde Mito e Realidade se fundem pela oralização. Se, como promove o sociólogo Roger Bastide, a filosofia do candomblé é um pensamento sutil ainda não decifrado, este trabalho se propõe a alimentar estas redes de significado, de maneira a contribuir para essa questão através da concepção de uma história afrocentrada que se perceba inconsútil às suas experiências ancestrais.

Palavras-chave: afrocentricidade Filosofia africana candomblé lógica

Caliban e sua regurgitação da negritude

Vinícius Augusto Mileib

Resumo: A proposta do resumo sobre o artigo é debater a análise do discurso colonial apresentada por Aimé Césaire na reescrita da peça shekasperiana denominada “A tempestade” para “Uma tempestade”. O autor martinicano é considerado com um dos progenitores sobre a importância dos debates a partir do negritudinismo, a reconstrução dos personagens como o Próspero, Ariel e Caliban permitirá a regurgitação imagética discursiva colonial. O Próspero é representado como o espírito dos ideais teorizados no eurocentrismo colonizador, Ariel um mulato escravizado que aceita sua condição existencial de explorado e Caliban um sujeito negro escravizado que foi despertado pelo signo da violência de Frantz Fanon. O “Discurso sobre o colonialismo” escrito em 1955 é exemplificado com a reescrita da peça literária no ano de 1969 é uma ação de gorfar à branquitude europeia e regurgitar (um ato alimentar no mundo animal onde o responsável pela cria caça a refeição e transfere em forma de uma papa para seu filhote) todos os processos de violências descritos por Fanon em sua obra ‘Os condenados da Terra’, ou seja, Caliban seria uma categoria imagética dos inúmeros negros que lutaram pela independência de seus povos no mundo afrodiaspórico. A forma como o processo civilizatório é proposto pela colonização é um grande distanciamento dos valores humanos, a intencionalidade em degradar, odiar, violentar, embrutecer, despertar o ódio racial e a imposição do relativismo moral, as quais são ações diretas das inúmeras expedições e do direito colonial (estatutos e constituições) que regulamentavam as ordens impostas da metrópole para sua colônia. O colonizado quando toma consciência de sua situação, como à figura de Caliban, gargalha dos insultos animalísticos, sua humanidade ascende e a busca pela liberdade através dos signos da violência inicia-se. Descobrir em sua vida respirações, pulsações e que não há diferença racial entre eles, abala sistemicamente o mundo colonial e permite uma reação da descolonização que une os mundos heterogêneos em um completo caos. A possibilidade audaciosa de estudar o branquitudinismo a partir das entrelinhas de intelectuais que buscavam incessantemente libertar seu povo a partir de um movimento de identificação da ambiguidade do discurso produzido. O despertar da consciência contrariando a animalização e coisificação foram grandes passos para existência de mais Calibans, liberdade! Liberdade! Liberdade!

Palavras-chave: Aimé Césaire, Uma Tempestade, Caliban, discurso colonial e negritudinismo,

ST 17 - História da África e da Diáspora africana no espaço Atlântico bem como seu ensino no Brasil

Keli Carvalho Nobre de Souza

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
kelinobre27@gmail.com

Aline de Castro Radicchi

Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
line_radicchi@hotmail.com

Jacqueline Maia dos Santos

Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
jacqueline.historia@gmail.com

Proposta do Simpósio

Este simpósio tem como proposta a continuidade do diálogo entre pesquisadores dedicados ao estudo da História da África e da Diáspora Africana no espaço Atlântico, bem como seu ensino no Brasil, iniciado neste evento em 2013. Procuraremos promover e renovar o intercâmbio de visões e recortes distintos ou complementares de temáticas e metodologias dos estudos africanistas, cujo maior crescimento se deu no país nos últimos anos e que, na Universidade Federal de Minas Gerais, encontram-se num processo de desenvolvimento promissor. Após mais de uma década da criação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos africanos na educação básica, tempo no qual os esforços de se construir uma narrativa histórica por um prisma africanista e não eurocêntrico se multiplicaram nas universidades, pareceu-nos premente a manutenção de uma mesa de debate acerca do tema no EPHIS. A proposta é garantir e perenizar a existência de espaços de troca e diálogo dedicados ao tema da presença dos africanos na construção da história como atores e autores. Entendemos que o crescimento da importância da área na graduação e pós-graduação em História deve ser parte central da discussão, pois representa dimensão direta da relação entre produção científica e acadêmica e o mundo social. Por se tratar de um

campo em formação, cuja expansão encontra-se vinculada à lenta modificação das instituições de ensino superior e básico de todo o país, este simpósio possui propositalmente ampla receptividade de comunicações. Gostaríamos de mantê-lo como um simpósio temático plural, que inclua trabalhos sobre diferentes recortes cronológicos e geográficos e uma esforços de pesquisadores que queiram compreender as culturas africanas em sua historicidade. Propomos, assim, a reunião de variados marcos cronológicos e objetos de pesquisa desenvolvidos em torno da História da África, da Diáspora Africana e seu ensino. Espera-se que diferentes perspectivas temáticas e teórico-metodológicas possam ser incluídas nas discussões a se desenvolverem. Almejamos, por fim, dar continuidade neste IX EPHIS a um simpósio cujo foco central é a História africana e dos africanos na Diáspora, estabelecendo-se um espaço importante de abertura dos campos e dos olhares a perspectivas interdisciplinares, promovendo e afirmando a temática na pesquisa em história na UFMG.

**Estudos sobre educação colonial portuguesa em África: sujeitos, territórios e
tendências analíticas**

Ivangilda Bispo dos Santos

Resumo: O campo historiográfico sempre está sujeito à mudança de paradigmas teórico-metodológicos. Este processo perpassa não apenas novas abordagens, fontes e objetos de pesquisa, mas também permanências analíticas. Sobre a História da Educação colonial portuguesa na África podemos afirmar que a valorização de uma história pautada no corpo legislativo ainda está muito presente nas produções acadêmicas, assim como o caráter racista e subjugador do processo de escolarização são muito citados ao longo dos trabalhos sobre essa temática. Entretanto, as dinâmicas internas das escolas, o desenvolvimento das atividades cotidianas, as adaptações pedagógicas, atos de resistência e as experiências de alunos e professores ainda são pouco exploradas. Visando traçar em que medida estes tipos de abordagens são desenvolvidos nas produções sobre educação colonial portuguesa na África, o presente

trabalho tem como principal objetivo realizar um panorama sobre as tendências analíticas em textos disponíveis em acervos online, publicados em língua portuguesa e que contemplam o regime salazarista (1933-1974) – período que abarcou uma significativa expansão do sistema educacional escolar. Nesse sentido, inicialmente realizaremos uma análise quantitativa das produções bibliográficas. O segundo momento deste trabalho, de caráter qualitativo, está baseado na perspectiva das histórias conectadas (SUBRAHMANYAM, 1997; GRUZINSKI, 2003; MACAGNO, 2008) com a finalidade de facilitar a identificação das relações institucionais paralelamente à identificação dos sujeitos abordados, dos enfoques conceituais, das escolhas temáticas, dos objetos de estudo e do período histórico mais priorizado pelas publicações levantadas.

Palavras-chave: História da Educação Colonial, Colônias africanas, Produção bibliográfica

(Des)Construindo o imaginário sobre a África

Marco Antônio Campos e Souza

Gabrielle Barra Tarocco

Resumo: Este trabalho se constitui em um estudo sobre uma ferramenta prática educacional, produzido em uma plataforma de alta difusão na sociedade, através da Internet, sobre tudo entre os jovens, e foi feito para ser gatilho de diálogos acerca dos estereótipos que circundam o continente africano. O valor educacional deste quiz depende do interesse em ir além de cada participante, atestando os (pré)conceitos que possui sobre a África e se dispondo a (re)criar seu olhar sobre este continente de tradições milenares. Este material pode ser utilizado tanto de maneira breve, para fomentar discussões, quanto de maneira detalhada, para nortear planos de aulas que abordem a história do continente africano, como disposto pela lei 10.639 de 2003, bem como estabelecer um marco inicial para o trabalho de professores ao cumprir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana. Nesse sentido, foi fundamentada uma possibilidade de diálogos e uma gama de respostas, sobre as quais analisaremos os estereótipos que circundam o continente africano, a forma como estão

arraigados no senso comum, e as possibilidades que pequenos entendimentos podem iniciar a transformação do pensamento.

Palavras-chave: Ensino, História da África, didático

Entre sambumbes, saberes e sabores: Cultura alimentar e escravidão no Vale do Cauca, Nova Granada (1750-1851)

Esteban Zabala Gómez

Resumo: O presente trabalho objetivou abordar e caracterizar o sistema alimentar dos escravizados e libertos do Vale do Cauca, na Nova Granada, entre os anos de 1750 – última etapa do comércio escravista- até 1851 – ano em que se aboliu a escravidão. O Vale foi uma região, inserida na Província/Governança de Popayán e se caracterizou por ter recebido cativos africanos das diferentes regiões da África ocidental, para o trabalho nas fazendas agropecuárias, produtoras, principalmente, de carne de boi e cana de açúcar. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi identificar as práticas em torno da alimentação dos africanos e seus descendentes que trabalharam como escravizados nas fazendas e casas de cidades do Vale do Cauca, isso sim, levando em conta os sistemas alimentares da África ocidental que se deslocaram e sofreram processos de transculturação através do Atlântico. Esta pesquisa foi feita mediante a análise de romances costumbristas do século XIX, escritos por valecaucanos que estiveram inseridos e vivenciaram o sistema escravista do Vale do Cauca. Ademais, trabalhamos com relatos de viajantes estrangeiros que chegaram à Nova Granada no decorrer do período escolhido, e que, no seu processo de escrita, descreveram os diferentes produtos, preparações e formas de consumo tanto dos escravizados e libertos, como da sociedade neogranadina em geral. Procurou-se compreender como os africanos e seus descendentes, no Vale do Cauca, se alimentaram no contexto socioeconômico em que viviam e como o contato com diferentes culturas fez que os seus sistemas alimentares se deslocaram e transformaram, incorporando novos produtos e técnicas.

Palavras-chave: alimentação escravidão tráfico transatlântico literatura Nova Granada

Os Sumbas e o discurso da antropofagia como entrave para penetração europeia na Senegâmbia no século XVI

Roberth Daylon dos Santos Freitas

Resumo: Esse trabalho tem por objetivo apresentar como os Sumba se constituíram um entrave para a penetração, principalmente comercial, do europeu no interior da Senegâmbia no século XVI. Entre 1540 e 1560 um processo de deslocamento demográfico aconteceu na região de Serra Leoa, que à época correspondia as regiões entre a Ilha dos Ídolos (Ilha de Los) e o Cabo do Monte. Esse deslocamento ficou conhecido como a "Invasão Mane" ou "Invasão Mane-Sumba". Mane era o nome que se dava para o grupo invasor cujas origens remontam ao Império do Mali e à tradição cultural Mandé, Sumba, por sua vez, era como se nomeava a vanguarda do exército Mane composta por membros das nações que subjulgaram durante seu processo de expansão e a eles se atribui uma suposta prática antropofágica. O presente trabalho tem como objetivo analisar como os Sumba ou os discursos construídos sobre eles por africanos, se constituíram um entrave para a expansão do comércio europeu p'além da Costa de Serra Leoa no séc XVI. Pretendemos evidenciar a agência dos africanos em lidar como intermediários nas relações comerciais entre o Interior e a Costa e explicitar como o discurso da antropofagia é, no caso de Serra Leoa, um elemento central para a consolidação desse tipo de relação comercial.

Palavras-chave: Sumbas, Senegâmbia, Agência, Antropofagia

Entre a biografia e a microhistória: a escrita da trajetória de Catharina Juliana

Flávia Gomes Chagas

Resumo: Nesta apresentação pretendo discutir os caminhos para a escrita e recriação da trajetória de vida de Catharina Juliana. A partir de sua trajetória, procuro compreender melhor os grandes movimentos da história local e mundial que formaram as estruturas onipresentes por trás dos comportamentos, escolhas e incertezas da vida dessa mulher. Ela viveu em Luanda e Ambaca na primeira metade do século XVIII, tempo

de grandes mudanças na lógica e nas relações das comunidades do território mais diretamente influenciado pela presença portuguesa em Angola, de expansão numérica e territorial do comércio de escravizados, o que causava um acirramento das tensões e a criação de novas estratégias e alianças. Também viveu em um contexto de amálgama de culturas e espiritualidades que se transformaram mutuamente. Portanto, entendemos que é crucial entender o contexto macro da vida de Catharina, os movimentos de poder invisíveis a um indivíduo subalterno a fim de entender melhor sua vida e vice-versa. Afortunadamente, Catharina se relacionou de forma íntima com João Pereira da Cunha, português degradado em Angola que ao longo de seu desterro construiu uma bem-sucedida carreira militar. Aliando as informações que temos a partir de sua vivência aos indícios de História presente nas fontes a respeito de Catharina temos uma visão privilegiada das relações na Angola setecentista. Neste trabalho pretendemos discutir justamente as melhores ferramentas teórico-metodológicas para tal análise. No caso de reconstruir a trajetória de Catharina percebemos que é justamente o escrutínio da metodologia que permite a criação do todo a partir de indícios, que embora abundantes, não são suficientes para se transformarem em uma narrativa histórica sem uma crítica global de seu contexto. Em nosso percurso de pesquisa transitamos entre a escrita de uma microbiografia, inspirada pelas *black biographies* da historiografia anglófona e a microhistória, método desenvolvido de forma difusa principalmente por historiadores italianos. Dessa forma, com uma análise apoiada em método e com diálogo construímos conhecimento, entendemos as violências cometidas contra Catharina e seus possíveis de resistência, e conhecemos um pouco mais do mundo onde ela viveu.

Palavras-chave: África, microbiografia, microhistória, gênero

Pensar a resistência no sudeste africano do século XVIII: as complexidades de um caso no Zumbo em 1787-1788

Guillherme Farrer

Resumo: O objetivo da presente comunicação é o de analisar a complexidade das resistências a situações de escravidão no Sudeste Africano a partir de um caso ocorrido na Feira do Zumbo entre fevereiro de 1787 e julho de 1788. A comunicação terá como pano de fundo a história do assassinato de Ganda, uma figura importante relacionada ao Beza em sua passagem pela feira em 1787, seguida da escravização de uma mulher - infelizmente anônima nas fontes -- de sua comitiva, até sua fuga no ano seguinte. Desta fuga resultará um cerco do Zumbo pelo nevangy do pondoro Beza, com as cobranças e resultante expulsão de António Caetano de Souza da feira -- uma figura proeminente dos muzungos (portugueses). A partir desta história, vários aspectos da complexidade das relações sociais no interior do sudeste africano serão pontuados, sobretudo do ponto de vista da resistência à escravidão e da relação entre os escravizados e as demais unidades políticas da região que não a portuguesa.

Palavras-chave: Resistência, Zumbo, Escravidão

A iconografia da ambição: O embaixador do Congo Antonio Manuel Nsaku Ne Vunta, um rosto para projetos de poder e expansão no século XVII

Tamires Celi da Silva

Resumo: O século XVII foi um período fértil em embaixadas que circularam pelo mundo atlântico ora construindo, ora desfazendo relações entre locais distantes. Essa circulação é marcada por trocas de saberes e práticas que ajudaram a construir o mundo moderno, no entanto, ainda é comum vermos ressaltado a construção deste mundo como um resultado da aventura europeia de se lançar nos mares e oceanos, retirando de cena outros agentes que participaram desta criação. Assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender a diplomacia para além dos paradigmas eurocêntricos, mas como um processo intercultural, baseado nas noções de troca cultural entre diversos agentes, marcada por uma mutabilidade, esquivando-se da ideia dos esquemas de grandes sistemas. Partindo de eixos como reciprocidade, credenciamento e a busca pela unidade marcada pela fé cristã, nossa proposta é analisar as representações da figura de Antonio Manuel, o Marques de Vunta, embaixador enviado pelo Manicongo Mpagu-

a-Nimi Lukkeni lua Mvemba, batizado D. Alvaro II do Congo, a Roma com o objetivo de demonstrar a sua fé e obediência a Igreja Católica e tornar o Congo um reino reconhecidamente cristão e soberano. O Marquês de Vunta percorreu Brasil, Portugal e Espanha, no entanto sua estadia no destino final foi breve, ficando em Roma apenas três dias, tendo como desfecho a sua morte, decorrente de uma febre grave. Entretanto, essa pequena estadia lhe rendeu um rico mausoléu construído a entrada da Basílica de Santa Maria Maior, uma das quatro maiores basílicas de Roma, e um busto de pórfiro negro, atribuído a um escultor da escola de Bernini. Além deste busto, um quadro atribuído ao pintor Raffaello Schiaminossi, e gravuras sem autorias expostas no Museu Britânico, são parte deste trabalho. Nossa análise tem como foco investigar as imagens produzidas sobre o embaixador congues como resultado deste espaço de trocas e construção e as narrativas destas imagens como fruto da ambição de Roma e do Mani Congo. Também compõe nossa análise, as correspondências trocadas entre o manicongo, embaixadores e o papa, publicadas na Monumenta Missionária Africana. Com elas, buscamos perceber como o manicongo D. Alvaro II buscou mobilizar a diplomacia para atingir interesses de governo, em um período em que o Reino do Congo buscava reestruturar-se após conflitos com outros povos e disputas comerciais com os portugueses em Angola, além de objetivarem sair das influências portuguesas na política local.

Palavras-chave: Diplomacia, Reino do Congo, África

Alexander Crummell: Múltiplas Articulações de Raça e Democracia

Petrus Albino De Oliveira

Resumo: Esta apresentação tem como objetivo discutir as ideias políticas e sociais expostas pelo intelectual e pregador afro-americano Alexander Crummell (1819 – 1898), principalmente no que diz respeito às discussões sobre raça e democracia. Nesse sentido, a partir das obras literárias e dos sermões produzidos por Crummell no decorrer de sua vida, procura-se investigar as diferentes articulações realizadas entorno da questão racial e condição negra nos Estados Unidos, na tentativa de demonstrar os projetos propostos pelo autor para a solução dessas contradições que se apresentavam

ao futuro da democracia estadunidense do século XIX. Por fim, há uma preocupação também em pensar os diálogos estabelecidos pelo autor na exposição de suas ideias, isto é, quais autores e formulações este mobiliza para a exposição e construção de sua base argumentativa, com foco principal nas ressignificações de referenciais e estruturas filosóficas da literatura inglesa e ocidental. Para realizar esta análise, pretende-se utilizar como fontes primárias as obras: “The Future of Africa: Being Addresses, Sermons, Etc., Etc., Delivered in the Republic of Liberia” (1862) e “Africa and America - Addresses and Discourses” (1891). Ademais, em relação à bibliografia secundária, vale-se de duas obras do historiador Wilson J. Moses, o livro “Alexander Crummell: A Study of Civilization and Discontent” (1989) e o artigo “Civilizing Missionary: A Study of Alexander Crummell” (1975), como suporte biográfico e informativo da vida cultural, política e social de Crummell. Também, para fins de contextualização do ambiente intelectual vivido por este, é mobilizada a tese de Guilherme Antônio: “África deve-se unir? :a formação da teórica da unidade e a imaginação da África nos marcos epistêmicos pan-negristas e panafricanos (séculos XVIII – XX)” (2018). Finalmente, em vista de um suporte teórico conceitual para pensar a apropriação de referenciais e ideias da literatura ocidental pelo autor, recorre-se à categoria de “Tradução” exposta por Homi Bhabha no primeiro capítulo da obra “O Local da Cultural” (1998). Portanto, espera-se que essa apresentação, à luz das discussões empreendida por Alexander Crummell, possa constituir-se um ponte de reflexão em tempos contemporâneos nas quais a democracia moderna tem seus limites e suas falhas apontados, ao mesmo tempo que políticas e ações sob justificativas raciais e segregacionistas retomam e se ampliam em diferentes espaços no cenário mundial

Palavras-chave: Intelectual, Crummell, Raça, Democracia, Filosofia

Raça e Racialismo nos primeiros discursos de Edward W. Blyden (1856 - 1871)

Tainá Elis Santos de Souza

Resumo: Edward Wilmot Blyden, nascido em 03 de agosto de 1832 na ilha de São Tomás no Caribe, foi um reconhecido intelectual negro do século XIX. Em dezembro de 1850 emigrou para a Libéria, através da American Colonization Society (ACS), influenciado por pessoas que acreditavam que, com seus talentos intelectuais, Blyden ajudaria a construir uma grande nação negra na África. O processo de emigração envolvendo a ACS (de 1820 até 1904) levou para a África, principalmente, negros libertos pobres do Sul, alguns com suas famílias, sendo que havia entre estes expatriados uma minoria intelectual negra, dentro da qual podemos incluir Edward Blyden. Na Libéria, ele se tornou um influente político, educador e diplomata. Os emigrados estabeleceram na Libéria um projeto de colonização fortemente influenciado pelo discurso civilizatório ocidental. Este trabalho se propõe a analisar os primeiros discursos Edward Blyden para evidenciar o papel da raça nos seus discursos sobre a construção e estabelecimento da República da Libéria na África, contemplando discursos feitos no início da sua trajetória intelectual, iniciada com a publicação do panfleto "A Voice from Bleeding Africa on Behalf of Her Exiled Children", reunindo seus discursos publicados até a data do autoexílio em Serra Leoa, no ano de 1871. Dessa forma, acreditamos que poderemos identificar qual era o papel da raça na economia discursiva do seu projeto para uma regeneração da África. a partir da colonização na Libéria. Além disso, iremos identificar o papel da raça na construção nacional e como ela se relacionava com os conflitos políticos de Edward Blyden com a elite "mulata" na capital Monróvia. Apesar de ser considerada como ponto principal do argumento políticos de Blyden, entendemos que nos seus primeiros discursos a sua noção de "pureza racial" possuía um papel ambivalente. A designação de mulato era politicamente localizada, utilizada, especialmente, para designar aqueles que se opunham ao seu projeto de regeneração, especialmente no período analisado aqui. O conceito de raça em Blyden avança para além de um discurso que homogeneizava todos negros. O que tentamos demonstrar é como dentro dele existiam hierarquizações: exilados x nativos e entre as populações africanas. A sua noção de sentimento racial compartilhado era essencial, porém não era totalizante, ela permitia a reivindicação do território africano pelos negros exilados e o protagonismo deles no processo de regeneração dos nativos.

Palavras-chave: raça; racialismo; Edward W. Blyden; Libéria; história intelectual.

A construção ambivalente do discurso colonial

Vinicius Augusto Mileib

Resumo: O resumo do artigo nos informa sobre a ideia da formação identitária dos atores no contexto colonial é fundamental, afinal, sua construção é importante para definir os locais habitáveis por cada um. O escritor pós-colonialista Homi Bhabha analisa as prerrogativas discursivas para essa construção em seu livro “Local da Cultura”, do ano de 1994, e será de grande contribuição epistemológica. O autor utiliza os estudos de Frantz Fanon, para uma exemplificação dos casos analisados psicologicamente pelo martinicano com os males causados pela guerra da Argélia. Logo, podemos partir de uma pergunta fundamental de seus estudos, o que é o negro? Quem é o negro? Construir a imagem do negro é uma transgressão da verdade, visto que seu significado conceitual é esvaziado de sentido, de grande valoração para o entendimento posterior da ambivalência de raça, sexualidade, cultura e classe no mundo colonial. O racialismo desloca o corpo colonial para um não lugar, ele não existe, “O negro não é. Nem tampouco o branco”, A base empática do Negro/Branco e Eu/Outro são infundadas desde que se descobre que são formadas por um mito narcisista da negritude ou supremacia cultural branca, como aponta Bhabha, precisa-se desconstruir o esvaziamento para compreender o que são. A efabulação da razão negra consiste em um conjunto de vozes, enunciados e discursos que perpassam a divisão temporal ocidental (antigo, medieval, moderno e contemporâneo), uma construção feita para legitimar uma pretensão enganosa do selvagem exótico. A contínua produção de imagens no cotidiano da desqualificação moral para poder corroborar uma instrumentalização corpórea do negro para a sua servidão nos diz muito sobre o projeto econômico. O debate da racionalidade negra é apenas um modo de como colocar regras sobre seus espíritos animalizados e como utilizar isso em favor dos colonizadores, um simples corpo exploratório endossado por um conceito racial, como descreve Achille Mbembe em “Crítica da Razão Negra”. Levando-se em consideração os aspectos abordados, a

construção do discurso colonial se dá através de uma historiografia que analise o meio utilizado, com referências de Bhabha e Nietzsche, contribuindo com estudos de casos dos autores africanistas Mbembe, Fanon e Césaire. O artigo se volta para o continente africano e as repercussões que assolaram o continente até o despertar pelo signo da violência como um estopim para uma emancipação nacional do mundo colonizado.

Palavras-chave: Homi Bhabha, discurso colonial, Achille Mbembe, negro e consciência

As entrelinhas da memória silenciada: A construção da memória da Guerra de Biafra através da obra de Chimamanda Adichie: “Meio Sol Amarelo” (2006/2008)

Amanda Ribeiro dos Santos

Resumo: Este trabalho possui a intenção de identificar, analisar e problematizar como a narrativa dos personagens do livro “Half of a Yellow Sun” (Meio Sol Amarelo no Brasil, pela Companhia das Letras) da autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, publicado em 2006 e traduzido para o português em 2008, estabelece uma memória da Guerra de Biafra, acontecimento que assolou a Nigéria entre os anos de 1967 e 1970. O país detém maioria étnica dividida entre os povos hauçá, igbo e iorubá. Tensões políticas geradas já antes da independência em 1960, e em ascensão nos próximos anos, fizeram com que o conflito armado se desencadeasse entre os povos Igbo e Hauçá em 1967, resultando na secessão da região Igbo do resto do país, criando a República de Biafra. O romance de Chimamanda Adichie é voltado para a perspectiva Igbo e acreditamos que três aspectos podem ser levantados para se compreender a construção da memória: sendo o primeiro a contribuição da personagem Olanna no ensino de educação cívica para seus alunos refugiados; o segundo se apresenta na forma de um livro dentro do romance cuja autoria pertence a Ugwu, e pretende relatar os eventos da Guerra de Biafra sob o título de “O mundo estava calado quando nós morremos”; e o terceiro elemento se faz a partir de trechos midiáticos fictícios, vistos na obra, nas vozes da Rádio BBC e a Rádio Biafra. A partir desses pontos, espera-se que possamos delimitar a existência, ou não, da representação de processos e mecanismos de estruturação de um tipo de memória nacional assim como compreender a participação feminina na elaboração desta

memória e destrinchar as formas em que a relação entre a literatura com o conceito de nação aparecem tanto no romance quanto no livro do personagem Ugwu "O mundo estava calado quando nós morremos". Pretendemos ainda, identificar as possíveis transformações da relação de alteridade sofridas, no romance, entre os povos Igbo e Hauçá; investigar como a autora descaracteriza a memória da Guerra de Biafra estabelecida pela imprensa mundial através de uma nova abordagem no romance; estudar até que nível a presença do Estado pode ser sentida pelos personagens no decorrer da guerra e até que ponto as associações e cooperativas fizeram o papel do Estado no livro.

Palavras-chave: Memória - Literatura africana - Anticolonialismo - Guerra de Biafra

A Corporificação da Deusa

Luíza Moreira Miranda

Resumo: Esta apresentação tem por objetivo analisar como a ideia desenvolvida por Homi K. Bhabha sobre a ambivalência dos estereótipos se faz presente no filme *Vénus Noire*, de Abdellatif Kechiche, e também de fazer um balanço a partir de preceitos feministas sobre a situação de Sarah Baartman, apresentada no filme. Utilizaremos especialmente da teoria desenvolvida pela nigeriana Chioma C. Opara de femalismo para tal, tendo vista que somente uma teoria desenvolvida por uma africana africanista poderia ser utilizada para falar sobre os sofrimentos de Baartman. Bhabha argumenta que a ambivalência do discurso produzido por colonialistas sobre africanos foi fundamental para o sucesso da colonização. Havia de se ter justificativas convincentes para que a população europeia apoiasse tal feito, e o indiano defende que essa construção se deu através de extensas obras culturais e sociais para constante diminuição do negro, colocando-o numa casta inferior ao branco, de modo que nunca poderia ascender em sua igualdade; mas ainda classificando-o como humano, porque como tal, ainda poderia vir a alcançar uma situação "menos pior" do que aquela na qual se encontrava: bastava uma ajuda do grande civilizador europeu (emblematicamente sugerindo o Fardo do Homem Branco). Em *Vénus Noire*, Kechiche explora como tais

estereótipos, que vinham sendo construídos muito antes do advento da colonização, culminaram na possibilidade da existência de um espetáculo exploratório como foi “A Vênus Hotentote”, que persistiu de 1810 a 1815, no Reino Unido e em Paris, onde Sarah veio a morrer. Então, a partir das ideias femalistas de Opara, argumentaremos sobre como seu sexo tornou o jugo de Sarah ainda pior e os europeus chegavam a compará-la a orangotangos. A falta de uma rede de apoio, a morte de seu filho previamente à sua chegada à Europa e a condição de viver constantemente sob o olhar opressor nos remete ao discurso de Opara, que diz “É em vista desse compromisso [à liberdade de uma nação] que o femalismo [...] [liga] a liberdade da mulher à da nação africana. A mulher, em sua condição de sujeito corporizado a partir de papéis de nutriz/cuidadora culturalmente atribuídos, passa por mutilações culturais, ambiguidades e anseios patriarcais anacrônicos.” Com isso em mente, podemos começar a entender a extrema solidão que acometia Sarah, e vemos que ela estava numa posição de falta de poder não somente como pessoa, mas também como mulher, coibindo qualquer tomada de ação por sua parte.

Palavras-chave: África, feminismo, ambivalência, esteriótipo, filme

Os Mbuti e a questão antropológica em St. Louis (1904)

Ygor Gabriel Alves de Souza

Resumo: As Exposições Universais foram eventos que marcaram o desenvolvimento do ocidente a partir de meados do século XIX. A presente comunicação pretende investigar características específicas de uma das edições, a Louisiana Purchase Exhibition, realizada em Saint Louis, nos EUA, em 1904. Buscando analisar os acontecimentos deste evento, a comunicação almeja discutir as concepções antropológicas em voga durante a realização da Exposição, sobretudo aquelas que guiaram a construção do Departamento de Antropologia da feira, coordenado pelo etnólogo William J. McGee. Tomando por objeto central a exposição de indivíduos Mbuti, levados da região central da África, o trabalho busca debater as percepções da organização do evento sobre a ideia de evolução e superioridade racial, articulando-as com a dinâmica do colonialismo vigente.

Para tanto, a pesquisa utiliza os documentos produzidos à época pelos organizadores da Exposição – catálogos e relatórios – e os discursos elaborados e veiculados em jornais locais, observando-os por meio da perspectiva da análise da dominação colonial elaborada por Homi Bhabha. Dessa maneira, o trabalho articula percepções de modernidade atreladas às definições evolutivas circunscritas na perspectiva antropológica do início do século XX e sua utilização para a subjugação e dominação do outro.

Palavras-chave: Exposição Universal, Antropologia, Mbuti, Colonialismo

Características da Produção Imagética da Antiga Núbia: Uma análise das Imagens Cuxitas do Museu Britânico

José Vinícius Peres Silva

Resumo: O presente trabalho pretende analisar os elementos imagéticos contidos em objetos e murais produzidos pelos povos Núbios, que habitavam o Nordeste do continente Africano durante o período da História Antiga da África. Mutas vezes associados aos Antigos Egípcios, os Nubianos tiveram um Império duradouro que se inicia por volta do século XX a.c e se prolongou até o IV século da era moderna. Em razão da dominação pelos egípcios, os Nubianos têm suas características gerais da arte, política e cultura absorvidas do povo egípcio. Ao que tudo indica de acordo com Shehata Adam (2010) no exemplar II de História Geral da África, os Nubianos do Reino de Cuxe extrapolaram sua ligação com o Egito. Prova disto é que a partir do início da era cristã transformaram sua obra artística de forma mais dinâmica e independente. Seguindo tal entendimento, os artigos de Museu juntamente com as produções historiográficas atuais, tendem a colocar o povo Nubiano como uma extensão do Império Egípcio antigo, fazendo que haja uma desassociação do caráter único e autossuficiente deste povo. Deste modo, a partir deste norte, buscamos refletir os aspectos diferenciados acerca da produção imagética Núbia identificando similaridades e diferenças entre os egípcios através da perspectiva historiográfica não sobre uma ótica de dependência, mas sim de autoafirmação da cultura dos Núbios. Assim realizaremos uma análise das peças

presentes no Museu Britânico na cidade de Londres como parte para reflexão do nosso objeto.

Palavras-chave: Imagem, Africa Antiga, Núbia, Reino de Cuxe

ST 18 - Limites e contradições da modernização brasileira no período republicano

Paula Miranda de Oliveira

Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
paulaoliveiramol@gmail.com

Luisa Marques de Paula

Mestre em Educação
luisadepaulam@gmail.com

Guilherme Alonso Alves

Mestrando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
guilhermealonso77@gmail.com

Proposta do Simpósio

A percepção, amplamente difundida em partes da nossa sociedade, de que o Brasil estaria vivendo uma fase de regressão conservadora, engendra a necessidade de colocarmos no centro do debate o recorrente senso dual de que o nosso passado e o nosso presente podem ser entendidos por meio de um equilíbrio instável entre características apontadas como arcaicas ou modernas. Com este Simpósio, nosso principal objetivo é colocar em diálogo trabalhos que tenham como questão central os embates e as consonâncias entre as diversas propostas e iniciativas de modernização ocorridas no Brasil republicano. Buscamos trabalhos que apresentem e analisem projetos que se diziam capazes de superar o que afirmavam ser atrasos na formação histórica brasileira, e que problematizem os antagonismos gerados por esses projetos. Daremos preferência a trabalhos que utilizem a categoria de modernização de maneira diversa e polissêmica, o que possibilitará discussões que contemplem desde as políticas da República recém-inaugurada, até as propostas de ampliação da participação política e de acesso aos serviços públicos ocorridos após a redemocratização de 1988. Em suma, intentamos discutir como a formação histórica brasileira foi pensada durante o período republicano e como políticos, intelectuais, artistas e demais sujeitos históricos

formularam críticas, teorias e estratégias permeadas pelo dualismo arcaico vs. moderno.

As relações internacionais do Brasil com Alemanha, Argentina e Estados Unidos em relação aos discursos de Getúlio Vargas em junho de 1940.

Estela Gontijo da Cruz

Júlia Kern Castro

Resumo: O presente estudo procura analisar os discursos proferidos por Getúlio Vargas em junho de 1940, a fim de compreender as reações causadas na imprensa nacional e internacional, além das consequências para as relações diplomáticas do Brasil naquele momento. Para isso, buscou-se o recorte de, no continente europeu, observar a Alemanha e, no continente americano, os Estados Unidos e Argentina, países que se mostraram bastante interessados e inteirados dos rumos políticos no Brasil. Além disso, busca-se um estudo de como era a relação desses países com o governo brasileiro antes da fala de Getúlio Vargas, pelo menos a partir da implementação do Estado Novo, em 1937, num contexto em que o Brasil exercia uma política de “equidistância pragmática”, ou seja, buscava manter-se em posição de neutralidade para obter vantagens das disputas comerciais, principalmente entre Estados Unidos e Alemanha. O Estado brasileiro naquele período tinha como principais objetivos o fortalecimento das forças armadas, pois via a necessidade de se defender dos conflitos exteriores que já se desenrolava no continente europeu e também construir a Companhia Siderúrgica Nacional, e assim poder disputar com a Argentina a posição de destaque e força entre os países da América do Sul. A fim de alcançar tais objetivos, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas e comerciais, mesmo antes da Segunda Guerra Mundial com a Alemanha, através de marcos de compensação porque suas economias eram complementares; e com os Estados Unidos da América, pois nesse período estava em vigor as ideias da “política de boa vizinhança” e o panamericanismo, que consistia em estabelecer uma zona de influência e interdependência entre os países do continente americano. Para a realização dessa pesquisa foram analisados os discursos proferidos por Getúlio Vargas em junho de 1940, além de artigos e documentos acerca de como os

impressos nacionais e internacionais noticiaram tais declarações, assim percebendo qual a reação desses países às palavras de Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Era Vargas, Segunda Guerra Mundial, diplomacia, equidistância pragmática, panamericanismo.

**“O que dá ao pobre não terá falta”: diálogos entre elite, imprensa e religião no jornal
“O Pobre”**

Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira

Resumo: O fim do século XIX marca na cidade de Juiz de Fora um salutar processo de modernização e industrialização pioneiro no estado mineiro, financiado por uma elite heterogênea e diversificada, tendo como atividades principais a cafeicultura, a indústria e uma forte atividade comercial. Nesse sentido, é preciso levar em consideração que como ocorreu em diversas cidades do sudeste nesse período, os limites entre poderes locais, representados pela municipalidade e demais instituições políticas; e membros da elite são vagos e imprecisos, não raro essas personalidades ocupavam cargos nessas instâncias de poder e através do jogo político, implementavam seus projetos de modernização urbana, que iam além do próprio espaço, e se estendiam em modelos de educação primária, e principalmente o uso de recursos disponíveis afim de consolidarem nas classes populares e trabalhadores a ideologia do trabalho, calcada na dignificação do homem através dessa atividade. Contudo, os diálogos e sociabilidades presentes nesses campos institucionais não se davam somente entre o poder local e as elites, ao contrário, havia toda uma estrutura e tessitura social que enredava outros atores, como a imprensa e a igreja, por exemplo. A partir disso, no contexto da cidade de Juiz de Fora, desponta um curioso e importante objeto de análise: o jornal O Pobre, idealizado pela União Católica Pão de Santo Antônio, entidade esta fundada pelo comerciante e benfeitor de maior distinção na cidade, Batista de Oliveira, também um homem preocupado com as causas sociais e um católico fervoroso. Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar esse periódico que descortina questões importantes nesse processo de modernização que a cidade atravessava, como os usos possíveis do discurso católico feitos pela elite, ou parte dela, no sentido de corroborar seus próprios

discursos e projetos; e como em uma cidade sem uma tradição fortemente religiosa, tradicional na maior parte de estado de Minas Gerais, acabou impelida por um avanço religioso nesse contexto, com a implementação tardia do ultramontanismo, tendo como uma das suas bases de consolidação, parte dessa elite leiga do município, que endossa as novas práticas católicas, ao mesmo tempo em que, de certa forma, se apropriam delas; tendo como pano de fundo o contexto da modernização e das relações estabelecidas entre elite, imprensa e igreja.

Palavras-chave: Modernização. Igreja. Imprensa.

**“A legião dos rejeitados”: a lógica de exclusão social da política migratória no Brasil,
1930 – 1950**

Pedro Jardel Fonseca Pereira

Resumo: A partir da década de 1930 no Brasil, a migração interna tornou-se uma realidade incentivada e financiada pela política migratória, como o objetivo de suprir os Estados do Sudeste de mão-de-obra. Milhares de pessoas do Norte e Nordeste do país migraram, sobretudo para São Paulo em busca de trabalho. No entreposto desse movimento estava Montes Claros, MG. A cidade funcionava como local obrigatório de parada dos migrantes, pois a mesma sediava um posto avançado da Inspetoria do Trabalhador Migrante, onde era realizada por médicos uma triagem desses, uma vez aprovados eles recebiam alimentação, hospedagem e bilhete de passagem gratuita no Trem. Nesse período, a cidade era Ponta de trilhos, local de embarque e desembarque para toda a região. Por isso também atraía grandes contingentes de pessoas que desejavam embarcar inclusive para outros Estados. Devido aos critérios rigorosos adotados pela política migratória, grande parte desses sujeitos ficava retida em Montes Claros. No início da década de 1930, a população urbana do município era de 8.360 habitantes. Enquanto os dados referentes aos migrantes em 1934 são de 9.060. No ano seguinte foram contabilizados 10.101 retirantes na condição de desabrigados, mendigando na rua para sobreviver. Essa era a realidade: “São muitos caminhões que aqui chegam diariamente, abarrotados de flagelados que são despejados no prédio da antiga Escola Normal, onde recebem alimentação e são submetidos a rigoroso exame médico. Depois

desse exame os que prestam são mandados pra São Paulo e outros estados onde encontrem trabalho” (Gazeta do Norte, 05 agosto de 1939). O objetivo da presente pesquisa é analisar a lógica de exclusão social criada pela política migratória desse período, para atender a demanda de mão-de-obra, sobretudo de São Paulo, a mesma foi responsável pela marginalização de milhares de trabalhadores migrantes. Nesse sentido, questionamos: qual era o destino desses sujeitos depois de serem retidos nessa cidade? Teoricamente fundamentamos a presente pesquisa nos autores que discutem sobre a Nova história política, devido ao fato de ser um período fortemente nortado pelas decisões política do governo de Getúlio Vargas em relação aos trabalhadores, desincentivo da imigração estrangeira e o estímulo da migração interna. A metodologia é com base na análise de fontes obtidas no Jornal O Gazeta do Norte e outros documentos que informam sobre o universo desses sujeitos retidos em Montes Claros.

Palavras-chave: Migração, trabalhadores, política-migratória, Montes Claros

A celebridade Rui Barbosa: os interesses e as estratégias políticas que levaram a uma ação museal e patrimonial na casa de um homem público (1889-1938)

Mariana Freitas

Resumo: Durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, Rui Barbosa era um nome dotado de uma grande expressão política no Brasil. Ele ocupou os cargos de Ministro, Senador, Embaixador e teve participação ativa na imprensa, se tornando uma figura celebrada, despertando a curiosidade, alimentando o espetáculo público e afirmando uma notoriedade na sociedade brasileira da época. Mesmo aqueles que não conheciam seus feitos, tinham ouvido falar de seu nome. Quando morreu, houve uma grande comoção nacional, seu velório foi uma verdadeira apoteose e suscitou inúmeras inquietações, como por exemplo, o que iria acontecer com todo o seu legado e qual seria o destino do homem célebre. Foi neste contexto que em 1924, imediatamente um ano depois de sua morte, o Governo Federal comprou a casa onde viveu Rui Barbosa e anunciou seus projetos para transformá-la em museu. A casa foi transformada em museu, de fato, por meio de um decreto em 1927 e foi aberta ao

público em 1930. O ano em que o Museu Casa de Rui Barbosa foi inaugurado, foi também um ano de mudança no cenário político brasileiro, que levou a ascensão de novas políticas culturais e patrimoniais no país. Assim, em 1938, a casa em que viveu Rui Barbosa deixou de ser apenas um museu, para se tornar um patrimônio cultural nacional. Neste trabalho, nos propomos a analisar a trajetória política de Rui Barbosa, sua notoriedade na imprensa e o grande evento simbólico que foi o seu velório, como sendo fatores importantes para que Barbosa se tornasse uma celebridade política da época. E assim, entender os interesses e as estratégias políticas dessa celebração, que levou a uma ação museal e, futuramente, patrimonial, na casa de um homem público.

Palavras-chave: Rui Barbosa - Política - Celebridade - Museu – Patrimônio

A "desilusão republicana" nas trajetórias intelectuais de Belmiro Braga e José Madeira de Freitas: refletindo sobre a adesão ao integralismo no início da década de 1930

Sérgio Augusto Vicente

Resumo: Esse trabalho, que integra o projeto de pesquisa de doutorado acerca da trajetória intelectual do mineiro Belmiro Braga (1872-1937), é resultante de um esforço ainda incipiente de pensar as interfaces do referido personagem histórico com a política brasileira nas três primeiras décadas do século XX. O texto se propõe a refletir sobre o sentimento de “desilusão republicana” presente em sua produção e na de outros intelectuais contemporâneos, como o escritor José Madeira de Freitas - mais conhecido pelo pseudônimo Mendes Fradique. Pautando-se em referenciais teóricos da chamada história política renovada, como o uso dos conceitos de cultura política, geração e redes de sociabilidade, buscaremos uma abordagem processual e interacional de ambos os personagens na Primeira República e nos anos iniciais da década de 1930, sem perder de vista as possibilidades e limites de se pensar a relação entre a "desilusão republicana" e a adesão a ideologias conservadoras - como o integralismo - nesse período.

Palavras-chave: Belmiro Braga, José Madeira de Freitas, Primeira República

ST 19 - Cultura e Intelectualidade na Antiguidade Tardia e Idade Média

Carolina Minardi De Carvalho

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
carolina.minardi@gmail.com

Fábio Henrique Ribeiro Barbosa

Mestrando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
fillodok@gmail.com

Leandro César Santana Neves

Doutorando em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro
lcneves.clio@ufrj.br

Pedro Henrique Pereira Silva

Mestrando em História
Universidade Federal de São João Del Rei
pedrop.ufsj@gmail.com

Proposta do Simpósio

A proposta desse Simpósio Temático é consolidar os Encontros de Pesquisa em História da UFMG como espaço para debate, meio de intercâmbio, consolidação e expansão das pesquisas realizadas no Brasil sobre os períodos convencionados como Antiguidade Tardia e a Idade Média. Entende-se que eventos desse tipo são importantes para aprofundar as reflexões e os diálogos historiográficos, bem como apresentar novas fontes ou abordagens ainda pouco conhecidas. O objetivo principal é contribuir para a compreensão das práticas culturais e intelectuais nos mais diferentes recortes e possibilidades investigativas relacionadas ao Medieval. Tais práticas possuíam especificidades e fundamentavam tanto relações cotidianas quanto grandes teorizações relacionadas ao político e à inspiração deste no Ocidente, tanto quanto no Oriente. Destarte, reflexões relacionadas à estruturação desses aspectos, em suas múltiplas dimensões, possibilitam maior compreensão dos discursos construídos em torno de diversas questões, como a alteridade, a magia, a criação artística, o gênero, a justiça, os governos urbanos, a filosofia, entre outros. Ressalta-se, ainda, o papel das religiões nas transformações das noções e categorias de tempo, e na construção de meios para

sistematizar a sua passagem, bem como nas formas de apreendê-lo e de interpretar a história humana. A temática proposta, portanto, é bastante ampla e possibilita a inclusão de problemáticas pertinentes a diversas regiões e recortes temporais da Antiguidade Tardia e Idade Média. Propomos que seja realizado um debate interdisciplinar, ancorado na percepção do tema pela História, que permita a troca experiências entre pesquisadores que se dedicam ao estudo dessas temporalidades em áreas diversas do conhecimento. A metodologia adotada pelo Simpósio Temático será a apresentação de comunicações agrupadas pelos coordenadores, tendo como base a proximidade temática, seguida por debates que possibilitem a participação dos ouvintes.

Entre proibições e transgressões: a atuação do bispo Cipriano na cidade de Cartago e a disciplinarização do corpo da virgem cristã

Carolline da Silva Soares

Resumo: Nesta comunicação temos a intenção de refletir acerca de alguns pontos da paisagem urbana da cidade de Cartago, localizada no norte da África, nomeadamente, na província imperial romana da Africa Proconsularis, durante o século III d.C. Com base no tratado *De habitu uirginum*, escrito pelo bispo cartaginês Cipriano, em 249 d.C., pretendemos averiguar a intenção do autor ao lançar sobre os espaços físicos da cidade, críticas e avaliações negativas e a razão pela qual ele proibiu o trânsito das virgens cristãs por tais ambientes. Demonstraremos, igualmente, o cotidiano das virgens na cidade greco-romana, bem como as suas transgressões, em clara oposição às regras disciplinares estabelecidas por Cipriano. Em seu tratado, Cipriano traça o ideal de virgem cristã e a importância delas para a Igreja que estava se institucionalizando. Nele podemos averiguar quais eram as normas e as regras que as virgens deveriam seguir, o que deveriam usar e portar, quais os lugares que poderiam frequentar, com quem poderiam se relacionar e as funções que deveriam desempenhar. Cipriano formula, assim, um discurso moral referente à disciplinarização do corpo da virgem cristã, evidenciando um conjunto de normas direcionadas a elas. De tal forma, Cipriano, como representante e porta-voz da Igreja, contribui para a formação de uma consciência que

perpetua os princípios de uma sociedade patriarcal tal qual como a sociedade greco-romana, e colabora para a conservação das identidades de gênero que se perpetuará até os dias atuais.

Palavras-chave: Cipriano de Cartago, espaço citadino, virgem cristã, gênero.

De Bono Coniugali e Sancta Virginitate: Agostinho de Hipona e a construção de imagens limitantes das sexualidades frente à Querela Jovinianista

Silvio Romero Tavares Neiva Coelho

Resumo: O monge Joviniano viveu na cidade de Roma em fins do século IV e pregou uma doutrina onde não haveria diferença entre os cristãos que escolhessem viver em matrimônio (coniugali) e os praticantes da castidade ou da continência (continentes), deixando todo cristão batizado em igualdade independente da performance de sexualidade desde que de acordo com essas categorias. Esse ocorrido é historiograficamente denominado Querela Jovinianista e foi amplamente combatido pelos doutores da Igreja, em especial por Sirício, Jerônimo e Ambrósio, que o fizeram com bastante contundência. Aureliano Agostinho escreveu dois tratados doutrinários sobre essa questão, aproximadamente entre os anos 402 e 412 da Era Comum. O primeiro deles, *De Bono Coniugali*, conta com 26 capítulos e dois apêndices e aborda as questões e regras do matrimônio e da convivência entre os coniugali. O segundo, *Sancta Virginitate*, foi dividido em duas partes contando com um total de 55 capítulos, onde o autor se debruça sobre o comportamento dos continentes, bem como seus diferentes tipos sociais. O intuito do hiponense se torna turvo: por um lado é evidente no texto a oposição às idéias jovinianistas, por outro, muito provavelmente o bispo hiponense nunca chegou a ler os escritos de Joviniano e, em vários pontos ele atinge as argumentações de Ambrósio, assim como a busca construção de uma lógica hierarquizante acerca das práticas sexuais, que apesar de mais palatável que as de Ambrósio, não iriam em concordância com as de Joviniano. Dado esse contexto, buscarei entender como os dois tratados conversam na criação e desenvolvimento de uma lógica anti-reprodutiva e anti-sexualidade ativa, fazendo parte da construção do que ordeiramente chamamos heteronormatividade. Para isto tomarei como base a

Teoria Queer e o conceito de dispositivos de sexualidade de Michel Foucault, bem como partirei da pesquisa já realizada por Wendell dos Reis Veloso, buscando evidenciar novos elementos acerca das sexualidades nestas obras.

Palavras-chave: Agostinho de Hipona, Sexualidades, Querela Jovinianista, Virgindade, matrimônio

Eclesiologia do erro: Pensando a Igreja de Rus a partir dos “desvios latinos” (1054-1089)

Leandro César Santana Neves

Resumo: Acusações contra supostas práticas consideradas desviantes da norma cristã e heréticas espalharam-se territórios ortodoxos após o chamado “Grande Cisma” de 1054 por meio de listas de alegados erros dos adeptos ao rito romano, sendo particularmente comuns em Rus. Propomos nesta apresentação a análise de algumas dessas instâncias, onde três metropolitas de Kiev (Efraim, Jorge e João II) denunciam erros referente ao sagrado pelos seguidores do rito romano na segunda metade do século XI. Argumentamos que os clérigos supracitados, ao enumerarem desvios e suas justificativas, constróem uma noção de Igreja tendo como base um sagrado cristão que se pretende cristalizado, retirando de Roma qualquer prerrogativa de dizer o sagrado ao mesmo tempo que a reivindicam para sua comunidade de fé. Desse modo, os metropolitas legitimam sua Igreja dentro da comunidade eclesial universal por meio do contraste com uma “ex-Igreja”.

Palavras-chave: Rus de Kiev, metropolita, eclesiologia, heresiologia, sagrado

Tomás de Aquino: um intelectual escolástico da Idade Média

Cícera Leyllyany Fernandes de Lira Freitas Müller

Resumo: Ao falarmos de Tomás de Aquino (1224-1273), geralmente a primeira coisa que nos vem à cabeça é sobre a sua participação na criação de novos dogmas da Igreja católica. No entanto, devemos ressaltar que para além disso, ele também é considerado por alguns historiadores como um grande intelectual. No século XIII, a Igreja voltou a

enfrentar as heresias, principalmente a Albigenses, e duas formas de combate foram traçadas: uma corporal — cruzadas — e outra intelectual — Ordens medicantes. Na área do saber, a Ordem que mais se destacou foi a dominicana. Ela, que mais tarde seria a responsável pelo Tribunal do Santo Ofício, nasceu como uma proposta de evangelização por meio da razão. Seus membros passavam a maior parte de seu tempo se dedicando aos estudos para serem capazes de contrapor os ideais heréticos explicando de maneira lógica assuntos complexos como a Trindade, a Transubstanciação e a comprovação da existência de Deus. Eles eram intelectuais por natureza, mas com algumas características dissonantes da figura tradicional do intelectual. Segundo Jacques Le Goff, esse homem que se dedicava aos estudos de obras clássicas gregas e romanas, surgiu dentro das universidades medievais, no auge da escolástica, que aliás, daria base para o surgimento da metodologia usual das instituições de ensino. Possuía técnicas de ensino específica, instrumentos próprios e vivia da renda de honorários, oriundo de seus ensinamentos. Diferentemente dos seus antecessores —Filósofos e monges professores— traziam consigo novas técnicas argumentativas que aliavam disciplinas das sete artes liberais aos textos bíblicos conciliando a Fé cristã à Razão filosófica. Tomás de Aquino que era, dominicano e escolástico, é ao nosso ver um clérigo intelectual. Ele escreveu obras importantes para o reforço a fé cristã, mas ao mesmo tempo deixava exposto nelas toda sua capacidade intelectual aliando as técnicas, a metodologia e os argumentos dialéticos usuais da figura cunhada por Le Goff.

Palavras-chave: Tomás de Aquino, intelectuais, universidades, escolástica, dominicanos.

"Teodoro Estudita, o mosteiro de Estúdio e sua oposição ao Palácio Imperial durante a 'controvérsia moechiana' e o segundo iconoclasmo."

Caroline Coelho Fernandes

Resumo: Teodoro Estudita foi um monge que no decorrer do século IX tornou-se uma importante força de oposição frente às decisões imperiais, consideradas pelo mesmo como ultrajantes à moral cristã bizantina. Em duas ocasiões colocou-se contrário ao imperador e suas ações sofrendo consequências como o exílio. Em função disso, nosso

objetivo se insere na tentativa de compreender o papel do mosteiro de Estúdio como oposição ao Palácio Imperial e suas relações com o mesmo, uma vez que os monges estuditas eram considerados importantes meios de contato e influência sobre a população. Pretendemos fazer isso a partir do estudo de caso da “controvérsia moechiana” e do retorno da política iconoclasta no século IX.

Palavras-chave: Monacato Bizantino, Poder, Imperador, Iconoclasmo. Cristianismo.

A Cavalaria Monástica da Ordem dos Cavaleiros Templários: Desafios e inserção da Nova Cavalaria na sociedade medieval do século XII

Arthur Benicio

Resumo: A Ordem dos Templários foi uma Ordem Monástico-Militar fundada no ano de 1120 para proteger os peregrinos que se dirigiam paraa Jerusalém. Apoiada por nomes como Balduíno II de Jerusalém e pelo monge cisterciense, Bernardo de Claraval, a organizou se destacou pelo seu caráter, até então, inédito e terminou por influenciar organizações semelhantes. Este trabalho tem como objetivo observar a sua fundação e seus principais desafios, uma vez que ela une duas das três ordens do modelo preconizado de sociedade tripartida: aqueles que oram e aqueles que lutam. Além desse ideal, o trabalho também abordará a ascensão da cavalaria como ordem social e sua inserção nos círculos sociais da nobreza europeia ocidental, tendo a aprovação e respaldo da Igreja Católica.

Palavras-chave: Templários, Sociedade Tripartida, Cavalaria

The Medieval Outsiders: pobreza e marginalização em fins da Idade Média

Flavia Vianna do Nascimento

Resumo: Os períodos finais da Idade Média – séculos XIV e XV – são caracterizados, de acordo com a historiografia clássica sobre o período, por uma crise do sistema feudal.

Um dos reflexos dessa crise é um desequilíbrio na organização social. Marginalização, êxodo rural e ocorrência de revoltas populares são alguns dos aspectos presentes nessa crise. Os Estados procuraram agir contra esta situação, através de legislações de controle da força de trabalho e de repressão á vadiagem. A presente comunicação tem como objetivo entender as categorias “pobre”, “marginal” e “vagabundo”, além de mostrar o quanto a crise econômica é concatenada com os processos de destituição e marginalização. Usarei como fonte para o artigo a obra Lazarillo de Tormes, escrita por autor anônimo, em espanhol, durante o século XVI. Apesar da datação, o texto traz importantes indícios da situação social das camadas populares durante os séculos XIV e XV. É a partir da análise dela que procurarei relacionar os processos de marginalização com a chamada crise do sistema feudal.

Palavras-chave: Marginal, Literatura, Idade Média

O que um romance da segunda metade do século XII pode ensinar aos adolescentes de hoje - A cortesia em Perceval (c.1175-1185) e em sua adaptação paradidática (2006)

Mariana Durães de Freitas

Resumo: O que um romance da segunda metade do século XII pode ensinar aos adolescentes de hoje? Esta é uma das perguntas surgidas ao analisarmos a publicação paradidática de Perceval ou o Romance do Graal, publicado no Brasil como adaptação em 2006. Dentre os vários parâmetros possíveis para responder à questão, optamos por analisá-lo focando a Cortesia, um dos conceitos centrais da obra medieval original. A cortesia é um conceito que possui definições bastante amplas: para Norbert Elias (1994: 76) é a “autoconsciência aristocrática e o comportamento socialmente aceitável”; basicamente, cortesia é o modo sob a qual as pessoas se comportam no âmbito cortesão; por sua vez, cortês é aquele que, segundo extenso delineamento feito por Michel Pastoureau (1998: 48-49), possui beleza física, elegância e desejo de agradar; doçura, frescor da alma, delicadeza de coração e de maneiras; humor, inteligência, uma

polidez requintada e certo esnobismo. Pressupõe também a juventude, a liberdade de todo apego para com a vida, a disponibilidade para a guerra e os prazeres, a aventura e a ociosidade. Seu oposto é a “vilania”, defeito próprio dos vilões: os rústicos, mal-nascidos e sobretudo mal educados. Para ser cortês, a nobreza de berço não basta; os dons naturais devem ser refinados por uma educação especial e alimentada por práticas cotidianas no palácio de um grande senhor. Para ressaltar tal situação, por volta de 1175, Chrétien de Troyes (c. 1130? - c.1185?) deu início à redação de Perceval ou o Romance do Graal, obra que ficou inconclusa devido a seu falecimento. Ambientado na corte do Rei Artur, o romance relata a jornada de Perceval, um jovem nobre galês que descobre a vida cavaleiresca tardiamente e participa de uma longa jornada de aprendizado, durante a qual é encarregado da busca pelo Santo Graal, trajetória na qual Perceval põe à prova suas virtudes como cavaleiro passando por um intenso processo de amadurecimento. Pode-se constatar as funções pedagógicas de Perceval já que nele se pretende reforçar determinados valores e comportamentos definidos como cortesias. A presente comunicação busca entender de que maneira a cortesia, elemento indispensável na construção do “ser” cavaleiro, se apresenta ao longo destas narrativas, compreendendo de que formas específicas ela foi expressa para os diferentes públicos para os quais os romances estão destinados: os cavaleiros do meio cortês na França do século XII e os alunos do ensino fundamental brasileiro.

Palavras-chave: Literatura Medieval, Literatura Paradidática, Perceval, Cortesia.

ST 20 - Olhares sobre o passado: historiografia e cultura histórica

Hélia Costa Morais

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
heliacm@hotmail.com

Isabela Lemos Coelho

Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
isalemos.coelho@gmail.com

Paula Rejane Fernandes

Doutora em História
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
paulafdes@gmail.com

Proposta do Simpósio

A presente proposta de Simpósio Temático tem por finalidade refletir sobre a História da Historiografia, tendo como objetivo central de análise a construção histórica e suas múltiplas interfaces com o lugar da produção de conhecimento, a diversidade documental e sua historicidade, bem como, o texto historiográfico. A intenção é contemplar a produção de homens e mulheres, profissionais ou amadores, que contribuíram para a produção de cultura histórica ligada (ou não) ao cânone historiográfico. Nomes que não integram, muitas vezes, o currículo acadêmico hegemônico. Nesse sentido, a proposta contempla as diversas formas de produção de sentido sobre o passado, cuja materialidade pode ultrapassar a forma escrita. A discussão pretende abarcar fontes literárias, memorialísticas, epistolográficas, audiovisuais, etc, que sirvam de mote à investigação das contribuições destas para a construção de representações que ajudaram a edificar narrativas que dialogam (ou não) com uma historiografia nacional hegemônica. Inspirados pelo tema do IX EPHIS “Alcances da História: compreender e transformar”, nos propomos a questionar: quem são os sujeitos que escrevem história? Quais os lugares que os historiadores ocupam nos debates públicos sobre o passado? Quais os usos da História Pública?

A “escrita de si” e sua contribuição para a historiografia: o trabalho com o acervo epistolar do pintor Candido Portinari

Ana Carolina Machado Arêdes

Resumo: Este trabalho trata das correspondências do acervo pessoal do pintor Candido Portinari tanto como fontes historiográficas, quanto como objeto de estudo metodológico. Portinari foi um importante artista brasileiro que atuou principalmente no período do primeiro governo de Getúlio Vargas, época marcada pelo intenso mecenato estatal. Vargas ficou conhecido como um presidente conciliador e hábil, capaz de reunir em torno do seu governo políticos, artistas e intelectuais das mais variadas correntes de pensamento. Portinari participou ativamente desta gestão, realizando inúmeros trabalhos para o Estado. Suas obras, de acentuado teor social e nacionalista, apareciam como as mais apropriadas para endossar o caráter patriótico que era almejado pelo governo autoritário naquele momento. Cabe ressaltar, que Portinari nutria uma simpatia pela esquerda comunista, tanto que se filiou ao PCB após o Estado Novo, em 1945. No entanto, seu posicionamento político não impediu que o artista participasse de um Estado de exceção. Assim como Portinari, outros artistas e intelectuais contrários às ideologias do regime se relacionaram com o governo naquele momento, confeccionando trabalhos ou diretamente empregados nas fileiras burocráticas. O Estado, por sua vez, entendia o incentivo à arte e à cultura como necessário para fortalecer o Brasil como nação. As correspondências trocadas entre Portinari e seu importante círculo de amigos epistolares são, dessa forma, capazes de revelar muitos aspectos sobre os bastidores desse importante momento da política cultural brasileira. As cartas compõem o que foi denominado de “escrita de si” pelo filósofo Michel Foucault. A “escrita de si” engloba aquilo que concerne à produção de si, tal como autobiografias, diários íntimos, memórias, anotações, correspondências, entre outros. As cartas do acervo pessoal de Portinari proporcionam ao pesquisador uma boa noção do que estava em voga no círculo artístico e intelectual da época, assim como são capazes de demonstrar os modos de produção de si do seu autor. Portanto, esta pesquisa busca contribuir tanto para o estudo da produção de si e do uso metodológico das cartas como fontes históricas, assim como almeja o entendimento da participação do pintor Portinari no Estado Vargasista.

Palavras-chave: Portinari, Arte, Correspondências, Estado, Modernismo.

Contribuição do conceito memória coletiva a partir da obra de Walter Benjamin para a Teoria da História

Esáu Brilhante do Nascimento

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo analisar o conceito memória coletiva na obra de Walter Benjamin, entendendo haver, com ela, contribuições aos desafios historiográficos atuais. Logo, "A Imagem de Proust" (1929), "Experiência e Pobreza", (1933), "O Narrador" (1936), a "Obra de Arte na Era da Reprodutibilidade Técnica" (1935) e as Teses Sobre o Conceito de história (1940) serão analisados a partir de um enfoque do conceito em questão, o que nos permitirá estabelecer uma conexão entre esses textos. Para isso, também serão contextualizados os estudos fundadores do termo memória coletiva, na sociologia, e como ele foi ganhando força nos estudos históricos ao longo do século XX. Ademais, selecionaremos alguns apontamentos historiográficos do século XX e os colocaremos ao lado de propostas benjaminianas. Esses apontamentos dizem respeito as discussões sobre a metodologia do historiador, principalmente no que tange sua escrita. Benjamin vai propor ao longo de sua obra um novo paradigma para a historiografia, e é possível identificar, nas análises apresentadas, críticas indispensáveis para a disciplina, tanto para reforçar a importância da memória coletiva para a escrita da história, quanto contribuir para os desafios que essa escrita enfrenta. O compromisso do historiador para com a classe oprimida, o combate à ideologia do progresso e ao fascismo, a utilização do passado para se conseguir a libertação no presente demonstram a atualidade de seu pensamento, motivando o retorno à sua obra.

Palavras-chave: Memória coletiva, Historiografia, Walter Benjamin

A Escrita da História em João Camilo de Oliveira Torres

Iago Veloso

Resumo: João Camilo de Oliveira Torres foi um intelectual brasileiro do século XX, que atuou como historiador, jornalista e servidor público. Era alinhado com posturas conservadoras e católicas. Tendo sido um escritor da “mineiridade”, influente pensador regional e nacional entre as décadas de 1930 e 1950. A produção de Oliveira Torres cobre variados temas que vão desde uma historiografia de um pensamento político brasileiro, ancorado em uma produção voltada ao âmbito da História da Ideias, até obras de literatura e produção paradidática voltada ao ensino básico de manuais de Educação Moral e Cívica durante o período da Ditadura Militar brasileira. A respeito da posição historiográfica de Oliveira Torres, podemos ressaltar a qualificação feita por José Honório Rodrigues (1978), que avalia o autor dentro da matriz conservadora e monarquista. A pretendida comunicação intenciona lidar com as concepções históricas, os métodos, abordagens e reflexões trazidas pelo autor em sua obra de grande fôlego, "Teoria Geral da História" de 1963. Este livro sintetiza e sistematiza uma concepção histórica e historiográfica própria do autor, onde o mesmo estabelece diálogos com os campos da ciência, filosofia, teologia e sociologia como elementos agregadores de uma definição de história em que o autor se encontra preocupado com a explicação da experiência humana no tempo. Tratando como objeto de crítica à luz da atualidade em suas recentes e presentes apropriações e reabilitações, mas com foco voltado à compreensão da escrita da história, a filosofia e a ciência da história, além da possibilidade de atribuir ao autor o desenvolvimento de uma noção de cultura histórica ou historiográfica que permanece pouco trabalhada no âmbito acadêmico.

Palavras-chave: João Camilo de Oliveira Torres, Teoria Geral da História, Historiografia, Escrita da História, Filosofia da História, Conservadorismo.

Micromemória e Historiografia na Rede

Vitor Aiala Cascelli Schelb

Resumo: A comunicação em um primeiro momento objetiva realizar uma breve apreciação do conceito que vem sendo desenvolvido como ferramenta de análise para fenômenos mnemônicos na rede, o conceito de micromemória. Em um segundo

momento contempla um pequeno passo teórico-metodológico a partir da coleta sistêmica de dados e objetos na plataforma Facebook, para assim, direcionar alguns breves apontamentos a respeito dos possíveis estados afetivos que surgem pela da remediação da memória no formato micromemória e a possibilidade de produção dos efeitos de presença, como propostos por Hans Ulrich Grumbrecht.

Palavras-chave: micromemória virtual presença

“Sentado ao pé da cruz”: Olavo Bilac e as crônicas sobre as Minas do passado (1893-1894)

Ygor Gabriel Alves de Souza

Resumo: Em 1893, fugindo da repressão florianista no Rio de Janeiro, o parnasiano Olavo Bilac encontra asilo em Minas Gerais, mais precisamente em Ouro Preto. A antiga Imperial Cidade e a mais antiga ainda Vila Rica foram espaço para que o jornalista e escritor carioca pudesse criar suas narrativas e ficções sobre o passado colonial da região das minas. O presente trabalho busca analisar a percepção de Bilac a respeito das hierarquias sociais, da organização da sociedade, das questões religiosas e políticas do setecentos mineiros por meio do estudo de suas nove crônicas publicadas na capital republicana em 1894 em livro intitulado “Chronicas e Novelas”. Concatenando a história política dos anos iniciais da Primeira República e a historiografia acerca do universo colonial de Minas Gerais, a comunicação pretende traçar um panorama sobre as interpretações de Olavo Bilac acerca do passado nas crônicas analisadas, bem como a compreensão de tais narrativas como elementos de escrita da historiografia sobre o período de dominação colonial lusitana. Assim, o trabalho visa articular discussões historiográficas a perspectivas literárias e políticas em fins do século XIX.

Palavras-chave: Olavo Bilac; Minas Gerais; Crônicas; Literatura

ST 21 - A Era dos Extremos: atuação e representação em experiências fascistas autoritárias e totalitárias (sécs. XX e XXI)

Maria Visconti

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
mariavisconti92@gmail.com

Anna Viana

Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
annacvianas@gmail.com

Júlia Amaral

Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
juliaamaral789@gmail.com

Proposta do Simpósio

Como o pescador de pérolas, os fragmentos do passado aos quais o historiador tem acesso sofrem imediata interferência do mar - o tempo - e serão acessados conforme a maré que se coloca, como nos lembra Hannah Arendt. O passado não tem e não gera sentido em si mesmo não estando, em nenhuma medida, desconectado do contemporâneo e daquele que traz o seu sentido ao tempo presente. A história já compreendida por um suposto caráter pedagógico ou moral encontra, nas palavras de Pierre Rosanvallon, um entrave: a escrita, a produção, a pesquisa e o ensino de história são formas ativas - e necessárias - de intervenção política do indivíduo no mundo público e na modernidade do qual é produto e produtor. Afinal, para esse historiador do político, o passado não é apenas o pano de fundo da nossa realidade, mas é o laboratório ativo que criou o nosso presente. E nesse laboratório, encontramos uma modernidade que mostrou que o Holocausto, o totalitarismo, o fundamentalismo religioso, o apartheid, o neocolonialismo, os “crimes contra a humanidade” são, não só possíveis, como produtos desse mundo moderno. Em um mundo em que hoje parece possível dizer que a escravidão não foi uma estrutura que traz impactos até hoje, que o Holocausto não aconteceu, que tantos outros genocídios são mentiras inventadas, é fundamental nos questionamos: qual é o impacto político e para que (e para quem) serve o projeto de se defender uma história que nega traumas? Onde se encontra a ética do historiador e o

seu papel na construção de uma sociedade melhor e mais justa? Neste sentido, pensando não só nas rupturas, como também nas continuidades e permanências históricas, este simpósio tem por objetivo aproximar e relacionar pesquisas que tratem das manifestações, práticas, discursos e símbolos da violência e opressão nos séculos XX e XXI. Vislumbraremos propostas com reflexões teóricas e/ou historiográficas para além de trabalhos em diálogo com outras áreas, tais quais a filosofia, a sociologia, a literatura. Serão admitidas pesquisas sobre formas de resistência à repressão, bem como reflexões acerca do cerceamento da liberdade e das formas de organização e efetivação do poder e assim as mais variadas formas de resistência e de atores políticos dissidentes. Também serão aceitas propostas situadas no outro espectro: pesquisas sobre os perpetradores e os responsáveis pela manutenção da violência, assim como representações imaginárias e mitológicas em torno do líder autoritário e seus discursos. Além disso, buscamos incluir estudos focalizados no “entre extremos” da atuação política: a zona cinzenta, os que não são carrascos, tampouco vítimas, abarcando as noções de consentimento e cumplicidade. Ainda estão incorporadas as produções relacionadas à memória e ao testemunho das vítimas, que sofreram ou presenciaram a violência. Também serão aceitas as pesquisas que incorporam reflexões sobre negacionismos e revisionismos, bem como representações literárias ou ficcionais acerca de distopias.

"Viva Cristo Rei! As cruzadas conservadoras de Católicos na Política Brasileira Contemporânea"

Alexandre Vinicius Nicolino Maciel

Kayo Eduardo Masello de Almeida

Resumo: Nascido no ano do mais recente golpe contra a democracia brasileira, o Centro Dom Bosco, sediado no Rio de Janeiro, é um grupo neoconservador pensado e formado por leigos, mas que possui apoio claro e manifesto de inúmeros membros do clero católico. É descrito por seus membros com uma escola religiosa e busca expor suas ideologias para além do círculo religioso, participando ativamente da política nacional, sobretudo no processo eleitoral do ano de 2018. Toda essa atuação é pautada em uma clara ausência de diálogo e descrito pelo próprio centro da seguinte forma: “oferecer formação intelectual católica presencial e on-line a partir dos grandes mestres e

Doutores da Igreja, incentivar uma vida de piedade, oração e entrega a Deus e, por fim, defender a fé ainda que voltemos a ser doze (São João Paulo II).” (CENTRO DOM BOSCO, 2019). O grupo ataca não somente movimentos fora da Igreja Católica, mas também grupos que pensam a fé de formas distintas, as quais são consideradas pela organização como heréticas. A pesquisa objetiva-se a apontar como o conservadorismo católico se organiza e atua na política brasileira a partir do Impeachment de 2016 e do aumento das políticas neoliberais e analisar quais são suas perspectivas, objetivos, fundamentos teóricos e justificativas para tal atuação. Para que essas projeções sejam alcançadas a metodologia aplicada será a da análise comparativa e quantitativa de votos de candidatos apoiados pelo CBD eleitos em 2018 em contraste com processos eleitorais anteriores, observando em quais localidades esses votos foram conquistados, para que possamos compreender onde se localiza o apostolado da organização. As fontes para a pesquisa estão diretamente ligadas ao surgimento de uma corrente conservadora no país que usa as redes sociais para expandir suas ideologias, tais iniciativas como Movimento Brasil Livre, o filósofo Olavo de Carvalho, entre outros. Por isso, realizaremos a análise de diversos vídeos publicados no Youtube e exortações em redes sociais da organização, para contextualizarmos as ações empreendidas pela mesma no campo político. O estudo em torno do CBD justifica-se sobretudo após a ação judicial movida contra o humorístico “Porta dos Fundos” que o tornou nacionalmente conhecido, o que torna necessária a contextualização e compreensão da sua importância no cenário político brasileiro.

Palavras-chave: conservadorismo católico, Política Brasileira contemporânea, neoliberalismo, eleições

As suásticas do século XXI: os casos dos partidos políticos Alternativa para a Alemanha e Aurora Dourada

Clara Lima Borges

Resumo: “O que vimos na Alemanha, e o que ainda vemos nas sociedades atuais, é que as democracias são passíveis de serem usadas pelos movimentos extremistas exatamente porque não podem impedir a manifestação de divergências dos que se

servem dos mecanismos institucionais para se manifestarem. Nunca é demais lembrar que Hitler chegou ao poder por meios legais”. (BIGNOTTO, 2001) À luz do que alerta Newton Bignotto, a presente proposta de comunicação tem como objetivo refletir sobre os espaços existentes para que os elementos contidos na ideologia nazista da Alemanha entre 1933 e 1945 tenham sobrevivido e operem na atualidade, em suas mais diversas variações e ramificações, valendo-se das fragilidades existentes nos regimes democráticos. Nesse sentido, trago uma análise de caso sobre o surgimento e ascensão do AfD (Alternative für Deutschland), partido de extrema-direita alemão fundado em 2013; bem como do partido grego de mesmo viés político, o Aurora Dourada, em ação desde a década de 80. Outrossim, também pretendo traçar um comparativo com outros grupos e movimentos de extrema-direita, em especial o Pegida, “Patriotas Europeus Contra a Islamização do Ocidente”, mas que não conquistaram a mesma legitimidade política. Pretendo utilizar a propaganda e dados eleitorais como principais fontes de análise, bem como matérias e reportagens veiculadas na grande mídia. Como aporte teórico, tenho como principais chaves de interpretação a concepção de Hannah Arendt sobre o fenômeno totalitário, tal qual as percepções de Zygmunt Bauman em “Modernidade e Holocausto” e posteriormente Newton Bignotto em “O totalitarismo hoje?”. Por fim, as considerações de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em “Como as democracias morrem” também orientaram muito do trabalho proposto. Em suma, busco uma tentativa do exercício de compreensão, nos moldes de Arendt, do aparecimento do totalitarismo como se deu no século XX, para perceber as marcas de suas origens e os ecos de suas ações. Desta forma, pretendo analisar o papel indispensável da modernidade na gestação do terror nazista e como, seguindo as palavras de Bauman, “os fatores que se reuniram nesse encontro eram, e ainda são, onipresentes e normais” (BAUMAN, 1998). Assim, talvez se torne possível vislumbrar como as “correntes subterrâneas” dos regimes que muito antes de se consolidarem como tal são apenas movimentos, faíscas conspiratórias de algo muito maior, encontram na democracia posição confortável para germinarem.

Palavras-chave: Totalitarismo, Neonazismo, Alternativa para a Alemanha, Aurora Dourada

A desconstrução do fascismo de esquerda de Leandro Narloch: Uma análise do Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo

Giovanna de Andrade Figueira

Resumo: Este trabalho tem como função apontar o uso do termo “fascismo de esquerda” na obra Guia politicamente incorreto da história do mundo e utilizar a ligação feita com as possíveis ameaças fascistas presentes no Brasil atual. No Guia politicamente incorreto da história do mundo, o autor Leandro Narloch faz uso da tese de Jonah Goldberg acerca o fascismo de esquerda. Nele, apresenta a ideia de que os princípios de Mussolini seguem presentes em protestos, discussões políticas e ações governamentais, porém afirma que na nova política tais princípios estão associados a um "fascismo do bem" que manteria a essência da ideologia que é caracterizada por calar liberdades individuais em nome da justiça social ou de qualquer outro bem associado ao Estado. Os políticos de esquerda seriam os mais adeptos a tal ideologia pois nutrem uma maior crença nos direitos e poderes do Estado. No livro, o autor cita trechos da CLT brasileira e da Carta del lavoro italiana além de citar as tarifas alfandegárias impostas às importações no país, exemplificando que o país se inspira até os dias atuais em governos fascistas ao seguir linhas que, de certa forma, são nacionalistas. Em seu capítulo denominado “Hitler, um socialista” não se contenta em afirmar que apenas o fascismo italiano foi um regime de esquerda e afirma o mesmo para o nazismo alemão. Tais associações deveriam ser consideradas um completo mau uso do termo fascismo, no entanto, são apontadas no livro como a desconstrução histórica, para o leitor tomar conhecimento de que tudo que ele sabia antes era errado. A ideia da existência de um fascismo de esquerda passa por equívocos. Desta maneira, no decorrer deste trabalho procura-se negar o revisionismo histórico apontado por Narloch, conceituando os termos fascismo, nazismo, esquerda e fascismo de esquerda, além de apontar através de notícias atuais quais seriam realmente as possíveis ameaças fascistas para o Brasil do século XXI.

Palavras-chave: Brasil. Fascismo, Esquerda.

'Na mídia da novidade média': (Neo)medievalismo, suásticas e bolsonarismo nas eleições de 2018

Luiz Felipe Anchieta Guerra

Resumo: Com urnas eletrônicas, um candidato oriundo das Forças Armadas, forte retórica anticomunista, páginas virais no Facebook, memes e correntes de Whatsapp; surge o questionamento: o que as eleições presidenciais brasileiras de 2018 têm a ver com a Idade Média? Aparentemente quase nada, mas as coisas não são tão simples quanto aparentam à primeira vista. Em meio a uma polarização tão extrema a ponto de rotular Francis Fukuyama como comunista, o neomedievalismo brasileiro mostrou seu aspecto chalottesvilliano e tornou-se cada vez mais escancarado entre certos grupos da chamada alt-right. Imagens medievais passam a andar lado a lado com símbolos fascistas, isso, todavia, não é algo inteiramente novo. Em 1960, trajando túnicas cerimoniais e empunhando flâmulas heráldicas com a imagem de um cavaleiro cruzado, a T.F.P. (Tradição, Família e Propriedade) saiu às ruas para enfrentar a “ameaça comunista” e lutar pelo regresso da “era de ouro da cristandade”: supostamente a Idade Média. Quase 60 anos depois, essa retórica retorna aos holofotes nas eleições de 2018, com o então presidenciável Jair Bolsonaro sendo representado a cavalo, trajando uma armadura e símbolos templários (algo até então sem precedentes para um candidato expressivo). E em uma faceta mais obscura, com um grupo virtual chamado Medieval Guido utilizando abertamente uma suástica estilizada em forma de cristograma como seu símbolo. No entanto, essas apropriações de símbolos e imagens (neo)medievais não são, de forma alguma, um monopólio da extrema-direita no Brasil. Setores da esquerda também faz amplo uso dessa simbologia, geralmente como uma forma depreciativa de representar seus adversários, mas, também, por vezes, de se autorrepresentar e incorporar identidades, no estilo da frase: “nós somos as netas das bruxas que vocês não queimaram”. O estereótipo da Idade das Trevas ainda é muito empregado, mesmo que não tenhamos consciência disso. Mas seriam essas visões distintas - por mais paradoxais que possam parecer - dois fenômenos diferentes? Ou talvez, seja possível concluir que elas estão, na verdade, se retroalimentando? Este trabalho - fruto de quase

um ano de pesquisa infiltrado nas redes sociais de grupos de extrema direita e autointitulados neofascistas - pretende abordar essas questões e traçar um panorama do neomedievalismo na política brasileira contemporânea, através da análise de conteúdo visual reproduzido em redes sociais durante a campanha eleitoral de 2018.

Palavras-chave: Medievalismo, Neomedievalismo, Bolsonarismo

**Festa dos povos e da beleza: imaginário, representações e estética nazista no filme
Olympia (1938)**

Ana laneles

Resumo: Em primeiro de agosto de 1936, o Estádio Olímpico de Berlim se encontrava em festa: milhares de pessoas comemoravam enquanto Adolf Hitler proclamava a abertura dos Jogos Olímpicos de Verão de 1936. Para além de suas intenções esportivas, o evento foi visto pelo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) como uma oportunidade de apresentar ao mundo a “nova e melhorada” Alemanha que se formava nas mãos do Führer. Com este intuito, a cineasta oficial do regime, Leni Riefenstahl, foi encarregada de produzir um documentário que exprimisse a “superioridade alemã”. Com o orçamento de três milhões de marcos, o filme foi lançado em 29 de abril de 1938 em duas partes – Festa dos Povos e Festa da beleza – integrando as celebrações do 49º aniversário de Adolf Hitler. Bastante aclamado pelas críticas, consolidou-se na indústria cinematográfica como uma obra que revolucionou a filmagem esportiva, colecionando prêmios notáveis, incluindo a medalha de ouro do Festival Internacional de Cinema de Veneza de 1938. No entanto, longe de ser uma obra de arte apolítica, como Riefenstahl defendia, o filme exibe uma estética nazista e traz um discurso imagético com forte caráter político e propagandístico. Neste contexto, partindo da concepção aristotélica de arte como imitação, o presente trabalho propõe-se a analisar os elementos em Olympia identificados como parte de um imaginário nazista ou que se constituem como representações políticas do NSDAP. Fundamentando-se, principalmente, em uma idealização do corpo baseada no mito ariano e no resgate de uma idade de ouro pelos nazistas, busca-se examinar a instrumentalização da cineasta desses elementos como forma de intervir no real,

levando a Alemanha a ser vista internacionalmente como uma nação bela, pacífica e grandiosa. Compreendendo, ainda, a máquina de propaganda nazista como um aspecto importante para a legitimação do Holocausto, busca-se, também, analisar a função propagandística da obra dentro do regime, de modo que essas representações reforçaram princípios da ideologia nazista e projetaram, ao idealizar o corpo ariano, uma imagem do outro como a antítese desse ideal, corroborando, assim, com a segregação e posterior extermínio dos indivíduos julgados como "racialmente inferiores". Por conseguinte, objetiva-se qualificar Leni Riefenstahl, sobretudo, como propagandista do Terceiro Reich cujo trabalho serviu de instrumento para o Partido Nazista expressar, reforçar e disseminar seus ideais.

Palavras-chave: Imaginário, representação, Nazismo, cinema, Leni Riefenstahl.

O Mito do Sol e a potência ariana: a mitologia política de Alfred Rosenberg

Anna Carolina Alves Viana

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo discorrer sobre um dos elementos constitutivos da ideologia nazista, o mito ariano, sob a perspectiva de Alfred Rosenberg. Membro do Partido dos Trabalhadores Alemães (DAP) desde a sua fundação, em 1919, e do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), em 1920, Rosenberg ganhou notoriedade ao redigir a obra “O Mito do Século XX”, em 1930, na qual versa sobre seus ideais de superioridade racial ariana e inferioridade judaica. As noções apresentadas nesse livro foram incorporadas pelo NSDAP e fizeram com que ele se tornasse uma obra obrigatória em escolas, universidades e bibliotecas da Alemanha. Compreendido como uma “potência de formação” da raça ariana, o mito desenvolvido por Rosenberg retomava elementos passados para construir sua narrativa de origem, apresentava uma explicação para o presente caótico vivenciado pela República de Weimar e tinha por objetivo nortear a ação desse grupo para alcançar, no futuro, a vivência plena de seu mito: a construção de um mundo ariano, liderado e dominado por essa raça. Assim, para entender o desenvolvimento das noções apresentadas na obra, utiliza-se o conceito de ideologia, formulado pela filósofa alemã Hannah Arendt, o conceito de mito político, desenvolvido pelo historiador Raoul

Girardet e os apontamentos dos filósofos Phillippe Lacoue-Labarthe e Jean-Luc Nancy em seu livro "O Mito Nazista", que analisa as ideias de Rosenberg sob uma perspectiva estética e racial.

Palavras-chave: Nazismo, totalitarismo, ideologia, mito político, mito ariano

"Eu pintava apenas em preto e branco - sem cores intermediárias. Nesse tribunal, também, só existe uma pintura em preto e branco": O Julgamento de Nuremberg e as definições de civilização e barbárie

Maria Visconti

Resumo: O objetivo desta apresentação é o de investigar as narrativas presentes durante o Julgamento de Nuremberg, ocorrido na cidade de Nuremberg, na Alemanha, entre os anos de 1945 e 1946, pensando em como essas narrativas mobilizam o par de conceitos "eles x nós". Nesse tribunal, onde nazistas de alto e baixo escalão foram julgados pelos seus crimes no Terceiro Reich, é possível perceber a construção (e a reafirmação) de uma percepção da clássica dicotomia entre civilização e barbárie. De acordo com o historiador Kim Priemel, o que estava em jogo durante os julgamentos era o questionamento: a Alemanha, enquanto uma traidora dos valores civilizados ocidentais, poderia ser reintegrada e inserida na civilização ocidental, ou o Terceiro Reich havia levado o país longe demais do Ocidente? O que busco investigar nesse momento é como esses conceitos de civilização e barbárie são mobilizados no tribunal, tanto pela acusação, quanto pelos próprios nazistas. Como lembra Reinhart Koselleck, ao analisar esses conceitos, "A estrutura [...] não depende apenas das palavras com que os pares de conceitos se formam. As palavras podem mudar e, mesmo assim, a estrutura da argumentação assimétrica continuar a mesma". Sendo assim, mesmo que os julgados não utilizem essa terminologia, em suas entrevistas ao psicólogo Leon Goldensohn durante o julgamento, muitos desses perpetradores tem plena consciência do papel político do tribunal e de que o ponto fundamental não são as suas sentenças individuais e sim a reputação da Alemanha perante a opinião mundial. A nação seria para sempre manchada pelo Terceiro Reich ou ela poderia ser recebida novamente no berço das grandes civilizações? Hitler havia acabado com todo o resquício de humanidade que

existia no país, o mesmo país de Kant e Goethe? E, ainda: estaria tão arraigada na tradição alemã o princípio de obediência e o desejo por um governo firme e autoritário, ao ponto de isso ter tornado o nazismo quase que um caminho natural - conhecido na historiografia como a teoria do Sonderweg? O objetivo, portanto, é o de analisar tanto as narrativas da acusação quanto a dos perpetradores, sob a ótica de um par de conceitos assimétricos que enxerga o Outro como diferente do Eu, para ter uma melhor compreensão do julgamento e possivelmente responder algumas dessas questões.

Palavras-chave: Julgamento de Nuremberg, Civilização e barbárie, Nazismo

"Dê-me sua confiança e sua devoção nesta nova e grande luta": A construção da crença e do princípio de liderança na Alemanha Nazista

Sara Rodrigues Handeri Araújo

Resumo: A presente comunicação tem como intuito analisar os discursos de Adolf Hitler, bem como os ideais propostos em sua obra *Minha Luta*, pautando-se no conceito de princípio de liderança do Führer (Führerprinzip) e as noções de fé e ritualização política no contexto da Alemanha Nazista. O recorte selecionado para os discursos divide-se em dois momentos, em ambos são notáveis as tentativas de Hitler em propagar a ideia do movimento Nacional Socialista como a salvação da Alemanha e o reerguimento do Estado alemão com sua total soberania, visando principalmente o alcance das massas. Serão analisados seus pronunciamentos de 1930, marcado pelas eleições parlamentares na Alemanha, na qual o Partido Nazista teve uma significativa adesão, até 1933, em que se dá a nomeação de Hitler como chanceler da Alemanha. Nesse período já é possível notar nos discursos de Hitler o esforço em relacionar o sucesso e o crescimento da Alemanha ao Partido Nazista e a sua figura como líder do movimento. A segunda parte desse recorte abarca os anos de 1943 a 1945, visando as mudanças nos discursos de Hitler frente as mudanças nos rumos da Segunda Guerra Mundial, tendo como marco inicial a Batalha de Stalingrado, momento marcante na decaída do exército alemão e da figura de liderança de Hitler. Em seu livro *Mein Kampf*, Hitler já demonstrava os seus ideais para o movimento e a sua visão para a Alemanha, determinando o que deveria

ser feito pelo movimento para alcançarem o povo alemão e conquistarem as grandes massas. Pretende-se, assim, analisar essas ideias principalmente por meio dos conceitos do historiador Ian Kershaw e da filósofa Hannah Arendt, de, respectivamente, “trabalhar o Führer e de divisão do movimento entre membros e simpatizantes. Sendo assim, a análise que proponho se pauta nos estudos desses autores e na busca de compreender a transformação do Nazismo em algo semelhante a uma doutrina religiosa, utilizando-se dos aspectos da fé política dos seguidores do movimento e da ritualização da política pregada pelo regime nazista, através, sobretudo, dos comícios, saudações e participação efetiva de grupos como a SS (Schutzstaffel), Gestapo e Juventude Hitlerista. Portanto, me baseio na proposta ideológica do Partido e nas suas verberações, tanto por parte de uma crença mitológica em Hitler e no movimento Nacional Socialista, quanto pelo mecanismo do terror empregado no regime nazista, analisando a presença desses elementos nos discursos e na obra selecionada.

Palavras-chave: Nazismo; Adolf Hitler; Discursos

“O Lorde da Suástica”: ideologia nazista e narrativas ficcionais

Bárbara Deoti Silva Rodrigues

Resumo: Em um universo histórico alternativo, Hitler não se envolve na política. O jovem artista emigra para os Estados Unidos em 1919 e se torna um ilustrador de pulp novels e aclamado autor de ficção científica. Lorde da Suástica, sua última obra é um épico pós-apocalíptico cujo protagonista Feric Jagger embarca em uma jornada para purificar a humanidade das hordas de mutantes geneticamente impuros. O livro, publicado postumamente, ganha um Hugo Award, um dos mais prestigiosos prêmios literários do gênero. Essa é a premissa do livro O Sonho de Ferro de Norman Spinrad. O romance metaficcional do autor é uma crítica contundente a certos lugares comuns da ficção científica e fantasia que tem uma proximidade muito grande com ideologias fascistas: o herói Alfa branco, guerreiro e conquistador, as virtudes do militarismo, a glorificação do autoritarismo e da obediência incondicional a um líder supremo, a glória da batalha, a vilificação dos inimigos e a promoção de seu extermínio, etc. Apesar do autor deixar a intenção crítica mais do que clara, o livro foi objeto de controvérsias,

acusado de promover ideais fascistas e finalmente proibido de ser publicizado. Em seu livro de ensaios *Science Fiction in the Real World* o autor expressou surpresa com as reações que recebeu de certos leitores. Um dos comentários que Spinrad menciona diz que a história é excelente e muito divertida, e que, portanto, não havia necessidade estragar o livro com essas bobagens sobre Hitler. A familiaridade com o tipo de conteúdo e narrativa que Spinrad critica fica clara na fala desse leitor, que não se incomoda nem um pouco com o fato do livro ter sido escrito por Hitler, ainda que um Hitler ficcional. No contexto atual em que vemos a preocupante ascensão de movimentos fascistas e de extrema direita, a crítica de *O Sonho de Ferro* é mais relevante do que nunca. A controvérsia em torno do livro será um ponto de partida para discutir certos pontos da ideologia e mitologia nazistas que estão presentes nos livros de ficção científica e fantasia. Na sequência, tentaremos examinar como esses tipos de narrativas aparecem hoje e qual a possível relação com o crescimento dos movimentos de extrema direita.

Palavras-chave: Nazismo, Fascismo, Ficção Científica e Fantasia

Poderia acontecer aqui? Uma leitura do romance *A Segunda Pátria* (2015) por intermédio de Pierre Bourdieu

Jheniffer Caroline Oliveira Souza

Resumo: O romance *A segunda pátria* (2015), de Miguel Sanches Neto, é ambientado no Brasil durante a Era Vargas paralelamente à ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, é uma das muitas produções fictícias que exploram realidades paralelas, as histórias contrafatuais. Explorando uma realidade na qual Getúlio Vargas, optou por se aliar ao Terceiro Reich. Com isso, os estados do Sul, com grande concentração de imigrantes alemães, movidos pelo discurso nazista passaram a perseguir os negros. Tal situação encontra eco na realidade histórica, como explorado pela historiadora Ana Maria Dietrich (2007), segundo a qual o nazismo no Brasil, teria movido seu alvo de perseguição do judeu para o negro. No romance, os negros seriam presos em fazendas nas quais executam trabalho análogo à escravidão, caso do protagonista, assim como no caso histórico abordado no documentário *Menino 23* (2016) do historiador Sydney

Aguilar, que retrata o trabalho forçado de garotos negros, em fazendas pertencentes a pessoas ligadas ao partido nazista no Brasil e à AIB. O personagem central do romance é Adolpho Trajano, homem negro oriundo de família pobre, que se consolida um engenheiro profissionalmente bem-sucedido através dos estudos viabilizados, a princípio, por seu padrinho, um alemão para o qual seus pais trabalhavam. Um dos elementos mais marcantes na obra é a maneira como Trajano incorpora um nacionalismo alemão, por estar rodeado pela cultura alemã e também pela educação que o fez adquirir uma admiração exacerbada pela Alemanha. Trajano chega a se reconhecer enquanto um alemão “de alma”, menosprezando a cor da sua pele, chegando até mesmo a desprezar amorosamente mulheres negras. Com isso, explora-se o fato de Trajano incorporar uma ideologia por meio de seu habitus, que durante a trama vai se revelando como predatória, colocando-o como um inimigo racial da pátria alemã. Explora-se esse nacionalismo enquanto um fio condutor para uma violência simbólica, pois Trajano incorpora o discurso de superioridade alemã. E ao não se reconhecer enquanto um brasileiro negro, exalta esse discurso. Apenas ao perceber que o nacionalismo alemão o teria como um inimigo, passa a se reconhecer enquanto negro, ainda assim sem se libertar da violência simbólica na qual está imerso, chegando mesmo a achar que a situação na qual se encontrava seria um castigo por ter tido um filho mestiço com uma alemã, tendo introjetado completamente o discurso de que teria poluído a pureza racial ariana.

Palavras-chave: Nazismo, Nacionalismo, Habitus, Violência simbólica

As sexualidades dissidentes na República Democrática Alemã: entre a suposta revolução e o apagamento

Henrique Cintra Santos

Resumo: A extinta República Democrática Alemã, comumente chamada por Alemanha Oriental, era ostensivamente reconhecida como um dos Estados atrás da Cortina de Ferro mais centralizados e repressores. Seu órgão de maior manutenção da ordem socialista almejada, a Stasi, não apenas estava enraizado em todas as instâncias do

Estado, mas principalmente na vida privada de seus cidadãos. É desse contexto bastante repressor que duas narrativas bastante distintas sobre a memória LGBTQ+ da antiga República se desenvolvem: a primeira se coloca atada a Ostalgie e propõe uma suposta existência de uma revolução sexual dentro da RDA, a qual teria resultado em uma vivência bastante permissiva para com as diversas sexualidades; já a segunda aponta de forma bastante contrastante para um apagamento pelo Estado da vida LGBTQ+, principalmente no que diz respeito ao plano público. Após 30 anos do fim da República Democrática Alemã, as disputas sobre o resgate da memória LGBTQ+ do antigo país continuam perpassando por tais apontamentos contrários que pendulam entre a repressão e a permissividade. O resgate das memórias individuais surge, então, como atividade conveniente e necessária a fim de se opor à uma narrativa que generaliza a opressão e apaga as resistências e outra que promove a nostalgia através de uma suposta liberdade que em um Estado dominado pela Stasi não poderia se concretizar. Para além das bibliografias acadêmicas, essa discussão propõe a partir da História Oral registrada em documentários como *Out in Ost-Berlin* e *Unter Männern – Schwul in der DDR* refletir sobre as vivências, repressões e as contradições discursivas que instauram esse resgate de memórias individuais e plurais que desestabilizam as certezas das grandes narrativas. A incoerência entre permissividades selecionadas e repressão da vida pública marca a história LGBTQ+ da Alemanha Socialista. O filme LGBTQ+ *Coming Out*, produzido sob custódia do Estado socialista alemão, é a incoerência materializada dessa narrativa: enquanto o filme celebraria uma das primeiras investidas públicas para com a questão da homossexualidade, sua estreia aconteceu na noite em que o Muro de Berlim caiu. A Alemanha Oriental, dessa forma, não obteve seu coming out. É sobre esse viés antagônico da vida LGBTQ+ e das formas com que o resgate dessa memória tem sido realizado que se pretende o presente trabalho.

Palavras-chave: Memória, Gênero, Sexualidade

Experiências traumáticas femininas nos Campos de Concentração nazista

Larissa Laini Leão Gomes

Resumo: O problema surgiu de uma bibliografia já existente ou de relatos dos prisioneiros dos campos de concentração. Analisarei testemunhos contidos nos livros de Primo Levi sobre a vida no campo Auschwitz-Birkenau e relato de mulheres no Campo de Concentração Ravensbruck retirados do livro de Sarah Helm intitulado Ravensbruck e da tese de mestrado de Silke Schäfer intitulado Zum Selbstverständnis von Frauen im Konzentrationslager. Das Lager Ravensbrück. Tenho como hipótese que a percepção feminina dos campos de concentração se diferencia da masculina por um variado número de fatores, incluindo, mas não se limitando à violência sofrida pelas mulheres nos campos, seja ela de cunho sexual, seja ela pelo tipo de trabalho, ou pela violência emocional. Trabalharei a violência através de pesquisadoras como Gisela Bock, Mainlander Elissa e Wendy Lower. Para trabalhar com a noção de trauma utilizarei obras de Freud como “Além do Princípio do Prazer”, “Estudos sobre a Histeria” e “Inibição, Sintoma e Angústia”. Minha hipótese no que tange esse assunto é de que os prisioneiros dos KZ's adquiriram um sentimento traumático por variados fatores incluindo, mas não se limitando pela experiência do campo em si, a perda de familiares e amigos, aos experimentos médicos realizados, à violência sofrida e por terem sobrevivido enquanto muitos morreram. Em vários campos foram instalados centros médicos cujo objetivo era a realização de experimentos científicos usando os prisioneiros de cobaias. A Segunda Guerra Mundial foi um momento marcante para a medicina por haver um avanço muito significativo na área, mas esse avanço foi às custas da saúde e até da vida de muitos prisioneiros. As cobaias eram forçadas a participar desses experimentos e o processo era extremamente doloroso.

Palavras-chave: Holocausto, mulheres, trauma, medicina.

ST 22 - Arte e imagens na (des)construção do imaginário histórico: alcances, problemáticas e métodos de abordagem

Marcus Ítalo da Cruz Augusto

Mestrando em História
Universidade Federal de Ouro Preto
m.augustorie@gmail.com

Kellen Cristina Silva

Doutora em História
ma.kellcs@gmail.com

Proposta do Simpósio

Segundo Juliana Carvalhal "podemos criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. A lembrança, de acordo com Halbwachs, "é uma imagem engajada em outras imagens" (CARVALHAL, 2006, p.2). A partir desta perspectiva o simpósio tem o propósito de pensar como a arte, a produção e circulação das imagens contribuem para a construção e desconstrução do imaginário coletivo sobre os eventos e fatos históricos. Em termos historiográficos parece consensual que desde a terceira geração da Escola dos Annales nos anos 1970 e com a publicação por Jacques Le Goff e Pierre Nora da trilogia História: "Novos objetos", "Novos problemas", "Novas abordagens" que as imagens foram alçadas ao patamar não só de fontes como também de objetos de pesquisa dessa que foi chamada a "nova história". Contudo, estes "objetos-fonte-problema" seguem sendo um desafio para muitos historiadores. Por esta razão, defende-se que uma reflexão acerca dos alcances da História que porventura desconsiderasse o papel e a força das imagens na difusão de perspectivas históricas estaria, certamente, fadada à incompletude. Neste sentido, a proposta do ST "visa abrir um espaço para a discussão, compartilhamento e divulgação de trabalhos e pesquisas acadêmicas no campo da História que tenham como elemento central a análise, problematização e historicização das imagens como fontes-objetos para a História; como formas de expressão artística; bem como enquanto elementos de difusão de informação, ideologias e discursos no seio da cultura, articulando-se assim intimamente à proposta central do evento que é justamente pensar os alcances da História. Ora, se

as imagens circulam e se transformam, hoje numa velocidade nunca dantes vista, a história também o faz: movimentando-se e transformando-se com e através delas. Mas como e em que termos isto se dá? Buscando lançar luz sobre esta problemática é que propomos este simpósio, cujo objetivo portanto, é o de fomentar a troca dialógica entre pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas, discutindo novos conceitos, abordagens e metodologias num espaço de encontro democrático e interdisciplinar que se proponha a pensar justamente as bases desse alcance. Destarte, considerando o papel e a força que as imagens possuem na conformação da memória e do imaginário histórico, entende-se que o ST articula-se de forma umbilical com o tema do evento, oferecendo assim uma contribuição fundamental para pensamento acerca dos alcances da História. Das pinturas rupestres à propaganda estatal, do classicismo e vanguardas artísticas ao grafite, da publicidade ao cinema, passando pelas caricaturas e quadrinhos e mais recentemente os chamados memes, os usos da arte e das imagens conformaram e continuam a moldar a representação de inúmeros eventos históricos no interior do imaginário social.

Olhar masculino e as representações de gênero na Arte Barroca

Evellyn Carvalho

Resumo: As clássicas representações femininas feitas no decorrer da história da Arte, como por exemplo, a tradição iconográfica da Vênus e sua frequente reprodução, serviram como suporte para construir um ideal corporal e comportamental para as mulheres de diferentes épocas. Os estudos anatômicos feitos pelos artistas nas Academias de Arte francesas, e o conhecimento tanto externo quanto interno desses corpos possibilitaram, em certa medida, a construção de normas e tentativas de disciplinamento dos mesmos. A maioria dos estudos eram feitos por artistas homens, o que gerava representações em torno da sensualidade e da passividade, ou seja, as mulheres seriam meros objetos de contemplação masculina. Essa investigação propõe-se analisar a influência do olhar masculino nas representações feitas de mulheres, em comparação com essas mesmas representações feitas a partir do olhar das próprias mulheres. Para tal será utilizada duas obras da artista barroca dos séculos XVI e XVII,

Artemisia Gentileschi, em que retrata as histórias bíblicas de “Susana e os Anciãos” e “Judite decapitando Holofernes”.

Palavras-chave: Gênero, Corpo feminino, Artemisia, Representação, Arte barroca.

"Edades diferentes de la muger": um estudo sobre a figura da mulher na sociedade do século XIX

Marco Antônio Campos e Souza

Gabrielle Barra Tarocco

Resumo: O presente trabalho pretende realizar um estudo dirigido ao conteúdo da obra, visando compreender o quê a litografia nos revela acerca da posição da mulher na sociedade do fim do século XIX. Assim, espera-se mediar o contexto social de criação e difusão de imagens que abordavam incisivamente a forma de comportamento feminino. De modo a compreender como a obra foi utilizada para perpetuação social do lugar da mulher e, em que medida esse pensamento estava presente no ethos, a ponto de garantir substrato social para sua criação. A obra “Edades diferentes de la muger” é uma cromolitografia produzida por volta de 1900. Esta cópia encontra-se hoje no acervo do Museu Mariano Procópio, com dimensões 33cm X 42.5cm e retrata o comportamento esperado das mulheres no final do século XIX e início do XX, através da reprodução de cenas do cotidiano, dispostas de maneira crescente para cada fase da vida feminina neste período. Neste sentido, a obra carrega importantes marcas de debates atuais sobre a evolução e o local do gênero feminino em nossa sociedade através do tempo. O desenho foi feito pela empresa de Eduard Gustav May, em Frankfurt, e produzida pelo litógrafo Fridolin Leiber. A empresa se configurava como um dos principais produtores alemães de gravura popular (PIESKE, 1967). A maior parte da arte popular produzida na empresa fazia representações dos santos e motivos bíblicos católicos. Além disso, grande parte da produção se direcionava aos motivos mundanos, incluindo pinturas de gênero, cenas de crianças, motivos de animais, paisagens e paisagens marítimas. Algumas mercadorias foram exportadas para o exterior, principalmente Inglaterra, França e Espanha - fato que justifica o idioma do título da obra. A Guerra Franco-Prussiana também foi um importante acontecimento que deu oportunidade a empresa

de produzir em massa cenas de batalha e retratos de príncipes. Utilizaremos em nossa pesquisa a intersecção de textos acadêmicos que dissertam sobre a posição da mulher nesta sociedade, destacando como as fases expressas na obra eram a posição socialmente adotada como esperada das mulheres naquele tempo. Assim, buscaremos recuperar o contexto de produção, minuciosamente destrinchado. Além disso, utilizaremos outra litografia produzida pela mesma empresa, sobre as fases de vida dos homens, a fim de confrontarmos as concepções entre as posições sociais de homens e mulheres na sociedade.

Palavras-chave: Litografia, Mulheres, XIX

Desvestir o Silêncio: desenhar-se como estratégia feminista

Anna Laura Pereira Moraes

Resumo: Ser mulher não é uma situação estática, constrói-se através da cultura, da história, das vivências. Por gerações, elas foram privadas da educação formal, da escrita, do trabalho fora de casa, do direito de falar através de sua própria voz. Por muito tempo as fizeram acreditar que elas não mereciam contar elas mesmas suas histórias, relatar suas vidas. A representação do corpo feminino foi usada como atrativo para a cultura patriarcal, explorando sua forma, sua nudez. Não só a representação da mulher na história da arte sempre foi a partir de valores machistas, mas também os meios de comunicação contemporâneos ainda não romperam com esse ponto de vista masculino tradicional. A arte foi feita principalmente por artistas homens que interpretaram a mulher, transformando-a a partir do próprio olhar e com isso a objetificação do corpo feminino na arte não é algo incomum. Os quadros que circulavam - e ainda circulam - nas grandes galerias retratavam mulheres idealizadas, exemplificando os padrões da sociedade da época. A mídia, assim como a arte, exerce um papel fundamental na maneira como as mulheres se sentem em relação ao seu próprio corpo. O mito da beleza fortaleceu-se para assumir o lugar da coerção social que a maternidade, domesticidade, a castidade e passividade não conseguiam mais realizar, essa idealização exacerbada e cheias de edições no corpo feminino contribuiu então para a destruição do da autoestima feminina e sua consequente autonomia, aprisionando as mulheres e

estabelecendo sua valorização no terreno da estética. Essa pesquisa propõe o pensar sobre a mulher, sua história, mas principalmente sobre seu corpo. Corpo esse que é por deveras atacado, que precisa estar coberto, seja por saias longas ou por véus e que ironicamente é exposto diariamente como um padrão inalcançável, usado como fonte de exploração. É através do corpo que estamos no mundo: através dele nos expressamos e nos conectamos com as outras pessoas. É através dele que nos martirizamos, sofremos abusos físicos, psicológicos, sexuais e é nesse corpo que guardamos o silêncio desses atos. Manifesto a mulher em mim para compreender a submissão e, por mais sutil que seja, o resultado de um processo brutal que impede uma mulher de viver, completa, complexa e dignamente.

Palavras-chave: corpo, feminismo, história da arte

A imagem do artista e a invenção de si

Letícia Weiduschadt

Resumo: Por vezes o que os biógrafos tentaram expor teria sido mais bem descrito pelas próprias palavras dos artistas, no entanto, essa não foi uma prática adotada durante muito tempo. Embora não seja uma exigência ao ser artista, Jean-Marc Poinot nos lembra que os relatos autorizados pelo artista emanam e impõem as intenções de seus processos criativos e de sua fala perante a arte e ao mundo. A figura do artista-escritor configura-se de diversas formas no decorrer da história da arte, mas qual seria o estatuto destes textos? Científicos, técnicos, descritivos, pedagógicos, confessionais, promocionais, polêmicos, marginais ou integrantes das obras dos artistas; há um direcionamento diverso desta escrita que inevitavelmente é influenciada pelo contexto artístico. Paralelo, complementar e/ou autônomo de seus processos criativos, este espaço reservado ao artista foi se modificando e, atualmente, vem construindo uma nova relação com a crítica de arte e com a própria arte. Nessa construção retomaremos a compreensão de “artista-escritor” (termo este que foi sistematizado por Lawrence Alloway em 1974) para investigar o que o autor nos propõe como um princípio de expressão compartilhada, na qual as formas verbais e visuais poderiam ser traduzidas umas para as outras com um ajuste parcial. A partir desse contexto, tendo como base a

construção da singularidade e o pensamento de enigma do artista proposta por Hubert Damisch, refletiremos como a compreensão baudelairiana de “heroicização do cotidiano” compreendida enquanto uma atitude moderna ainda ecoa nos modos de ser do artista contemporâneo. Para Nicolas Bourriaud, hoje o artista se aproxima de um alquimista que centra a prática em si mesmo. Assim, ultrapassando uma divisão entre a arte oficial e aquela na qual a sociedade tem a experimentação como possibilidade analisaremos os processos de criação de alguns trabalhos de Nelson Leirner, Rivane Neuenschwander, Antônio Manuel e Tatiana Blass. Nesta invenção de si, entre memórias e testemunhos dos artistas o processo criativo constrói a obra e a imagem do artista. Por consequência, ao considerar essas implicações na sua forma de criar refletiremos como um novo *modus operandi* da arte contemporânea está sendo construído pelo artista.

Palavras-chave: arte brasileira, arte contemporânea, história da arte, artista, estetização.

A representação da velhice em algumas pinturas do início do século XX

Naiany de Araújo Santos Costa

Resumo: A proposta consiste em analisar como a velhice era representada no primeiro quarto do século XX em pinturas de alguns artistas brasileiros e internacionais. Desse modo, a partir da reunião e do emparelhamento de algumas dessas obras será possível perceber como alguns artistas compreenderam a velhice em sua contemporaneidade, seja apresentando os anseios e angústias da velhice ou ainda benezes atribuídas, ao longo dos séculos à fase idosa, como a virtuosidade, a sabedoria, entre outros. Além disso, o tema revela questões mais profundas, como a representação da mulher na fase madura, essa imagem é em muitos casos proposta à ideia de feminilidade, é verdade que o homem velho não foge dessa discussão, entretanto, as mulheres maduras estavam mais propensas a serem vinculadas ao feio e negativo. Enfim, a reflexão é uma tentativa de focalizar uma fase da vida tão conflituosa para o ser humano e foi representada de maneiras diversas ao longo dos séculos na pintura, todavia, o enfoque

se dá sobre o século XX, e em fins do século XIX emergia uma preocupação com o prolongamento da senescência de maneira prática, por meio dos avanços científicos, sobretudo alavancados com investimentos da classe burguesa enriquecida, fator ainda sustentado pelo aumento, pequeno, mas gradual, do número de pessoas vivendo nessa fase da vida, assim, interessa tentar entender como era a imagem do velho, bem como qual o lugar do idoso nessa sociedade.

Palavras-chave: artista - imagem - representação – velhice

Cinema, Memória e Estética: variações de imagem do cangaço em “Deus e Diabo na Terra do Sol”

Vagner Silva Ramos Filho

Resumo: O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a memória do cangaço, um tipo de banditismo da região Nordeste do Brasil, com destaque para algumas variações da sua imagem entre o cinema, a estética e a política diante de reconfigurações do imaginário nacional. A atenção é direcionada para um cineasta em particular, Glauber Rocha, referência importante do cinema moderno latino-americano e brasileiro. Em cena, o seguinte problema: como elucidar ressignificações de uma memória comunicativa regional que adquire, em muitas faces do debate público, sentido de memória cultural de referência nacional? Para esta comunicação, trazemos uma discussão indagando, particularmente, os filmes de cangaço como uma arte da memória; os usos da sua memória realizados pelo citado cineasta em “Deus e Diabo na Terra do Sol” (1964); e os destinos da imagem do tema, a fim de pensar determinados circuitos sociais. Na perspectiva dos estudos da Memória Cultural, mas em diálogo sobretudo com a Cultura Visual, pretende-se não apenas interpretar as imagens, mas investigar a construção social do olhar em processos de subjetivação identitária que acionam as agências do ato de lembrar e/ou esquecer. Nessa esteira, em que certas tramas estéticas envolvendo as narrativas, as fotografias e os sons do filme vêm à tona, despontam algumas notas propositivas para ampliação de trilhas investigativas da história.

Palavras-chave: Memória, Cinema, Cangaço

O Album de Vistas Locaes e a criação das representações da modernidade e do progresso em Belo Horizonte

Guilherme Augusto Guglielmelli Silveira

Resumo: A principal intenção desta pesquisa é compreender as possíveis motivações que permearam a criação do primeiro álbum de fotografias e litografias de Belo Horizonte, intitulado Album de vistas locaes e das obras projectadas para a edificação da nova cidade. Inicialmente, para alcançar tal objetivo, deveremos reconstruir a história desse impresso, de modo a relacionar sua publicação a outras iniciativas análogas desenvolvidas durante a segunda metade do século XIX. Posteriormente, analisaremos as relações entre as imagens vinculadas na obra citada acima e uma tentativa consciente de criar uma determinada narrativa de memória acerca da edificação da nova capital do estado de Minas Gerais. Por fim, esta pesquisa intenta, ainda, identificar as representações de modernidade e de progresso civilizacional contidas nas fotografias dos inúmeros projetos arquitetônicos e urbanísticos criados para compor a primeira cidade planejada da história do Brasil. Também pretendemos demonstrar por meio deste trabalho que o projeto editorial do Album de vistas foi elaborado como mais uma destas representações da nova elite política que, ao perceber o potencial da iconografia republicana para afixar valores (bem como incitar a formação de identidades nos indivíduos que iriam compor a nova comunidade), lançou mão de impressos e publicações para garantir o sucesso dos empreendimentos públicos da época. A República reproduziu, aqui, iniciativas análogas às que já haviam sido empregadas em outras nações, também em situações de trocas de governo, a fim de assinalar o “antigo” (interpretado de forma negativa) e o “novo” – apresentado como evolução em relação ao que existia antes. Por meio de uma descrição inteligível da cultura vigente entre as elites e a intelectualidade oitocentista, busca-se, aqui, traçar como se edificou a coerência entre a publicação do álbum e criação das visões de mundo da sociedade da época. Para tal, procuraremos tornar inteligíveis as relações entre o Album de vistas locaes e o imaginário social presente no final do século XIX. A análise do projeto editorial do álbum tem por objetivo elucidar os interesses dos idealizadores da nova capital no momento em que a cidade ainda era erguida. Desse modo, captar as

motivações dos construtores e aproximá-las a certo padrão de juízos e de valores característicos da mentalidade oitocentista também será uma das finalidades deste trabalho.

Palavras-chave: História da imagem, História da fotografia, História de Belo Horizonte

Em busca do tempo desarticulado – nostalgia, “estetização” e tecnologia em San Junipero (2016)

Fabrcio Silva Parmindo

Resumo: O objetivo principal deste trabalho é analisar a construção e a estetização da nostalgia, entendendo a relação destas com o avanço técnico-científico do século XXI a partir do tema visual do episódio San Junipero (2016) pertencente à série antológica Black Mirror (2011-presente), dirigido por Owen Harris e escrito por Charlie Brooker. Pretende-se neste trabalho, tendo como base o episódio, analisar os elementos visuais que compõem o episódio, bem como as possíveis indagações históricas que se projetam na série, mais precisamente acerca do apelo à nostalgia em seu enredo e construção visual. Para tal, propõe-se um aprofundamento na historicidade da nostalgia, compreendendo-a como um fenômeno imerso em diferentes ressignificações históricas e objeto de indagações acerca de percepção temporal na contemporaneidade. Relacionando esta a outras fontes análogas, buscaremos nos debruçar à relação existente entre este apelo nostálgico à expansão da cibercultura, à sociedade de consumo e à consequente comercialização e “estetização” do sentimento nostálgico.

Palavras-chave: Nostalgia, Visualidade, Ficção Científica

As fotografias de Costic? Acsinte: um retrato da sociedade romena da primeira metade do século XX

Alice Rosim Sundfeld Di Tella Ferreira

Resumo: Costic Acsinte nasceu em 1897 na cidade de Perieti, no distrito de Ialomita, na Romênia. Ele começou sua carreira durante a Primeira Guerra Mundial, quando não foi aceito para ser piloto e trabalhou como fotógrafo de guerra. Depois do conflito ele atuou por um período em um estúdio em Bucareste e depois abriu seu próprio estúdio

fotográfico na cidade de Slobozia, que funcionou até 1960. Durante este espaço de tempo ele registrou diversas pessoas da cidade e região, que iam ao seu estabelecimento ou que eram fotografadas em momentos de lazer ou trabalho ao ar livre, em suas casas ou em festas regionais. Pela grande quantidade de fotos que compõem o acervo do romeno, foi preciso fazer uma análise geral de todas as imagens, a fim de se conhecer sobre os temas pelos quais elas perpassam. Estas temáticas possibilitam que se perceba questões importantes a respeito da Romênia e sua sociedade durante o período de atuação do fotógrafo, como por exemplo a maneira pela qual rituais como casamentos e funerais eram praticados, a concentração populacional no campo ou mesmo a grande presença de militares nos anos de mobilização bélica. Além de serem um retrato da sociedade romena daquele período, as fotografias de Acsinte poderiam possibilitar uma identificação entre membros daquela população, uma vez que – sendo muito conhecido entre as pessoas daquela região – suas imagens podiam ser vistas por diversos indivíduos e nelas trariam elementos em comum tanto para os representados quanto para os espectadores. Assim, um romeno daquele período e que vivia naquela região poderia reconhecer nas imagens alguns componentes que faziam parte também do seu cotidiano. Esta sensação que as imagens despertariam em outros romenos contemporâneos poderia causar um sentimento de pertencimento e identidade nacional entre aquelas pessoas, pois elas se veriam e se imaginariam como um grupo com diversos elementos em comum. Desta forma, considera-se a possibilidade de imaginação da sociedade romena – principalmente do distrito de Ialomita – do período de atuação do fotógrafo através de suas imagens, da mesma forma como Benedict Anderson havia proposto em seu livro "Comunidades Imaginadas" ser feito através de publicações de textos escritos, como livros ou jornais.

Palavras-chave: Romênia, Fotografia, Identidade nacional

ST 23 - Repressão e resistências nas ditaduras latinoamericanas no século XX

Ana Marília Carneiro

Doutora em História
anammc@gmail.com

Juliana Ventura de Souza Fernandes

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
julianavsf@yahoo.com.br

Wallace Andrioli Guedes

Doutor em História
wguedes2004@yahoo.com.br

Proposta do Simpósio

As ditaduras militares latinoamericanas se tornaram objeto de análise privilegiado da historiografia a partir do início dos anos 80. Suas estruturas de repressão e os movimentos de resistência contra o autoritarismo vigente converteram-se em um dos temas mais visitados pela história política atual. Este simpósio tem por objetivo aprofundar o diálogo e o intercâmbio entre pesquisas acadêmicas que se dedicam a refletir sobre o impacto das experiências ditatoriais em diversos países da América Latina nas últimas décadas. A ideia, portanto, é reunir trabalhos que contribuam para uma compreensão acerca da dinâmica dos fenômenos repressivos postos em marcha a partir da década de 1950 na América Latina, em especial durante a vigência de regimes autoritários e das experiências ditatoriais que tiveram lugar em diversos países nesta temporalidade. Esperamos dialogar com investigações que abordem os diferentes impactos das políticas culturais e da repressão promovidas pelos regimes militares sobre o campo da produção artística e cultural (imprensa, cinema, teatro, música, literatura, revistas, editoras, humor gráfico), dos intelectuais, das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais – assim como as múltiplas nuances das ações de resistência, muitas vezes clandestinas, postas em marcha por essas vozes políticas consideradas “alternativas”, “dissidentes” ou “subversivas”. Tais eixos temáticos exemplificados poderão explorar diversos recortes territoriais e geográficos, em zonas rurais e urbanas,

em distintos países da América Latina, com o objetivo de promover um diálogo entre as experiências e colocar em relevo pontos de conexão, confluências, semelhanças e diferenças entre as possibilidades de configuração. Consideramos importante abordagens que explorem as dimensões de classe, as categorias de gênero e as diversas etnias. Ainda que o interesse principal seja a segunda metade do século XX, são bem-vindas pesquisas que se distanciem dessa baliza temporal e incluam os anos prévios aos golpes, as ditaduras e as pós-ditaduras, levando em consideração que a perspectiva da longa duração ou as perspectivas de longo prazo permitem iluminar continuidades, mudanças e rupturas. A importância da criação de um espaço de diálogo entre os estudiosos das estruturas de repressão e das resistências se efetiva na medida em que permite a renovação dos olhares sobre o tema da resistência cultural e política, ao mesmo tempo em que possibilita a reflexão sobre as diversas formas de violência estatal, instrumentos de exceção e suas permanências na atualidade.

**As narrativas sobre a repressão a pessoas LGBT durante a ditadura civil-militar:
reflexões a partir do cinema brasileiro**

Ana Cecília Pereira Batista

Resumo: Este trabalho busca promover uma reflexão acerca do modo como as narrativas sobre a repressão a pessoas LGBT durante a ditadura civil-militar foram construídas no cinema brasileiro. Partindo da compreensão do cinema como um espaço importante para a construção e manutenção de uma memória social, dois filmes foram selecionados para essa pesquisa: *Vera* (1987) e *Tatuagem* (2013). Por meio da análise dessas obras, objetiva-se observar de que forma o tema foi abordado e em que medida essa narrativa dialoga com as investigações apresentadas no relatório da Comissão Nacional da Verdade a respeito dessa questão.

Palavras-chave: Comissão Nacional da Verdade, Homossexualidades, Memória.

O novo sindicalismo e o cinema nacional

Dara da Silva Lopes

Resumo: O surgimento e a expansão do capitalismo têm como característica fundamental a existência, lado a lado, de uma massa de trabalhadores prontos a vender sua força de trabalho e de um restrito grupo de capitalistas dotados da propriedade dos meios de produção. Esses últimos, organizados e coesos na defesa de seus interesses, impõem uma pressão cada vez maior sobre aqueles e suas condições de reprodução. Nesse âmbito, na Europa do século XVIII, os sindicatos surgem enquanto esforços da classe trabalhadora na luta contra a opressão imposta pelo capital. No Brasil, o movimento operário deu seus primeiros passos na segunda metade do século XIX, através da reivindicação de imigrantes europeus por melhores condições laborais nas primeiras indústrias brasileiras. Em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, deu-se início a um movimento que buscava submeter os sindicatos às amarras do Estado, tornando-os menos combativos. Contudo, é importante destacar que nesse contexto emergiram também os sindicatos independentes, que se organizavam em prol de pautas como a Lei de Férias e jornada de trabalho de oito horas. Através da implementação da ditadura civil-militar em 1964, um processo de intensa repressão aos movimentos sociais minou a ação dos trabalhadores. Foi com o movimento grevista do final da década de 1970 que as organizações sindicais ressurgiram no cenário político brasileiro e deram origem ao chamado “novo sindicalismo”, no qual, diferentemente do “velho sindicalismo” (1945/1964), começou a ocorrer ampla participação dos trabalhadores na linha de frente pela luta na defesa de seus direitos sociais. Considerando, então, que o cinema pode oferecer significativas contribuições para a construção do conhecimento histórico, propomos desenvolver uma discussão sobre os documentários “ABC da Greve” (1990) de Leon Hirszman e “Braços cruzados, máquinas paradas” (1979) de Roberto Gervitz e Sérgio Toledo, com o intuito de investigar como o cinema nacional retratou o fenômeno do “novo sindicalismo” e sua atuação na resistência aos interesses capitalistas e no processo de redemocratização. Assim, a partir da análise de ambos os filmes, buscaremos estabelecer diálogos entre os mesmos, explorando, portanto, as potencialidades da relação entre cinema e História.

Palavras-chave: Cinema Nacional, Luta de Classes, Novo Sindicalismo

Estado e cinema no Brasil da Era Vargas: o papel do Ministério da Educação e Saúde Pública

Maria Laura Tolentino Marques Gontijo Couto

Resumo: Durante a Era Vargas, época em que o cinema já tinha destaque mundial, mas a produção brasileira era ainda incipiente, essa arte e sua indústria foram temas de interesse do Estado, refletindo na criação de normas para exercer controle sobre tal mídia. Nesse sentido, destaca-se a normatização da censura, que já existia no Brasil, mas é nacionalizada nesse período, passando a ser executada por um órgão especializado ligado ao Governo Federal - a comissão de censura, conforme o Decreto n.º 21.240, de 1932. Assim, o presente trabalho insere-se em pesquisa sobre a relação entre Estado e cinema na Era Vargas. Tendo em vista que a bibliografia levantada concentra estudos na área da história, sociologia e cinema, a pesquisa traz uma abordagem que considera ainda uma perspectiva jurídica, tomando como norte a legislação censória da época. Nas normas que regeram o instituto da censura, é visível a tentativa de interferência estatal no cinema por duas vias: uma delas, a própria censura; a outra, o incentivo, por meio de medidas como taxas diferenciadas e estabelecimento de certa obrigatoriedade de exibição, a determinados tipos de filme, as películas brasileiras e o chamado filme educativo. Nota-se, também, que o assunto era de interesse de vários setores, e a responsabilidade sobre a censura, inicialmente do Ministério da Educação e Saúde Pública, transitou para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e, já no Estado Novo, para o Departamento de Imprensa e Propaganda, subordinado diretamente à Presidência da República. Dentro desse escopo, a apresentação ora proposta visa a discutir a regulação cinematográfica trazendo o recorte na atuação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Será enfatizado, portanto, o período em que a comissão de censura esteve sob seu âmbito, entre 1932 e 1934. Ademais, tendo-se em vista a interferência estatal para além da proibição de conteúdos, contando também com o incentivo para determinadas produções, tratar-se-á da questão educativa, considerando-se a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), ligado ao citado Ministério, com a Lei n.º 378, de 1937. Para tanto, além da bibliografia, serão mobilizadas publicações oficiais, como os boletins da comissão de censura, divulgados no Diário Oficial da União, e a Revista Nacional de Educação, bem como outros

documentos pertinentes, a exemplo dos constantes do arquivo do Ministro Gustavo Capanema, digitalizados pela Fundação Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Cinema, Censura, Filme Educativo, Era Vargas, Ministério da Educação e Saúde Pública

Porque se expressar em tempos de repressão - Discos de 72 e MPB no cenário do regime militar

Cibele Carmo Kamchen

Bianca Vanderlei Guedes

Resumo: A outorga do Ato Institucional N. 5 (AI-5), em 1968, marca o ápice da violência e da censura à produção cultural e artística no Brasil. No período ditatorial, de 1964 a 1985, inúmeros artistas e intelectuais foram exilados e vetados da cena pública como consequência de suas obras que questionavam a censura e a atmosfera de repressão institucionalizada pelos militares. Esperava-se, portanto, uma retração da produção fonográfica no país, mas o que aconteceu foi o oposto: o aumento de obras culturais como atos de resistência e denúncia sobre o regime. Esse “boom” pode ser percebido na MPB e nos discos que fizeram sucesso e ainda hoje são considerados pelo senso comum como “música de qualidade”. A escolha pelo gênero musical se justifica pelo caráter de experimentação da MPB; pela ambiguidade da recepção dos militares que, apesar de terem censurado diversas canções, também ovacionaram tal determinada classe artística; e pela opção de formar possíveis propostas identitárias do povo brasileiro em questão para a exportação ufanista da época. A presente análise ocorre a partir dos discos lançados em 72 após a volta de uma parte da geração de 68, que havia sido exilada do país, e estava compondo em terras brasileiras novamente. Alguns criticados, outros caídos no esquecimento e tantos outros valorizados, as vozes compositoras e intérpretes mostram um Brasil que vivia períodos sombrios utilizando metáforas para não “ser pegos pela censura”. Para a análise, foram formuladas categorias que permitiram agrupar as composições de acordo com o viés da letra, podendo ser, assim, violentas ou semi-violentas. Em tempos de relativização da ditadura

militar e de resgate de ideais identitários para a nação brasileira, a reflexão de quais perfis o brasileiro assume e se encaixa são fundamentais para entender e questionar por que a *stimmung* de 72 ainda se faz presente em 2020.

Palavras-chave: ditadura, repressão cultural, MPB, discos de 1972, violência, semi-violência

Gal Costa e os efeitos do canto: possibilidades entre a obra e a voz da intérprete nos debates político-culturais durante a ditadura militar brasileira

Nády Luiza Fernandes Alves

Resumo: No final da década de 60, quando os tropicalistas abalaram as estruturas da MPB com sua revisão crítica da música popular e dos pressupostos que vinham norteando tal produção nos últimos anos, a ditadura militar mergulhava o país em um dos períodos mais repressivos de sua história. Questionando os pilares do nacional-popular e, com isso, a canção engajada tão presente nos Festivais da Canção televisionados, ao mesmo tempo em que atacavam a moral burguesa, o conservadorismo e a ordem imposta pelos militares, o tropicalismo tensionou as relações entre arte e política no país, que, junto de outros artistas vindos da contracultura, colaboraram para ressignificar e diluir as fronteiras da MPB. Considerando que Gal Costa fora um dos expoentes do movimento tropicalista, e também um ícone da contracultura no final dos anos 60 no país, enquanto intérprete da canção brasileira, através da análise de sua obra e performance, busca-se refletir sobre as possíveis contribuições da cantora e sua produção nos debates político-culturais do período e das relações entre arte e política no Brasil do final dos anos 60 e ao longo dos anos 70. Especificamente a partir de 1967, ano de sua estreia no mercado fonográfico até 1979, quando se consagra comercialmente com *Tropical*, passando a adotar, nos anos seguintes, uma nova imagem artística. A transformação estética operada em seu gesto vocal, partindo de uma atitude bossanovista, que consta em seu disco de estreia (ao lado de Caetano Veloso), em 1967, intitulado *Domingo*, para a radicalização com a

estridência vocal e uma nova performance nada contida, cuja expressão máxima se dá no disco gravado ao vivo FA-TAL (Gal a Todo Vapor), de 1971, demonstra que em sua interpretação o canto é um instrumento de expressão e de significação. Mesclando em seu canto um comportamento vocal vinculado à tradição brasileira, o modo joaogilbertiano de cantar, com o “grito”, face oposta do intimismo e lirismo bossanovista, buscando encontrar novas maneiras de executar as obras gravadas ampliando a significação, já que a voz é reconhecida para além de uma questão de “beleza” – o grito, assim como o ruído, perturba os padrões estabelecidos, a artista ressignifica as canções, inova na performance, multiplicando as possibilidades interpretativas. Dessa maneira, pretende-se investigar o impacto desta produção artística reconfiguradora de sensibilidades, nos debates político-culturais do período e na ampliação da MPB ocorrida na década de 70.

Palavras-chave: Gal Costa, Ditadura militar, Intérprete da canção

Performance, poética e política: repertório de ações dos movimentos artístico-culturais universitários na década de 1970

Rodrigo Lauriano Soares

Resumo: O estudo da memória no campo da História Cultural é uma forma de identificar indícios e compreender através desses como o passado é significado no tempo presente. A partir dessa ideia, esse trabalho tem como tema uma reflexão sobre a memória da música popular brasileira tendo como foco os movimentos artístico-culturais universitários da década de 1970. Esse estudo é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida por quatro anos no Núcleo de Memória da PUC-Rio e que culminou como trabalho de conclusão para o curso de História na PUC-Rio. A escolha do período está relacionada ao intuito de compreender a relação da música em um contexto autoritário que, no caso do Brasil, encontrava-se em uma Ditadura Militar. Ao longo da pesquisa trabalhei com os seguintes objetivos: identificar o significado das atividades artístico-culturais para o espaço Universitário naquele contexto; desenvolver

a ideia de que as atividades promovidas por esses movimentos podem ser considerados como parte de um repertório de ações coletivas[1]; e operar com performance, poética e política como elementos da expressão artística em uma relação orgânica que marcaram e evocam as recordações dessa época. Através de entrevistas, jornais da época e documentos da própria Universidade, identifiquei os indícios na perspectiva do historiador Carlo Ginzburg, em que pequenos detalhes podem remontar a uma realidade complexa não vivenciada pelo pesquisador, e a partir deles foi possível construir a ideia de performance, poética e política. Da mesma forma que Gilberto Velho aponta para a relação orgânica e não hierárquica entre memória, identidade e projeto, a tríade "performance, poética e política" apresentam-se como elementos das expressões artísticas e são as que em grande parte estão presentes nos registros de memória e que constroem o significado dessa época em nosso tempo. Outro fator importante do trabalho é a ideia de perceber tanto esses elementos como as ações dos movimentos artístico-culturais como parte de um repertório de ações, ou seja, aquilo que se tinha como ação de resistência e enfrentamento à uma medida autoritária já fazia parte de alguma maneira do repertório dos grupos que reivindicavam pela democracia. [1] ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & antropologia*, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

Palavras-chave: Memória, Universidade, Ditadura Militar, Música Popular Brasileira, Movimentos culturais.

Agricultores Sem Terra entre o dito e o não dito: notas sobre repressão ditatorial e resistência no campo através do IPM da cidade de Rio Pardo

Bárbara De La Rosa Elia

Resumo: Fruto de uma ampla pesquisa realizada pela sociedade civil e partindo de uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas, o Projeto Brasil Nunca Mais (BNM), reuniu processos que tramitaram na Justiça Militar do Brasil entre 1964 e 1979. Entre os 695 processos presentes no acervo, é possível acessar informações sobre as diferentes formas de resistência contra a ditadura, dentre elas os movimentos de luta pela terra. A

predominância do perímetro urbano nas estatísticas referentes a estes processos se dá por fatores diversos, como a realidade migratória do país, ou, o envolvimento de camponeses, majoritariamente não enquanto réus, mas como indiciados, testemunhas ou declarantes. Sendo assim, a não inclusão desses cidadãos nos números oficiais, não implicam na exclusão dos mesmos da condição de “atingidos” pelo regime civil-militar. O presente trabalho se propõe a analisar um desses processos, contido no referido acervo, o de número 64, ou ainda “IPM de Rio Pardo”, em que a repressão no campo prepondera. Assim, pautar-se-á as nuances que a repressão ditatorial assumiu no espaço rural, além das formas de resistência estabelecida pelos agricultores sem terra organizados na Associação de Agricultores Sem Terra de Passo da Taquara. Nota-se ainda que ao concentrar-se na referida associação municipal, estará sendo também investigado o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul, Master, que durante quatro anos (1960-1964) estimulou a criação e incremento das associações municipais de agricultores sem terra no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Ditadura. Projeto Brasil Nunca Mais. Master. Repressão. Resistência

Resistências camponesas em Minas Gerais (1964-1985)

Marina Mesquita Camisasca

Resumo: O presente trabalho é fruto de pesquisa de doutorado, em andamento, e pretende discutir as formas de resistências camponesas existentes no estado de Minas Gerais no período da ditadura militar (1964-1985). Para isso, discutirá o conceito de resistência a partir de autores franceses como BÉDARIDA (1995) e SÉMELIN (1994), em diálogo com o conceito proposto pelo cientista político norte-americano SCOTT (2002) de formas cotidianas de resistência. Além disso, procurará refletir sobre as possibilidades de existência de comportamentos, entre os camponeses, reveladores de ambivalências (ROLLEMBERG, 2011) e/ou acomodações (MOTTA, 2016) no meio rural mineiro. Os conceitos serão analisados a partir de estudos de caso sobre conflitos de terras ocorridos em Minas Gerais no período do regime militar e que foram marcados por fortes resistências camponesas.

Palavras-chave: resistência, campo, Minas Gerais, ditadura militar

Considerações acerca do golpe de 1964 e sua repercussão no ativismo negro brasileiro

Gabrielle Oliveira de Abreu

Resumo: Há pouco mais de 50 anos, a ordem política brasileira era surpreendida por um golpe de caráter civil-militar, que desencadeou numa ditadura de 21 anos. Marcado por graves violações de direitos humanos, neste período, assistiu-se o retraimento de mobilizações sociais de diversos segmentos. Com o movimento negro, foco de nossa observação, não foi diferente: muitas atividades desse grupo social foram assoladas pelas medidas do golpe e da ditadura subsequente. O ativismo negro, historicamente pautado na luta por melhores condições de vida para a população negra do Brasil, vinha em crescente avanço desde o final do século XIX construindo entidades calcadas em plataformas políticas distintas e extremamente combativas. O intuito desta comunicação é caracterizar o golpe civil-militar de 1964 identificando os dispositivos instaurados, por parte do novo governo, para desarticular ativismos políticos, especialmente no caso do movimento negro. Pretendemos, portanto, identificar quais foram as implicações do golpe para as atividades do movimento negro, bem como detalhar o que era e o que representava na sociedade brasileira esse ativismo antes do golpe. Objetivamos também apresentar a retomada das ações do movimento negro após 1970, já no período de distensão política e começo do declínio dos desmandos ditatoriais. Para tanto, recorreremos às análises feitas por estudiosos como Renato Lemos, Demian Melo e René Armand Dreifuss acerca do golpe de 1964 e de estudos voltados para compreensão da história social do movimento negro (que possuem Amilcar Araújo, Petrônio Domingues e Abdias do Nascimento como importantes expoentes). Examinaremos documentos próprios da repressão que atestam perseguições às atividades do movimento negro, dispositivos constitucionais idealizados pelo regime para dificultar mobilizações políticas e o embate ideológico em relação ao

mito da democracia racial travado entre membros do movimento negro e o regime militar.

Palavras-chave: golpe civil-militar, movimento negro, repressão, movimentos sociais

Greves do ABC e movimentos populares contra a ditadura em São Paulo: embriões da formação do PT (1977-1982)

Maurílio Barreto de Araújo

Silvio Zanin da Silva Lisboa

Resumo: O presente trabalho apresentará o processo de formação do Partido dos Trabalhadores na região de São Paulo e do Grande ABC, a partir fortalecimento dos movimentos sociais, estudantis e sindicais e seu apogeu no final dos anos 70. Diferentemente do caráter clandestino e radicalizado das organizações de luta armada que surgiram no pós-AI5 até o início dos anos 70 como forma de luta contra a ditadura, os movimentos populares e sindicais do final dos anos 70 apostaram na mobilização ampla, aberta e de massas como política de enfrentamento e de conquistas, seja contra o arrocho salarial (no caso das grandes greves do ABC de 78, 79 e 80), seja “Contra a Carestia” e pela diminuição do “Custo de Vida” (Movimento que teve seu auge numa grande manifestação na Praça da Sé em 1978), seja pelas “Liberdades Democráticas”, palavra de ordem das grandes mobilizações estudantis, retomadas a partir de 1977. Em relação às greves do ABC, esse processo será apresentado no contexto do surgimento do movimento conhecido como “Novo Sindicalismo”, que teve seu início na campanha salarial de 1977 dos metalúrgicos do ABC, já com o Lula se destacando como presidente e grande liderança daquela entidade. A abordagem dessa primeira parte passará pelo processo de cada um dos três grandes movimentos grevistas do período (78, 79 e 1980), onde se verificará o quanto o movimento seguinte procurará suplantar as deficiências organizativas daquele do ano anterior. Em relação aos movimentos sociais será abordado inicialmente os Clubes de Mães, iniciados na da zona sul e que depois serão expandidos para várias periferias da capital paulista. Esses Clubes, junto

com as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), ambos fomentados pela Igreja Católica, irão fundar o “Movimento Custo de Vida” (MCV), que permanecerá ativo até 1982. O ressurgimento do movimento estudantil se verificará com a refundação dos DCEs da USP e da PUC e os grandes atos de 1977. Esses três processos reivindicatórios de mobilização (sindical, social e estudantil) irão se encontrar nos atos do 1º de maio da Vila Euclides em São Bernardo do Campo nos anos de 1979 e 1980. E vários segmentos destes setores estarão presentes na assembleia de fundação do Partido dos Trabalhadores no Colégio Sion em 10 de fevereiro de 1980, assim como em todo o processo de construção e de regularização do partido até a obtenção do seu registro definitivo. Várias lideranças desses três segmentos estarão presentes como candidatos (as) do PT nas eleições 1982.

Palavras-chave: Novo Sindicalismo, Movimentos Sociais, Movimento Estudantil, Redemocratização, PT

Espionagem na Ditadura Militar: a sala de aula como esfera fundamental da atuação dos agentes infiltrados

Anna Luiza Lobo Urzedo

Resumo: Durante a Ditadura Militar brasileira, além dos casos mais conhecidos de perseguição, prisão, tortura e morte de militantes, jornalistas, militares, cientistas e estudantes, praticados pela polícia política, milhares de pessoas foram espionadas, julgadas e afetadas pelos órgãos de informações. Para isso, esses órgãos contaram com a ajuda de agentes infiltrados. Esses agentes trocavam informes e análises diariamente e os enviavam para algumas autoridades civis e militares, como ministros, membros do segundo escalão, polícia política, ministério do exército, delegacias e outros órgãos governamentais ou que tinham ligação com o governo. Ponto primordial disso é a espionagem nas salas de aula, uma vez que era um dos espaços onde as ideias e ideais ditos como subversivos mais se concentravam e ganhavam forças. Em razão disso foi um dos lugares que mais fez-se frequente a presença de infiltrados, que espionavam desde as escolas básicas, passando por salas de cursos pré-vestibulares, até as universidades. Dessa maneira, utilizando como fonte os documentos do Acervo da

Coordenação Geral de Segurança de Minas Gerais (COSEG/MG) do Arquivo Público Mineiro, proponho analisar e refletir sobre a atuação desses agentes infiltrados nas salas de aula da cidade Belo Horizonte.

Palavras-chave: Ditadura militar, espionagem, agentes, infiltrados, salas de aulas

Rodeado de árvores e pombos: trocas epistolares do exílio nas publicações Henfil

Beatriz Bianca Teixeira Caetano

Resumo: Durante os anos da política de distensão do governo Geisel, a revista IstoÉ, a partir de 1977, procura dedicar espaço nas suas edições semanais para o cartunista Henfil e suas cartas, que faziam parte da coluna então batizada “Cartas à mãe”. Compartilhando as missivas que trocava com sua mãe e seu irmão exilado no Canadá, Betinho, o colunista buscava construir um diálogo com diversos destinatários ao publicar para os leitores da revista as tramas de sua prática epistolar. Com palavras que traçam a experiência da saudade e das expectativas de sua família diante da condição do exílio, este implemento da violência autoritária da ditadura militar, Henfil não somente abre um brecha para que o leitor da revista – destinatário implícito da carta – vislumbre o vivenciar dessa situação, mas cria um espaço para que o leitor elabore e tente apreender a experiência do exílio segundo as regras do dialogismo epistolar. Com o propósito de acessar três pontos distintos os quais a escrita epistolar de Henfil busca construir, é aqui proposta a ideia de uma “carta atravessada” como uma possibilidade de análise. “Atravessado” pode ser compreendido tal qual um impedimento de movimentar-se entre correspondentes ou de publicação na revista pelas políticas da censura, ou, ao contrário, que consegue transitar entre limites territoriais e atravessar horizontes funcionais da comunicação. Mais do que empregar o suporte carta como um documento para vislumbrar certa realidade histórica marcada pelo autoritarismo, ou ainda como apêndice e artefato curioso de uma história particular, a escrita epistolar disposta nas cartas é valorizada nesta pesquisa enquanto um lugar de mediação, um espaço de travessia. É um lugar possível para dialogar e refletir sobre as experiências da condição

violenta do exílio, desde aqueles que se encontravam fora do país nos anos finais da década de 1970, bem como de suas famílias que alimentavam diariamente dúvidas e ansiedades diante do retorno ou não-retorno dos exilados.

Palavras-chave: ditadura militar brasileira, Henfil, prática epistolar, exílio

A Certidão Para Nascer e a Concessão Para Sorrir: As Crianças Vítimas da Ditadura Militar Brasileira

Bruno Sá dos Santos

Resumo: Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, criada pela ex-presidente Dilma Rousseff, com objetivo de trazer à sociedade brasileira os feitos da ditadura militar que comandou o país entre os anos de 1964 e 1985, 434 pessoas foram consideradas mortas ou desaparecidas pelas mãos da repressão do governo. No entanto, é sabido que o número de vítimas do regime militar foi consideravelmente maior. O objetivo deste trabalho, criado para ser um trabalho de conclusão de curso no curso de História da Universidade Federal Fluminense, é debater um tema tão pouco comentado na historiografia do nosso país: as crianças vítimas da ditadura militar brasileira. Assim, tento compreender conceitos como 'violência' e 'trauma' e como estes se aplicam nessa situação. Assim também porque motivo os efeitos da ditadura atingiram crianças e as diferentes formas em que isso ocorreu. Além disso, buscar entender por que este assunto é tão pouco tratado. Através de pesquisas iniciais feitas para este trabalho, pude perceber o quanto este tema foi estudado com uma frequência maior pelas historiografias de outros países sul-americanos, como Argentina e Chile. Apesar de ser um tema pouco estudado, é possível afirmar através das pesquisas feitas para este trabalho, que no Brasil crianças foram torturadas, sequestradas, expulsas do país ou que cresceram sem os pais ao lado por conta da repressão. Afinal de contas, ser vítima não é apenas sofrer tortura física. As fontes a respeito ainda são muito escassas, levando a uma boa parte da metodologia de pesquisa a utilização do método da história oral, através de depoimentos dados em livros. Quanto a divisão do

trabalho, o mesmo será dividido em três capítulos, onde o primeiro trará as obras sobre o que foi produzido e encontrado a respeito do tema. O segundo será um trabalho com fontes encontradas após pesquisas em arquivos na leitura de obras sobre o tema. O terceiro e último capítulo tratará de um caso específico, o de Fernando Santa Cruz, desaparecido político que deixou um filho de apenas dois anos de idade, Felipe Santa Cruz, atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Assim, este trabalho tem como objetivo tratar de um tema ainda tão pouco falado na historiografia brasileira e mostrar que qualquer pessoa poderia ter sido vítima do regime militar ocorrido neste país.

Palavras-chave: Vítima, crianças, ditadura

O feminismo pós luta armada nas páginas de Brasil Mulher e Nós Mulheres (1975-1980)

Daniela Chain Vieira

Resumo: Como empreender uma luta feminista em meio a uma ditadura militar? Como alinhar as questões específicas das mulheres com as questões mais gerais da sociedade na luta por uma sociedade mais livre e justa sem secundarizar nenhuma delas? Qual feminismo querem construir as mulheres militantes da imprensa alternativa? Como a realidade brasileira traz questões diferentes para a luta das mulheres em relação ao feminismo do norte global? Essas eram questões importantes que estavam em debate no momento da circulação dos primeiros exemplares do Brasil Mulher, e, um ano depois, do Nós Mulheres, os primeiros jornais feministas da imprensa alternativa nos anos 1970. Com a derrota do projeto revolucionário da luta armada, as esquerdas se empenharam em ocupar todos os espaços legais de resistência política na sociedade brasileira, sendo um exemplo importante a imprensa, através da formação da imprensa alternativa. Os primeiros jornais feministas desse período surgem nesse ambiente, criados por mulheres militantes que integravam as esquerdas e que passaram a dar importância a espaços de organização próprios, para tratarem de suas questões

específicas. Ao mesmo tempo em que o marxismo e a experiência da esquerda traziam contribuições teóricas para a luta pela libertação feminina, as questões feministas eram frequentemente taxadas como "pequeno-burguesas" ou sectárias, questões que dividiriam o proletariado em meio a outras mais importantes, como a revolução socialista, ou a luta contra a ditadura. Mesmo assim, as mulheres aceitaram o desafio e empreenderam a tarefa de formação de jornais militantes que tratariam das questões específicas da realidade das mulheres na sociedade brasileira, em especial as mulheres trabalhadoras, sempre de maneira conectada com um projeto maior de sociedade em busca de democracia, liberdade e uma sociedade sem classe, sem desigualdades. Este trabalho busca analisar a construção do discurso feminista brasileiro a partir das publicações desses dois jornais nos anos 1970. Essas publicações trazem matérias sobre a campanha da anistia, denunciando a repressão, debatem sobre as eleições e criticam o projeto modernizador capitalista da ditadura militar, ao mesmo tempo em que tratam do lugar das mulheres nesse contexto, discutindo as relações pessoais, sexualidade, aborto e contracepção, violência de gênero, mundo do trabalho, discriminação racial, prostituição, trabalho doméstico, dentre muitos outros temas fundamentais pro movimento feminista.

Palavras-chave: feminismo, resistência, imprensa alternativa, ditadura militar

Mulheres e Resistência à Ditadura Militar Brasileira: Em busca de uma agência relegada.

Isabella Caroline de Souza

Resumo: Ao sermos provocados a citar relevantes protagonistas de grupos que combateram a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), imediatamente vêm à tona nomes como Carlos Lamarca, Carlos Marighella, entre outros. Embora sejam grandes expoentes da resistência à ditadura no Brasil, a maioria desses nomes são de representantes do protagonismo masculino na luta armada. Ainda que algumas mulheres sejam lembradas, principalmente em casos de figuras públicas, como a ex-

presidenta Dilma Rousseff, o lugar reservado à elas é o de coadjuvantes nas ações de resistência. Muitas vezes invisibilizada, a atuação feminina no combate à ditadura foi responsável por grandes planos estratégicos, avanços e conquistas. Sua participação nas guerrilhas e resistências não era restrita apenas ao papel auxiliar e de apoio. As mulheres ocupavam cargos de liderança e se posicionavam nas linhas de frente do combate. Partindo deste ponto, o objetivo deste trabalho visa iluminar a história e a atuação feminina nos movimentos de resistência à Ditadura Militar respondendo às seguintes perguntas: Quem são estas mulheres? Onde elas atuavam? Quais os seus papéis? Por que a História delas é delegada à papéis secundários e não de protagonismo e destaque? BADAN RIBEIRO, Maria Cláudia. Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda Editorial, 2018. LEITE, Isabel Cristina. Comandos de Libertação Nacional: Oposição Armada à Ditadura em Minas Gerais (1967-1969). Minas Gerais: UFMG, 2009.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Mulheres, Protagonismo, Coadjuvantes, Resistência

**Papéis de gênero dentro de organizações de esquerda na Ditadura Militar Brasileira:
“uma opressão sofisticada”**

Nydna da Costa

Resumo: As ditaduras que ocorreram no Cone Sul (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai) entre as décadas de 1960 e 1980 foram episódios de grande importância na história latino-americana do século XX. Com a instauração dos golpes nesses países, surgiram movimentos de esquerda, resistindo ao poder, que depois se desenvolveram ou não para a luta armada. Foram várias as organizações que surgiram no Brasil, tanto de partidos políticos como o PCB, ou advindo do movimento estudantil de diversas universidades do país, como UFRJ, USP, etc. Dentro dessas organizações, houve mulheres, vindas do movimento estudantil, intelectuais ou companheiras de militantes, que exerceram papel fundamental. Este trabalho visa problematizar os papéis dessas mulheres dentro dessas organizações e em situações limítrofes, como a

clandestinidade. Para tanto, indago: elas tinham a possibilidade de alcançar cargos de comando? Os papéis de gênero ainda eram reforçados durante a clandestinidade e/ou militância? As questões feministas de independência feminina e igualdade tinham a mesma importância dentro da resistência que a luta de classes tinha? Propõe-se analisar que indivíduos eram essas mulheres nessas situações-limite, dentro de suas experiências múltiplas e diversas, pontuando como elas entravam nessas organizações, como eram as relações e quais situações eram necessárias uma performatividade de gênero, sendo afirmado o feminino, ou negando-o, encarnando características estereotipadas masculinas. É possível construir a partir dessa análise as trajetórias de militância dessas mulheres, levando em conta que elas estavam expostas a uma situação limítrofe, onde a prisão, a morte e a revolução eram acontecimentos palpáveis, entendendo como as mulheres no geral eram tratadas nesta sociedade efervescente dos anos 60 e 70, não do ponto de vista do Estado opressor, mas pela ótica das organizações de resistência. Para tanto, foi construído um contra-relato, feito por meio das memórias de mulheres que sofreram na pele a opressão de gênero não só pelos órgãos repressores, mas também por seus companheiros de luta. Usei, assim, entrevistas de ex-militantes que contam suas experiências na resistência, na clandestinidade, no exílio e na prisão, transcritos dos livros “Mulheres, Militância e Memória” de Elizabeth F. Xavier Ferreira, 1996, e “Memórias de Mulheres no Exílio” de Albertina de Oliveira Costa, 1980.

Palavras-chave: ditadura, mulheres, militância, clandestinidade.

Disputas e Resistências no boletim católico Solidaridad (1976-1990)

Raquel Marques Soares

Resumo: Criado em maio de 1976, o Boletim Informativo de la Vicaría de la Solidaridad, tinha como intuito ser um local de encontro e partilha, para “contar, compartilhar e coordenar” ações solidárias e em prol dos Direitos Humanos que estavam acontecendo no Chile. Parte dessas ações eram apoiadas pela Vicaría de la Solidaridad, organização católica de direitos humanos, fundada para auxiliar e amparar a população que sofria

com as consequências da ditadura pinochetista (perseguidos, presos políticos, familiares de desaparecidos, desempregados e aqueles que sofriam com uma profunda crise econômica agravada pela política neoliberal implementada). Em um contexto em que diversos meios de comunicação eram censurados, essa publicação produzida e difundida pela Igreja Católica, era capaz de divulgar narrativas contrárias às oficiais, propagadas pelo governo militar. Nosso trabalho visa refletir sobre o papel político que Solidaridad desempenhava e como as funções e discursos do boletim estavam alinhadas as doutrinas do catolicismo.

Palavras-chave: Ditadura militar, Chile, Igreja Católica, Periódico

Traumas da Ditadura Chilena (re)vividos durante as manifestações que se iniciaram em outubro de 2019.

Adriel Marques Nunes

Resumo: O trabalho tem por objetivo concretizar uma pesquisa que iniciei durante meu intercâmbio universitário no segundo semestre de 2019, na Universidad de Santiago de Chile (USACH), em Santiago, Chile. Durante tal experiência, pude vivenciar as manifestações, reivindicações e revoltas que aconteceram no país, tendo início em outubro e seguindo todos os dias, até o dia presente. Também, tive contato com inúmeros estudantes que participaram ativamente na organização e atuação nas manifestações, assim como o papel das universidades frente a esses acontecimentos. Dessa maneira, iniciei uma pesquisa sobre a ditadura chilena, frequentei manifestações, assembleias e espaços de memória, principalmente o Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, e pude comprovar que muitas das práticas repressivas atuais, por parte da polícia e do Estado, têm suas raízes na Ditadura Chilena, assim como o uso da propaganda e dos meios midiáticos como forma de mascarar tais atuações violentas. Assim, muitas práticas ditatoriais de dominação, terror, repressão, controle de informações e medo foram impostas novamente como forma de tentar silenciar, desacreditar e acabar com as manifestações do povo chileno, fazendo com que os traumas da ditadura chilena fossem postos em debate, assim como denunciados

e rechaçados por grande parte da população, da classe artística, atletas e times de futebol, entre outros. Com isso, o trabalho proposto busca discutir e traçar relações entre as práticas executadas durante o período ditatorial no Chile e durante as manifestações que se iniciaram no ano de 2019, além de discutir a atuação do movimento estudantil dos dois períodos e sua importância na resistência e na busca por mudanças políticas, sociais, econômicas e, principalmente agora, na busca de uma nova Constituição, uma vez que a atual foi redigida durante a Ditadura. Além de realizar a pesquisa, este trabalho tem como intuito também debater e divulgar as injustiças, abusos, denúncias e reivindicações do povo chileno, a partir da perspectiva de alguém que viveu e teve contato com toda a situação, uma vez que uma das ânsias dos manifestantes era a de conseguir expor tais situações que estavam vivendo a outros países, visto que a cobertura midiática estava/está defasada e manipulada.

Palavras-chave: Ditadura, Chile, Manifestações, 2019, Repressão, Traumas.

Punho cerrado contra a ditadura: “Reinaldo, bom de bola e bom de cuca”

Sophia Andrade de Melo Silva

Resumo: O futebol chega em terras brasileiras no final do século XIX por meio de marinheiros ingleses e os filhos da elite nacional. Segundo historiadores, Charles Miller foi o principal responsável pela implantação da novidade no Brasil, que chega como entretenimento exclusivo das classes mais altas. Entretanto, não tardou para que o esporte “caísse nos braços” da população e se tornasse um grande fenômeno social. Aproveitando a onda de sucesso do selecionado, campeão da Taça Jules Rimet em 1958 e 1962, e de grandes ídolos nacionais, como Pelé e Garrincha, o regime militar instaurado em 1964, vislumbra no esporte uma ferramenta de propaganda, apropriando-se da paixão nacional e a controlando a Seleção. Sob o canto de “Pra frente Brasil, Salve a Seleção!”, a conquista da Copa de 1970 se torna um triunfo da legitimação e da vitória do Regime Ditatorial. Dentro desse contexto, surge José Reinaldo de Lima. Miineiro natural de Nova Ponte, nasceu em 1957. Além da habilidade incomum com a

bola, o jogador se destaca por sua sua posição política. Nas comemorações de seus gols, Reinaldo fazia o gesto do punho cerrado, que remetia ao grupo de cunho socialista “Black Panthers”. No dia 06 de março de 1978, Reinaldo ganha a capa da edição 140 do jornal Movimento, periódico de esquerda e oposição ao regime militar. Sob o título de “Reinaldo, bom de bola e bom de cuca”, o futebolista defendeu publicamente a insistia, o direito ao voto e a organização dos jogadores em associações. Camisa 9 da Seleção Brasileira, foi perseguido pelos militares, pela imprensa e também por grupos da elite conservadora por seu ativismo dentro e fora da campo. Apesar do considerável aumento do número de publicações, congressos e eventos, o campo de estudo do futebol é ainda, dentro das Ciências Sociais, marginalizado. O esporte é ainda encarado como objeto de alienação de massas e instrumento de manipulação política, também é visto como uma atividade ligada apenas ao lazer e ócio. O presente projeto pretende analisar, sob a perspectiva da figura de José Reinaldo de Lima, a historicidade do futebol, sua utilização como ferramenta política-ideológica da Ditadura Militar no Brasil e como forma de resistência por grupos de oposição. Como o jornalista e historador Marcos Guterman (2009) afirma “[...] é pura construção histórica, gerado como parte indissociável dos desdobramentos da vida política e econômica do Brasil. O futebol se lido corretamente, consegue explicar o Brasil.”

Palavras-chave: Futebol, Ditadura-Militar, Resistência

A resistência do jornal “A Semana” a partir do caso dos jovens desaparecidos

Denise Silva e Souza

Rafaela Guimarães Pereira

Resumo: RESUMO Entre os anos de 1964 e 1985 o Brasil enfrentou o período que ficou conhecido como Ditadura Militar. Durante 21 anos, o país viveu sob a administração de governantes antidemocráticos que, em busca da perpetuação dos interesses próprios e de seus aliados, justificados na luta contra o comunismo, acabaram por utilizar da censura e repressão. Por outro lado, houve reações às atitudes do Estado, como por exemplo, a luta armada que se fortificou principalmente após 1968 quando baixado o

Ato Institucional nº 5, o qual afirmou o autoritarismo do governo. A resistência armada é profundamente comentada, mas não é a única. Por isso, propõe-se aqui apresentar outra forma de resistência, aquela realizada de forma não violenta por jornalistas e demais setores da sociedade, quando os mesmos cobravam respostas sobre desaparecidos e/ou presos. Isso se fará a partir da apresentação do Jornal “A Semana”, da cidade de Divinópolis, Minas Gerais – pertencente a um órgão das paróquias da cidade – o qual exhibe cobranças, em diferentes edições, quanto ao desaparecimento de três jovens divinopolitanos da delegacia do município. Posteriormente, uma edição afirma que um dos rapazes foi encontrado carbonizado e amarrado. O periódico permite entender como a cobrança contínua das autoridades também se afirma como uma forma de resistir ao autoritarismo. Ademais, a presente pesquisa se mostra importante por se tratar de um jornal do interior, expandindo as pesquisas acerca do Regime Militar para além dos grandes centros urbanos. Além de possibilitar o conhecimento de como esse período atingiu os contemporâneos das localidades interioranas. Como metodologia foi realizado um estudo de fonte histórica com algumas edições de 1982 a 1985 do Jornal “A Semana”, além da revisão bibliográfica de autores como Renato Ortiz (2001), Elio Gaspari (2002) e Caroline Bauer (2014). Os resultados parciais apontam para um importante papel do jornal estudado quanto à cobrança em relação ao desaparecimento dos jovens da cidade de Divinópolis, em um contexto o qual levar este tipo de conhecimento à população poderia ser considerado uma ameaça. O que confirma a ação resistente, mas não ligada à armas.

Palavras-chave: Resistência jornalística, Ditadura Civil-Militar, A Semana, Jovens desaparecidos.

ST 24 - História Justiça e Direito(s) no Brasil

Patrícia Costa de Alcântara

Doutoranda em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro
historiapca@gmail.com

Isabela de Andrade Pena Miranda Corby

Doutoranda em Direito
Universidade Federal de Minas Gerais
isabelacorbyadv@gmail.com

Daiana Maria da Silva

Mestranda em Educação Tecnológica
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
daiana2707@hotmail.com

Proposta do Simpósio

O simpósio pretende reunir um painel diversificado de estudos que explorem as interfaces entre história, justiça e direito(s) no Brasil, desde aqueles dedicados ao período colonial até os que se concentram na contemporaneidade, abarcando as especificidades do período escravagista, do império, do pós-abolição, das repúblicas, das ditaduras, das democracias e das redemocratizações. Objetiva-se propiciar reflexões sobre como disputas religiosas, racismo, desigualdades de gênero, conflitos de classe e conflitos étnico-raciais, fundamentam lutas por direitos e equidade ao longo da história do Brasil e sobre como tais ocorrências alicerçaram as instituições jurídicas do país e/ou como as reações a essas condições contribuíram para gradativas transformações no âmbito da justiça e do Direito. Busca-se abordar as experiências de diferentes atores sociais (individuais ou coletivos) na busca pela regulação pública da vida social ou, ao contrário, no esforço de reduzir tal intervenção. Aceitam-se trabalhos inseridos em diversos campos de pesquisa da História, do Direito ou áreas afins, e que versem sobre temáticas diversas, tais como: as transformações do Estado e dos poderes públicos; trabalho escravizado e trabalho livre; justiça eclesiástica e inquisitorial; mutualismo; associativismo; greves; sindicalismo; lutas e movimentos sociais; direito penitenciário e sistema carcerário; direitos humanos; lutas pela redemocratização;

políticas públicas; direito religioso; direitos trabalhistas; trabalho análogo à escravidão; trabalho doméstico; direitos das mulheres, do trabalhadores rurais e indígenas; o peso da agenda neoliberal, dos novos golpes de Estado e da emergência da extrema direita sobre os direitos políticos, sociais e civis; direitos LGBTQ+; reforma trabalhista; reforma da previdência e uberização do trabalho; e tantos outros assuntos pertinentes à chamada. Trata-se de uma proposta alicerçada nas linhas tênues e muitas vezes invisíveis entre a História e o Direito ao longo da construção da Justiça e das lutas por conquistas de direitos no Brasil.

A viuvez nas Ordenações Filipinas – uma análise sobre relações de gênero em leis da América Lusa

Lana Sato de Moraes

Resumo: O foco principal desse trabalho é a análise de um conjunto de leis vigentes no período colonial relacionados à viuvez, ressaltando que essas leis majoritariamente versavam sobre as mulheres viúvas, o que já demonstra uma faceta importante das relações de gênero desse período: a viuvez como um fenômeno feminino. A decisão em concentrar a análise nas viúvas foi feita pelo caráter dual apresentado pelas pesquisas sobre viuvez feminina em sociedades de Antigo Regime, em que ao mesmo tempo em que essas mulheres tinham mais possibilidades de liberdade e poder de escolha ao não estar mais sob a tutela masculina, também estavam mais vulneráveis economicamente. Tal quadro é fértil para a análise aqui proposta e também abre espaço para a análise da situação jurídica das mulheres da época de forma geral. A principal fonte analisada nesta pesquisa são as Ordenações Filipinas (1603), conjunto de leis gerais de Portugal que também eram aplicadas em suas colônias e que perdurou como parte constituinte do ordenamento jurídico do Brasil por décadas. Ressaltando que essa pesquisa procura aliar o uso do conceito de gênero como categoria analítica aos estudos jurídicos, desta forma, fazendo-se um exercício metodológico de aproximação e construção de um panorama dos limites institucionais e jurídicos que as mulheres da América Lusa estavam submetidas por meio da legislação vigente no período, o objetivo é observar como as mulheres, especialmente as viúvas, apareciam dentro da tradição jurídica.

Partindo do pressuposto de que o direito e suas leis são criados pelos pensamentos, reflexões e determinações humanas, a análise das leis da época é uma maneira de buscar a compreensão dos possíveis sistemas de crenças das mulheres e homens do período e, para essa comunicação, analisar sobretudo como o sexo feminino era categorizado e visto dentro dessa mentalidade. Certamente essa tradição jurídica não era a única força cerceadora da existência feminina na época, mas ainda construía certa imagem das mulheres do período e ajudava no processo de demarcação de qual era a posição que o sexo feminino ocupava dentro da hierarquização social daquela sociedade.

Palavras-chave: Gênero, Direito, Viuvez Feminina, América Lusa

Cristãos indignos? Perseguição inquisitorial e resistência cristã-nova no mundo iberoamericano

Angelo Adriano Faria de Assis

Resumo: Em 1536, seria instaurado em Portugal o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Durante todo o tempo em que funcionou, a Inquisição portuguesa objetivava zelar pela pureza católica, motivo pelo qual identificou ameaças que precisavam ser combatidas. Dentre elas, os cristãos-novos (antigos judeus batizados à força ao catolicismo em 1497 e seus descendentes), suspeitos de manterem ocultamente as crenças, comportamentos e tradições dos antepassados. eram, por isso, denominados judeus ocultos ou criptojudeus. Com o início do processo de colonização da América portuguesa, muitos cristãos-novos migraram para cá buscando novas oportunidades e melhores condições de vida, bem como verem-se livres das pressões e perseguições movidas pelo Santo Ofício. Embora sem um tribunal inquisitorial estabelecido no Brasil, a presença dos representantes inquisitoriais - seja através de visitas esporádicas, seja através de sua malha de representantes (familiares e comissários, por exemplo) fez com que muitos indivíduos acabassem, denunciados, presos, processados e condenados por comportamentos considerados judaizantes. Através de estudos de caso, pretendemos apresentar alguns dos modelos de denúncia

contra os cristãos-novos na América portuguesa, em especial durante os séculos XVI e XVII, auge da perseguição aos neoconversos, bem como suas estratégias de resistência, seja buscando integração na sociedade, seja diante da máquina inquisitorial.

Palavras-chave: Inquisição no mundo iberoamericano; perseguição religiosa; criptojudáismo

"Envenenadoras de Uberaba": As representações criadas pela imprensa dos anos 1960 sobre as mulheres dos "Crimes do Agradinho"

Maíra Cristina Tomé Fonseca

Resumo: O presente trabalho é fruto de uma monografia e tem como intuito analisar uma série de crimes ocorridos na cidade de Uberaba, Minas Gerais, entre os anos de 1957 e 1962, mas que só vieram a ser descobertos em 1964. Tais crimes foram cometidos por quatro mulheres moradoras da Rua Campos Sales, no Bairro Abadia, que se utilizaram do artifício do envenenamento para eliminar suas vítimas. Esse envenenamento se dava através de comidas que essas mulheres cozinhavam e ofereciam a suas vítimas em forma de um “agrado”. Por isso, a série de crimes ficou conhecida pelo nome de “Crimes do Agradinho”. Juntas, acredita-se que essas mulheres teriam matado mais de doze pessoas. As fontes para a análise serão jornais e revistas da época, tanto locais quanto de circulação nacional, e nossa problemática se consistirá em entender quais foram as representações e os papéis sociais criados – ou a conservação deles –, em torno dessas mulheres por esses meios de comunicação. Com a análise das reportagens – nos atentando tanto para a linguagem quanto para as fotografias nelas contidas – e amparados principalmente pelas discussões dos campos da História das Mulheres, da História Social do Crime e da História da Imprensa no Brasil, poderemos compreender melhor sobre como as mulheres que cometem crimes são retratadas pela imprensa – visto que esse não é um papel social que se espera delas –, entender como o crime permeia do imaginário social de um povo e de uma época, como essas mulheres foram capazes de mexer com toda a dinâmica de um bairro e de uma cidade, ficando

conhecidas Brasil afora e, assim, tentar dar visibilidade a uma história praticamente esquecida, mas tão rica, da cidade de Uberaba.

Palavras-chave: Uberaba; História Social do Crime; Mulheres Criminosas; Estudos de Gênero; História e Imprensa

Direitos trabalhistas no campo e reforma agrária no Brasil Republicano (1950-1964)

Renan Vinicius Magalhães

Resumo: A história dos direitos trabalhistas no Brasil República se caracterizou por uma certa exclusão da massa camponesa, assim, até o advento do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, trabalhadores e trabalhadoras do campo não participaram efetivamente dos direitos implementados pela Consolidação das Leis do Trabalho de 1943. Desde a década de 50, pelo menos, existiu uma pretensão de estender aos trabalhadores do campo os preceitos da Legislação Social. Partindo de uma análise política, verifica-se que inúmeras propostas foram debatidas no Congresso Nacional e não obstante, a reforma agrária apareceu recorrentemente sendo um tema de destaque. De grande complexidade, a distribuição de terras foi pauta de vários discursos políticos, bem como circulou em vários meios, fossem eles acadêmicos ou jornalísticos. Segundo Vânia Maria Losada Moreira havia um certo consenso sobre a necessidade de uma reforma agrária no Brasil, a oligarquia rural era sinônimo de uma política arcaica e avessa aos interesses industriais e democráticos. Assim, propomos nesse texto fazer um debate sobre as discussões parlamentares no Congresso em torno da extensão da Legislação Trabalhista ao campo e como a reforma agrária se fez presente nesse debate, enfatizando os grupos políticos que se manifestaram favoráveis ou contrários à essas proposições, e em linhas gerais, demonstrando como que a extensão da CLT ao campo, se configurou um caminho para se alcançar a distribuição de terras no Brasil.

Palavras-chave: Direitos trabalhistas, Estatuto do Trabalhador Rural, Reforma agrária

O paradoxo do trabalhador livre subordinado: elementos da relação de poder entre capital e trabalho.

Camila Jorge

Resumo: O presente trabalho visa desconstruir o Direito do Trabalho, é necessário para tanto, fazer uma análise histórica, a cerca de suas bases e reflexos jurídicos. Como ponto de partida adentra-se no sentido etimológico do trabalho; segundo alguns historiadores, o trabalho foi concebido no início como um castigo e como uma dor, o termo trabalho vem do latim tripalium que era um instrumento medieval de tortura. O trabalho sempre representou um esforço, uma pena e até um castigo. Antes da consolidação do capitalismo, o trabalho não se organizava majoritariamente sob a forma salarial. No feudalismo, por exemplo existia o esquema de sujeição entre senhor e servo, onde o servo recebia o suficiente para sua reprodução material e de sua família, sujeitando se a uma autoridade senhoril. Com a derrocada do feudalismo ocorreu a monetização do trabalho, o capitalista passou então a comprar apenas a força de trabalho, dando em troca dinheiro (salário) e desobrigando-se quanto a encargos secundários como o da sobrevivência material do servo e sua família. Além disso a terra passou a ser um meio de acumulação e não de produção de subsistência, e essa privatização aumentou o valor dos produtos de gêneros alimentícios que antes eram cultivados em conjunto. Logo iniciou-se um ciclo de exploração que é fundamental para o capitalismo e existe até hoje. Com a 1ª revolução industrial, foi necessário aposentar a “chibata”, e pôr em seu lugar o contrato. A forma contrato não é resultado do aprimoramento do espírito humano em direção a solidariedade e respeito à dignidade humana. O escravismo oneroso, obsoleto já não era operacional. Hoje o ponto de convergência é um trabalhador “LIVRE” não mais escravo, assalariado e subordinado, há um novo senhor, com um regime disciplinar a ser seguido, o contrato de trabalho, as normas e regulamentos internos da empresa. O contrato é universalmente conceituado como acordo de vontades entre duas ou mais pessoas, ocorre que na seara do trabalho, o contrato trabalhista é mera ficção, porque o acordo de vontades gerado da relação de trabalho é uma simples adesão por parte do trabalhador a um ordenamento normativo previamente fixado pela parte mais poderosa. É a partir dessa perspectiva que o

presente trabalho visa demonstrar a partir dos elementos da relação de emprego (subordinação, onerosidade, habitualidade, pessoalidade) como o contrato de trabalho rouba a cena da coação, que anteriormente era utilizada como forma de controle e dominação.

Palavras-chave: trabalho subordinado, contrato de trabalho, trabalhador

História dos usos da Justiça do Trabalho por mulheres durante a Era Vargas

Otávio Lopes de Souza

Resumo: Nas décadas de 1970 e 1980, o contexto da historiografia internacional, associado ao interesse de historiadores em novos temas, objetos e fontes depois do período da redemocratização, provocou uma crise de paradigmas nas Ciências Sociais brasileiras. Com isso, as sínteses da macro-história, estabelecidas com ausência dos “de baixo”, começaram a ser questionadas por historiadores que estavam mais vinculados à micro-história, de modo a dar início à construção de uma “nova” história cultural. Conseqüentemente, muitos deles passaram a analisá-los como donos de suas próprias trajetórias, mediante percepção de que dominantes e dominados podem ter interesses em comum, realizarem negociações e, dependendo, até mesmo se estruturarem em um “pacto social”. Não obstante, apesar de ser um tema atualmente bastante frequentado, percebe-se que ainda há certo silenciamento dessa bibliografia especializada acerca do protagonismo das mulheres em busca da constituição de seus próprios direitos sociais. Por isso, pretende-se contribuir para o processo de tentar “escovar a história a contrapelo” por meio de análises da história dos usos da Justiça e do Direito do Trabalho por mulheres durante a Era Vargas, a partir de pesquisa no acervo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais. Em suma, considera-se fundamental não reproduzir uma narrativa histórica que abranja apenas a perspectiva que o vencedor é suficientemente capaz de ignorar a visão das mulheres e, ao mesmo tempo, as suas lutas voltadas para as conquistas (e não para as concessões) desses direitos, momento em que essas fontes judiciais se tornam particularmente úteis e importantes.

Palavras-chave: Justiça do Trabalho; mulheres; Era Vargas

A conquista do sufrágio feminino no Brasil: A necessária desmistificação da figura paterna de Vargas

Pâmela Cirino Fernandes

Natália Andrade Arante de Oliveira

Resumo: Este resumo traz à baila as circunstâncias da árdua conquista das mulheres, no que tange o direito ao voto, especificamente em 1932, revela-se também que esse êxito não se deu por conta de um ato bondoso do presidente e, por isso, é necessário que se critique a figura paternalista de Getúlio Vargas como o único garantidor de direitos. Para mais, o incessante movimento pelo sufrágio feminino no Brasil, que teve início muito antes do governo de Vargas, desencadeou uma série de preconceitos, inclusive estampados em manchetes de jornais da época, nos quais impossibilitava a visão de uma plena igualdade de gênero. Isso ainda se faz importante, não só pelo fato do sexismo -mesmo que de maneira velada- ser presente na contemporaneidade, mas também na ideologia enraizada que dita o abismo entre política e mulher. Tal desconstrução entrega uma visão crítica da historiografia que deve ser considerada, já que ainda não é dado aos movimentos sociais seus devidos créditos aos direitos conquistados ao longo do século XX. Nesse cenário, o estudo será feito de maneira interdisciplinar e crítica, cruzando as áreas de conhecimentos da história, política e do âmbito jurídico, para que dessa forma possamos averiguar o quão afetado foi o imaginário da população diante desses acontecimentos

Palavras-chave: Sufrágio feminino, Era Vargas, Participação feminina, Feminismo Histórico

Quais trabalhadores têm direitos afinal? Conflitos levados às Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte nos anos iniciais da Justiça do Trabalho

Resumo: As Juntas de Conciliação e Julgamento foram instituídas em novembro de 1932 como órgãos responsáveis por solucionar os dissídios trabalhistas individuais. Esses tribunais antecederam a instalação da Justiça do Trabalho, ramo do direito que passaram a integrar como tribunais de 1ª instância após 1941. Embora as leis que mais tarde seriam reunidas sob o título de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) privilegiassem trabalhadores urbanos com vínculos de trabalho comprovados e desde sua concepção as Juntas pudessem reconhecer legalmente apenas trabalhadores sindicalizados, elas receberam, discutiram e formularam sentenças sobre conflitos apresentados por trabalhadores não sindicalizados, sem vínculo empregatício formal e/ou que exerciam atividades que poderiam ser consideradas atribuições de trabalhadores rurais. Longe de exaurir as questões sobre o tema, o objetivo do trabalho é iniciar uma reflexão sobre algumas das dinâmicas que marcaram o período inicial da Justiça do Trabalho no Brasil e que demonstram que as suas instituições e projetos não estão isentos das pressões externas a que são expostos; que os fatores humanos de decisão e posicionamento não devem ser negligenciados frente às restrições jurídicas; que os critérios estabelecidos para a atribuição de direitos são históricos e, portanto, objetos de dissenso, disputas, lutas e estratégias que estão em constante movimento. Para isso foram analisados alguns processos trabalhistas que receberam apreciação das Juntas ainda que fugissem às determinações legais ou cujas demandas específicas ainda não tinham recebido a regulamentação legislativa que receberiam posteriormente.

Palavras-chave: Trabalhadores. Direitos. Justiça do Trabalho. Legislação Trabalhista.

ST 25 - A nação em perspectiva: sociedade e cultura no Brasil oitocentista

Alexandre Bellini Tasca

Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
abtasca@gmail.com

Janyne Paula Pereira Leite Barbosa

Doutoranda em História
Universidade Federal Fluminense
janynebarbosa.pb@gmail.com

Thayná Cavalcanti Peixoto

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
thaynacpeixoto@gmail.com

Proposta do Simpósio

Embora seja uma tarefa delicada definir a nação brasileira, é seguro afirmar que o Brasil hoje constitui um Estado-nacional. Debruçar-nos sobre o século XIX é de central importância para entender esse “constituir-se”. Nossa proposta considera, especificamente, os impactos da chegada da corte de Bragança em 1808, no que então poderíamos chamar de América portuguesa e vai até fins do século XIX, momento em que a nação brasileira apresenta bases capazes de resistir às transformações advindas da proclamação de República que, se não subverteu o caráter nacional do Brasil, abalou as bases do Estado brasileiro. A criação da Imprensa Régia exemplifica o início dessa construção, tornando a sociedade luso-americana em agente produtor de impressos e não apenas receptor/leitor. O espaço sócio-político brasileiro se reconfigurou, deslocando os centros de poderes e estabelecendo novas relações de força. Houve ainda mudanças e ampliações no espaço público brasileiro, não só em termos de alcance, mas também no tocante ao número de indivíduos e setores sociais envolvidos. O XIX foi, enfim, um marco para o aprofundamento das redes de sociabilidades brasileiras. O Brasil experimentou aos poucos a consolidação da independência em meio às disputas e conflitos que colocavam em xeque suas instituições, organização legal, reconhecimento e estabilidade. Constituir-se enquanto nação iria muito além da criação

de um texto constitucional – era necessária uma identidade nacional. O Estado, ainda frágil, investiu no desenvolvimento de uma história oficial, organizada por institutos históricos. Buscava-se legitimar um projeto de nação. Através do desenvolvimento de um sistema educacional científico esse “projeto” intentava instruir, civilizar e higienizar. A criação do Estado-nação e da identidade nacional se ligava assim à questão da cidadania. Escravizados, forros, mulheres, estrangeiros foram marginalizados ou mesmo excluídos da sociedade civil. Apesar disso, inseriam-se no cotidiano da nação, no campo, na cidade ou mesmo no interior dos lares. Pessoas que rompiam a barreira do mundo doméstico indo às ruas, improvisando a própria subsistência e agindo como sujeitos políticos. Percebemos desse modo que, em uma nação tomada pelo analfabetismo, diversos grupos e sujeitos “liam” o mundo e nele se integravam, cada um à sua maneira. A nação hoje construída foi fruto do alargamento de suas fronteiras, dos novos alcances atingido pela esfera pública que se constituía. Pretendemos através deste simpósio reunir trabalhos que pensem o século XIX brasileiro e sua potência transformadora, capaz de colocar em diálogo os mais diversos grupos sociais e sujeitos históricos que, em seu cotidiano, constituem essa nação.

A conduta ideal feminina e sua transgressão: velhos modelos transvestidos de novos.

Formiga, Minas Gerais (1820-1870)

Séfora Semíramis Sutil

Resumo: A transferência da Corte para o Rio de Janeiro (1808) preconizou mudanças na conformação da sociedade brasileira. A criação de aparatos estatais antes inexistentes ou vinculados à metrópole introduziu novas formas de regulação à vida social. Em meio a este processo que viria a culminar na Independência (1822) e na difusão de ideias liberais, a questão comportamental também foi pauta corrente. A Corte trouxe novidades que modificariam a sociabilidade e as práticas culturais. Neste ínterim, eclodiram discursos, com o médico-higienista, que intentavam regular o comportamento dos indivíduos no âmbito público e privado. No caso das mulheres, a literatura médica, bem como a de cunho liberal, se empenhou em definir o paradigma

de mulher ideal. A moça de conduta recatada e a mãe ciosa das obrigações para com a casa, o marido e os filhos, basicamente, conformavam este modelo. Contudo, em localidades interioranas – como a região de Formiga, província de Minas Gerais, a qual iremos abordar – era comum que os novos costumes não se coadunassem de imediato às vivências. Isto porque, primeiro, exigiria o desapego a antigos hábitos, o que é parte de um processo lento e, segundo, porque a própria distância se impunha como inibidor da circulação de novidades tal como ocorria nos centros urbanos. Se pensarmos nas camadas mais empobrecidas, aumenta-se o fator inibidor. Conquanto as mulheres pobres, cujas vivências demandavam comportamento ativo, verificamos a transgressão posto que este modelo se baseava nas mulheres de elite. O sentido de permanência dentre as rupturas não consistia apenas na impossibilidade dos pobres interioranos em seguir estes modelos comportamentais. Os discursos em voga, embora se dissessem modernos, resgataram antigos princípios, os transvestiram de conceitos, ditos, científicos, e os aplicaram como novidades. É, pois, sobre os discursos correntes ao longo do século XIX, sua influência no comportamento feminino e a inevitável transgressão das normas de conduta pelas mulheres pobres, de que iremos discorrer. Para tanto, utilizaremos o impresso “O Mentor das Brasileiras”, periódico liberal-moderado de São João del-Rei, da comarca do Rio das Montes, cuja localidade de Formiga fora subordinada; textos literários de época; e processos criminais do Fórum de Formiga, compreendidos entre 1820 e 1870, para verificar as contradições envoltas no próprio discurso e nas vivências.

Palavras-chave: Conduta feminina, discurso dominante, transgressão

O futuro como ofício: A construção de identidades sociais pelas mulheres cartomantes nos periódicos da Corte Imperial (1861-1869)

Kathleen de Oliveira Maia

Resumo: Adentrando no universo das “casas de dar fortuna” e das “sacerdotisas do futuro”, como foram apelidadas pelo cronista João do Rio em seu livro *As religiões do*

Rio, o presente trabalho tem como objetivo analisar possíveis relações entre os anúncios de cartomancia publicados por mulheres na Corte Imperial durante a década de 1860 e a construção de identidades sociais tecidas por essas cartomantes acerca de seu ofício. O trabalho busca assim compreender as cartomantes como indivíduos inseridos simultaneamente em práticas mágico-religiosas e no universo do trabalho informal na Corte, conexão interpretada pela historiadora Maria Cristina Wissenbach como um processo de “mercantilização da magia”. As fontes investigadas consistem em exemplares dos periódicos *Jornal do Commercio* e *Diário do Rio de Janeiro* que circularam entre 1861 e 1869 e estão disponíveis na Hemeroteca Digital do Arquivo Nacional. Como alicerce metodológico, optou-se pelo diálogo com as proposições de Roger Chartier acerca do conceito de representação e suas conexões com a cultura e a sociedade.

Palavras-chave: Cartomancia, Mulheres, Imprensa, Corte Imperial.

"Viva a instrução da mulher": os sentidos da feminilidade no Brasil oitocentista

Cibele Camargos Pereira

Resumo: Considerando as indicações metodológicas elencadas pela Escola de Cambridge, analisamos as diferentes linguagens que permeavam a representação feminina no século XIX brasileiro. Neste sentido, o exame das páginas dos periódicos "O Paiz" e "A Mãe de Família" nos forneceram compreensão acerca da expectativa da sociedade imperial em relação a cada gênero. Identificamos a vigência linguística de dois mundos díspares, que categorizavam funções e comportamentos definidores de feminilidade e masculinidade. Ainda evidenciamos que as mulheres, independentemente do grupo a que pertenciam, comungavam do estigma da inferioridade em relação ao homem. Ademais, ao explorar o vocabulário da folha "O Sexo Feminino", reconhecemos a emergência de um novo idioma. A redatora do jornal, Francisca Diniz, expõem em sua linguagem política a necessidade da emancipação e da instrução do sexo feminino. Destacamos que a singularidade das ideias da periodista

parecem encontrar embasamento no Iluminismo, propondo igualdade e luz para todas as brasileiras.

Palavras-chave: Brasil Imperial - Gênero - Emancipação feminina - Imprensa.

Maria Angélica Ribeiro, o teatro na formação da esfera pública: maternidade e abolicionismo em Crancos Sociais.

Andréa Sannazzaro Ribeiro

Resumo: Maria Angélica Ribeiro, dramaturga carioca, tem seu reconhecimento teatral em destaque quando o teatro tem na esfera pública importante autonomia para discutir temas importantes para o estado – nação recém independente. O teatro não apenas se ocupa em produzir discursos ligados a identidade nacional, tal como acontece na primeira metade do XIX Brasileiro com autores como Martins Pena e Gonçalves de Magalhães, quando passa a se inserir no espaço público, com debates de ordem política e social de extrema relevância. Maria Angélica Ribeiro em 1866 com sua peça Crancos Sociais, traz em seu enredo, não apenas temas de ordem moral da então formação da sociedade, como traz para o debate questões como maternidade e abolição. Analisaremos aqui, como a autora, a partir do questionamento do espaço da mulher na sociedade, trata destes temas.

Palavras-chave: Teatro, Abolicionismo, Maternidade.

Vikings no Brasil Considerações sobre o Diálogo entre o IHGB e a Sociedade Real dos Antiquários do Norte de Copenhagen

André Alcântara Aguiar

Flávia Lemos Mota de Azevedo

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo revisitar discussões entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Sociedade Real dos Antiquários do Norte de

Copenhague ao longo do século XIX. Nesse período membros de ambas as instituições se envolveram em um debate com objetivos de encontrar possíveis vestígios que comprovassem a presença de escandinavos na costa sul-americana antes da chegada dos ibéricos no século XV. Esta pesquisa e o presente texto, que ainda se encontra em fase exploratória, têm como objetivo discorrer sobre os primeiros resultados alcançados através da documentação oriunda desse intercâmbio. Nosso objetivo é apresentar a análise dessa documentação sob a ótica da construção da identidade nacional: de um lado o interesse destes intelectuais na presença nórdica em território brasileiro, de outro ângulo analisar o contexto na qual essa discussão ocorre. A conjuntura do diálogo entre as instituições se deu em um momento em que os intelectuais dinamarqueses buscam um resgate de seu passado para a construção de uma unidade nacional, recorrendo ao passado nórdico para construir sua nacionalidade. Já o Brasil se encontra em processo de consolidação do Estado Nacional em meio a crises políticas, com a independência de Portugal em 1822 e o governo regencial após a abdicação de D. Pedro I em 1831, no qual a fundação do IHGB e seu projeto de sistematização da História do país serve como auxílio para manter a unidade do Estado. Neste cenário, as pesquisas de C. Rafn, um dos primeiros a defender a antiguidade nórdica nas américas com o seu livro *Antiquitates Americanæ* (1837) e um dos fundadores da Sociedade Real, repercutem pela Europa iniciando diálogos com várias instituições de pesquisa pelo mundo com o objetivo de iluminar o passado escandinavo. O trabalho de Rafn é levado ao conhecimento do IHGB em 1839, através de Peter Lund, que fazia parte das duas instituições. Neste contexto, a arqueologia de ambos os países se confunde com a busca pela identidade nacional, proporcionando mitos arqueológicos brasileiros criados através de investigações de inscrições ou vestígios estudados no Brasil, como as epígrafes na pedra da Gávea, a suposta cidade abandonada no sertão baiano e as inscrições na ilha do Arvoredo em Florianópolis. Estas e outras análises forneceram dados que foram considerados similares a informações apresentadas por Rafn em seus estudos, despertando um debate duradouro sobre uma provável presença nórdica no Brasil pré-cabralino.

Palavras-chave: Escandinavismo oitocentista, IHGB, Sociedade Real dos Antiquários do Norte, Vikings no Brasil

"Sala cheia de curiosidades" - O colecionismo no Brasil Oitocentista

André Onofre Limírio Chaves

Resumo: “A conversa foi então interrompida pela chegada do Sr. B., que nos levou a uma sala cheia de curiosidades. Além de coleções de relíquias brasileiras, havia ali raras antiguidades peruanas, de louça, de pedra e de metal. Pedi licença para reproduzi-las”. Nesta passagem das memórias sobre sua estadia no Brasil, entre 1845 e 1846, o viajante e inventor Thomas Ewbank narrou o momento em que entrou em contato com uma coleção privada, existente no Rio de Janeiro. A coleção atraiu sua atenção por ser, em grande parte, composta por vestígios do passado dos povos pré-colombianos. Seu interesse pelas peças, principalmente por aquelas da civilização Inca, foi imenso e o explorador decidiu cumprir o rito de um naturalista-viajante, desenhando-as, descrevendo-as e catalogando-as em seu caderno de viagem, para que futuros leitores pudessem saber as peculiaridades desse tipo de produção humana, anterior ao contato dos ameríndios com os europeus. A visita à casa do Sr. B foi motivada por algo mais que uma mera cordialidade. Sua intenção era conhecer o gabinete de curiosidades que havia na residência, para registrar as peças que nele havia que se mostrassem importantes para compor seu relato de viagem ao Brasil. Por meio de análise documental, podemos afirmar que o colecionador era José de Oliveira Barbosa, um erudito da cidade do Rio de Janeiro e membro do principal órgão oficial responsável pela escrita da história do país, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O lote de curiosidades Incas que integrava sua coleção chamou a atenção de Ewbank por um motivo muito específico. A visita foi ambientada no exato momento em que se percebia uma efervescência científica na corte carioca, que levava aos estudiosos a repensarem a origem das sociedades americanas e seu grau de civilidade por meio do estudo de sua cultura material. Dessa forma, é objetivo dessa apresentação abordar a importância do desenvolvimento das práticas de colecionismo privado durante o Brasil Império, explorando-se as conexões entre as práticas pessoais e o colecionismo desenvolvido pelas incipientes instituições brasileiras, como o IHGB e o Museu Nacional.

Palavras-chave: Coleccionismo; Brasil Império; História do Brasil; Museus

A missão Paranhos nas repúblicas platinas em 1864: diplomacia e a imprensa imperial

Caroline Fernandes Pereira

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo pensar as relações diplomáticas entre Brasil, Argentina e o Uruguai na década de 1860, precisamente nos anos de 1864 e 1865, que antecederam a Guerra do Paraguai. O foco principal é a atuação de José Maria da Silva Paranhos – futuramente Visconde do Rio Branco, figura central em processos de tratados e intervenções diplomáticas do Império na região do Prata. Partindo desta perspectiva, pesquisamos a Missão Paranhos (1864-1865), atividade fundamental para a consolidação da política expansionista do Império brasileiro. Desse modo, pensamos as redes de sociabilidade que envolveram esse ator da política imperial e, em conjunto, buscamos explorar o tema pouco trabalhado na historiografia brasileira. Para fundamentar o debate, utilizamos Hilda Sabato, Francisco Doratioto e Amado Luiz Cervo, entre outros autores indispensáveis para pensar, regionalismos, soberania e diplomacia. Para o desenvolvimento da pesquisa, consultamos os periódicos Constitucional (RJ), Fluminense (RJ) e Jornal do Commercio do Rio de Janeiro. Pretendemos compreender o discurso e a posição da imprensa liberal, tendo como contexto a crise do Estado Imperial brasileiro, acerca da atuação do plenipotenciário nos países platinos, destacando o Tratado da Tríplice Aliança, fruto da missão. Tendo em vista o interesse nas relações diplomáticas entre os países da América Platina e o Brasil, pretendemos dar sequência às investigações históricas fundamentais para a compreensão da construção dos estados nacionais da região.

Palavras-chave: Império, Silva Paranhos, América Platina

Uma diplomacia em construção: um breve histórico do ministério dos negócios estrangeiros do Império do Brasil

Luan Mendes de Medeiros Siqueira

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo central abordar um breve histórico da fundação do ministério dos negócios estrangeiros do Império do Brasil bem como a sua institucionalização, os primeiros diplomatas e o contexto do surgimento. A formação do Estado Imperial e da nação, ao longo do período oitocentista, foi permeada por vários elementos. Destaca-se, dentre eles, a diplomacia brasileira. Quais eram os critérios para a escolha dos diplomatas nos serviços de ministros residentes, missões diplomáticas especiais e chefia nos cargos de cônsules nos diversos países? Após a independência do Brasil sobre Portugal, em 1822, era necessário obter o reconhecimento por outros governos. Para isso, tornava-se fundamental o serviço diplomático a fim de formar e enviar representações aos outros governos. O desenvolvimento de uma pasta dos negócios estrangeiros fazia-se necessário também já que o Brasil como governo recém-independente, precisava estabelecer suas diretrizes de política externa. Ao estudarmos sobre o período da fundação da diplomacia brasileira, perceberemos o quanto importante foi este órgão para o desenvolvimento e consolidação do Estado Imperial já que importantes questões políticas eram debatidas na referida pastas, dentre elas: questões das fronteiras com os países vizinhos, guerras no Prata, dentre outras temáticas.

Palavras-chave: Diplomacia, Império do Brasil, Política externa, diplomatas.

“A liberdade não é incompatível com a ordem”: O vocabulário do Partido Liberal na Província do Espírito Santo

Driely Neves Coutinho

Resumo: Os personagens políticos que atuaram no Partido Liberal apresentavam, através da imprensa, diversas linguagens definidas mediante o contexto político vivenciado. Neste trabalho, objetivamos traçar o vocabulário presente do Partido Liberal na Província do Espírito Santo com o intuito de compreender o Império brasileiro com mais complexidade e dinamismo. Percebemos assim, comparando as linguagens

entre província e Corte, que a conjuntura política da localidade se constituiu de forma distinta do cenário nacional, caracterizando uma sublinguagem partidária. Todavia, não significava dissonância na política local, mas, a pluralidade de uma nação.

Palavras-chave: Imprensa, Partido Liberal, linguagens

“O Comandante geral seria Branco”:o fim das Milícias segregadas por cor na imprensa carioca e no parlamento (1830-1834)

Maria Clara Aredes de Figueiredo

Resumo: A pesquisa busca através da imprensa e das discussões parlamentares, analisar o processo de extinção das milícias segregadas por cor no Rio de Janeiro, ocorrido em 1831, que se deu em virtude da Lei de criação da Guarda Nacional, por meio das discussões que surgem nos periódicos cariocas e nos meios políticos no período de 1830 a 1834. O período anterior à abdicação de d. Pedro I foi uma época de efervescência política, quando grupos políticos, com diferentes projetos de governo, buscavam espaço no desenvolvimento do Império brasileiro, nos processos que levaram à Abdicação e ao período regencial (1831-1840). Momento em que diversos grupos sociais estavam na busca pela construção de um modelo de Império e de cidadania, cada qual com suas próprias demandas e reivindicações. Com moderados no poder, tentavam manter a ordem pública e manter unidade territorial. Que envolvia conter aqueles descontentes com o seu modo de governo e conseguir emparelhar seu Estado com um corpo armado, cria-se a G. N. Medida fruto das políticas do governo Moderado na busca por controle e manutenção da ordem, a Guarda nasce com o objetivo de controle e ordem. Com a lei da Guarda às milícias foram extintas e com isso os ex-oficiais de milícias de pardos e pretos reivindicavam seu direito de ingresso na nova força sem serem preteridos na designação de patentes em virtude da cor de sua pele. A vida militar era para esses homens uma forma de exercício de cidadania e obtenção de status social e inserção na sociedade do Brasil imperial. O fazer parte trazia para seus membros a possibilidade de distanciamento da escravidão. Os debates então gerados perpassam as temáticas da cor

e do ser cidadão no contexto de lutas por direitos e reformas quanto ao recrutamento e à disciplina da G. N. Tendo em vista sua experiência negativa quanto ao ingresso na nova força, e em comparação com experiência positiva com as milícias, condenaram as práticas exclusivas da Guarda e em sentido mais amplo o liberalismo moderado que era extremamente excludente. Assim, por meio da imprensa e dos Anais do Câmara dos deputados, identificar e analisar as discussões, reclamações e reivindicações que surgem no período apresentado. O que nós deixa transparecer um projeto de cidadania excludente e pautado em ideias liberais importadas e que ao serem implementadas na realidade miscigenada brasileira tornaram a cidadania excludente na prática.

Palavras-chave: Cidadania, Homens de cor, Milícias, Guarda Nacional

A representação dos Estados Unidos nas páginas da Aurora Fluminense entre 1827 e 1834

Paulo Vitor Soares da Silva

Resumo: O presente trabalho discute a formação do Estado nacional brasileiro na perspectiva da imprensa periódica, perante a apresentação da sociedade estadunidense como modelo de Estado pela Aurora Fluminense entre 1827 e 1834. O objetivo é demonstrar que após a abertura da Assembleia Legislativa Geral (1826) o capitalismo tipográfico potencializou os debates sobre a nação frente à esfera pública brasileira. Essas discussões eram pautadas pela apresentação de soluções para os problemas internos, algumas dessas respostas levavam em conta a conjuntura externa. Nas páginas da Aurora Fluminense os Estados Unidos apareciam como modelo de nação no qual o Brasil deveria se espelhar. A presente análise estendesse até a aprovação do Ato adicional em 1834, ato que garantiu a implantação de medidas para a autonomia provincial, pauta amplamente discutida pelas fracções políticas, principalmente, após o início da Regência (1831-1840).

Palavras-chave: Imprensa, nação, esfera pública.

O jornal O Publicador e sua tipografia (Cidade da Parahyba, 1862)

Thayná Cavalcanti Peixoto

Resumo: Após alguns anos à frente da Typographia de José Rodrigues da Costa, editando e imprimindo variados gêneros impressos, desde meados de 1848, principalmente, os de caráter oficial, foi apenas em 1862 que José Rodrigues da Costa lançou ao público paraibano o primeiro jornal de publicação diária na província: O Publicador. A folha se tornou, sob sua propriedade e de seus herdeiros, uma das mais duradouras da capital durante o período imperial, cessando sua publicação no ano de 1886. Para a presente comunicação, objetiva-se analisar e dissertar sobre o primeiro ano de atuação do jornal, no qual, nos reportaremos acerca dos meandros de sua fundação, sobre o funcionamento de sua tipografia, sua estrutura e, principalmente, sobre seu conteúdo. Para isso, tal pesquisa se debruçou no corpus documental localizado no Arquivo Privado Maurílio de Almeida, em que foram encontrados e catalogados 101 exemplares do periódico, correspondentes aos meses de setembro (mês de inauguração da folha) a dezembro de 1862. Partindo da premissa de que nas páginas dos impressos se encontram inscritas relações de forças, - não só as impostas por quem produzia o jornal, mas pela sociedade à qual tal folha se destinava - é que se faz necessária a incorporação da noção de lutas de representações. Pois assim, auxiliamos a compreender motivações, forma de produção de quem elaborava a folha, o que o jornal representava à sociedade, além de identificar a maneira como essa era representada nas páginas do periódico. Até o momento, após uma diagnose inicial dos exemplares já é possível inferir que O Publicador possuía seções fixas (Parte Oficial, Registro Noticioso e Anuncios) e flexíveis (Litteratura, Variedade, Commercio, Agricultura). E, para, além disso, é perceptível que o diário se encontrava inscrito em uma rede comunicacional, pois, dialogava, enviava, recebia e transcrevia notícias, principalmente, do Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, França e Portugal.

Palavras-chave: Imprensa, Tipografia, Cidade da Parahyba

Liberais em meio a propaganda republicana: a contribuição dos Artigos Federalistas na construção da ideia de República no Brasil (1870-1880)

Vinícius Silva dos Santos

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar a concepção de República propagandeada por grupos liberais, durante o período de maior expressão da campanha republicana (1870-1880), com o propósito de identificar a existência de aspectos ligados à obra "Os Artigos Federalistas" na concepção de República defendida por esses grupos. A percepção acerca de um projeto de República para o Brasil configurou-se como fonte de disparidade entre os republicanos, três vertentes destacaram-se no processo, são elas: o liberalismo, jacobinismo e positivismo. Esses modelos eram inspirados em experiências tidas por outras nações e foram vistos, pelos seus defensores, como parâmetros de organização de Estado e sociedade. Os adeptos do projeto liberal de República tinham como principal referência os Estados Unidos da América, país que se desvencilhou das amarras coloniais da Inglaterra e paulatinamente se consolidou como potência político-econômica. Poucos anos após declarar sua independência em 1776, a América do Norte inaugura um grande debate nacional sobre o modelo de Estado que seria adotado por meio da Constituição. Como resultado, constituiu-se a obra "The Federalist Papers" ou "Os Artigos Federalistas", uma das principais produções sobre ideias políticas do século XVIII. Por intermédio da História das Ideias Políticas, buscar-se-á elementos extraídos da obra norte-americana e que corroboraram a construção intelectual dos grupos republicanos liberais no Brasil. Para a realização desse estudo, utilizar-se-á como fonte preferencial jornais ligados a órgãos de representação republicana liberal, em meio ao período de 1870-1880, bem como a obra "Os Artigos Federalistas".

Palavras-chave: Propaganda Republicana, Os Artigos Federalistas, Liberalismo, Órgãos de Representação Republicana, Ideias Políticas

Polícia Médica e Sanitária Municipal: as ações de higiene e salubridade da câmara municipal de Vila Rica/Ouro Preto (1770/1850)

Pâmela Campos Ferreira

Resumo: A presente proposta tem como objetivo compreender e mapear a atuação da polícia sanitária e médica exercidas pela Câmara Municipal de Vila Rica/Ouro Preto a partir das últimas décadas do século XVIII até 1850. Procuramos compreender como determinados ramos da administração policial da câmara – polícia sanitária e médica – atuaram em matéria de salubridade e saúde em seu município. Até o ano de 1850 eram os poderes municipais – representados especificamente pelos ramos da polícia aqui explicitadas – os responsáveis por estabelecer medidas de caráter higiênico (a partir da elaboração de posturas municipais), com vias ao combate das más condições de vida e posterior manutenção da salubridade em suas localidades.

Palavras-chave: salubridade, câmara municipal, posturas municipais

A influência de forros e homens livres no comportamento dos escravos no Norte de Minas Gerais no período Oitocentista

Thays Antunes Carreiro

Resumo: A construção da sociedade em seus vários aspectos se distingue em diferentes períodos históricos. Em cada período, se fez presente características específicas e fatos típicos relacionados à história daquela sociedade. No período Oitocentista não foi diferente, além de ter sido marcado por vários feitos como o trabalho assalariado, e, a partir de 1850 o avanço das indústrias, possuía características que diferenciaram aquela época. Nesse sentido, o presente trabalho tem como função principal a análise precisamente, no Norte de Minas Gerais a sociedade oitocentista, dando ênfase na relação de escravos com forros e homens livres, examinando em como essa relação influenciou e refletiu no comportamento dos escravos com seus senhores. Sabe-se que a realidade de vida nos 1800 aproximou o contato dos escravos com forros e homens

livres e até mesmo com seus senhores - como foi possível analisar na obra “No Sertão das Minas” - levando os escravos a cometerem atitudes não condizentes a qual, segundo a sociedade um escravo deveria ter. Com esse trabalho, é procurado entender até que momento essa relação começou a influenciar na vida dos escravos, onde podemos encontrar na obra citada acima, casos de violência dos próprios escravos contra seus senhores. Por fim, essa pesquisa tem o intuito de promover a valorização da história de Minas Gerais e trazer um novo olhar para o que se refere ao tema escravidão.

Palavras-chave: Escravos, Escravidão, Forros, Homens livres, Sociedade.

Ina von Binzer: uma perspectiva intercultural sobre a escravidão brasileira no final do século XIX

Maraísa Inês de Assis Martins

Keversson William Silva Moura

Resumo: Ina von Binzer, educadora alemã, migrou para o Brasil na segunda metade do século XIX. A professora alemã permaneceu em terras brasileiras entre os anos 1881 a 1884, e ao longo de sua estadia no país escreveu uma série de cartas, destinada a sua amiga Grete, que mais tarde foram todas publicadas, compondo um livro denominado: “Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil”. Ao longo das cartas, Ina von Binzer utilizando do pseudônimo Ulla von Eck, trás depoimentos sobre a realidade brasileira naquele contexto, evidenciando questões sociais, econômicas e políticas do país. Mediante a isso, o presente estudo visa promover uma investigação analítica e reflexiva sobre visão da alemã no que diz respeito à escravidão e os anos que precederam a Abolição da escravatura, que ocorreria em 1888. Para isso, foi utilizado, como objeto de estudo, algumas cartas escritas por Ina von Binzer, que foram previamente selecionadas. Portanto, sobre as conclusões prévias alcançadas nesse trabalho, cabe ressaltar que a professora alemã fazia suas observações, sobre a realidade brasileira oitocentista, a partir de um olhar intercultural alemão. Além disso, no que se refere ao sistema escravocrata brasileiro, a educadora reconhecia que o seu fim estava próximo e que esse poderia trazer para o país não só pontos positivos, mas

também ocasionar uma série de prejuízos, principalmente no que diz respeito ao sistema econômico que se encontrava em vigor naquele momento.

Palavras-chave: Abolição da escravatura, Escravidão, Ina von Binzer, intercultural

O amor e a infidelidade vingados no século XIX

Cibele Carmo Kamchen

Resumo: Os valores de uma sociedade geralmente são transmitidos em histórias contadas por via oral ou escrita. Esse conhecimento é reproduzido para ensinar às gerações mais novas como devem socializar, mas também, quando ultrapassam as barreiras impostas pelo tempo, servem para que o futuro compreenda como o passado lidava com questões específicas - pelo menos na teoria. Ao escolher dois contos morais do início do século XIX é possível analisar como a sociedade enxergava o adultério e as consequências do ato que, ainda hoje, é visto como crime em países onde a monogamia é recorrente. Os contos escolhidos foram “O amor ofendido e vingado” e “A infidelidade vingada”, ambos de 1818, traduzidos para o português e sem autoria definida. Como a sociedade oitocentista era motivada pela aparência e pelo interesse, ainda que não houvesse casamento, uma vez estabelecido o compromisso, portanto o contrato social, isso já era o suficiente para que os envolvidos observassem a honra. E por falar em honra, era necessário gerar a descendência das famílias, o que não necessariamente acompanhava quem recebia o afeto. Assim, os adultérios estavam presentes e intrínsecos numa sociedade que não os considerava como crime, mas como pecado religioso, o que possibilitava o seu perdão. Entre justificativas e absolvições, não são poucos os casos em que o adultério foi estopim para que os envolvidos cometessem vinganças contra a vida daqueles que os traíram anteriormente, uma vez que determinados sujeitos ignoravam a justiça estatal para o cumprimento da lei e agiam por conta própria para recuperar sua honra, como se o Estado não tivesse condições de utilizar o instrumento legal com a mesma finalidade.

Palavras-chave: Amor, vingança, adultério, crime, Estado

ST 26 - História e os estudos sobre Ciência Tecnologia e Sociedade: diálogos possíveis

Isabella Bonaventura
Doutoranda em História
Universidade de São Paulo
isa.bonaventura@gmail.com

Jéssica Garcia da Silveira
Doutoranda em História
Universidade de São Paulo
jessicasilveira@usp.br

Proposta do Simpósio

Este simpósio tem como objetivo promover diálogos possíveis entre pesquisas na área de História e os estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade. Em conformidade com as lutas sociais contemporâneas contra a mudança climática, pela demarcação de territórios indígenas e quilombolas, pelo direito à cidade, à universidade e à dignidade ontológica, esta proposta pretende evocar a potencialidade de estudos históricos para pensar entrecruzamentos entre ciência e sociedade (ou mesmo entre as naturezas e as culturas). Pretendemos agregar debates sobre história da ciência e produção de saberes que abordem a natureza não como uma totalidade de recursos passivos a serem mobilizados pelo “homem” em prol de uma visão (ocidental) de progresso. Nosso intuito é promover discussões que compreendam a natureza como composição dinâmica que tem historicidade, assim como os conhecimentos e os objetos (compreendendo esses últimos como “agentes não-humanos”). Nos interessa pensar as cadeias de referências e transformações envolvidas na produção e perpetuação de saberes, bem como, abordar modos corporificados de compreender o mundo e os procedimentos de “co-produção” entre ciência e políticas públicas estabelecidas em regimes políticos democráticos na contemporaneidade. Nesse sentido, esse simpósio se propõe a receber trabalhos que tenham como referencial metodológico autoras(es) do campo de estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade, assim como, trabalhos em História Ambiental; pesquisas que abordem a produção de conhecimento de uma perspectiva “situada” e

corporificada; investigações que discutam questões de gênero na produção de conhecimento; análises que abordem a produção de conhecimento em contextos não-hegemônicos e estudos que, de maneira geral, levantem discussões sobre produção científica e políticas públicas.

A Belém-Brasília e a Transamazônica: pontos em comum

Dhieilla Lira da Silva

Resumo: Os projetos na região amazônica sempre foram vistos como grandes propostas de governos, presidentes como: Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e até mesmo o general-presidente Emílio Médici, tentaram de alguma forma “dominar” essa grande floresta que desde do tempo imperial era vista como um grande espaço “vazio” desconhecido para os próprios habitantes do país. Dois grandes projetos buscaram de certa forma integrar e ocupar o local, sendo eles: a rodovia Belém-Brasília que fazia parte do plano de metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1960) que tinha como slogan “cinquenta anos em cinco”, a autoestrada tinha o objetivo de ligar a capital da Amazônia (Belém), a futura capital do país (Brasília). E a Transamazônica construída durante o período da Ditadura Militar (1964 – 1985) no qual o projeto foi elaborado pelo general-presidente Emílio Garrastazu Médici, sendo esse mais ousado e buscando mostrar domínio sobre o país, elabora a rodovia que cortaria o Brasil de leste a oeste, com o lema “integrar, para não entregar”, isto é, integrar a Amazônia para não a perder para outros países. Apesar de serem construídas com poucos anos de diferença e em um cenário político totalmente diferente, ambas as estradas foram recebidas com muita euforia causando um sentimento de esperança para o governo, com a possibilidade da civilização da Amazônia. Por outro lado, a preocupação de organizações ambientais com a fauna e a flora da floresta foi igualmente alarmante. Porém o progresso do país era necessário e para que esse ocorresse era fundamental “Integrar a Amazônia ao resto do Brasil”.

Palavras-chave: Amazônia, integrar, projetos

Seminários viajeros: o desenvolvimento da enfermagem por meio da intercambialidade

Helena Pereira de Souza

Biannka Melo dos Santos

Fernanda Batista Oliveira Santos

Resumo: INTRODUÇÃO: Na década de 1990, a enfermagem mineira centrou-se em desenvolver pesquisas, buscando a construção de um saber próprio e reconhecimento da área como ciência. Em consonância, criou-se o Programa de Desenvolvimento da Enfermagem (PRODEN), sediado na Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, que teve como característica a intercambialidade entre instituições de enfermagem, possibilitando aos docentes compartilharem seus conhecimentos no intuito de capacitar e favorecer a criação de novas relações institucionais. Esta vertente foi denominada Seminários Viajeros, abrindo os horizontes para as diversas realidades e contextos da profissão entre os enfermeiros latino-americanos. OBJETIVO: Discutir os Seminários Viajeros como instrumento da intercambialidade de conhecimento na enfermagem. MÉTODO: Estudo histórico, centrado na documentação PRODEN, sob a guarda do Centro de Memória da Escola de Enfermagem. RESULTADOS: O desejo pela implantação da pós-graduação na EEUFMG ganhou forças em 1990. Porém, era necessário selar parcerias interinstitucionais, visto que o corpo docente tinha poucos mestres e doutores e precisava se capacitar. Os cursos *stricto sensu* concentravam-se em São Paulo e Rio de Janeiro. O PRODEN criou caminhos para parcerias e desenvolvimento do conhecimento na área. Proporcionou aos docentes a possibilidade de disseminação de conhecimento e capacitação dos mesmos com os Seminários Viajeros. Este permitiu a troca de experiência e saberes entre profissionais, no Brasil e na América Latina, que viajavam intercambiando seus conhecimentos. Contribuiu ainda para que a enfermagem latino-americana se aproximasse mais de uma prática científica, já que houve a disseminação desse modelo. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os resultados dessas parcerias são desfrutados até hoje, com o desenvolvimento das instituições e da profissionalização, tendo como exemplo o pioneirismo da Escola de Enfermagem da UFMG na oferta de pós-graduação em Minas Gerais e o destaque da Enfermagem brasileira no contexto da pesquisa na América Latina.

Palavras-chave: Enfermagem, História da Enfermagem, Capacitação profissional.

**Engenharia, ciência sanitária e um plano utópico para o saneamento de São Luís
(1889-1902)**

Mariza Pinheiro Bezerra

Resumo: Nas décadas finais do século XIX médicos e engenheiros atuaram na capital do Maranhão, São Luís, com um repertório sintonizado à microbiologia que vinha se impondo na medicina experimental e nas iniciativas institucionais em saúde pública. Atuando no governo do Maranhão elaboraram estudos importantes sobre a ciência sanitária, cujo embasamento era a microbiologia, que deveria ser aplicada na realidade local. Entre os estudos produzidos destaca-se uma obra densa produzida pelo engenheiro maranhense Palmerio Cantanhede, em 1902, intitulada “Saneamento das cidades e sua aplicação à capital do Maranhão”. Com base em sua vivência na Europa e Estados Unidos, localidades que estavam há anos aplicando políticas de saneamento, o autor apresentou aquilo que considerava mais moderno no campo do saneamento, em termos de ideias e ações, e propôs aplicar novas medidas de enfrentamento da insalubridade urbana em São Luís. O objetivo desta comunicação é analisar algumas soluções tecnológicas apresentadas pelo engenheiro, entendendo-as como produto de uma época importante para a História do Maranhão e pertencentes ao ideal de cidade perfeitamente organizada. Será dado destaque à pouca aplicabilidade de seu projeto de saneamento, e a ausência de engajamento político necessário para torná-lo concreto, já que São Luís ensaiava os primeiros passos em saúde pública. Serão pontuados aspectos da trajetória de Palmerio Cantanhede no exterior e no Maranhão. Em seguida, serão expostas as mudanças no campo da saúde pública que o sistema republicano trouxe para o Maranhão, e o entendimento que o engenheiro tinha sobre a ‘ciência sanitária’ que desejava instituir na capital. Também serão destacadas as propostas elaboradas por Cantanhede para melhorar o sistema de abastecimento de água da capital, bem como as alternativas para a implantação de sistemas eficientes de esgotamento sanitário e

coleta de lixo para o núcleo urbano da cidade. O sistema de esgotos ideal para São Luís, na sua ótica, deveria ser acompanhado pelo aproveitamento dos dejetos em campos de agricultura; o sistema de coleta de lixo deveria ser feito após a correta separação dos materiais aptos ao descarte. Por fim, uma questão decorrente da análise que fez sobre o abastecimento de água é a degradação dos recursos naturais da capital do Maranhão, denotando seu posicionamento contrário à exploração compulsória dos mananciais e da vegetação, e a visão que mantinha sobre natureza, progresso e sociedade.

Palavras-chave: Engenharia, Ciência Sanitária, Saneamento, Palmeiro Cantanhede, Maranhão.

“Processos Naturais e Antrópicos de Alteração da Paisagem do Município de Paraty-RJ, 1965-2020”

Rodrigo Zambrotti Pinaud

Resumo: O município de Paraty, localizado no sul do estado do Rio de Janeiro, possuiu seu apogeu econômico nos séculos XVII e XVIII, pelo cultivo da cana-de-açúcar e do café, transporte de ouro para embarque a Portugal e tráfico negreiro, através de sua via de ligação terrestre do litoral com a região de São Paulo e Minas Gerais. A partir de meados do Século XIX, Paraty entrou em um processo de estagnação econômica que só começou a ser revertido a partir de meados do Século XX. Foi elevada a Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro em 1945 e Monumento Nacional em 1966 e desde 2018 detentora do Patrimônio da Humanidade Cultura e Meio Ambiente (UNESCO). Pouco descrito, o impacto ambiental desses ciclos econômicos locais levou a degradação de praticamente toda a cobertura florestal do município, situação essa que ainda podia ser evidenciada na década de 60 do Século XX. Com a abertura do trecho Rio-Santos da rodovia BR-101 no início dos anos 70, um verdadeiro boom turístico e populacional atingiu Paraty. A população passou de 9.360 habitantes em 1950 para 15.934 em 1970, chegando a aproximadamente 43.000 habitantes (2019). Concomitantemente, uma série de Unidades de Conservação foram criadas na região: Parque Nacional da Serra da Bocaina, Parque Estadual Paraty-Mirim, que em 1976 passa a ser denominado Área Estadual de Lazer de Paraty-Mirim. Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, Estação Ecológica de Tamoios, Reserva Ecológica Estadual da Juatinga. A presença dessas Unidades de Conservação, faz com que o município de Paraty seja fortemente regulado por normas e regras federais o que por vezes resulta em seu descumprimento em função da dificuldade de fiscalização e da disposição de parte da população local e de turistas de segunda residência em ocupar ilegalmente áreas protegidas e, principalmente, as não protegidas. O objetivo deste trabalho é

mostrar, através de Cartografia Histórica, interpretação de fotografias aéreas pancromáticas na escala de 1:25.000, obtidas em 1965 pela USAF, fotografias de campo e fotografias aéreas oblíquas tomadas de helicóptero pelo IBAMA que apesar da extensão das áreas protegidas legalmente e suas áreas adjacentes o que aumentou a extensão das áreas cobertas por florestas no município, o vetor de expansão urbana faz que a vegetação faz com que a vegetação seja progressivamente suprimida ao longo dos cursos dos rios e áreas adjacentes.

Palavras-chave: Paraty, Transformação da Paisagem, Juatinga, Acumulação por Espoliação, Florestas

A Ficção Científica como documento histórico - O que invasões alienígenas e apocalipses nucleares dizem sobre nós

Warley Davidson Silva

Resumo: Obras literárias e audiovisuais sempre flertaram com as possibilidades da ciência e do incompreensível ao mesmo tempo em que construíram lógicas de causa consequência simulando no mundo hipotético e virtual, utopias e distopias diversas. A ficção adquire, neste cenário, uma função importante de permitir que se experencie tendências de futuros conjecturáveis a partir do nosso contexto histórico, tendo valor nas práticas educacionais, desenvolvimento tecnológico, divulgação científica e para reflexão sociológica. As obras de ficção científica podem então ser uma leitura da realidade, ou no mínimo de um aspecto dela. Pesavento (2006) sugere que o consenso diz que o historiador deve se atentar para os fatos e fontes, não devendo haver espaço para o “se” no fazer da história. Ao mesmo tempo, este fazer da história é a construção de um discurso ou narrativa de modo que permite uma reconstituição que seja, tal qual Carlo Ginzburg faz, uma história verossímil aos fatos. Contudo, a literatura ficcional, mesmo não tendo os requisitos necessários para ser compreendida como história ou leitura da realidade, se coloca como a mais rica das fontes por se permitir acessar traços que outros documentos não contêm sobre o objeto em estudo. Levando em consideração o background das obras de ficção, faz-se necessário que se possua desenvolva uma chave correta para descriptografar estes documentos. Para tal, Piassi e Pietrocola (2007) à luz de Parrinder (1980), desenvolvem um método interrogativo que

observa obras da ficção como reflexos dos anseios da sociedade e seus agentes, produzindo uma narrativa que diz mais sobre o presente do que o próprio futuro que se apresenta no primeiro plano destes textos, revelando aspectos da dimensão ou ponto de vista do qual se escreve ou encena. Utilizando-se deste método propõem-se que se debata o contexto da obra *Watchmen* de Alan Moore (1986-1987) assim como suas adaptações para o cinema por Zach Snyder (2009) e a série de Damon Lindelof (2019) como documentos históricos de suas épocas. Essa leitura, depurada pela metodologia de Parrinder (1980), apresenta como os medos acerca da repressão policial, a guerra fria, o austero, a energia nuclear assim como os anseios pelos avanços tecnológicos, o desenvolvimento da ciência e ideais de liberdade foram simbolicamente representados nas obras, possuindo diferenças de uma versão a outra que condizem com mudanças sociais sobre diferentes temas, especialmente ligados a Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Palavras-chave: Ficção Científica, Historicidade da Ficção, CT&S, Literatura, Cinema

ST 27 - Pensar o sagrado: refletir sobre o humano – Perspectivas debates e embates sobre as religiões e religiosidades

Vanderley de Paula Rocha

Doutorando em História
Universidade Estadual de Maringá
vanderleypr05@yahoo.com.br

Simone Aparecida Dupla

Doutora em História
cathain_celta@hotmail.com

Mariani Bandeira Cruz Oliveira

Doutoranda em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
marianibandeira@gmail.com

Leonildo José Figueira

Mestre em História
leo.hist@gmail.com

Proposta do Simpósio

O campo de estudo das religiões e religiosidades tem se firmado como um importante espaço de discussão nas mais diversas disciplinas, principalmente, na História e nas disciplinas das Ciências Sociais. Prova disso são os inúmeros encontros e debates realizados nessa temática, os diversos periódicos especializados e o número significativo de monografias, dissertações e teses produzidas com problemáticas deste campo. Portanto, a proposta desse simpósio é reunir pesquisadores de História e de áreas correlatas, cujo objeto de pesquisa se encontra nos estudos do sagrado e nas relações que este tece com a sociedade em geral ou com grupos específicos. Assim, esse simpósio pretende reunir temas diversos, tais como: discussões a respeito do sagrado e do profano, práticas populares, intolerância e violência religiosa, institucionalização de crenças, imaginários, rituais e simbolismos, relações de poder dentro de sistemas religiosos ou de grupos que usam as crenças como forma de manipulação e controle, os conflitos relativos as questões religiosas e aos usos do sagrado. Enfim, o leque se abre as diversas temáticas relacionadas ao sagrado nas mais diversas temporalidade e espaços, permitindo um diálogo profícuo e amplo entre as diversas disciplinas e pesquisadores que pensam a temática.

Os Bispos da Diocese de Mariana: séculos XVIII e XIX

Anna Karolina Vilela Siqueira

Resumo: O presente trabalho versa discutir sobre os seis primeiros governos episcopais da Diocese de Mariana. Pretende se desenvolver um estudo sobre as representações destes bispos frente à sociedade mineira. A Diocese foi criada em 1745 pelo papa Bento XIV através do moto próprio *candor lucis aeternae*, o desejo da Igreja era que as terras mineiras tivessem maior organização eclesiástica, foram também apoiados pela Coroa que buscava uma maior ampliação do controle local. Apesar da junção inicial destes dois poderes, durante todos períodos coloniais, as relações Igreja-Estado mostraram se bastante conturbadas devido a confusa legislação no tocante à seus direitos fiscalizadores devido ao regime de padroado. A ação pastoral apresentou se como um desafio à ação episcopal, assim os bispos buscavam afirmar sua liderança nas localidades que governavam. Para endossar nossa discussão utilizaremos como fonte os relatos deixados por estes bispos como as visitas pastorais, bem como outros documentos que abordam seus respectivos governos.

Palavras-chave: Bispos; Diocese de Mariana; Igreja Católica; Minas Gerais

A Ação Pedagógica da Igreja Pelas Pastorais na freguesia da Santíssima Trindade, Rio de Janeiro, século XVIII

Igor da Silva Nunes

Resumo: Durante uma visita pastoral no ano de 1768, o visitador Jozê Correa Leitão, afirmou que algumas pessoas “curavam os quebrantos com bençãos e palavras”. Na ótica de atuação da Igreja na América Portuguesa, essa denúncia poderia ser motivo de investigação por uma devassa eclesiástica ou até pelo Santo Ofício, por feitiçaria. Mas Leitão optou por pedir ao padre responsável pela região para que durante a missa “admoestasse três vezes [para] que nenhuma pessoa usasse dessas bençãos”. O

visitador utilizou de uma correção pedagógica para o caso, ou seja, ele optou em “ensinar” a população que aquela prática era “proibida” pelos ritos católicos. Com isso, procuramos apresentar a proposta desta comunicação, que é mostrar como a Igreja Católica lançou mão das pastorais para ensinar as pessoas a boa prática do catolicismo. A fonte deste trabalho é o livro de pastorais realizadas durante o século XVIII, na freguesia da Santíssima Trindade, localizada na antiga capitania do Rio de Janeiro. As pastorais serviam para orientar toda a população (padres, livres, libertos e escravos) sobre a boa prática do catolicismo tridentino. Através dela, a Igreja atuava de maneira pedagógica para corrigir possíveis “desvios” morais da população (concupinato, feitiçaria e etc.), ou seja, ela procurava chamar a atenção da população antes de possíveis atuações das devassas eclesiásticas ou do próprio Santo Ofício, embora esses três se entrelaçassem.

Palavras-chave: pastoral, pedagogia, catolicismo

Religiosidade popular: um olhar filológico sob ex-votos setecentistas mineiros

Marcus Vinícius Pereira das Dores

Resumo: É possível olhar para os ex-votos com diferentes lentes científicas: História, Antropologia, Sociologia, Teologia etc. Sem descartar essas disciplinas, em nossa pesquisa de doutorado, investigamos tábuas votivas brasileiras e portuguesas dos séculos XVIII e XIX por meio da Filologia e da Linguística. Esses objetos de devoção popular – muitas vezes, vulgares e desagradáveis – atravessaram o tempo e chegaram ao presente, a maioria deteriorado, é claro, como testemunho de uma cultura de fé – expressão votiva de um crente que se viu curado – e como um registro de um estágio pretérito de língua. Composto por textos verbais (as legendas) e textos não verbais (as pinturas), os ex-votos, que não nasceram para serem históricos, tornam-se ricas fontes estudos. É importante destacar, também, que esses objetos possuem um valor material e um valor imaterial: material, porque está em causa fontes históricas que agregam informações únicas sobre parte da história de um povo; e valor imaterial, porquanto dão

testemunhos de práticas socialmente relevantes. Com esta apresentação, pretendemos partilhar algumas impressões de pesquisa, que surgiram em um contexto de reflexões paleográficas sobre fontes documentais. Quem trabalha no ramo da Filologia, já apontava Labov (1982: 45), pratica “a arte de fazer um bom uso dos maus dados”. Isso porque, não há outra forma de se pesquisar um estágio pretérito de língua sem se voltar às fontes escritas (manuscritas ou impressas). Os dados extraídos das fontes manuscritas, contudo, são os dados possíveis, dadas as limitações do suporte e da distância temporal. De forma a ilustrar o nosso trabalho – realizado no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo – colocaremos em foco três tábuas votivas do século XVIII produzidas em honra a Sant’Ana (Santa Ana ou Santana), pertencentes ao nosso corpus de pesquisa.

Palavras-chave: Ex-votos, religiosidade e popular, filologia, Minas Gerais, Alentejo.

Os usos do judaísmo pelos neopentecostais no Brasil: o papel do multiculturalismo e a formação de uma identidade étnica hifenizada (1990 - 2002)

Bianca Pereira Bastos

Resumo: Os neopentecostais possuem notável participação no campo político, que cresceu e continua em progressão desde seu surgimento, levando seus ideais e percepções para a política brasileira. Quanto ao tema da questão palestino-israelense, que envolve diversos países e implica também questões religiosas e de soberania de um Estado, o Brasil possui cada vez mais um posicionamento pró-sionista, principalmente por parte da bancada evangélica (termo que abarca amplamente os cristãos), o que levou a investigação e levantamento de diversos recursos do discurso, tendo em vista as diversas teologias utilizadas para amparar tais narrativas. Ademais, persiste a ideia da existência de uma comunidade judaico-cristã imaginada, na qual judeus e cristão neopentecostais estariam unidos em prol da “terra prometida”, para onde Jesus irá em sua segunda vinda. E esta configuração implica em diversas questões no campo social, como a negação de ideias de esquerda, progressistas e o processo de demonização das heranças afro em um país que as têm como uma das bases de sua construção étnico-

identitária. Tendo como pano de fundo do grande crescimento das igrejas neopentecostais a década de 1990, até o início do século XXI esta vertente se consolidou e chegou a apoiar os governos da situação no sentido de estabelecer credibilidade. Quando em 2001 iniciam-se os debates acerca das políticas de reparação histórica às populações negras, durante a Conferência de Durban, promovida pela ONU na África do Sul, esse debate chega ao Brasil com toda força, até que as políticas de ações afirmativas se tornam uma política de Estado, já no governo Lula. Os neopentecostais, então alinhados ao governo, passam a ver positivado tudo aquilo que estiveram em posição contrária até então: a herança afro passa ao centro do debate. É neste momento que os neopentecostais passam a se alinhar a um grupo que represente seus ideais assim como um elemento de “branquitude”, na tentativa de manter a ideia de “desracialização” da sociedade brasileira. Nesse sentido, a proposta da investigação compreende abordar os principais aspectos desta comunidade religiosa. A partir de 2001 começa uma expansão concomitante dos debates sobre políticas de ressarcimento das populações historicamente injustiçadas pós Conferência de Durban, e uma grande aversão a Israel, que é incorporado pelos neopentecostais por meio do judaísmo imaginário, inaugurando uma comunidade judaico-cristã-brasileira, duplamente hifenizada.

Palavras-chave: Neopentecostais, judaísmo, multiculturalismo

Relatos em espaços e tempos do processo da instalação da Igreja Presbiteriana do Sana: da imigração suíça e alemã para a serra fluminense até as primeiras experiências protestantes na região

Vinner Stutz de Oliveira

Resumo: O caso curioso da Igreja Presbiteriana do Sana, em Macaé, estado do Rio de Janeiro, nos faz perceber uma diferente dinâmica da missão protestante no Brasil no seu primeiro século de existência. Por não depender exclusivamente da presença de um missionário para se ter o desejo de fundar um culto protestante na região onde não se tinha trabalho com esse aspecto, faz com que esse caso seja único e nos direciona para

um questionamento ligado a todo movimento imigratório suíço-alemão desde suas raízes nas décadas de 1810 e 1820, para traçarmos o caminho até a instituição de fato do presbiterianismo no Sana. A relação entre a cultura dos imigrantes, a fé protestante intrínseca da população da serra fluminense, o contato entre o meio e a comunidade - protestante ou não - e seu desenvolvimento sob essas óticas são essenciais para se entender esse fato diferente dentro da história da constituição de comunidades religiosas em solo brasileiro.

Palavras-chave: Protestantismo no Brasil, Imigração Suíça e Alemã, Serra Fluminense

Uma só fé e um só Deus: a evangelização indígena na América Andina e o Primeiro Sínodo Limense

Wilson Carlos da Silva

Resumo: A proposta deste trabalho é apresentar o processo de colonização espiritual do continente americano, de forma especial a América andina, analisando como a evangelização indígena se deu com base no cenário que estava em voga no continente europeu que experimentava o fim da hegemonia da Igreja Católica no tocante à pregação religiosa devido à Reforma Protestante. Diante disso, refletiremos ainda sobre o Primeiro Concílio Provincial de Lima (1551-52), que ocorre durante o momento em que a Igreja Católica se reestruturava diante do avanço protestante com a realização do Concílio de Trento (1545-63). O primeiro sínodo limense foi a assembléia que primou por unificar os aspectos referentes à fé católica para a evangelização indígena no vice-reino do Peru, somando-se ao processo de ocidentalização de todos os costumes indígenas.

Palavras-chave: Evangelização Indígena, Contrarreforma, Primeiro Concílio de Lima

COMUNICAÇÕES LIVRES

Comunicações Livres

Gestão de espaços culturais em áreas periféricas: um estudo sobre a ZAP18

Álison Valentim de Freitas

Edson Carpintero Rezende

Resumo: Espaços culturais presentes na periferia sofrem com a escassez de recursos. A dependência a leis de incentivo faz com que muitos trabalhos não sejam desenvolvidos, visto que não há recursos disponíveis para todos os espaços e a verba em alguns casos não cobre todas as despesas de manutenção das atividades. Os grupos que mantêm tais espaços também carecem de ferramentas que possibilitem a captação de recursos. A pesquisa se trata de um estudo de caso sobre a Zona de Arte da Periferia (ZAP18), espaço cultural e grupo de teatro que se dedica à produção de espetáculos e à formação de atores e educação de crianças e adolescentes por meio do teatro no bairro Serrano, região Noroeste de Belo Horizonte/MG. A investigação parte de pesquisa documental e bibliográfica sobre a ZAP18 e traz um panorama do campo teatral de Belo Horizonte. Para compreensão do campo da cultura, se atenta a gestão cultural e suas contribuições para a estrutura organizacional de um grupo de teatro. A associação desenvolve, desde 2002, o projeto ZAP Teatro Escola, que oferece oficinas de teatro para crianças e adolescentes e de capacitação para atores, além de receber artistas para mostras, debates e trocas, tendo conquistado reconhecidos prêmios do Sindicato dos Produtores de Artes Cênicas de Belo Horizonte (SINPARC). As ações desenvolvidas objetivam trabalhar a descentralização e proporcionar o acesso à arte e à cultura para os moradores do bairro Serrano. Neste contexto, é importante salientar que a democratização dos bens culturais é um fator importante na formação da cidadania, para produzir artisticamente imagens eficazes da realidade. Tendo em vista o fato de que os moradores de regiões periféricas sofrem com uma paisagem cultural precária e ausência de equipamentos culturais, o trabalho da ZAP18 colabora para que tal correção seja feita, partindo da produção teatral, juntamente com o objetivo de educar a sensibilidade das pessoas, possibilitando um encontro com múltiplas formas da linguagem teatral. O estudo buscou apresentar meios de democratizar a arte a partir da

potencialização da ZAP18, na construção de um espaço capaz de maximizar seu impacto utilizando uma visão holística, multidisciplinar e integrada.

Palavras-chave: Cultura. Gestão Cultural. Zona de Arte da Periferia. Teatro.

Aymond, “o garganta de ouro”: O artista na crise do teatro de revista (1926-1944)

Giovanna Zamith Cesário

Resumo: O Teatro de Revista brasileiro atravessava forte crise desde o fim da Primeira Guerra Mundial, quando transformações tecnológicas e urbanas aumentavam a concorrência no setor. O cinema e o rádio competiam com o teatro, principal meio de entretenimento da camada média da população. Esta comunicação propõe apresentar algumas das medidas adotadas pelos empresários dessas companhias revisteiras face a esse cenário. Em especial, através de exemplos de anúncios de peças, crônicas teatrais e de notícias contidas nas colunas teatrais de quatro jornais cariocas, usando o travestido argentino Aymond como fio condutor. A intenção é demonstrar a seguinte lógica: jornal, empresários e lucro; para assim, compreender se a divulgação maciça nesses periódicos fora eficaz ou não. Há uma relação imbricada entre os jornais e os empresários. Ambos se beneficiavam da espetacularização do artista teatral, e Aymond não fora exceção. Dessa maneira, essa comunicação pretende demonstrar como Aymond, o Garganta de Ouro, foi usado para elevar as bilheterias dentro desse campo em disputa.

Palavras-chave: Aymond, teatro de revista, jornais cariocas.

O habitus de Pierre Bourdieu enquanto moldador de seu filtro cultural: uma análise introdutória de suas fotografias na Argélia (1955-1961)

Jheniffer Caroline Oliveira Souza

Resumo: A fotografia apresenta-se como um importante instrumento nas análises historiográficas. Para além de um registro material, podemos pensar a fotografia enquanto fruto da percepção de mundo pelo olhar do fotógrafo. Para o historiador Boris Kossoy, o fotógrafo seria uma espécie de filtro cultural pois além de eleger um aspecto

determinado da realidade, “o registro visual documenta, por outro lado, a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens” (KOSSOY, 1989, p. 27). Assim sendo, no presente trabalho busca-se travar um diálogo entre o conceito de filtro cultural de Kossoy e o conceito de habitus de Pierre Bourdieu. Para tal, a análise se volta para registros fotográficos feitos pelo próprio Pierre Bourdieu durante o período em que serviu o exército e atuou como professor universitário, na Argélia, entre 1955 e 1961. Essas fotografias desempenharam um importante papel no registro histórico do sistema colonial francês, pois foram feitas em meio ao contexto de reassentamento imposto aos colonos argelinos por razões militares. Esses reassentamentos, também denominados de desenraizamentos, afetaram todos os âmbitos da vida social dos argelinos os privando de seus modos de vida tradicionais. Forçando-os a se adaptarem à “modernidade”, a qual os recebeu com sua pior face, a da desigualdade. Através das fotografias, é perceptível como o habitus, através da incorporação e do posicionamento de Bourdieu frente aquela estrutura social, moldou seu filtro cultural. Em suas fotografias, ganham destaque elementos que evidenciam a alteridade na Argélia, principalmente ao pensarmos as discrepâncias entre a vida privilegiada de colonos franceses que lá viviam e a vida dos argelinos acometidos pela opressão. Sendo assim, busca-se explorar a fotografia enquanto um instrumento que pode carregar em seu bojo as convicções pessoais de seu fotógrafo. Para refletirmos como que através do seu filtro cultural, que seria moldado pelo habitus, o fotógrafo facilmente faria transparecer suas posições sociais e políticas frente ao contexto o qual registra. Como são os casos dos contextos captados pelas lentes fotográficas de Pierre Bourdieu, pois refletem os ângulos predatórios dos reassentamentos, os quais ele se dedicou a denunciar.

Palavras-chave: Fotografia, Habitus, Filtro Cultural

Presença e Melancolia: Modos da Vivência Histórica Japonesa

Leandra Rangel de Souza

Resumo: A compreensão da realidade japonesa enquanto responsável pelo delineamento da consciência histórica encontra-se primordialmente centralizada na temporalidade do presente, fundamentalmente ao vislumbre das mais diversas manifestações dispostas na cotidianidade. Nesse sentido, os acontecimentos inseridos dentro de uma ordem temporal são contornados pelo imaginário japonês no qual fundamentalmente o ato de presentificar passados, que nasce do desejo de Presença, caracteriza fortemente a dinâmica histórica no Japão. Sobre as tensões germinadas a partir das diferentes realidades dispostas no cenário histórico, tais quais os modos de apreensão das experiências centradas em sua maioria na estética, o que se pode visualizar como substrato no caso japonês é o estabelecimento de uma relação de cunho sentimental. O *stimmung* que floresce do tempo histórico específico no qual a simultaneidade de realidades entre tradição e modernidade encontra-se assentada no Japão, nos leva a possibilidade de compreensão da história japonesa a luz da melancolia. O impulso de lançar-se à compreensão de novos parâmetros no molde da relação sujeito para com a realidade das coisas, nesse sentido, se revale dos escritos sobre Presença do historiador alemão Hans Ulrich Gumbrecht, no qual se institui às sensações enquanto modo de resistência frente a um novo tempo emergente. Nesse sentido, é essencialmente a partir do termo estético japonês “*Mono no Aware*” que a melancolia floresce, sendo concebida enquanto sentimento que sinaliza a mescla entre empatia e conformidade para com o esvaecimento das mais diversas formas de existências no mundo. A partir da coexistência entre o “ser” e o “desaparecer”, a “ausência” e “presença”, a existência em sua mais pura impermanência, o que se extrai a partir do conceito de “*Mono no Aware*” no seguinte trabalho é uma forma de enraizamento no mundo.

Palavras-chave: História, Japão, Melancolia, *Mono no Aware*, Presença

Vianninha, homem de teatro

Letícia Gomes do Nascimento

Resumo: Oduvaldo Vianna Filho foi um dos dramaturgos mais importantes da cena brasileira dos anos 1960, através de sua participação nos grupos Arena, Centro Popular

de Cultura da União Nacional dos Estudantes e Opinião. Após a saída deste último, Vianninha continuou produzindo escritos para o teatro e, em paralelo, para a televisão, até meados da década de 1970. Este trabalho visa refletir sobre a produção intelectual do autor entre os anos de 1958 e 1964 - momento em que o dramaturgo integrou dois importantes grupos do teatro brasileiro: o Teatro de Arena e, posteriormente, o CPC da UNE. O que será apresentado consiste em uma breve análise de alguns textos teóricos escritos por Vianninha, durante o período citado, a partir das suas ideias sobre a função política da arte como força motriz à transformação da sociedade, e também ao teatro, de sua época.

Palavras-chave: História do teatro, Teatro brasileiro, Teatro contemporâneo

A faca de dois gumes: a Tragédia como política de saúde pública no século de Ouro

Gabriela de Assis Costa Moreira

Resumo: O século V Antes da Era Comum (AEC) representa o período histórico-cultural de surgimento do que, talvez, possamos classificar como a maior fertilidade criativa com que nos deparamos na história do Ocidente. Carregando os impactos das mudanças profundas ocorridas no final do século VI AEC na região, o chamado Século de Ouro grego agrega uma série de invenções representantes e/ou fundantes da nova identidade grega que ali surgia – uma identidade trágica --; balizadora de instituições que constituem o Ocidente até hoje. Dentre essas invenções, estão o Direito – como instituição política coletiva; a Academia – como centralidade da produção (considerada “legítima”) de conhecimento; e o Teatro Grego, na concretização da confluência religiosa entre os cultos marginais à fertilidade (representados, neste contexto, pelas manifestações dionisíacas, principalmente) e a religião política institucional grega. Todas essas invenções são entrelaçadas pela maneira com que essa nova identidade, o homem grego, se organiza enquanto coletivo: as poleis. Na Política, o filósofo estagirita Aristóteles descreve a polis como um organismo vivo, passível de padecer com enfermidades e causas externas, possuidor de vontades e necessidades. É, sobretudo, uma nova forma de organização social, em que a política, a religião e a sociedade

formam um organismo simbiótico e indissolúvel. Neste cenário, em que começam a surgir as primeiras construções de um coletivo cidadão, onde práticas públicas de culto político passam a vigorar nas mais diversas dimensões socioculturais, as práticas de saúde ganham um caráter limítrofe. Parecem incorporar em si e para si as fronteiras entre o público e o privado, entre o corpo e a mente e, em função destas, entre as esferas do Profano e do Sagrado. Navega, portanto, pelo universo do Mito, condição imanente da identidade trágica, meio e fim das interrelações entre o Profano e o Sagrado nas poleis. Neste trabalho, explora-se esse caráter limítrofe interrelacionado com o nascimento da arte trágica – uma das mais célebres invenções do século de Ouro. Entende-se que essa relação nasce instauradora da Saúde como parte intrínseca da identidade trágica insurgente, em que sua natureza fronteiriça parece se difundir a partir da imanência mítico-sagrada entre corpo, mente e sociedade -- traduzida em fenômenos como a purgação ritual (Kárthasis) e a expiação do Mal (pharmakòs).

Palavras-chave: Tragédia Grega, Saúde Pública, História da Saúde

Auxílio- reclusão: mitos e verdades

Helena Gomes da Costa

Resumo: O Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado-1835-, foi a primeira iniciativa brasileira oficial criada para estabelecer a previdência no Brasil. O benefício assistido as famílias dos recolhidos a prisão foi instituído no Brasil em 1933 no Decreto nº 22.872 de 29 de junho, onde explicitava que, caso o associado estivesse cumprindo pena de prisão, e sua família dependesse economicamente de sua renda antes dele ser recolhido, a importância do seu salário deveria ser paga ao representante legal de sua família, enquanto perdura-se a situação de encarcerado. Em 1960 a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), pautava que o benefício do Auxílio-Reclusão resguardasse todos segurados da Previdência Social. O Auxílio-Reclusão atualmente é um benefício previdenciário pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, concedido aos dependentes do segurado recolhido à prisão. Para ter direito ao benefício o recolhido deve ter a qualidade de segurado da Previdência Social. O intuito deste trabalho é

desmitificar algumas opiniões equivocadas a respeito deste auxílio, visto que, somente uma mínima parcela da população sabe do que realmente se trata tal política pública. Para se ter mais ênfase sobre o assunto e esclarecer algumas controvérsias foram realizadas em âmbito acadêmico algumas pesquisas bibliográficas através de livros, artigos e do boletim estatístico da previdência social. A fim de ponderar as características do benefício Auxílio-Reclusão, pautando as principais questões que o envolve, como por exemplo, a quem ele se destina, em quais situações ele é concedido, tempo de duração, entre outros. O auxílio reclusão foi criado com a finalidade de amparar os dependentes do segurado recluso ou detento, o que só ocorre caso estes comprovarem que dependiam exclusivamente da renda do recolhido. O objetivo desse auxílio é que a família não fique em situação de vulnerabilidade enquanto o provedor da renda estiver sob responsabilidade do estado. Essa política pública gera diversas especulações e muitas das vezes é mal-vista pela sociedade que equivocadamente distorcem ou não compreendem sua real finalidade. Contudo, o propósito deste trabalho é desmitificar alguns conceitos e opiniões errôneas relacionadas ao tema do Auxílio-Reclusão.

Palavras-chave: Política Pública, Previdência Social, segurado

“O método do Divino Criador”: O caso Scopes como exemplo de conciliação entre ciência e religião (EUA, 1925)

Henrique Rodrigues Caldeira

Resumo: Nesta comunicação, pretendo apresentar uma abordagem histórica do famoso julgamento do professor John T. Scopes - que desafiou a lei antievolucionista do estado do Tennessee no ano de 1925 - destacando elementos que contribuam para um novo olhar sobre o evento. O “caso Scopes”, como é amplamente conhecido na historiografia norte-americana, tem sido frequentemente representado, desde seus dias até hoje, como um exemplo de conflito entre ciência e religião. Em contraposição, pretendo argumentar que tal representação contempla apenas um aspecto das expressões de relacionamento entre ciência e religião presentes no evento. Para isso, analisarei o texto

transcrito do julgamento, sobretudo os depoimentos de cientistas convidados pela defesa de Scopes, situando-o na história mais longa do desenvolvimento da chamada “teologia modernista” e destacando as aproximações entre os novos métodos e abordagens de investigação da natureza e novas possibilidades de concepção e experiência do sagrado. Assim, pretendo descortinar elementos que favoreçam a compreensão do caso Scopes também como exemplo de conciliação entre ciência e religião, contribuindo para uma imagem mais abrangente e multifacetada do evento.

Palavras-chave: ciência e religião, fundamentalismo, evolucionismo, teologia liberal, Scopes

Organização e administração da Escola de Enfermagem da UFMG: pós-graduação stricto sensu (1994-2006)

Mayra Raquel Fantinati dos Reis

Fernanda Alves dos Santos Carregal

Fernanda Batista Oliveira Santos

Resumo: A enfermagem vem buscando a consolidação como área de conhecimento e este processo perpassa pela legitimação de um saber próprio e autonomia para seu exercício. Visto isso, os cursos de pós-graduação em enfermagem têm uma grande contribuição, pois a maior produção de pesquisas é originária destes programas. O sucesso de um Programa depende de algumas variáveis, dentre elas o investimento que as Diretorias das instituições fazem neste processo durante as suas gestões. Considerando esta variável, os pesquisadores do Centro de Memória da Escola de Enfermagem (CEMENF) têm se dedicado ao estudo e análise das contribuições das três primeiras gestões da diretoria da Escola que participaram na consolidação do Programa de pós-graduação em Enfermagem Stricto Sensu. Objetivo: Analisar as contribuições de três gestões que apoiaram a consolidação do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Stricto Sensu da Escola de Enfermagem da UFMG. Método: Estudo histórico-social, centrado nas fontes documentais depositadas no CEMENF. Os dados foram coletados no mês de junho de 2019 e analisados conforme o referencial de Eliot

Freidson sobre a profissionalização em saúde. Resultados: A consolidação do programa de pós-graduação stricto sensu em enfermagem da EEUFMG só foi possível nos anos de 1994, com a criação do curso de Mestrado em Enfermagem. Porém, as tentativas iniciaram em 1990. A gestão 1994 - 1998 foi composta por uma diretora (Profa. Maria José Grillo) que propunha não só consolidar o curso de mestrado, mas também o próprio programa com o curso de doutorado. Isto só foi possível em 2004 na 3ª gestão analisada (2002-2006 – Prof. Francisco Carlos Félix Lana). A gestão 1998-2002 (Prof. Roseni Rosângela de Sena) permitiu a continuidade do crescimento da pós-graduação na Escola por meio de parcerias com outras instituições para a formação dos professores da própria EEUFMG. Já na gestão 2002-2006, o curso de mestrado passou a ser multiprofissional e houve a implantação do curso de doutorado dando complementaridade ao programa de pós-graduação na Escola e fechando um ciclo de autonomização para formação do enfermeiro pesquisador. Considerações Finais: A Escola de Enfermagem da UFMG foi pioneira na oferta de pós-graduação stricto sensu em Minas Gerais e o trabalho das 3 gestões analisadas foi essencial para consolidação deste pioneirismo e atendimento de uma demanda de enfermeiros mestres e doutores reprimida no estado.

Palavras-chave: Escolas de Enfermagem, Administração e organização, Educação de Pós-graduação em enfermagem.

América: conquista, invenção ou descoberta, um debate historiográfico e educacional

Gabriella Figueiredo do Carmo Moreira

Karolinne de Souza Tinoco

Resumo: O presente artigo visa debater a respeito do uso do conceito de “descoberta” em detrimento de “invenção” e “conquista” da América, na disciplina de História, ministrada na Educação Básica. Acredita-se na necessidade da discursão do porquê ainda persiste na afirmação de que a América foi descoberta e não inventada ou conquistada. Para isso, será utilizado a historiografia vigente a respeito do tema e também as mudanças ocorridas dentro dos espaços escolares, por meio da Base

Nacional Curricular Comum (BNCC) e o Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). E para melhor entendimento destas questões, será realizado uma análise crítica através das propostas do Ministério da Educação (MEC), a partir do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e as Propostas Curriculares, em relação aos autores que usam o termo descoberta, principalmente na execução de livros didáticos, em sala de aula.

Palavras-chave: América Colonial, Educação Básica, Invenção da América

Clio através do Ciberespaço: experiências com o google sala de aula em disciplinas de graduação

Antonio Carlos Figueiredo Costa

Resumo: A comunicação procura relatar e ao mesmo tempo divulgar algumas experiências da utilização do aplicativo google sala de aula articulado a metodologias ativas em disciplinas de curso de graduação presencial da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Com vistas a cumprir o objetivo de vulgarização dessa experiência de ensino, nosso relato elege a estratégia de pontuar as fases de execução que permitiram moldar o desenho instrucional dessas disciplinas, adequando os recursos das diversas linguagens disponíveis para o atingimento dos objetivos propostos ao longo do 2º semestre letivo de 2019. Na intenção de refazer o roteiro das mencionadas escolhas metodológicas, o desenvolvimento da comunicação irá explorar os seguintes tópicos: 1. Os desafios da socialização do saber na Universidade: momento no que procuramos contextualizar as condições nas quais se opta por ações educativas não presenciais, bem como as possibilidades abertas a essas práticas; 2. A recepção do alunado a um modelo que combina encontros presenciais com atividades estritamente realizadas no ambiente virtual: trata-se na realidade de uma ampliação de carga horária com suporte do professor, pois a totalidade das horas-aula previstas na matriz curricular são efetivamente cumpridas em sala de aula presencial. O mencionado modelo permitiu ampliar o alcance da disciplina, pela majoração do tempo dedicado às atividades propostas; e, 3. Os resultados colhidos ao longo da experiência com as três disciplinas

ofertadas, todas da área de História, a saber, História da Educação, Currículo Mínimo Comum de História I e Currículo Mínimo Comum de História II. Por fim a proposta metodológica relatada demonstrou ser possível, quando aplicadas ao contexto universitário de um curso de graduação – no caso citado, um curso de Pedagogia – utilizar das metodologias ativas como novas possibilidades de ensino. Na metodologia ativa, conforme sabemos, a abordagem pedagógica está centrada no aluno, tendo ênfase na transdisciplinaridade, e no uso dos recursos das Tecnologias de Informação e Comunicação, possibilitando por sua vez, o surgimento de novos métodos.

Palavras-chave: ensino de história, ensino presencial, ensino à distância, metodologias ativas.

Reflexões de projeto extencionistas: Portal EmRedes e ações de Educação Patrimonial, história local em sala de aula

Maraisa Inês de Assis Martins

Resumo: O termo “Educação Patrimonial” foi utilizado pela primeira vez, em 1983, durante o 1º Seminário sobre o uso Educacional de Museus e Monumentos. Ao longo do referido seminário, se estabeleceu a possibilidade da constituição de propostas de atividades educativas por instituições de preservação do patrimônio cultural. Desde então, a temática da educação patrimonial tem se desenvolvido como um campo fecundo para a valorização da história, memória e do patrimônio cultural. Foi, então, a partir desses pressupostos que o presente projeto extensionista pautou-se no estabelecimento de uma relação dialógica entre Universidade do Estado de Minas Gerais (Unidade Divinópolis) e escolas da rede pública do município de Divinópolis-MG. Mediante a isso, o objetivo central do projeto foi apresentar aos alunos os aspectos da história local, bem como informações e reflexões acerca dos patrimônios culturais, materiais e imateriais do município. Para isso, foi feita uma articulação da produção acadêmica-científica e o acervo do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho (Cemud – UEMG – Unidade Divinópolis), que serviu como apoio metodológico na elaboração, desenvolvimento e aplicação de oficinas de Educação Patrimonial nas

escolas participantes do projeto. Além das oficinas, organizamos e redigimos uma cartilha de educação patrimonial, disponibilizada aos professores das escolas fornecendo, assim, subsídios para o desenvolvimento do conhecimento e da valorização da história local, fomentando o caráter de multiplicadores do conhecimento. Cabe ressaltar que, na aplicação das oficinas foram usados recursos metodológicos que promovem a interação entre os alunos, em especial a metodologia de inventários participativos, por meio dos “mapas mentais”, rodas de conversa que perpassam a temática da preservação e valorização do patrimônio cultural, assim como uma construção coletiva da linha do tempo da história de Divinópolis. Para isso, foram utilizados diferentes recursos, tais como fotos, jornais e documentos, tendo como eixo norteador a qualidade da apresentação ética e estética do material. Portanto, os resultados da investigação realizada ao longo do projeto demonstram um grande desconhecimento da história local, assim como a escassez de materiais voltados para a educação básica, de maneira que acreditamos que as oficinas e a cartilha propostas pelo projeto são ferramentas importantes para a difusão e promoção da história e do patrimônio cultural do município.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Divinópolis-MG, História Local, Patrimônio cultural.

Uma contradição efetiva: O motivo da força de Paulo Guedes no governo Bolsonaro

Calebe Ericksson de Carvalho

Resumo: Esta comunicação pretende refletir sobre o motivo de Paulo Guedes se constituir como um dos ministros mais importantes do atual governo do presidente Jair Bolsonaro, considerando o atual contexto da democracia brasileira. Para isso recorreremos à teoria democrática formulada por Anthony Downs, que estabelece que o maior objetivo de um partido em uma democracia é ganhar as eleições, adaptando seu discurso para que este se antagonize ao grupo que está no poder, principalmente se o governo estiver em crise. Utilizamos da análise dos discursos de Bolsonaro enquanto este era deputado federal (1991 – 2018), analisando os temas recorrentes e o teor das

ideias e bandeiras levantadas, procurando entender as contradições e o como este procurou adaptar seu discurso às demandas e aos antagonismos com a política econômica vigente no país, para se eleger presidente. A conclusão a que chegamos é que o discurso liberal não encontrou precedentes nas falas do então deputado, tendo ele que recorrer a uma figura de grande importância para se vincular a um grupo, os liberais, que há muito batalhavam por uma hegemonia, e que antagonizavam o grupo que estava no poder.

Palavras-chave: Bolsonaro, Análise do discurso, Teoria das Elites

Os romanos e os “bárbaros” ibéricos no Livro III da "Geografia", de Estrabão

Guilherme de Aquino Silva

Resumo: Na presente comunicação, buscamos analisar a maneira pela qual Estrabão, autor grego que viveu entre 64/63 a.C. e 24 d.C., representa a cultura dos povos da Ibéria. Verificamos que Estrabão, no Livro III da sua obra Geografia, ao descrever o território da Ibéria, elabora uma dicotomia entre povos civilizados, que se aproximavam da cultura romana, e povos bárbaros, que ainda se mantinham avessos à influência de Roma. Nesse sentido, para além de destacar as características etnográficas utilizadas por Estrabão, mostraremos como a visão do autor está em consonância com o contexto político no qual ele viveu, que foi marcado pelo processo de imperialismo romano e pela instauração do sistema político do Principado.

Palavras-chave: Império Romano, Romanização, Ibéria, Estrabão.

A sala de aula: docência em formação

Tamyris Cristina de Castro

Resumo: A comunicação a ser apresentada tem a intenção de discutir a importância do estágio supervisionado e dos programas institucionais: Pibid e Residência pedagógica para a formação inicial e continuada do professor da educação básica, na interlocução da educação superior e educação básica. Para tal em um primeiro momento é abordado aspectos curriculares dos cursos de licenciatura em história e suas problematizações, em um segundo momento através da experiência como professora da educação básica, supervisora do Pibid e preceptora do programa residência pedagógica, é ressaltada a importância destes projetos para um novo olhar sobre a sala de aula, portanto o trabalho é pensado a partir de leituras realizadas ainda no curso de licenciatura pela Universidade Federal de Uberlândia, do estágio realizado durante a graduação e dos primeiros anos da docência os quais tive acesso aos programas institucionais citados. Partindo da perspectiva de um estagiário ainda em formação chegando a prática docente nas escolas públicas de Uberlândia.

Palavras-chave: práticas, Pibid, Residência, estágio, escola

MINICURSOS

MC 1 - Cinema, censura e resistência cultural nas ditaduras militares brasileira e argentina

Ana Marília Carneiro

Wallace Andrioli Guedes

Proposta do Minicurso

A proposta central deste minicurso é avançar na discussão sobre as tensas relações estabelecidas entre o cinema e a estrutura de repressão constituída durante as ditaduras militares brasileira (1964-1985) e a última argentina (1976-1983). Sobretudo a partir de meados da década de 1970, embalada pela nascente indústria cultural, a produção cinematográfica e a censura estatal nos dois países apresentam-se como objetos privilegiados para pensarmos, em perspectiva comparada, as semelhanças e diferenças das diversas experiências ditatoriais vividas nos países latino-americanos a partir da segunda metade do século XX. O minicurso propõe a apresentação da estrutura censória implementada no Brasil e na Argentina, com enfoque específico no campo cinematográfico. Para além do sistema de repressão à cultura, a ideia do minicurso é pensar a articulação de alguns conceitos e noções caras sobre o tema, a exemplo da noção de cultura política de esquerda presente nos meios artísticos e intelectuais, a articulação de projetos de oposição e resistência ao regime promovidos por esses grupos, o papel dos artistas-intelectuais diante da militância político-partidária e a inserção em meio a novos espaços de trabalho e atuação. A ideia é explorar também a operacionalização de conceitos como hegemonia cultural da esquerda, resistência cultural, arte engajada, cooptação, colaboracionismo e acomodação. Para além de um esforço teórico-conceitual, serão tratados estudos de casos de censura cinematográfica com o intuito de instrumentalizar as discussões sobre resistência cultural e a dinâmica repressiva dos regimes militares. A primeira parte da oficina buscará abordar o objeto a partir da análise de obras cinematográficas e da documentação produzida pelo serviço de censura no Brasil (Divisão de Censura de Diversões Públicas). A segunda parte será voltada para o cenário argentino, com o objetivo de perceber de que maneira se deu a

repressão do governo militar no campo cinematográfico a partir do golpe de 1976, através da censura exercida pelo Ente de Calificación Nacional. Como exercício de encerramento, a proposta é refletir sobre o discurso e as práticas censórias empregados na configuração específica das ditaduras militares inscritas na continuidade dos mecanismos autoritários mobilizados na atualidade.

Bibliografia:

AVELLANEDA, Andrés. Censura, autoritarismo y cultura: Argentina 1960-1983. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1986.

CARNEIRO, Ana Marília. Cinema e censura nas ditaduras militares brasileira e argentina. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

DARNTON, Robert. Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GERACE, Rodrigo. Cinema explícito: representações cinematográficas do sexo. São Paulo: Perspectiva, Edições Sesc São Paulo, 2015.

GUEDES, Wallace Andrioli. Política como produto: Pra frente Brasil e o cinema de Roberto Farias. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niteroi, 2016.

LUCAS, Meize Regina de Lucena. Cinema e censura no Brasil: uma discussão conceitual para além da ditadura. Projeto História, São Paulo, n. 52, p. 220-244, jan./abr. 2015

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. TEMPO E ARGUMENTO, v. 10, p. 109-137, 2018

NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema em sala de aula. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: _____; Daniel Aarão Reis; Rodrigo Patto Sá Motta

(orgs.). O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004). Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 53-65.

SIMÕES, Inimá. Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

MC 2 - “Cristofascismo”: apontamentos sobre fé, cristianismo, religião política e totalitarismo

Karina Fonseca Soares Rezende

Proposta do Minicurso

O minicurso tem como objetivo principal discutir as relações entre religião e política em contextos totalitários com atenção especial as discussões teóricas e conceituais que permeiam essas relações. As análises, partindo especialmente da experiência histórica na Alemanha Nazista, estarão em diálogo com debates presentes nos campos da História das Religiões, Teologia Contemporânea e Filosofia para pensar o cristianismo e a ambivalência política da religião. Pretende-se trabalhar conceitos-chaves como as compreensões históricas do conceito de religião e conceitos vinculados a este como sagrado/profano e rito/crença; as discussões sobre os conceitos de religião política, religião civil e religião secular; as similitudes e distanciamentos entre fé religiosa e crença política; os entendimentos de secularização e desencantamento – ou reencantamento – do mundo; a utilização dos conceitos de mito e mitologia e as mobilizações de vocábulos e do imaginário político-religioso para a constituição da ideia de “Reich de Mil anos”; relações entre cristianismo e totalitarismo nazista e, por fim, as contribuições das discussões das últimas décadas sobre fé cristã e totalitarismo para a formulação de novos conceitos como o de “cristofascismo”, pensando, também, a aplicabilidade dessas compreensões em outras experiências históricas contemporâneas.

Bibliografia:

ALTMANN, Walter (org.). Crer e Compreender: Ensaio Seleccionados de Rudolf Bultmann. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2001

ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012

_____. Entre o passado e o futuro. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. Religião e Política. In: ARENDT, Hannah. Compreender. Formação, exílio e totalitarismo. Tradução de Denise Botmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHEVITARESE, André Leonardo; JUSTI, Daniel Brasil. O Jesus Ariano: O imaginário e as concepções historiográficas do Jesus Histórico na Alemanha Nazista. Horizonte, Belo Horizonte, v. 15, n. 45, p. 188-205, jan./mar. 2017.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: REMOND, Rene (org.). Por uma história do político. 2ª ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

DREHER, Martin N. Bíblia: Suas Leituras e Interpretações na História do Cristianismo. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2006.

EVANS, Richard J. O Terceiro Reich no poder. 2ª edição, São Paulo: Planeta, 2014.

HERMANN, Jacqueline. História das Religiões e Religiosidades. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. Abreviação do tempo e aceleração. Um estudo sobre a secularização. In: Estratos do Tempo: Estudos sobre História. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014.

LACQUE-LABARTHE, NANCY. O Mito Nazista. Pinheiros: Editora Iluminuras, 2002.

LANDES, Richard. Heaven on Earth: The Varieties of the Millennial Experience. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MAIER, Hans (org.). Totalitarianism and Political Religion: Concepts for the comparison of dictatorships. Vol. I. Trad. Jodi Bruhn. London: Routledge, 2005.

MAIER, Hans (org.). Totalitarianism and Political Religion: Concepts for the comparison of dictatorships: theory and history of interpretation. Vol. III. Trad. Jodi Bruhn. London: Routledge, 2008.

MAIER, Hans; SCHÄFER, Michael (org.). Totalitarianism and Political Religion: Concepts for the comparison of dictatorships. Vol. II. Trad. Jodi Bruhn. London: Routledge, 2007.

MATA, Sérgio da. História e religião. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010

TOSSI, Giuseppe. Religião e política: três possíveis relações. *Religare*, Paraíba, v. 15, n. 2, p. 382-421, dezembro de 2018.

MC 3 - A Segunda Guerra para além dos campos de batalha: Brasil, EUA, home front e cultura de guerra

Marina Helena Meira Carvalho

Proposta do Minicurso

Esse minicurso se propõe a explorar os pilares não militares da participação do Brasil e dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, levando em conta aspectos de políticas culturais, econômicas e sociais. Se, por um lado, a guerra é lutada em campos de batalha e seu desfecho simbolizado pelas vitórias neles, por outro, o conflito é justificado e sustentado pelos fronts internos, pelas práticas e mobilizações para além do universo militar. Seria a Segunda Guerra Mundial cotidiana nesses territórios americanos? Visa-

se, dessa forma, entender a mobilização das populações em ambos os países para aquela que foi considerada a primeira guerra total. Analisaremos como, a guerra foi percebida, legitimada e suportada a partidos dos home fronts. Para tanto, discutiremos questões como as campanhas de bônus de guerra, a escassez de alimentos, a economia de materiais estratégicos, os black-outs, a formação de enfermeiras, dentre outros daqueles que eram considerados como “sacrifícios” da população em prol da guerra. Sobretudo, ressaltaremos o papel fundamental das produções culturais acerca desse evento, suas intenções e possíveis mobilizações. Revistas, jornais, teatros, publicidades, vitrines, filmes, moda, brinquedos: diversos elementos culturais vestiam-se de bélicos. Parte-se, portanto, do pressuposto de que o cotidiano é político e que por trás dos grandes eventos existe a legitimação e o apoio dos “comuns”. O minicurso contempla duas abordagens. A primeira, comparativa, levando em conta as enormes diferenças, inclusive investimentos humanos e de capital, no envolvimento do Brasil e dos Estados Unidos na guerra. A segunda, transnacional, uma vez que os projetos e ideias circulavam, principalmente em contexto de Política da Boa Vizinhança. Pretendemos introduzir o tema para graduandos, uma vez que o mesmo, quando muito, é abordada de maneira tangencial, apesar de sua relevância. Se não bastasse a proximidade temporal e a ocorrência espacial, a análise das fluidas fronteiras, e porque não dizer, da imbricação entre o social e o político nos possibilita frutíferas chaves de leitura as quais podem ser empregadas em outros contextos: de uma abordagem política da História do cotidiano e da História política da mídia. Como último mote, mas não menos importante, iremos apresentar fontes para serem trabalhadas em sala de aula, portanto esse curso é também voltado para os professores de ensino básico e médio, e não apenas (pós)-graduandos. Dessa forma, o minicurso proporcionará circulação e divulgação de pesquisas acadêmicas acerca da Segunda Guerra Mundial para além dos muros da Universidade.

Bibliografia:

CITRYNOWICZ, Roney. Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Edusp, 2000

COGGIOLA, Osvaldo (org) Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico. São Paulo: Samã: Univeridade de São Paulo, 1995.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto & ARAS, Lina Maria Brandão. “A guerra já chegou entre nós!”. O cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945). XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Natal, 2013.

FAVÉRI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

HARTMANN, Susan M. The home front and beyond. American Women in the 1940`s. Boston: Twayne, 1982

MAUAD, Ana Maria. As três Américas de Carmem Miranda: cultura política e cinema no contexto da política da boa-vizinhança. Revista Brasileira de Estudos Americanos, v. 1, Rio de Janeiro: Contracapa/ABEA, 2002.

MONTEIRO, Érica G. Daniel. Quando a guerra é um negócio: F. D. Roosevelt, iniciativa privada e relações interamericanas durante a II Guerra Mundial. Curitiba: Editora Prismas, 2014, p. 69-80; p. 144-155; 253-274.

MOURA, Gerson. Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana. Coleção tudo é história, 5ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1988.

PEREIRA, Márcio José. Curitiba e a “guerra do cotidiano”: as políticas de mobilização social e a criação de um ‘front interno na capital paranaense durante a Segunda Guerra Mundial. VII Congresso Internacional de História. 2015

PRADO, Maria Ligia Coelho. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. Revista USP, n. 26, São Paulo, jun.-ago., 1995.

TOTA, Antônio Pedro. O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 09-40; p. 177-193.

WEINSTEIN, Barbara. Repensando a história das relações Estados Unidos - América Latina: de dominação política à circulação cultural? In: Texturas, n 8 abril/out 2003, p11-20

YELLIN, Emily. Our mother`s war. American Woman at home and at the front during World War II. New York: Free Press, 2004.

MC 4 - "Grafias de Vida": usos e possibilidades do biográfico na historiografia e no ensino de história

Andréa Camila de Faria Fernandes

Claudia Patrícia de Oliveira Costa

Luiza Rafaela Bezerra Sarraff

Proposta do Minicurso

Que vidas são narradas e como elas são narradas? Quem são os ‘personagens’ que são apresentados pelos livros didáticos e quem eles representam? Pensando a partir destas questões, a proposta do presente minicurso visa abordar os múltiplos usos das narrativas de vida para a pesquisa e o ensino de história, integrando abordagens que partem de um estudo conceitual das chamadas “grafias de vida” (biografias, autobiografias, cartas, diários, entrevistas) para, a partir daí, pensar possibilidades e abordagens para a construção do saber histórico. Essas mais diversas formas de narrativas do eu tem despertado um crescente interesse para a pesquisa histórica, em especial a partir das questões lançadas pela chamada “guinada subjetiva”, que alçou novamente os sujeitos individuais no centro dos interesses das pesquisas em ciências humanas. Mas esse novo olhar sobre o sujeito individual, sua vida e suas produções não está mais marcado pela preponderância do estudo dos “grandes homens”, mas sim pelo interesse pelo homem comum, pelo não extraordinário que constrói a história. Philippe Levillain, ao tratar da reabilitação da escrita biográfica na França, afirmava que “A biografia é o lugar por

excelência da pintura da condição humana em sua diversidade”. Ao defender o gênero, o autor pretende pontuar que embora a biografia não devesse procurar esgotar o absoluto do “Eu” de um personagem, já que isso não seria mesmo possível, seu sucesso e valor como método de escrita se garantiria por sua possibilidade de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade. Dessa forma propomos nesse minicurso a discussão de questões que envolvem o(s) modo(s) de narrar e a razão dialógica no mundo contemporâneo, tendo como eixo condutor os usos do biográfico para a escrita e o ensino de história. Nesse sentido, procuraremos demonstrar as relações entre as narrativas de vida e a construção de memórias e identidades, seus usos pela historiografia ao longo do tempo e as possibilidades de análise e estudo no âmbito do ensino de história.

Bibliografia:

ARFUCH, Leonor. O Espaço Biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Trad.: Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

AVELAR, A. de Sá e SCHMIDT, B. Bisso (orgs.). Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra & Voz, 2012.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CANDAU, Joël. Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2011

CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001.

DOSSE, François. O desafio biográfico: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. “Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro”. GRINBERG, Keila ; SALLES, Ricardo (Org). In: _____. O Brasil imperial 1831-1889. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. “Mestiço, pobre, nevrota: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira”. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org). Memória e narrativas (auto) biográficas. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. “Em tempos de epidemia biográfica: Octávio Tarquínio de Sousa e sua busca por homens históricos”. In: Estudos de Historiografia Brasileira / Organizadora Lucia Maria Bastos Pereira das Neves et al. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. “Aprender com outro? Lições do mundo histórico nas biografias de Octávio Tarquínio de Sousa”. In: Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão / Organizadores: Fernando Nicolazzi, Helena Miranda Mollo, Valdeci Lopes de Araújo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. (orgs.). Usos e Abusos da História Oral. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 167-182.

MADÉLÉNAT, Daniel. 1984; La biographie. Paris: PUF.

SANTIAGO, Silvano. “Gráficas de vida – a morte”. In: Revista Serrote, n 19, IMS, 2015.

SANTIAGO, Silvano. “Suas cartas, nossas cartas”. In: ANDRADE, Carlos Drummond de, ANDRADE, Mário. Carlos & Mário; Correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. Rio de Janeiro, Ed. Bem-te-vi, 2002.

SARLO, Beatriz. Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte: UFMG/Companhia das Letras, 2007.

MC 5 - Ofício da História da Arte diante da contemporaneidade: diálogos com a tradição e novas perspectivas de pesquisa

Nelyane Gonçalves Santos

Lorena Fonseca Santos Lança

Gisele Guedes Tomaz de Aquino Pessoa

Proposta do Minicurso

A história da arte é um campo do conhecimento que tem sido abordado por diferentes linhas de pesquisa, tais como os estudos das biografias, da história dos estilos, da confecção da obra de arte; da psicologia, sociologia e filosofia da arte; da tipologia das

imagens, do gosto, do conteúdo das obras, de exposições, dos diferentes meios de comercialização e divulgação, entre outros. É um campo amplo, em que agentes de diferentes contextos disputam narrativas que abordam as obras de arte, seus criadores e receptores. De acordo com Henri Focillon (1983) as narrativas sobre a obra de arte manifestam a dimensão plural de interpretações oferecidas pelos pesquisadores, e, no entanto, tais discursos muitas vezes apresentam querelas que envolvem antagonismos quase permanentes. Posicionamento não menos polêmico, é defendido por Jorge Coli sobre seu ofício, tendo que "dominar os métodos do historiador, saber trabalhar com arquivos, com fontes primárias e secundárias, organizar interpretações que dependem dos ramos mais diversos dos estudos históricos" (COLI, 2007, p. 127), assim, lembra-nos da historicidade dessa prática. Diante disso, torna-se necessário refletirmos sobre as condições dos discursos da História da Arte na contemporaneidade, pois na trajetória de constituição do campo, verifica-se que a prática do historiador da arte não está acima do tempo. O minicurso propõe refletir sobre as viabilidades dos discursos e práticas perante as demandas sociais contemporâneas de compreensão da história da arte. Longe de oferecer uma forma consensual, as propostas de um novo fazer historiográfico continuam em embate. Nessa perspectiva, percebemos a importância da tradição do pensamento ser revisitada, afinal um campo de conhecimento só se consolida quando é capaz de conhecer-se internamente em diálogo mútuo. Tanto Yves Alain Bois (2009) quanto Roland Recht (2006) defendem que a pesquisa em história da arte deve ser impulsionada por uma pergunta acerca de um objeto artístico. Diante da lógica da ação investigadora do pesquisador, essa premissa parece óbvia, mas, ao discutir as chantagens que o historiador da arte tende a enfrentar nos conflitos do campo, Bois argumenta que este profissional encontra-se susceptível à modismos teóricos e intelectuais que muitas vezes se desviam da própria historicidade do objeto artístico. É com este alerta que o minicurso pretende direcionar suas discussões, demonstrando o quanto as propostas metodológicas da história da arte refletem o seu tempo, o mesmo ocorrendo com a escolha dos seus objetos de análise, a saber, as produções artísticas. Percebemos que muitas dessas teorias do campo são aportadas no Brasil, sem, contudo, serem refletidas diante das realidades da produção artística e suas instituições correlacionadas. Como resultado, temos estudos que contribuíram para a construção da

história da arte enquanto área de pesquisa de diversos departamentos acadêmicos, vinculados ou às faculdades de Arte e Comunicação ou às faculdades de história e filosofia. Nesse sentido, importa-nos também localizar os espaços de atuação das pesquisas atuais no Brasil, refletindo em que medida elas dialogam com a tradição e em quais pontos demandam reformulações para se adaptarem às realidades do país. Apesar da variedade de métodos de investigação, este minicurso tem como proposta se direcionar por teorias que nos dão acesso à especificidade do objeto. A própria obra de arte orienta a escolha dos arranjos metodológicos. No enalço de pensadores que se pautaram na visualidade da obra de arte – corrente reconhecida originalmente a partir da Escola de Viena (BAZIN, 1989) – propomos refletir sobre possibilidades de estudos com obras e acervos acessíveis aos participantes. Nota-se que, no Brasil, existem diversos acervos de arte moderna e contemporânea formados no ensejo modernista de abertura de museus a partir da década de 1940. O ensino e a pesquisa em História da Arte no país são ainda mais tardio, implantado a partir da década de 1960, mas somente se expandindo nos anos 1990. De lá para cá, o esforço tem sido de situar-se dentro das discussões historiográficas, mesmo que por vezes negligenciando as demandas que emergem das instituições que abrigam, produzem e disseminam as artes visuais no país. Cumpridos, pois, destacar as possibilidades de pesquisa que podem tentar ampliar este cenário, buscando dialogar melhor com a divulgação e acesso às artes visuais. Tais transformações se iniciam com a compreensão da prática dos historiadores da arte, do entendimento da formação da disciplina como campo do conhecimento, dos problemas metodológicos que cercam e as suas limitações, inclusive sua restrição ao debate no universo acadêmico.

Bibliografia:

BAZIN, G. História da história da arte. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BELTING, Hans. O fim da história da arte: uma revisão dez anos depois. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

BOIS, Yve-Alain. A pintura como modelo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

COLI, Jorge. Pela implantação de graduações em História da Arte nas universidades brasileiras. In: Anais do XXVI Colóquio do Comitê de História da Arte. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

FOCILLON, H. Vida das Formas: seguido de elogio da mão. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

HUCHET, S. (org). Fragmentos de uma Teoria da Arte. São Paulo: Odysseus, Edusp, 2006.

RECHT, Roland. A escritura da História diante dos modernos: observações a partir de Riegl, Wölfflin, Warburg e Panofsky. In HUCHET, S. (org). Fragmentos de uma Teoria da Arte. São Paulo: Odysseus, Edusp, 2006.

MC 6 - Sonhos e pesadelos: a imaginação cultural brasileira nas décadas de 1950-60

Davi Aroeira Kacowicz

Proposta do Minicurso

O Brasil vivenciou, num período aproximado de duas décadas, contextos políticos diametralmente oposto. A partir da década de 1950, o país praticou uma intensa mobilização popular na cena pública, sob a forma de movimentos sociais, greves e crescente participação eleitoral. A cultura desenhava diferentes personas e representações que encarnassem uma imagem ideal do que seria o povo brasileiro. A modernidade também habitou o imaginário nacional, cuja maior expressão foram a Bossa Nova e a construção de Brasília. Durante um breve período, o Brasil viu de perto sua própria utopia. O sonho acabou, porém, em abril de 1964, quando um golpe civil e militar derrubou um projeto de esperanças e deu início a um pesadelo que durou mais de 20 anos. Naquele mesmo ano já se ouvia em um palco: "Mais do que nunca é preciso cantar!"; e assim a cultura brasileira o fez -- mas não sem acirradas disputas dentro do âmbito cultural, protagonizada por exemplo por artistas defensores de uma

determinada autenticidade cultural e a explosão multifacetada da Tropicália. Nas palavras do crítico literário Roberto Schwarz, o país estava "irreconhecivelmente inteligente". O presente minicurso pretende, portanto, explorar e discutir os Brasis imaginados pela cultura entre as décadas de 1950 e 1960, explorando suas estéticas e éticas e buscando perceber suas aproximações e distanciamentos. Não se pretende privilegiar qualquer linguagem artística; ao contrário, propõe-se uma discussão que promova a intercessão entre discursos e manifestações distintas, mas não distantes.

Bibliografia:

BASUALDO, Carlos (org). Tropicália: uma revolução na cultura brasileira (1967-1972), São Paulo: Cosac Naify, 2007.

BRAGA, Paula Priscila. A Trama da terra que treme: multiplicidade em Hélio Oiticica. Tese de Doutorado, USP, São Paulo. 2007.

BRITO, Ronaldo. Neoconcretismo: vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro. São Paulo: Cosac Naify. 1999.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa & GONÇALVES, Marcos Augusto. Cultura e Participação nos anos 60. São Paulo: Editora Brasiliense. 8ª Edição, 1990.

CAMPOS, Augusto de. Balanço Da Bossa: Antologia Critica Da Moderna Musica Popular Brasileira, Ed. Perspectiva, 1974.

CASTRO, Ruy. Chega de saudade: a história e as histórias da bossa-nova. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, Frederico. Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado: cultura marginal no Brasil das décadas de 1960 e 1970, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DUNN, Christopher. Brutalidade Jardim. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GARCIA, Tânia da Costa; TOMÁS, Lia. (org). Música e política: um olhar transdisciplinar. São Paulo, SP, Editora Alameda, 2013.

GARCIA, Walter. Bim Bom; a contradição sem conflitos de João Gilberto. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

HELENA, Lucia. Modernismo Brasileiro e Vanguarda. Editora Ática, São Paulo, SP. 2005.

JIMENEZ, Marc. O que é estética. São Leopoldo, RS. Editora UNISINOS, 1999.

MELLO, Zuza Homem de. A Era dos Festivais: uma parábola. São Paulo, Editora 34, 2003;

MOSER, Benjamin. Autoimperialismo – três ensaios sobre o Brasil. Crítica, 2016;

NAPOLITANO, Marcos.

Seguindo a Canção; engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: FAPESP/Annablume, 2001; _____ 1964: História do Regime Militar

Brasileiro. Editora Contexto, São Paulo, SP. 2014; PRADO, Décio de Almeida. O teatro brasileiro moderno. Editora Perspectiva, 1988; RIDENTI, Marcelo. Brasilidade

Revolucionária. São Paulo: Editora UNESP, 2010; _____ Em busca do

povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV. 2a ed. rev. e ampl. São Paulo:

Editora UNESP, 2014; SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-69. In: _____. O

pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 61-92; TATIT, Luiz.

Musicando a semiótica. São Paulo: Annablume, 1997; _____. O Século da

Canção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004; VASCONCELLOS, Gilberto. Música Popular: de olho na fresta. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MC 7 - Uma breve história do Oriente Médio: Islã, Intelectuais e dilemas políticos

Alaor Souza Oliveira

Guilherme Di Lorenzo Pires

Paulo Renato Silva de Andrade

Proposta do Minicurso

A relação entre Islã e política tem ocupado nas últimas décadas um papel de destaque entre os temas de pesquisas acadêmicas sobre o Oriente Médio, tanto na literatura nacional quanto estrangeira. Conceitos como Islã Político, jihadismo, salafismo e outros têm sido empregados largamente - tanto pela academia quanto por veículos de comunicação - não só para nomear um fenômeno mas, também, para eventualmente explicar toda a história de uma região. Considerando a relevância da História do Oriente Médio como tema de pesquisa e ensino, o minicurso propõe-se a apresentar uma breve história da região - do surgimento do Islã aos dilemas do século XXI. Quais as relações entre Islã e política na formação geopolítica do Oriente Médio? Guiado pela problematização da relação entre Islã e unidades políticas como definidores de todo um amplo espaço, o curso se estrutura na análise contextual de intelectuais que enfatizaram a relação entre Islã e política em sociedades mezo-orientais, destacando as diferenças e as convergências de pensamentos, vocabulários e momentos históricos.

Bibliografia:

ANDRADE, P.R.S. A (problemática) Problemática das Fontes. In: Recita, em nome do Teu Senhor: As raízes judaico-cristãs do movimento proto-islâmico e os profetismos na Península Arábica. (séc. VII E.C.). 227 pgs. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. p. 18-48.

DONNER, F. Muhammad and the Believers: At the Origins of Islam. Cambridge: Belknap Press, 2010.

LEWIS, Bernard. The Conquerors; The City; Faith and Learning. In: Istanbul and the Civilization of the Ottoman Empire (Centers of Civilization Series). University of Oklahoma Press, 1972, p.10-35; p.96-172.

AL BANNA, Hassan. Towards the Lights. In: EUBEN, Roxanne; ZAMAN, Muhammad Qasim. (Orgs). Princeton Readings in Islamist Thought: Texts and Contexts from Al-Banna to Bin Laden. Princeton University Press, 2009, pp.56-79.

HAMAS. Charter of the Islamic Resistance Movement (HAMAS) of Palestine. In: EUBEN, Roxanne; ZAMAN, Muhammad Qasim. (Orgs). Princeton Readings in Islamist Thought: Texts and Contexts from Al-Banna to Bin Laden. Princeton University Press, 2009, pp. 364-387.

KHOMEINI, Ruhollah. Islamic Government. In: EUBEN, Roxanne; ZAMAN, Muhammad Qasim. (Orgs). Princeton Readings in Islamist Thought: Texts and Contexts from Al-Banna to Bin Laden. Princeton University Press, 2009, pp. 163-181.

QUTB, Sayyid. Signposts along the Road. In: EUBEN, Roxanne; ZAMAN, Muhammad Qasim. (Orgs). Princeton Readings in Islamist Thought: Texts and Contexts from Al-Banna to Bin Laden. Princeton University Press, 2009, pp. 145-155.

ALI, K. The Lives of Muhammad. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

ANDRADE, P.R.S. Iq'ra: Messianismo e Profetismo na Península Árabe. in Recita, em nome do Teu Senhor: As raízes judaico-cristãs do movimento proto-islâmico e os profetismos na Península Árabe. (séc. VII E.C.). 227 pgs. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. p. 155-193.

ARMSTRONG, Karen. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

AYOUB, Mohammed. Political Islam: image and reality. In: World Policy Journal, set 2004, pp.1-14.

AYUBI, Nazih N. The theory and practice of the Islamic State. In: Political Islam: religion and politics in Arab world. Londres, Nova York : Routledge, 1991, pp.1-27.

ESPOSITO, John. Islam and politics. 4. ed. New York: Syracuse University Press, 1998.

HOURANI, Albert. O pensamento árabe na era liberal. São Paulo : Companhia das Letras, 2005.

_____. Uma história dos povos árabes. São Paulo : Companhia das Letras, 2006.

KHALIDI, T. *Images of Muhammad: The Evolution of Portrayals of the Prophet in Islam Across the Centuries*. New York: Crown Publishing Group, 2009.

MADLUNG, W. *The Succession to Muhammad: A study of the early Caliphate*. Cambridge: Cambridge university Press, 1997.

MC 8 - Novas possibilidades de análise através da história ambiental: olhar sobre as relações entre humanos e não humanos

Natasha Augusto Barbosa

Bruno Azambuja Araujo

Hana Mariana da Cruz Ribeiro Costa

Proposta do Minicurso

A proposta do curso é discutir e oferecer um panorama sobre a perspectiva da História Ambiental, com destaque as produções mais recentes da História Ambiental latino-americana, articulando fontes e metodologias que estão ampliando as análises dentro da História. O desenvolvimento da História Ambiental é recente, se pensarmos na constituição da disciplina histórica em geral. O mesmo é fruto de um giro epistemológico ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, que questionava a separação engessada entre as ditas ciências naturais e as ciências sociais e humanas na construção do conhecimento. Ademais, era um período em que as preocupações ambientais ecoavam na sociedade, denotando assim a forte relação com as questões do presente e com as “vozes da rua” na constituição da história ambiental. (PÁDUA,2010). A partir de então, aumentaram o número de análises que consideravam os aspectos ambientais nos movimentos históricos das sociedades.

Nossa abordagem se constrói em torno da conceitualização de “natureza”. Uma palavra polivalente e genérica, que busca representar um universo de processos que estão a parte dos processos culturais e um dos pilares do pensamento ocidental. Quando tratamos de natureza dentro da historiografia, o que percebemos é uma relação

ambígua, onde algumas tradições desconsideram a importância da relação com o ambiente na construção das sociedades humanas, enquanto outras caem no perigoso determinismo geográfico/ecológico. A convivência dos seres humanos com os processos biofísicos tem muito a dizer sobre a nossa experiência histórica. Partimos do princípio de que toda a experiência humana sobre a terra se expressa a partir de atos biológicos que produzem as relações sociais e culturais.

A perspectiva da História Ambiental proporciona desafios instigantes para a escrita da História, integrando elementos humanos e não humanos, em variados espaços, e distintas temporalidades, na construção de uma relação com a natureza. Esta, por sua vez, deve ser retirada de uma concepção cênica e colocada em constante intercâmbio com novos interlocutores e elementos analíticos de diversas áreas de conhecimento, como a Geografia, a Antropologia e as Ciências Naturais. Tais desafios se relacionam com questões que se tornaram preocupações cotidianas, tanto do poder público como da sociedade em geral, como sustentabilidade, deslocamentos populacionais motivados por questões ambientais, secas severas, tempestades arrasadoras e mudanças climáticas.

Deste modo este minicurso se justifica pela oportunidade de variadas reflexões e diálogos sobre as relações entre a sociedade e a natureza em diferentes concepções. Para isso, buscaremos trabalhar com os participantes do minicurso a partir das próprias problemáticas trazidas por eles. Após uma reflexão sobre os aspectos gerais e alguns estudos de caso da História Ambiental Latino Americana, se colocará a questão de como as relações com o ambiente biofísico podem aparecer nas pesquisas de cada participante. Tendo isso em mente, trabalharemos as diferentes possibilidades de análise bem como outras formas de fontes que podem enriquecer com novas perspectivas interdisciplinares a investigação histórica.

Bibliografia:

BOURG, D. “Modernidade e Natureza”. In: BOURG, D. Os sentimentos da natureza: Lisboa: Perspectivas Ecológicas, 1997.

CROSBY, Alfred W. Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900. Tradução José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, 177-197. _____. Por que estudar a história ambiental no Brasil? Ensaio temático. Varia História, v. 26, n. 1, 2002, 13-32.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. Estud. av., São Paulo, v.24, n. 68, p. 81-101, 2010.

SENNET, Richard. A carne a pedra. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

WILLIAMS, R. "Ideias de Natureza". In: WILLIAMS, Raymond. Cultura e Materialismo. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, dez. 1991.

MC 9 - Novas perspectivas para a história do tráfico negroiro

Caio Mathias Vaz Pereira

Elisa Michahelles Dourado

João Victor de Oliveira Leite

Proposta do Minicurso

Nas últimas décadas, a bibliografia sobre o tráfico transatlântico de escravos vem passando por uma verdadeira reviravolta. Se ao longo do século XX os esforços se concentraram nas tentativas de quantificação dos cativos transportados para as Américas, o lançamento da Transatlantic Slave Trade Database (TSTD), base de dados digital que reúne as mais confiáveis cifras deste fenômeno, abriu portas para que novos temas pudessem ser explorados. Paralelamente, perspectivas historiográficas recentes, da história atlântica à virada global, tiveram no tráfico negreiro um objeto que se prestava a abordagens globalizantes de forma mais evidente. Envolvendo três continentes e trezentos anos de vigência, uma análise de longa duração, sensível às conexões entre espaços distantes e que entenda o capitalismo como um sistema no qual diferentes regimes de trabalho se coadunam é ponto de partida para tentar compreender qualquer aspecto do tema. Como resultado, novos tópicos de pesquisa se consolidaram, debates foram abertos e antigas visões foram renovadas, repaginando as visões que se apresentavam como consolidadas. O minicurso proposto objetiva debater algumas dessas novas temáticas, fornecendo uma visão de conjunto de tais problemáticas. Destacaremos três campos abertos a partir dos novos ares historiográficos: o tráfico interno a que os cativos estiveram sujeitos no Novo Mundo após a travessia atlântica, cruzando as fronteiras dos impérios coloniais; as mercadorias necessárias para a troca por escravos na África e a busca europeia em atender a demanda africana; e por fim os agentes envolvidos neste comércio, de negociantes aos tripulantes dos tumbeiros, durante a chamada Segunda Escravidão. Neles, buscaremos compreender de maneira integrada as transformações sociais, políticas e econômicas suscitadas na arena do capitalismo enquanto parte de um processo de transformação estrutural em escala global. Sugerimos explorar as possibilidades da história digital, lançando mão de fontes para o período e nos debruçando de forma sistemática sobre a TSTD, assim como de suas extensões referentes ao tráfico intra-americano e aos agentes do trato.

Bibliografia:

BORUCKI, Alex; ELTIS, David; WHEAT, David. "Atlantic history and the Slave Trade to Spanish America". *The American Historical Review* 120:2 (april 2015) pp. 433 - 461.

DOMINGUES, Daniel. African Patterns of Consumption. In: *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa, 1780–1867*, 2017, pp. 51-61.

LOPES, Gustavo Acioli; MENZ, Maximiliano. Vestindo o escravismo: o comércio de têxteis e o Contrato de Angola (século XVIII). *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 39, n. 80, p. 109-134, Apr. 2019.

MARQUESE, Rafael Bivar. A História Global da escravidão atlântica: balanço e perspectiva. *Esboços: Florianópolis*, v. 26, n. 41, p. 14-41, jan./abr., 2019.

O'MALLEY, Gregory E.; BORUCKI, Alex. Patterns in the intercolonial slave trade across the Americas before the nineteenth century. *Tempo* [online]. 2017, vol.23, n.2, pp.314-338.

RICHARDSON, David. West African Consumption Patterns and Their Influence on the Eighteenth-Century English Slave Trade. Em: *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade*, 1979, 303-330.

SCHULTZ, Kara D. 'The Kingdom of Angola is not very Far from here': The Río de la Plata, Brazil, and Angola, 1580-1680. Tese de Doutorado, Vanderbilt University, 2016.

SLENES, Robert. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850 – 1888. In: *The Chattel Principle: Internal Slave Trade in the Americas*. Yale University Press, 2004.

TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e a economia mundial*. São Paulo: EdUSP, 2011.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MC 10 - "Ensinando a transgredir": propostas para um ensino de história com foco em metodologias ativas: uma abordagem possível

Milena Souza Oliveira

Proposta de Minicurso

A educação, como é desenvolvida na atualidade, realmente transforma? Quais os impactos do ensino de história na vida dos educandos? É com essas perguntas que buscamos iniciar o nosso minicurso. Com o objetivo de pensar a educação na atualidade, convidamos as pessoas a refletirem e agirem a respeito dos efeitos do Ensino de História no cenário educacional. Partiremos dos conceitos de metodologias ativas, como forma de pensarmos em possibilidades de produção de aulas de história mais engajadas e participativas por parte dos alunos, de forma que o conteúdo apreendido, possa de fato produzir sentidos nos educandos. Os estudos sobre metodologias ativas não são recentes, tratam-se de métodos que buscam incluir os alunos como sujeitos centrais em seus processos de aprendizagem, portanto, tornam-se agentes de transformação do seu próprio conhecimento, possibilitando o desenvolvimento do senso crítico e autonomia. Neste sentido, as metodologias ativas aproximam-se diretamente dos estudos de Paulo Freire, ao propor um ensino que possibilite a formação de “sujeitos” e não “objetos”, portanto, uma educação que se mostre de fato transformadora. Ao pensarmos as metodologias ativas, pretendemos pensar as reais possibilidades de aplicabilidade em sala de aula, uma vez que as realidades dos cenários educacionais no Brasil são diversos, e portanto, complexos, principalmente diante das diversas dificuldades e precariedades. Propomos partir da teoria para a prática. Utilizaremos relatos de experiências para pensarmos o uso dessas metodologias no ensino de história, além de realizarmos duas atividades práticas, em que os participantes se colocarão tanto na posição de educandos, como de educadores, isso ocorrerá a partir da realização de uma atividade ativa e posteriormente na produção de um plano de aulas com foco em aprendizagem ativa.

Bibliografia:

BACICH, Lilian. MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

FILATRO, Andrea. Metodologias Inov-ativas na educação, presencial, a distância e corporativa. Andrea Filatro, Carolina Costa Cavalcanti. 1º ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

FREIRE, Paulo. Educação comoprática da liberdade. Editora Paz e Terra, 1967.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

PAIVA, Ferreira. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa. SANARE, Sobral - V.15 n.02, p.145-153, Jun./Dez. - 2016 – 145.

MC 11 - Pensar as mulheres e o gênero na História da África

Flávia Gomes Chagas

Jacqueline Maia dos Santos

Proposta de Minicurso

Neste minicurso procuramos discutir os limites e as possibilidades do estudo de gênero aplicado à História da África. Entendemos que o estudo da África é privilegiado por ao mesmo tempo estar consolidado como campo de interesse histórico e ainda permitir diversos métodos, fontes e perguntas ao objeto analisado. Dessa forma, temos o intuito de divulgar e analisar uma produção bibliografia contemporânea e inovadora que alarga as possibilidades de investigação da construção e performance do gênero no continente africano, além de propor metodologias que permitem a investigação do gênero aliado a construção do saber africanista. Se a História da África é um campo academicamente reconhecido, seu conteúdo ainda é, em grande parte, ignorado pela sociedade ampla. Sabemos que a discussão de gênero é um assunto atual; na sociedade o debate beira o obscurantismo e a histeria por parte de certos grupos, como os que defendem projetos como Escola sem Partido e que ocupam cargos elevados no governo federal. Dentro da academia, o uso desta categoria de análise histórica é por vezes considerada anacrônica, porém entendemos que são os conflitos e questões do presente que informam as perguntas que fazemos para o passado. Assim, consideramos urgente tanto o estudo africanista como o estudo de gênero específico ao contexto africano, pois são tópicos ainda pouco

explorados em conjunto e que são focos de tensão e embate. Para tal, propomos um minicurso de doze horas no total, divididos em 3 dias. No primeiro dia idealizamos uma discussão a respeito dos silêncios e das vozes presentes em um estudo de gênero e especificamente da análise gendrificada em África: os silêncios das fontes, da historiografia e da produção acadêmica em português sobre o assunto. É também necessária uma discussão a respeito do lugar de fala do historiador e das (im)possibilidades de “dar voz” aos subalternos a quem por vezes analisamos. No segundo dia pretendemos nos aprofundar nas aproximações e diferenças entre a história das mulheres e o gênero como categoria histórica, e problematizar o quanto destas epistemologias podem ser aplicadas aos estudos do feminino no continente africano. Neste momento compartilharemos ainda trabalhos produzidos por autoras africanas que têm questionado o lugar das mulheres na historiografia africana. No terceiro dia o objetivo é fazer uma espécie de estudo de caso sobre trabalhos concluídos que entrelaçam História da África, gênero e o feminino no continente africano. É neste momento que apresentamos potencialidades de fontes e metodologias que possibilitam o estudo do gênero aplicado em diferentes pesquisas africanistas, com diversos recortes temporais e geográfico. Por entendermos que o pessoal é político e que a História em diálogo com a sociedade é a História alcançando seu maior potencial, pretendemos também ter um momento de conversa com xs participantes a respeito de como o gênero e raça afetam nossas vivências acadêmicas. Assim pensamos um minicurso onde o pensar gendricado é aliado à pesquisa histórica africanista e alcança contornos possíveis.

Bibliografia:

AMADIUME, Ifi. *Re-inventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture*. Northampton: Interlink Publishing, 1997.

BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana. Tradução para uso didático de Aline Matos da Rocha e Emival Ramos, s/data. Originalmente BAKARE-YUSUF, Bibi. *Beyond Determinism: ‘The Phenomenology of African Female Existence’* *Feminist Africa*, n. 2, 2003. Disponível em <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>; Acesso em: 01 jul 2018.

CASIMIRO, Isabel Maria Cortesão. *Paz na terra, guerra em casa. Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Recife: Editora UFPE, 2014. _____ A morte de

Josina Machel. In CARDINA, Miguel, MARTINS, Bruno Sena. As Voltas do Passado. A guerra colonial e as lutas de libertação. Edições tinta-da-china. Lisboa. 2018.

GOMES, Patrícia Godinho. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. Outros Tempos–Pesquisa em Foco-História, v. 12, n. 19, 2015.

_____A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes 1. Africa Development, v. 41, n. 3, p. 71-95, 2016.

OYÌWÙMÍ, Oyèrónké. (2004). Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de Juliana Araújo Lopes, s/data. Disponível em <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>; Acesso em: 01 jul 2018.

_____The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. 2012. Disponível traduzido:<http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acesso em 23 Abr 2016

SMITH, Bonnie G. The Gender of History: Men, Women, and Historical Practice. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chakrovorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 133.

MC 12 - O papel dos economistas nas ditaduras militares do Brasil (1964-68) e Chile (1973-90): interseções entre história e economia

Marcos Taroco Resende

Ender Lucas Ferreira

Proposta do Minicurso

O conjunto de políticas econômicas aplicadas pelos Chicago boys no governo de Augusto Pinochet no Chile é apontado no campo liberal, a despeito das fortes críticas existentes, como um “exemplo”. Esta imagem, construída simbolicamente, se difundiu nas décadas posteriores pelas instituições financeiras internacionais e economistas liberais. Recentemente, o Ministro da Economia no Brasil, Paulo Guedes - que estudou no Chile durante parte da ditadura militar, e realizou pós-graduação na Universidade de Chicago - não esconde em declarações públicas, seu apreço com o “modelo chileno”, que deve ser seguido. O objetivo do Minicurso é analisar histórica e socialmente as atuações dos economistas nas ditaduras militares no Chile (1973-1990) e do Brasil (1964-1985). No Chile, os Chicago boys ingressaram em diversos cargos estatais, dos quais podemos exemplificar por Sérgio de Castro, Álvaro Bordón e Pablo Baraona. Entretanto, a posição hegemônica no governo não foi uniforme e imediata, na verdade, houve críticos no interior do governo às propostas liberais dos Chicago boys, como Raúl Sáez, um engenheiro. No Brasil, os economistas se destacaram no governo nos ministérios vinculados à economia: Carlos Geraldo Langoni, Roberto Campos, Antônio Delfim Netto e Octavio Gouvêa de Bulhões marcaram a imagem do economista como gestor político (SAES, 2014). Por outro lado, economistas críticos também participaram dos debates durante a ditadura, como Albert Fishlow, Paul Singer, José Serra, Maria da Conceição Tavares, etc... Em suma, o minicurso visa o estudo das relações entre os economistas brasileiros e chilenos – enquanto agentes envolvidos em seu contexto -, e seus vínculos com a política. Consideramos o espaço do economista como um campo privilegiado para compreendermos a atuação dos agentes que conquistam poder. Assim, a justificativa do minicurso é que ao recuperar a trajetória dos economistas nestas estruturas, podemos analisar as lutas travadas para a legitimação de políticas econômicas, isto é, analisaremos as diversas visões de mundo de grupos dominantes e suas proposições para as ações políticas do Estado. Nesse sentido, adverte o historiador inglês Eric Hobsbawm: “[...] divorciada da história, a economia é um navio desgovernado e os economistas sem a história não têm muita noção de para onde o navio navega” (HOBBSAWM, 2013, p. 118). O estudo profundo da temática pode oferecer elementos para pensar, inclusive comparativamente, o processo contemporâneo vivido na América Latina, em que paradoxalmente, enquanto o governo brasileiro se alinha ao discurso do “milagre chileno”, este mesmo, no Chile, é severamente contestado. Loureiro (1997), instigada pela observação do alto poder de decisões de uma elite específica da burocracia estatal - os economistas - enxerga uma diferença marcante entre dois grupos de países no tocante a atuação dos economistas nos governos. O primeiro são os países ocidentais com estabilidade democrática, casos em que os economistas atuam como

funcionários de carreira e assessores econômicos do governo porque há restrições institucionais que limitam seu acesso ao poder. Alguns representantes deste grupo de países são Inglaterra, Japão, Itália, Estados Unidos, Noruega. O segundo grupo de países são aqueles com tradição autoritária, com democracias menos estáveis ou em processo de consolidação, como é o caso dos países da América Latina, onde a forma de participação dos economistas engloba além das anteriores, mais uma específica, a de dirigentes políticos, com padrões autoritários de tomada de decisões e ausência de responsabilidade política. Buscamos, assim, analisar um conjunto denso de documentos históricos que passam pelas memórias dos autores envolvidos, como planos econômicos, declarações públicas, um conjunto de artigos publicados na imprensa, atas, livros de memória institucional das quais estes autores se envolveram, registros fotográficos e relatos pessoais, assim como conhecimento sobre suas trajetórias biográficas e institucionais.

Bibliografia:

BIDERMAN, C. et al. Conversas com economistas brasileiros. São Paulo: Ed 34, 1996.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (Orgs.). O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. In: Seminário Brasil-Chile: uma mirada hacia América latina y sus perspectivas. Santiago de Chile, jul. 2005.

HOBBSAWM, E. Sobre história. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

LOUREIRO, M. A. Os economistas no governo. Gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. 201 p.

MANTEGA, G.; REGO, J. M. Conversas com economistas brasileiros II. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MONTECINOS, V. Economics: the Chilean History. In: MONTECINOS, V.; MARKOFF, J. (org.). Economists in the Americas. Edward Elgar Publishing, 2009, p.142-194.

SAES, A. M. et al. Fipe 40 anos: pesquisa, ensino e debate sobre a economia brasileira. 2014.

SUPRINYAK, C.E; FERNANDEZ, R.G. The 'Vanderbilt Boys' and the Modernization of Brazilian Economics. CLAS-Center for Latin American Studies, The University of Chicago, Working Paper Series, n. 2018.1, 2017.

VALDÉS, J. G. Pinochet's Economists: The Chicago School of Economics in Chile. Cambridge University Press, 1995.

VALDIVIA ORTIZ DE ZARATE, V. Estatismo y neoliberalismo: un contrapunto militar Chile 1973-1979. *Historia* (Santiago), Santiago, v. 34, 2001, p. 167-226.

MC 13 - Audiovisual: teoria, história e pesquisa

Maurício dos Santos Ferreira

José Lúcio Nascimento Junior

Proposta de Minicurso

O minicurso apresenta e examina, por meio de bibliografia específica, as metodologias e teorias referentes à análise de audiovisuais no campo da pesquisa histórico e da atuação do historiador. Propomos discussões que estabeleçam a interseção entre o campo de estudos dos audiovisuais e suas correlações e seus usos no campo da Teoria da História e História da Historiografia. Para tanto, essa minicurso objetiva (i) caracterizar o que significa audiovisual, analisando seus alcances e diferenciando de outros segmentos, tais como industrial cultural, cinema, filme etc.; (ii) apresentar como realizar pesquisas em audiovisual considerando os diferentes campos (produção, crítica, recepção e circulação); e (iii) debater parâmetros de produção e análise da atuação do Historiador em audiovisual.

Bibliografia:

CHION, Michel. *A audiovisão*. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

DE GROOT, Jerome. *Consuming history. Historians and heritage in contemporary popular culture*. New York: Routledge, 2009.

FERREIRA, Maurício S. . Séries televisivas históricas não documentais e a Cultura-Aprendizagem histórica. In: Éverly Pegoraro. (Org.). *Cultura Visual: Memória, discursos e socialidades*. 1ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, v. 55, p. 113-127.

GAUDREAUULT André, JOST François. *Narrativa Cinematográfica*. Brasília: UNB, 2009.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. História & Audiovisual. MG: Autêntica, 2012.

JOST, François. Compreender a Televisão. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. História da Historiografia. Ouro Preto/MG, n. 15, 2014.

ROCHA, Everardo. A sociedade do sonho: comunicação, cultura e consumo. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

ROSENSTONE, Robert. A história nos filmes, os filmes na história. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

Valdei Araujo. "O Direito à História: O(A) Historiador(a) como Curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída". In GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo, PEREZ, Rodrigo. Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

WHITE, Hayden. Historiography and Historiophoty. The American Historical Review, v. 93, n. 5.

MC 14 - Teorias e metodologias da História das Religiões

Víctor Almeida Gama

João Everton da Cruz

Proposta de Minicurso

O objetivo deste minicurso é o de promover o encontro entre pesquisadores da relação entre história e religião para, a partir do desenvolvimento das reflexões temáticas, metodológicas e teóricas, pensar as relações entre história e religião, recorrendo aos clássicos estudos na temática no quadro da historiografia. Tomando a religião como objeto de estudos e não como matéria de crença, historiadores como o jesuíta francês Michel de Certeau, o romeno Mircea Eliade e o italiano Raffaele Pettazoni puderam estabelecer marcos para o estudo das religiões e sua inserção na história como força capaz de conduzir processos históricos e considerar o fenômeno religioso como um espaço de saber e poder. Como qualquer outro fato humano, os fenômenos religiosos

podem legitimamente ser estudados segundo o método científico. É evidente que todo referencial transcendente dos fenômenos religiosos fica fora do alcance das ciências, pois, por definição, o transcendente não pode ser empiricamente verificado. É só na sua dimensão humana que a religião pode ser objeto de estudo científico, e a ela somos obrigados a nos ater, se pretendemos receber a chancela da cientificidade. Essa distinção inicial vale para todas as ciências humanas que estudam a religião. Esta minicurso objetiva, portanto, oferecer uma síntese dos mais recentes estudos de religião nos quadros da historiografia, bem como apresentar as clássicas escolas que se dedicaram a trabalhar o fenômeno religioso, as crenças, mitos e ritos sob uma perspectiva historiográfica, observando sua capacidade de influir nos processos históricos. Também de oferecer um breve percurso sobre às metodologias de estudo da religião, passando pela clássica escola fenomenológica, que busca na filosofia um método para estudar a religião, chegando a atualidade, onde o caráter interdisciplinar marca o campo de estudos da religião. Se iniciará com uma apresentação do contexto de consolidação do estatuto científico do estudo da História e da Religião no século XIX, das escolas clássicas surgidas neste momento, passando pela escola italiana de Raffaele Petazzoni, o primeiro a propor o diálogo entre o estudo de religião e a história e por Mircea Eliade, autor romeno referencial no estudo de religião comparada. Também é indispensável mencionar o trabalho dos sociólogos da religião, que buscaram situar o fenômeno religioso no contexto das relações entre religião e sociedade como Emile Durkheim e Claude Lévi-Strauss. Em termos de metodologia, a história das religiões se caracteriza pelo paradigma comparativo, que se apresenta desde a antiguidade cristã como método utilizado pelos primeiros historiadores cristãos como forma de defesa de sua fé em relação às demais tradições que compunham a miríade religiosa do período que compreende os primeiros séculos do cristianismo. O método fenomenológico ganha espaço na segunda metade do século XIX e se torna referencial para o estudo das religiões, que neste momento conhece um surto de interesse pela filologia e, conseqüentemente, pelo estudo de tradições já extintas e também pelas tradições orientais e pagãs. Num segundo momento, o minicurso aprofundará na prática dos estudos de história das religiões ao estudar especificamente o caso de algumas tradições religiosas sob a perspectiva histórica, como as religiões monoteístas: cristianismo,

islamismo e judaísmo; as tradições de matriz africanas e as novas sensibilidades religiosas surgidas na contemporaneidade, em plena era da secularização, e o desafio metodológico para o estudo dessas realidades pelas Ciências Humanas. O estudo das tradições monoteístas, de matriz africanas e das novas espiritualidades são uma forma de trazer o atual debate sobre o estudo das religiões, que se caracteriza pelo paradigma interdisciplinar, se apoiando também nos métodos próprios à história como forma de compreender estes fenômenos em sua especificidade.

Bibliografia:

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano, a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992. ELIADE, Mircea. Tratado de história das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GOMES, Francisco J. S. A Religião como objeto da História. In: LIMA, Lana Lage G. et al (orgs.) História & Religião. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2002, p.13-24.

GUYAU, Jean-Marie. A irreligião do futuro. São Paulo: martins Fontes, 2014.

GRUZINSKI, Serge. De la idolatría: una arqueologia de las ciencias religiosas. México: Fondo de Cultura, 1992.

SILVA, Ana Rosa Clochet; DI STEFANO, Roberto (org). História das religiões em perspectiva: desafios conceituais, diálogos interdisciplinares e questões metodológicas. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

TAYLOR, Charles. Uma era secular. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

AGRADECIMENTOS

Pelas doações dos livros sorteados ao longo do evento

Às(aos) professoras(es):

Adalgisa Arantes Campos

Adriana Romeiro

Ana Carolina Vimieiro Gomes

Ana Paula Sampaio Caldeira

Anny Jackeline Torres Silveira

Betânia Gonçalves Figueiredo

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Danilo Araujo Marques

Douglas Attila Marcelino

Douglas Lima

Eduardo França Paiva

Gabriel Amato

Heloisa Murgel Starling

João Batista Teófilo Silva

José Antônio Dabdab Trabulsi

José Newton Coelho Meneses

Juliana Miranda Filgueiras

Kátia Gerab Baggio

Luiz Carlos Villalta

Mauro Lúcio Leitão Condé

Miriam Hermeto Sá Motta

Pauliane de Carvalho Braga

Priscila Carlos Brandão

Raul Amaro Lanari

Regina Horta Duarte

Thayná Cavalcanti Peixoto

Thiago Henrique Oliveira Prates

Vanicléia Silva Santos

Às editoras:

Editora Fino Traço

Editora UFMG

IX
EPHIS UFMG
2021
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG